



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
PPGA

NÚBIA GUEDES DE BARROS FERREIRA

**MATERNIDADE COMPARTILHADA E CRIANÇAS
ENCARCERADAS: ETNOGRAFANDO O DIA DE DOMINGO EM UM
PRESÍDIO FEMININO**

João Pessoa-PB
Fevereiro, 2020

NÚBIA GUEDES DE BARROS FERREIRA

**MATERNIDADE COMPARTILHADA E CRIANÇAS ENCARCERADAS:
ETNOGRAFANDO O DIA DE DOMINGO EM UM PRESÍDIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento das exigências para obtenção do grau de mestre em Antropologia.

Orientador (a): Profa. Dra. Flávia Ferreira Pires.

João Pessoa- PB,
Fevereiro de 2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F383m Ferreira, Nubia Guedes de Barros.
MATERNIDADE COMPARTILHADA E CRIANÇAS ENCARCERADAS:
ETNOGRAFANDO O DIA DE DOMINGO EM UM PRESÍDIO FEMININO
/
Nubia Guedes de Barros Ferreira. - João Pessoa, 2020.
184 f. : il.
Orientação: Flávia Ferreira Pires.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/campus I.
1. Prisão. Mulher. Crianças encarceradas.
Maternidade.
I. Pires, Flávia Ferreira Pires. II. Título.
UFPB/CCHLA

NÚBIA GUEDES DE BARROS FERREIRA

**MATERNIDADE COMPARTILHADA E CRIANÇAS ENCARCERADAS:
ETNOGRAFANDO O DIA DE DOMINGO EM UM PRESÍDIO FEMININO**

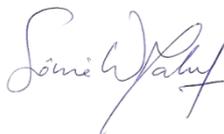
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento das exigências para obtenção do grau de mestre em Antropologia.

João pessoa, 14 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Flavia Ferreira Pires
(Orientadora)
PPGA/UFPB



Profª. Dra. Sônia Weidner Maluf
(Examinadora Interna)
PPGA/UFPB



Profª. Dra. Emilene Leite de Sousa
(Examinadora Externa)
UFMA

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus, a força vital do universo que está para todos, dedico a cada criança que encontrei no cárcere, dedico às mulheres reclusas - aquelas “que tiram duas cadeias”. Faço essa dedicatória às crianças, às suas mães e às avós maternas que participaram deste trabalho que consiste em uma escrita de uma parte da microhistória desses atores sociais, experienciada pela miséria da invisibilidade social que deságua na miséria do espelhamento da prisão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e à minha família. Agradeço ao meu pai, Seu Paulo, por achar lindo tudo o que faço. À minha mãe, Dona Ivanilda, por ser uma referência de mulher em minha vida. Agradeço aos meus amados filhos: Lucas, Emanuel e Tiago.

Neste percurso, há muitos que não conseguiria nominar em meus agradecimentos, a ausência de nomes não implica em esquecimento. As pessoas que estão relacionadas representam meu agradecimento que extraio de meus melhores sentimentos. Assim, explico:

À minha queridíssima amiga Lucinha, minha grande irmã, você é um presente de vida, você tem tudo a ver com minhas vitórias.

Agradeço à Rafinha, minha afilhada, que valoriza minha trajetória de estudo e por nossa grande afinidade com as Ciências Humanas.

À minha amiga, Agna Hélia, por nossa amizade e apoio nos trajetos de vida.

Agradeço com orgulho à minha banca examinadora, à satisfação por ser composta por mulheres, em especial, meus agradecimentos à minha orientadora, a Profa. Dra. Flávia Pires, obrigada por me convidar a participar de seu grupo de pesquisa CRIAS e por me apresentar a Antropologia da Infância.

Aos amigos que fiz nas Ciências Sociais, irei materializá-los todos evocando uma pessoa como representação desse grande encontro. Assim, em nome de Tatiane Alves, faço constar meus agradecimentos pelo acreditar e pelos momentos de alegria.

Agradeço à escola pública que me possibilitou ingressar na universidade, a conquistar meu emprego público, fez-me forçar o portão da casa e ser mais que esposa e mãe, fez-me alcançar os títulos que constituem distinção social, mas que é possível de se obter, acreditando, forçando e reinventando-se das opressões da estrutura social.

Agradeço às minhas interlocutoras, às crianças, às mulheres presas e as avós maternas e às agentes penitenciárias que contribuíram com a pesquisa. Na realidade, esse trabalho foi feito por elas, eu apenas redigi esse universo aprisionante e parte de suas microhistórias. Agradeço pela confiança e pelo carinho que me proporcionaram.

RESUMO

O presente trabalho, extraído da pesquisa etnográfica realizada em um presídio feminino situado em uma cidade nordestina de grande porte, numa pesquisa com crianças e sobre a maternidade, objetiva observar a interação social entre as crianças e suas mães reclusas, mas também com os demais atores sociais que se encontravam naquela unidade carcerária no dia de visita da família, no domingo. A pesquisa antropológica foi realizada com mulheres que estão cumprindo pena ou aguardando julgamento em regime fechado. Portanto, a presença das crianças e de seus familiares está imbricada com o tipo de regime de prisão das mulheres. O trabalho discorreu sobre as dádivas percebidas, os sentimentos extraídos do cárcere, corpos que falam, que calam, mas que comunicam. Os recursos metodológicos utilizados na pesquisa foram observação direta, conversas informais, desenho, caderno de campo e memorização. As crianças, que emergem da pesquisa, emergem como atores sociais. No campo, revelaram-se formas de concepções do presídio, tais como: a elaborada pela instituição, a inventada pelas famílias das crianças, sobretudo, pelas avós maternas para as crianças pequenas, mas também, apresentei a percepção das crianças grandes. Emergiram do trabalho categorias apresentadas pelas interlocutoras, tais como: o “psicológico”, “febre emocional”, “encaixadeiras”, “criança pequena” e “criança grande”. Observei alguns signos de resistência na prisão, forma de reinvenção do convívio familiar, a exemplo de lençóis que forram o chão da área de visita. Neles, foram observados aspectos de lar, sacralidade, territorialidade que ressignificaram aquele espaço hostil. Apresentei a revista dos corpos das crianças, os castigos das mães que refletem nas crianças por ficarem sem o direito de visita. Emergiram da pesquisa a maternidade compartilhada, a matrifocalidade, a forma do cuidado com as novas gerações daquele grupo. Por fim, o domingo é uma forma de resistir à mortificação do eu ocasionado pelo sistema prisional, dia de festa, dia de confraternização familiar, é dia da família, consiste em uma forma daqueles pares ressocializarem-se, inconscientemente se reinventam apesar da obliteração de suas identidades, sobretudo, da materna. Exsurgiram o caos da prisão, “o fazer nada” como formas de intensificação da reprimenda. A visita foi observada como a grande e única forma de ressocialização da pena encontrada naquela prisão, realizada por aquelas famílias alijadas que, de forma inconsciente, humanizam a pena, avocando o dever estatal de ressocialização.

Palavras-chave: Prisão. Mulher. Crianças encarceradas. Maternidade Compartilhada. Visita. Dádivas

ABSTRACT

The present work, extracted from the ethnographic research carried out in a female prison located in a large northeastern city, in a research with children and on maternity, aims to observe the social interaction between the children and their imprisoned mothers, but also with the other social actors that they met in that prison unit on the family's visiting day, Sunday. The anthropological research was carried out with women who are serving time or awaiting trial in a closed regime. Therefore, the presence of children and their families is intertwined with the type of women's prison regime. The work discussed the perceived gifts, the feelings extracted from the prison, bodies that speak, that are silent, but that communicate. The methodological resources used in the research were direct observation, informal conversations, drawing, field notebook and memorization. Children, who emerge from research, emerge as social actors. In the field, forms of conception of the prison were revealed, such as: the one elaborated by the institution, the one invented by the children's families, above all, by the maternal grandmothers for the young children, but also, I presented the perception of the big children. I observed some signs of resistance in the prison, a way of reinventing family life, such as sheets that lined the floor of the visiting area. In them, aspects of home, sacredness, territoriality were observed, which re-signified that hostile space. I presented the magazine of children's bodies, the punishments of mothers who reflect on children for being without the right to visit. Emerged from the research, shared motherhood, matrifocality, the form of care for the new generations of that group. Finally, Sunday is the day of a great meeting, a way of resisting the mortification of the self caused by the prison system, a day of celebration, a day of family fraternization, it is a day of the family, it is a way for those couples to re-socialize, unconsciously if they reinvent themselves despite the obliteration of their identities, especially that of the mother. Prison chaos erupted, "doing nothing" as ways of intensifying the reprimand. The great meeting carried out during the visit was observed as the great and only form of resocialization of the sentence found in that prison, carried out by those displaced families who, unconsciously, humanize the sentence, evoking the state's duty of resocialization.

Keywords: Prison. Woman. Jailed children. Shared motherhood. Visit. Gifts

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - O DELINEAR DA PESQUISA: caminhos, espaços, recursos metodológicos e acontecimentos	18
CAPÍTULO II - MATERNIDADE APRISIONADA: a pena de “tirar duas cadeias”	35
CAPÍTULO III - “AQUI É BOM PORQUE VEJO A MINHA MÃE E BRINCO COM AS CRIANÇAS”: as percepções sobre o presídio feminino	76
CAPÍTULO IV - O DOMINGO	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS	173
ANEXOS.....	177

INTRODUÇÃO

A pesquisa iniciou-se em janeiro de 2018, quando cursava a graduação no Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba. Então realizei um trabalho com e sobre crianças que visitavam as mães em um presídio feminino de uma cidade nordestina de grande porte, uma etnografia do dia de domingo, dia de visita da família. Na pesquisa, fiz inclusão das mulheres que se encontravam enclausuradas naquela unidade. Proponho-me, então, com base no pensamento de Pires (2010), em estudar as redes de sociabilidades em que as crianças estão imersas. O trabalho, deu-se inicialmente no intervalo entre janeiro a maio de 2018. A pesquisa foi posteriormente retomada em janeiro de 2019, desta feita pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela mesma instituição, agora no nível de mestrado.

Estudar em presídio foi algo que não intentava deliberadamente. Entretanto, perguntando a mim mesma de onde surgira a ideia e o interesse de ingressar como pesquisadora no cárcere feminino, surgiu-me como resposta o contato com mulheres presas através do meu trabalho: foi esse o grande mote. Exercendo o cargo de oficiala de justiça na comarca de C., uma cidade portuária integrante de uma região metropolitana nordestina, pude ver como aquelas mulheres que chegavam algemadas no fórum traziam algo mais do que os homens na mesma condição traziam: uma comoção familiar. A mulher, quando entrava no carro específico para condução coercitiva de presos, - comumente chamado de camburão, - causava mais impactos do que o observar um homem sair e entrar nesse tipo de veículo. Reporto-me à reação das famílias, de choros intensos, aos prantos, uma cena de comoção das mães dessas mulheres, sobretudo, das crianças. Para mim, uma cena deprimente era o observar tanto sofrimento.

Os corredores do fórum lotavam na espera da audiência. O dia da audiência é uma oportunidade de estar perto do ente querido cerceado de liberdade, é uma oportunidade de visita rápida, um apoio numa visita marcada por ansiedade, tristeza e angústia na espera de uma decisão judicial por um alvará de soltura, geralmente, pela frustração de observar a saída dos presos com as mesmas algemas que ali ingressaram. Passei a perceber que a mulher fazia os corredores ficarem cheios de pessoas e possibilitava esse encontro bem familiar com outras mulheres, geralmente, suas mães e com crianças. Percebi ainda que o retorno ao presídio no momento que ingressavam no camburão era angustiante para as mães das mulheres aprisionadas e para as crianças que a tudo assistiam marcado com choros intensivos.

Observado esse contexto naquele ambiente, - cenário comum do fórum em que há

causas criminais, - passei, então, a ter a inquietação de observar um quê que não sabia nominar, mas num olhar em que me motivava a observar aquelas mulheres ultrapassando o véu de criminosas. Nesse tempo, não era ainda uma estudante das Ciências Sociais, mas um olhar sociológico me instigava a uma inquietação e me convidava a ver a mulher e entender aquele cenário de consternação familiar que igualava aquelas mulheres às demais mulheres que compunham aquele ambiente. Posteriormente, o ingresso nas Ciências Sociais foi uma forma de observar o fenômeno social e o encontro com a Antropologia da Infância, possibilitado na graduação, fez-me convergir o interesse em observar a criança no presídio para visitar a mãe, em busca desse amor que presenciei em campo, algo que é tipificado na Constituição Federal de 1988 como direito de convívio familiar. Etnografei essa interação mãe e filho, e, por conseguinte, etnografei sentimentos.

A Antropologia da Infância foi um encontro, uma surpresa, pois eu estava no final do curso do bacharelado, quando um colega mencionara algo sobre a mesma. Impressionei-me, então, com sua forma de falar, sua empolgação ao indagar-lhe sobre o tema de sua monografia. Mas confesso que não sabia que havia essa disciplina em nosso curso, inclusive, era um dos aspectos que pontuava no diálogo: na antropologia, não se dá muita visibilidade aos assuntos cuja temática é a criança.

Hirschfeld (2016) aponta que a indiferença da antropologia para com as crianças não é sentida apenas pela ausência de pesquisas sobre elas, mas, também, pelo pequeno efeito que essas pesquisas têm tido na maior parte da antropologia. Aborda que, em relação às temáticas mais desenvolvidas em pesquisa nessa área, “gênero, raça e classe, enquanto categorias têm um grande valor no ensino contemporâneo e a atenção dada à forma como elas são construídas e mantidas não são exceções, mas a regra”. Nesse sentido, estudos antropológicos, bem como na esfera das demais Ciências Sociais, têm carência no que diz respeito ao estudo da Infância. A autora ainda alerta o seguinte:

Para a maioria dos antropólogos, a imagem mais comum da criança é a de adultos—em construção. A liminaridade, ironicamente, fez o interesse antropológico ser mais significativo em outros estágios etários, pois, geralmente se traduz a noção de crianças como seres culturalmente incompetentes que são, naquilo que têm de mais interessante, apenas “apêndices” da sociedade. (Hirschfeld, 2016, p. 173).

Hoje, a minha imersão na Antropologia da Infância e no estudo da criança faz-me observar sobre a invisibilidade da criança nos espaços acadêmicos, sobretudo nas Ciências Sociais e, em específico, na própria Antropologia. Aponto que os seminários, os grupos de trabalhos em que consegui, na maioria das vezes, explanar minha pesquisa, não se enquadram no tema direcionado à Infância ou nos estudos que têm a criança como fenômeno social.

Portanto, encaixar-me num contexto mais geral, como etnografias, contextos de sociabilidades que envolvem violência vem sendo a forma de apresentar a temática.

Estudar criança envolve áreas interdisciplinares: estudos inerentes à História, Pedagogia, Psicologia, Psiquiatria, ao Direito, que abrangem a criança como fenômeno social nos objetos de pesquisa. No decorrer da pesquisa, percebi a necessidade em dialogar com a Antropologia das Emoções, pois o campo está eivado de sentimentos expressos de diferentes formas: pelos corpos, por evitações ou visivelmente manifestos. Koury (2004) aponta que a Antropologia das Emoções parte do princípio de que as experiências emocionais singulares, sentidas e vividas por um ator social específico são produtos relacionais entre os indivíduos e a cultura e a sociedade; acrescenta, ainda, que as emoções como objeto analítico nas Ciências Sociais podem ser definidas, então, como uma teia de sentimentos dirigidos diretamente a outros e causada pela interação com outros em um contexto e situação social e cultural determinados.

Abordarei momentos que extraem das emoções de alguns daqueles atores sociais, trazendo à baila alguns fatos que considere relevantes, registrando-os e apontando as minhas impressões e sensações sobre alguns deles, mais precisamente em conformidade à própria fala extraída da criança, da mãe, da avó, das agentes penitenciárias. Assim, momentos que aduziram a separação mãe e filho, eivados de bastantes sentimentos, emoções, mas também trouxe como registro os aspectos observados a partir da dinâmica da visita, sobretudo dos sentimentos observados sobre os lençóis, em relação aos quais fiz analogia a ilhas, os sentimentos materializados pela comida, pelas roupas das crianças, maquiagens das mães, conforme apresentarei no capítulo IV.

Etnografar o dia de domingo, o grande encontro, nasceu de uma estratégia de pesquisa, não poderia ficar à espera de bebês naquela prisão, mesmo que o fluxo de entrada e de saída dessas mães seja considerável. O crime em que a maioria está incursa é o tráfico de drogas, em específico a associação ao tráfico de drogas, crime em que aquelas mulheres pobres se encontram imersas. Mas mesmo entre as pertencentes à classe pobre, observo que algumas daquelas mulheres têm advogado particular¹ e fazem uso de *habeas corpus coletivo*. Assim, por não ter percebido crianças nesse lugar, no dia em que me encontrava para dar início à pesquisa, numa terça-feira, logo pensei: observarei as crianças na visita da família, no dia de

¹ O *habeas corpus coletivo* – medida jurídica com previsão constitucional que tem como objetivo a liberdade de locomoção da pessoa quando se encontra cerceada de sua liberdade ou sob ameaças de sofrer tal cerceamento – é produto de uma decisão do Supremo Tribunal Federal concedida em 20 de fevereiro de 2018, favorecendo presos que atendam alguns requisitos objetivos e passando, em seguida, a beneficiar mulheres que apresentam os requisitos exigidos, tais como: crime sem uso de violência, mães de crianças até 12 anos, grávidas, mães de filhos inválidos.

domingo.

O *habeas corpus* coletivo teve como relator o ministro Ricardo Lewandowski; foi intentado por um grupo de advogados militantes na área de direitos humanos com apoio da Defensoria Pública da União (DPU). Em seu voto, o ministro proferiu o seguinte discurso: “este remédio, na forma como foi apresentado, é cabível”. Ressaltando Lewandowski que os ministros deviam exercer um pouco de coragem, argumentando nas palavras seguintes: “Temos mais de dois mil pequenos brasileirinhos que estão atrás das grades com suas mães, sofrendo indevidamente contra o que dispõe a Constituição, as agruras do cárcere”. (GUEDES, 2018, p. 23).

As mulheres que se beneficiam da prisão domiciliar saem usando uma tornozeleira. No entanto, observei que muitas mulheres poderiam se beneficiar desse “remédio constitucional”, mas muitas delas continuam presas, a exemplo de Jaciara, mãe de Cauã, de 10 anos de idade, que fazia aproximadamente quatro anos que estava aguardando julgamento e que só se beneficiou de uma prisão domiciliar depois de mais de dois anos da concessão do *habeas corpus* coletivo. Apresento que as condições socioeconômicas ligadas à pobreza, consequentemente, à deficiência de uma defesa jurídica para aquelas mulheres, corroboram com a morosidade na concessão de seus direitos.

Das mulheres e crianças em regime fechado

Neste trabalho, trago as práticas desenvolvidas na visitação pelos familiares às mulheres reclusas por cumprimento de pena em regime fechado ou que se encontram presas aguardando julgamento. A pesquisa foi desenvolvida com essas mulheres, com as crianças e seus familiares. A presença da criança no presídio está relacionada com essa modalidade de regime ou situação processual. O domingo que etnografei está essencialmente interligado à situação de regime fechado. Os nomes dos atores sociais presentes nesta pesquisa são fictícios e a escolha dos mesmos foi realizada de forma aleatória, de modo que decidi não colocar os nomes reais das interlocutoras por mais que a maior parte delas não fizessem questão de apresentar suas identificações. No entanto, assim decidi por observar a ética e a preservação da imagem desses atores sociais.

No início da pesquisa, precisamente em 09 de março de 2018, a população encarcerada se apresentava da seguinte forma: 122 presas sentenciadas (cumprindo pena por condenação); do presídio feminino analisado 117 provisórias (aguardando julgamento do processo); 49 no semi-aberto (mulheres condenadas a um regime em que se recolhem durante a noite); 30 no aberto (regime onde as mulheres ficam dia e noite sem precisar se recolher,

mas se apresentam uma vez mensalmente na vara de execução penal da comarca competente) e 127 domiciliar (medida cautelar em que as mulheres aguardam julgamento em casa), totalizando, à época, 445 mulheres.

Atualizado em junho de 2019, no salão central estava escrito a giz a composição mais atual, sendo disponibilizada de acordo com a situação prisional, seguindo dessa forma: 99 sentenciadas; 109 provisórias; 51 semi-aberto e 33 no regime aberto, total: 392; e domiciliar: 198. Assim, comparando a tabela de março de 2018 a de junho de 2019, foram concedidas 71 prisões domiciliares e houve uma diminuição na totalidade de 53 mulheres. A tabela da população carcerária não especificou o número de mulheres que estavam à época em regime fechado. No entanto, resta saber que as mulheres, na sua maioria, estavam reclusas aguardando julgamento.

As crianças que encontramos no presídio feminino estudado estão interligadas com o tipo de regime que suas mães aguardam seus julgamentos. No domingo, há práticas diferentes na visita. Em junho de 2019, observei que há outros tipos de regimes de prisão além do fechado naquele presídio. Há, portanto, mulheres que estão em regime semi-aberto - regime em que a apenada passa o dia 'livre', retornando à sua casa durante a noite ou se recolhe nos fins de semana.

As mulheres que se encontram em regime semi-aberto têm visita diferenciada de outras mulheres que se encontram reclusas durante a semana inteira. As mulheres do regime-aberto ou semi-aberto praticamente não recebem visitas. A saber, elas são soltas no período da manhã, da segunda à sexta-feira, então, na ala em que estão separadas por um muro. Observa-se que, nessa área, não há crianças. Assim, essas mulheres ficam interagindo nas calçadas entre seus pares nos dias de domingo.

As crianças filhas de mulheres que se encontram em regime fechado veem as mães no dia de visita destinado à família; é o único dia em que têm contatos com as suas genitoras. A visita é desenvolvida em processos ritualísticos que fazem o dia de domingo ser um dia diferente dos demais dias da semana, inclusive ressignificando aquele espaço prisional, trazendo impressões de um dia de festa, de um encontro coletivo, de uma confraternização familiar.

As crianças vêm de toda a parte do estado federado, pois, a instituição em questão é um dos poucos presídios femininos do estado. Sobre as origens dessas mulheres, anteriormente, pensei que fossem apenas das cidades de C., S. e B. – cidades que fazem parte da grande região metropolitana. No entanto, a etnografia observou essa problemática no sentido de haver escassez de estabelecimento carcerário para mulheres da região do interior,

fazendo, assim, com que as mesmas cumpram a pena ou aguardem seus julgamentos longe de seus familiares; trazendo, por conseguinte, um grande sofrimento às mesmas, sobretudo pela ausência de visitas que, em específico, é mais sentida em relação às crianças. Embora contrarie as regras constitucionais e a Lei de Execução Penal no sentido de que ao preso é garantido cumprir pena junto à família. Naquela prisão, vi muitas pessoas de diversas cidades do interior do estado, cumprindo pena ou aguardando julgamento.

Presídio: um campo de pesquisa burocrático

Para pesquisar em presídio é necessário adentrar numa seara burocrática. Ao reiniciar a pesquisa, já não tive mais problemas dessa ordem, pois já havia cumprido as obrigações impostas pela secretaria competente desde à época da iniciação da pesquisa para fins do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), exigências requeridas pela *Secretaria de Administração Penitenciária do Estado* em questão, a saber: apresentação do projeto de pesquisa, carta de apresentação do orientador, declaração de vínculo cedida pela coordenação do curso, certidões criminais negativas das polícias civil e federal², das justiças estadual e federal.

No que se referiu à burocracia, o trâmite do procedimento administrativo levou algo próximo a três semanas, mas sempre fiquei buscando contato com os administradores e servidores do setor de direção e organização das unidades presidiárias para que a diretora responsável pela liberação despachasse o referido processo. Assim, o tempo para realizar a pesquisa também é delineado por esses processos burocráticos. No entanto, tive a ideia de usar uma estratégia metodológica, já que, naquele momento, não podia ingressar no presídio devido à falta de documento que me autorizasse o ingresso. Passei, então, a iniciar a pesquisa literalmente pelo “lado de fora”, no portão onde as famílias se organizavam numa minúscula fila para entrar. Discorri no meu trabalho de conclusão de curso de graduação sobre a ideia de forçar a entrada no campo, constituindo um aporte metodológico na pesquisa, observada nas primeiras dificuldades apresentadas em seu início. Vejamos:

A burocracia tomou-me um tempo considerável, mas, enquanto aguardava a formalidade, comparecia ao campo, ficando do “lado de fora”, aguardando crianças que saíam do interior do presídio, então, nesse espaço, tive contato com algumas delas, a exemplo de A. G. menina de sete anos e M., menina de sete anos que desenharam seus sonhos por mim requeridos. O lado de fora era viável para uma conversa com avós e com as crianças que costumavam aguardar carros particulares para retornarem às suas casas. O “lado de fora” faz parte da área do complexo prisional, delimitado por cerca de arames farpados, lugar onde os

² Em relação às certidões mencionadas, extraem-se via internet pelos sites respectivos desses órgãos; são gratuitas, com exceção da certidão da polícia civil, que custou, à época, mais de R\$14,00 (quatorze reais) e tinha prazo mínimo para entrega de três dias.

carros são estacionados, possui uma pequena área coberta, com banco de cimento, fácil de encontrar crianças com familiares que ali ficavam sentadas observando os carros que chegavam. (GUEDES, 2018, p.12).

Ao ingressar com o requerimento de autorização para iniciar a pesquisa, recordo-me que estava no setor competente da Administração Penitenciária; sentada aguardando para falar com a pessoa responsável pela autorização, em uma espécie de antessala, escutei o seguinte: “ah, pode não, elas vão ser liberadas pro *habeas corpus coletivo*”. Ao ouvir, decidi ir embora e voltar outro dia, pois meu requerimento tinha o pedido muito generalizado, de modo que o conteúdo do que ouvi me fez sair e retornar outro dia com um requerimento mais fundamentado, usando dos próprios requisitos objetivos do referido *habeas corpus*. Assim, fi-lo, sendo deferido posteriormente. Senti-me muitas vezes como uma espécie de um olho na instituição, mas, depois, senti que as pessoas que compõem aquele quadro funcional foram se acostumando com minha presença e de certa forma me aceitando.

“O lado de fora” propiciou-me o contato com as avós maternas das crianças; é nele que se inicia o ritual de entrada no presídio feminino enquanto lugar de fazer etnográfico e reflexão antropológica, a começar pela fila no portão de ferro central, num cenário que encontrávamos mulheres de todas as idades, em sua maioria, entre 40 e 50 anos. Mulheres que se enfileiram junto com as crianças que carregam no colo ou acompanham-nas em meio a muita comida caseira e diversos materiais trazidos, oferecidos como dádivas (MAUSS – Teoria Geral da Dádiva) para as mulheres presas. Elas são avós maternas que visitam e levam seus netos para visitarem as mães que se encontram naquela prisão.

Adentrar no presídio, após observar os trâmites burocráticos é poder observar que crianças e mulheres naquela situação especial de prisão resistem ao sofrimento do cárcere, averiguados por momentos vislumbrados num cenário em que crianças brincam, correm, comem, dormem no chão forrado por lençóis, fazem pose para tirar fotos, tomam banho em chuveiro ao ar livre, desenham e colorem revistas numa sala de aula utilizada como uma espécie de ponto de vigilância por agentes penitenciários armados vigiando os corpos, inclusive o meu. Isto faz com que o pesquisador tenha que produzir alguma sensibilidade no trato com o pesquisado.

O meu olhar é sobre a criança, observando-a na imersão daquele contexto prisional, mas não incidindo de forma específica sobre a criança estigmatizada, filha de presidiária. Nesse sentido, registro que minha percepção sobre aquelas mulheres, por mais que as enquadrasse como pessoas que cometeram crimes, não se restringiu para que as observasse sobre esse foco. Então, fui em direção à mulher, à criança e seus familiares, muitas vezes sentindo-me, dentro do possível, no lugar dessas mulheres, pois entendia seu choro quando

aludiam a dor de não estarem com seus filhos, principalmente quando essas crianças se espalhavam em casa de familiares diversos devido à condição socioeconômica, a exemplo de Ariane, de 23 anos, presa por assalto à mão armada e que não recebe visita de seus dois filhos com idades de dois e três anos. Os filhos de Ariane se encontram sob os cuidados do avô paterno, um idoso com mais de setenta anos de idade, pois moram em Sp., uma cidade que fica a mais de 40 km do presídio feminino, e não têm condições financeiras de custear passagens.

A pesquisa apresentará acontecimentos em que se observam a forma como as pessoas adultas constroem as crianças como um ser inocente. Observaremos como o adulto é inocente em acreditar na inocência que ele mesmo constrói para a criança, mesmo que na santa inocência das “mentiras”, ou melhor, das verdades construídas para proteção das crianças, nesse caso específico, para proteger-lhes o “psicológico”. A criança que trago neste trabalho é a criança ator social. Assim, apresento-a através do poema de Manoel de Barros (2015). Vejamos:

Depois que iniciei minha ascensão para a infância,
 Foi que vi que o adulto é sensato!
 Pois como não tomar banho nu no rio entre pássaros?
 Como não furar lona de circo para ver os palhaços?
 Como não ascender ainda mais até na ausência da voz? (Ausência da voz é infância,
 com t, em latim.)
 Pois como não ascender até a ausência da voz – Lá onde a gente pode ver o próprio
 feto do verbo – ainda sem movimento.
 Aonde a gente pode enxergar o feto dos nomes – ainda sem penugens.
 Por que não voltar a apalpar as primeiras formas da pedra.
 A escutar os primeiros pios dos pássaros.
 A ver as primeiras cores do amanhecer.
 Como não voltar para onde a invenção está virgem?
 Por que não ascender de volta para o tartamudo! (BARROS, 2005, p.41).

Percebe-se ideia antagônica ao adultocentrismo no conteúdo da poesia. Ascender à infância é começar do novo, uma ascensão como evoluir no seu aspecto mais positivo. Assim, ascender à infância é a propositura da criação.

Discorrerei, nesta etnografia organizada em quatro capítulos que foram elaborados a partir de dados colhidos na imersão do campo, sobre o trabalho que foi realizado desde a observação direta, dando ênfase às falas das interlocutoras, extraídas de conversas informais que, sob minha ótica, foi a melhor forma de diálogo naquele contexto. As conversas informais fizeram fluir falas, propiciaram assuntos que emergiram sem que sequer intentasse algum planejamento sobre os mesmos.

CAPÍTULO I - O DELINEAR DA PESQUISA: caminhos, espaços, recursos metodológicos e acontecimentos

Neste capítulo, discorrerei sobre as abordagens metodológicas utilizadas na realização da pesquisa; apresentarei os aspectos gerais sobre o trabalho, em relação a alguns espaços utilizados naquele cárcere, sobre os acontecimentos que emergiram naquele ambiente, e também abordarei o evento superveniente e exterior ao campo a fim de observarmos a inferência de acontecimentos na vida pessoal do pesquisador sobre a pesquisa.

1.1. Os espaços e os recursos metodológicos observados no campo

A pesquisa consiste basicamente numa etnografia do dia de domingo daquela unidade prisional. A observação direta foi primada nesse trabalho: o olhar, o ouvir, o escrever, o sentir; as percepções extraídas daquele cenário estão aqui apresentadas, e também o uso do caderno de campo, a técnica do desenho como metodologia complementar e os processos de memorização foram por mim utilizados.

Cardoso de Oliveira (1996) entende que a observação participante realiza inegável ato cognitivo desde que capte as significações, apontando que o olhar e o ouvir podem ser considerados como os atos cognitivos mais preliminares no trabalho de campo.

Os lugares mais utilizados para realização da pesquisa, considerados mais significativos foram: a área de visita - os lençóis; a sala de aula e a Cela do Aleitamento. A área de visita foi por mim assim denominada. Faço referência ao espaço em que as mulheres presas forram os lençóis no chão para receberem as crianças e também neles apoiam a comida trazida de casa remetendo a uma espécie de piquenique coletivo – discorrerei no IV capítulo.

A sala de aula é um lugar destinado para as mulheres reclusas, mas foi por mim utilizada, assim, nos domingos. Apenas crianças eram encontradas nesse lugar junto à minha companhia e a de um agente penitenciário armado de rifle. Já a Cela do Aleitamento é assim denominada pelas agentes penitenciárias e por todos naquela instituição: consiste num lugar destinado a gestantes e lactantes; é nela que encontramos bebês a exemplo de André, atualmente com cinco meses de vida – discorrerei no próximo capítulo.

A observação participante foi primada em meu trabalho, que consiste numa pesquisa basicamente etnográfica. Teoricamente, trabalho com uso de recursos bibliográficos referentes à temática na sua abordagem interdisciplinar, sobretudo, teorias da Antropologia e da Sociologia da Infância. Abordo também algumas fontes jurídicas, leis constitucionais ou legislação específica, tal como o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Pires (2011) e James & Christensen (2000) entendem que, de modo geral, a questão metodológica no estudo “com” crianças não requer métodos especiais, pois os métodos de pesquisa devem ser adaptados para o contexto pesquisado. Assim, não se justifica, segundo esses autores, desenvolver novos métodos de pesquisa destinados ao público infantil. Conforme tais argumentos, as mesmas técnicas de pesquisa que se fazem com pessoas adultas podem ser aplicadas com pesquisas com crianças. Contrariamente a esses autores, Miller e Delgado (2006) preconizam a ideia da necessidade de construção de uma metodologia própria para a pesquisa com as crianças.

Em relação à minha pesquisa, não percebo que seja necessário o uso de uma metodologia específica por se tratar de um trabalho realizado com crianças. Assim, compartilho o entendimento de Pires (2011), principalmente por ser um trabalho etnográfico em que a observação direta consiste no esteio da pesquisa. Não percebi a necessidade de se observar uma técnica específica para estudar criança, apenas usei desenhos, lápis, jogos, revistas para colorir, caça-palavras, massinhas de modelar como ferramentas metodológicas para que propiciassem um estreitamento de relações com aquelas crianças.

Ressalto que não intento uma possível representação dos atores sociais daquele cárcere que fazem parte da massa invisível da sociedade, mas que o trabalho etnográfico intente ser um canal de fala da própria criança e de suas mães sem a necessidade de inferir uma possível proteção ou mesmo uma representação. A criança é invisível socialmente por ser criança. No entanto, as crianças do presídio feminino estudado apresentam vários marcadores sociais, pois, em sua maior parte, são negras, pobres, têm estudos escassos e, sobretudo, possuem um marcador social muito incisivo por serem filhas de presidiárias. Elas são encarceradas, elas também se encontram presas na trajetória social da prisão de suas mães. Não falo por elas, falo através delas, canalizo suas falas e suas microhistórias através desta pesquisa. A importância de fazer trabalhos etnográficos é extrair as regras gerais a partir de uma constelação particular, neste caso, a prisão feminina e as crianças encarceradas em uma cidade nordestina de grande porte.

Motta e Frangela (2013) expõem que Spivak (2010), em diálogo com Bidaseca (2010), chama a atenção para o alinhamento da subalternidade ao silêncio no que se refere à necessária condição de inaudibilidade, apontando que consiste numa questão de pouca atenção dada pelas Ciências Sociais. Informam, ainda, que não se trata de observar a fala em seu sentido literal, mas ser considerado de fato como o outro, consistindo, nesse sentido, uma problematização para quem se dedica aos trabalhos sobre infância.

Como já apresentado, preconizo o contato direto com todos os atores sociais daquele

espaço: crianças, mães, avós, tias, agentes penitenciários, outros funcionários ligados à Secretaria da Administração Penitenciária, mas registro que o contato por excelência é aquele que tenho com as crianças, sendo mais efetivo quando resolvi utilizar o desenho. Assim, utilizei inicialmente do desenho para que houvesse um estreitamento da relação pesquisadora e pesquisadas, enfatizando que foi uma estratégia metodológica que me abriu espaço e fez com que eu fosse aceita pelas mesmas. Dessa forma, foi construída uma relação harmoniosa que me fez sentir querida por aquelas crianças. O desenho promoveu o contato, o desenvolvimento de uma relação de confiança e amizade, propiciando, por conseguinte, a extração dos dados elencados na pesquisa.

Pires (2011) utilizou desenho com crianças em pesquisa de campo na cidade de Catingueira-PB, resultando no livro *Quem Tem Medo de Mal Assombro? Religião e infância no semiárido nordestino*. A autora aponta que proveu todo material de desenho utilizado na pesquisa presenteando as crianças com lápis; aponta ainda que o desenho, na realização de sua pesquisa, foi potencializado pela observação participante.

Procedo em conformidade com a autora, que o uso do desenho estreita minha relação com as crianças, mas também com mães e avós, resultando numa maior dinâmica naquele espaço. Acredito que o colorido dos lápis traz um aspecto lúdico naquela unidade prisional mesmo que de forma sutil, sobretudo no que diz respeito à presença da criança promovendo uma ressignificação da sala de aula daquela unidade carcerária.

Alves (2019), numa etnografia do recreio de uma escola pública municipal da cidade de Cabedelo-PB, observou, justamente a partir da técnica do desenho, que as crianças gostam mais das aulas de educação física do que do próprio recreio. A autora aponta que foi um dado revelado em campo. Lowenfeld e Brittain (1977) escrevem sobre a importância do desenho nos trabalhos científicos:

desenhar, pintar ou construir constitui um processo complexo em que a criança reúne diversos elementos de sua experiência, para formar um novo e significativo todo. No processo de selecionar, interpretar e reformar esses elementos, a criança proporciona mais do que um quadro ou uma escultura proporciona parte de si próprio como pensa, como sente e como vê. (Lowenfeld e Brittain (1977), p. 13).

Posso inferir que o desenho ou a atividade de colorir as revistas que levo para a sala de aula do presídio feminino para interagir melhor com as crianças representa aspectos que propiciam uma boa relação com as crianças. Assim, são momentos propícios para observação de muitos sentimentos, relatos e impressões sobre aquelas crianças, também pelo uso da técnica da observação participante.

Em relação às despesas que tenho com a pesquisa, estas são custeadas por mim, pois

por não ser aluna bolsista tenho que custear as minhas idas e os materiais de atividades que precisei levar ao campo. Nesse contexto, pude ter a impressão de que deve ser muito difícil para um pesquisador não ter nenhum tipo de recurso financeiro para fomentar a pesquisa, pois me imaginei no lugar de um pesquisador sem bolsa e sem recurso próprio para fins de manter um trabalho, por mais que seus materiais utilizados sejam simples. Para fins de registro, gasto em torno de R\$40,00, algumas vezes R\$60,00 reais por domingo, fato esse que me motivou à mudança de estratégia em relação à ida ao campo, pois, posteriormente, já em 2019, passei a fazer intercalações nos domingos. Então frequento o campo de 15 em 15 dias. Trazer materiais para atividades com as crianças é essencial para retirá-las daqueles lençóis que forram o chão e do contato com suas mães, mesmo que momentâneo, pois para isto necessita-se estabelecer algumas trocas.

Assim, os lápis, as folhas especiais para desenho, os jogos, as revistas para colorir, ‘quebra-cabeças’, ‘caça-palavras’, tudo isso é incentivador às crianças frequentarem a sala de aula. Eu nunca consigo voltar com os lápis de colorir, pois sempre me pedem, também nunca levo algum desses jogos ou revistas de volta, pois deixo tudo com as crianças. Já em relação a jogos e brinquedos, como são poucos, eu faço sorteio na hora de ir-me embora. Percebi que a inserção de folhas para desenho em formato A3- 297mm x 420 mm da marca Jandaia promoveu um estímulo ao desenho: são folhas brancas, grandes que incentivaram muito mais as crianças nas atividades de desenho. Certo domingo, deixei um bloco no chão da área de visita, tinha em torno de 40 folhas, e em poucos minutos observei através de uma criança que veio até a mim e falou “tia, eu quero uma folha”; em seguida, quando olhei para o chão, já não havia mais nada. Mas, nesse dia, percebi que foram as mulheres que pegaram as folhas. É, portanto, um material ‘cobiçado’ para que sejam realizadas possíveis comunicações, inclusive para cartas de amor, como fazem Camila e Ariane, que requerem folhas de desenhos do meu caderno de campo para escrever cartas de amor aos seus companheiros. Sobre esse aspecto, passei a ter mais cautela com as folhas, pois entendi que há uma normatização não escrita, mas posta numa codificação moral do presídio sobre a proibição de comunicação.

Ao comparecer aos domingos, sempre levo algum doce ou caixa de chocolate para as agentes penitenciárias. Já para as crianças, não levei nenhuma espécie de lanche, pois sei que ingressar no presídio com pacotes é bastante complicado. Assim, compreendendo aquele espaço prisional, evitava levar volumes comigo. Então fazia questão de ser evidente em tudo que levava, retirando os lápis de suas caixas e levando-os em sacos transparentes, da mesma forma fazendo com os jogos e revistas que eram retirados de seus invólucros pela agente penitenciária encarregada da triagem do material que ingressava naquela prisão.

Em relação ao meu vestir, faço questão de pensar em minha roupa. Sempre me apresento de forma simples, o mais próximo daquelas mulheres, e uso roupas leves para que possa me sentar no chão. Sempre uso calça de malha, pois faço questão de que, através de minha veste, possa ser observado que em meu corpo não se esconde qualquer volume. Então, sempre uso calças justas.

Ainda sobre o desenho, a utilização dessa técnica complementar interfere na forma como sou observada pelas crianças, mães e por suas avós: sou percebida como professora, apesar de ter outras impressões. Entretanto, ser a professora foi a mais frequente, a mais evidente, até por que foi extraída da fala das próprias crianças; já, para algumas mulheres, estou sendo observada como “aquela que estuda a mente das crianças”, como apontado pela mãe de Everaldo, menino de dois anos.

Pires (2011) enfatiza que além de Toren (2002, p. 188-189), James, Jenks e Prout (1998) concordam que a eficácia da técnica do desenho é potencializada na medida em que eles são motivos de discussões posteriores: conversar com as crianças sobre os significados que elas atribuem para seus desenhos permite que as crianças se engajem mais produtivamente com as questões da pesquisa.

As falas advindas das crianças são propiciadas no momento em que tenho contato com as mesmas, promovidas pelo uso do desenho, principalmente na oportunidade em que me explicam os seus significados, aproveito o momento para introduzir perguntas previamente planejadas, a exemplo: sobre a percepção do presídio; a revista dos corpos, sonhos de vida. O desenho oportuniza alguns dados que nem sequer os espero, pois, muitas vezes, obtenho falas não dadas por respostas às minhas perguntas, mas vindas numa espontaneidade das crianças sobre diversos aspectos, como Filipe, garoto de 4 anos, que me revela, enquanto desenhava, numa fala que não estava no contexto de nossa conversa, “(...) a minha avó bate na minha mãe e nos meus tios com um pau”.

O desenho motiva a entrada de outros elementos para nossa vivência na sala de aula. Recordo-me que, em retorno ao campo, passei a usar a lousa, pois nunca a observei ou sequer objetivei usá-la, mas foi uma menina de sete anos que me sugerira trazer lápis especial para que pudéssemos utilizar. Então, ao trazer os lápis solicitados, posteriormente houve uma dinâmica interessante: elas propuseram jogos que eu desconhecia.

As crianças trouxeram as brincadeiras, pois não sabia sugerir, apenas pensei no ‘jogo da velha’, brincadeira de minha geração, mas que percebi que também era conhecida e apreciada, foi a mais utilizada. Num certo domingo, uma menina de nove anos de idade me propôs a brincar de “Popeye” - desenho animado de um boneco marinheiro, brincadeira que

bate nas mãos e canta para “saber com quem vai se casar”. Nesse dia, fiquei muito alegre, pois voltei à minha infância, essa brincadeira era do meu tempo, brinquei muito quando era criança, recordei, então, a música e os gestos de bater nas mãos da parceira, num cantarolar, mais ou menos assim: “com quem será, com quem será que a Olívia vai se casar? Vai depender, vai depender se o Popeye vai querer (...)”.

Algumas vezes, em campo, senti vontade de ser uma professora profissional de criança, pois senti-me embaraçada no sentido de não saber desenhar, propor brincadeiras, pois meu contato e experiência com crianças foi apenas como mãe. No entanto, não ser uma professora de criança não é essencial para a realização da pesquisa com crianças, pois elas de uma forma dinâmica tomam a direção das atividades, iniciam brincadeiras, interagem entre pares, dialogam, expressam emoções, dançam, cantam, riem, brincam com harmonia, mas também de maneira, às vezes, não respeitosa, a exemplo de João, menino de 9 anos, em relação a Cauã, menino de 10 anos, chamando-o de “mulherzinha, mulherzinha, mulherzinha”, cantarolando sarcasticamente, fazendo com que eu parasse uma atividade para intervir antes que houvesse um momento de tensão entre os mesmos. A importância da pesquisa, portanto, nesse caso específico, repousa na observação da criança e das pessoas que fazem parte de sua rede de sociabilidade.

O trabalho que tenho com essas crianças que entram e saem a todo momento da sala de aula daquele presídio, às vezes, tenho a impressão de que atrapalha, pois interrompe conversa com outra criança, às vezes, atrapalha ouvir relatos importantes. No entra e sai frequente de crianças pequenas, tenho que me retirar da sala de aula para segurar em suas mãos e levá-las para suas mães na área de visita, pois requerem sempre ficar com as mães à proporção que também querem ficar na sala de aula. Assim, muitas vezes deixo levar o material, lápis de colorir, folhas brancas, massa de modelar, jogos para ficarem juntos às mães na área de visita.

As crianças grandes ficavam horas e horas na sala de aula fazendo atividades comigo, cheguei a ter angústia de “tirar” as crianças do convívio de suas mães no único dia em que tinha na semana para visitá-las. Todavia, percebi que era um sentimento apenas meu, pois as crianças gostavam e as mães aprovavam e apreciavam as atividades. Percebi a satisfação em seus rostos por estar com seus filhos naquela sala de aula.

O fato de muitas crianças me chamarem ao mesmo tempo me deixava meio que desorientada. Confesso que trabalhar com crianças maiores vem sendo observado como algo mais fácil. Em relação às maiores, elas esperam a fala do colega, entendem o momento em que converso em particular e não ‘entram e saem’, pois raramente saem da sala de aula antes

que eu vá embora. Às vezes, elas interagem tanto, empolgam-se com as atividades que muitas vezes cheguei a me cansar e a ter fome, pois na maioria dos domingos saía daquele presídio às 14:00 horas, ultrapassando o horário do meu almoço habitual.

Sobre as crianças maiores, venho observando desde o início da pesquisa que elas são muito educadas, muito quietas, causando-me com o passar do tempo um estranhamento. Refiro-me no sentido de serem quietas, pois elas, na maior parte do tempo, pedem licença intensamente para tudo, por exemplo: para ir ao banheiro, para ir à área de visita, para pegar o material que levo, para pegar uma folha, para pegar os lápis de colorir, pedem tanta licença, “tia eu posso pegar o lápis azul?” Por mais que tenha que repetir isso: “que não precisa pedir, pois tudo que eu trago é para vocês”. Assim, passo a ter impressões que esse comportamento muito quieto parte de um entendimento de que aquele ambiente é um espaço de poder, mas não relaciono à minha pessoa, mas sim por ser uma sala de aula de um presídio, pois em salas de aula tradicionais comuns em escolas, crianças ‘bagunçam’. Entendo dessa forma, pois fui criança também, fui mãe de crianças pequenas e frequentei as escolas. No entanto, as crianças do presídio feminino sob análise, na sala de aula daquele espaço prisional, não bagunçam.

O fato de observar o *não bagunçam* em relação às crianças, refiro-me essa análise a partir da saída do agente penitenciário armado com fuzil, pois com o ingresso da pesquisa, ao passar do tempo, esse agente foi deixando aos poucos a sala de aula. Portanto, faço referência de o *não bagunçar* ao tempo em que as crianças se encontram apenas comigo naquele espaço. Nesse sentido, ainda não implica dizer que são robotizadas, pois elas brincam, sorriem, interagem, propõem, sugerem, conforme poderá ser observado no decorrer da pesquisa que as crianças que trago neste trabalho são atores sociais, são dinâmicas, não são meros receptáculos.

A pesquisa se propõe a trazer os relatos, as falas, as ocorrências vivenciadas por crianças e mães. No que se refere às práticas cotidianas e às observações ligadas às crianças, foram preconizadas as suas próprias falas. Adentro no campo tentando treinar o meu olhar, meu ouvir para que posteriormente possibilite a minha escrita. Utilizo, portanto, caderno de campo para registro de dados que considero relevantes sobre as relações e práticas que envolvem aqueles atores sociais na dinâmica daquela unidade prisional.

Iniciei a pesquisa usando o caderno de campo, tive a oportunidade, já inicialmente, em perceber que esse recurso metodológico se mostrou ser de uso cauteloso e restrito naquele campo específico, pois, num determinado dia, quando anotava no caderno os relatos de algumas mulheres, escutei da avó materna de Everaldo a seguinte fala: “(...) você, que tem uma profissão espiosa, faça, mas faça com amor!”. Confesso que, nesse momento, senti-me

constrangida, pois entendi que “espiosa” era a visão de que eu era uma espiã, e imediatamente atribuí ao caderno de campo. Embora usado esse termo, mantivemos um bom diálogo, finalizado com um abraço. A avó de Everaldo foi uma das avós maternas que mais me apresentou relatos eivados com bastantes emoções em meio a um choro intenso, que ela comenta na fala “(...) eu faço a comida chorando, mas faço!”.

Nesse contexto, a partir desse contato, passei a usar o método de memorização, sendo um dos recursos mais utilizados na pesquisa. Já o caderno de campo, em relação às crianças, não se apresentou muito emblemático; elas eram mais espontâneas e mesmo assim passei a ter mais cautela em utilizá-lo, pois não escrevo no momento simultâneo em que escuto. O caderno de campo nunca foi utilizado quando o interlocutor era a agente penitenciária, pois considero-as mais desconfiadas para diálogos espontâneos.

Em resumo, o caderno de campo não era tão bem visto nesse tipo de ambiente, mas os processos de memorização foram imprescindíveis à pesquisa. Nesse sentido, observei a mesma técnica intentada por Biondi (2010), utilizando bastante desses processos, o campo de estudo trata-se de uma prisão, também pelo fato de estar sendo observada pelos agentes da instituição, mas também pelas mulheres aprisionadas, pelas crianças e por seus familiares. Assim, olhar, ouvir, memorizar e escrever foram os processos metodológicos mais utilizados.

No início da pesquisa, respondia a quem me perguntava o que eu estava fazendo naquele espaço, dizia que estava observando as crianças nas emoções e no comportamento “psicológico”, falava isso, limitadamente, principalmente aos agentes penitenciários, para não suscitar desconfiança de que, na realidade, eu estava para ouvir e olhar tudo, inclusive como eles se comportavam em relação às crianças. Às mães e familiares nunca respondi dessa forma, apenas generalizava que trabalhava com crianças.

Em certos momentos, fiquei sendo observada como aquela que “trata da mente das crianças”. Num dia, na área de visita, uma mãe me interpelou de forma súbita, assim que ingressei no ambiente em que estava, ela saiu repentinamente dos lençóis que forram o chão, chamando-me: “Ei, é você que lê a mente das crianças? Olha, meu filho não me vê como presa. Ele vê o pai porque pega na grade e diz: papai, papai”. Percebi que era vista como psicóloga, foi quando ouvi uma mãe dizer a outra mulher quase que sussurrando “ela é psicóloga” – em relação ao pai da criança, ela visitava [a criança] desde recém-nascido, mas, hoje, não mais visita, pois foi transferido para um presídio federal de segurança máxima na região Centro- Oeste do país.

Num certo domingo, estava na área de visita quando chamei duas crianças que eram irmãs para que dialogássemos. Percebi, a partir desse convite, que a mãe das crianças correu

e, preocupada, veio saber do que se tratava. Vi, nesse instante, que era novata no presídio, pois eu já era bastante conhecida, então, passei a falar sobre a pesquisa e, logo em seguida, vem a avó dessas crianças, mostrando também preocupação. Nesse instante, ao ver a mãe e a avó abordando-me daquela forma desconfiada, Teresa, garota de nove anos, age de forma desafiadora, encarando a avó e a mãe, falando-me: “Me pergunte, eu respondo uma, dez perguntas, eu respondo o que quiser!”. E uma das respostas relativas a como percebia o presídio, disse-me: “Aqui é muito bom pra que ela [referindo-se à mãe] tenha vergonha na cara!”. Essa fala chamou-me a atenção, não tanto pelo conteúdo, mas pela forma que se impôs diante da mãe e da avó materna.

Sobre imagens das crianças e de suas mães, prefiro não as utilizar, embora algumas delas estejam na internet publicizadas pela Secretaria de Administração Penitenciária numa comemoração do Dia das Mães num evento realizado pela instituição. Portanto, decidi não fazer exposição pelo fato de serem pessoas bastante estigmatizadas. Assim como apontei, todos os nomes dos interlocutores são pseudônimos por questões de encarar mais eticamente aquelas pessoas, sobretudo, as crianças.

Sobre os relatos inerentes às crianças pequenas [aos bebês], as avós são grandes informantes, mas também trazem fatos relativos às crianças maiores, dados de comportamento concernentes à saúde, ao sono, à escola, fatos narrados com enfoque nos acontecimentos a partir da prisão das mães. Nesses aspectos, a minha maior interlocutora foi a avó materna das crianças, pois, em sua maioria, é ela que fica com a responsabilidade de cuidar dos filhos de suas filhas.

As narrativas que tiveram ênfase a partir do evento *prisão da mãe* são fortes, muitas pautadas por violência vivenciada pelas crianças, tais como: policial com arma em suas cabeças; ameaças de morte do pai pela polícia para que “abrisse o jogo”; a presença da prisão da mãe; crianças levadas em carros de polícia junto aos pais presos, dentre outras, demonstrando que ser filha de presidiária associada ao marcador social infância intensifica o sofrimento e o sentimento de desolação da criança que sente o medo de “não ter mais ninguém pela gente”, pois as mulheres da família estão sendo aprisionadas pela associação ao tráfico de drogas.

Imersa nesse contexto prisional, ouvindo falas de pessoas alijadas com marcadores sociais que reverberam uma vida de dor e de sofrimento, de crianças que sofreram violência policial, consubstanciada na fala da avó, remeto minhas reflexões fundadas no pensamento de DaMatta (2011) em “Como poderei chegar a captar essa realidade social se não me colocar diante dela como um semelhante aos que dela tiram a honradez, a dignidade e o sentido da

existência?”. Eu atravessei o estigma *criminosa* e fiz minha etnografia com mulheres, com mães; atravessei, o rótulo de filhas de presidiárias e observei crianças, obviamente, não deixando de contextualizar o mundo a que estão submetidas em seus marcadores sociais.

Retornando aos aspectos da metodologia aplicada, acreditei que o uso da técnica complementar do desenho levar-me-ia à aproximação com as crianças de forma mais efetiva, e foi positivo. Implicou no estreitamento do contato, foi relevante à pesquisa, pois já havia ido a campo algumas vezes e não havia chamado atenção das crianças.

O uso do desenho, a sua inserção na pesquisa trouxe uma melhor identificação com as crianças. Percebi, ainda, o comportamento de Cauã, menino de 10 anos de idade, que por mais que o tratasse bem, nunca atendera meu chamado; resistia, às vezes que lhe chamava, queria sempre ficar no lençol perto da mãe. Tentei convencê-lo a participar das atividades na sala de aula, mas não de forma insistente, assim, tempos após, veio espontaneamente, não pelo desenho, mas pelas revistas “caça-palavras”. Entretanto, ao introduzir o desenho na pesquisa, surgiu a sala de aula como espaço na pesquisa e outros elementos, tais como: brinquedos, revistas de colorir, lápis para quadro e jogos.

O uso do desenho, dos lápis, papel especial para desenho, revistas para colorir, caça-palavras, massa de modelar e de alguns jogos trazem um dinamismo naquele espaço, pois as mães aprovam as atividades realizadas com suas crianças. Assim, observo através da leitura de seus rostos sorridentes, o corpo afirmando que sim, demonstrando alegria e o orgulho em ver os filhos naquela sala de aula, colorindo revistas, desenhando, assim, foram essas as impressões. Algumas delas ficavam na janela observando as atividades que eram desenvolvidas na sala de aula, era notória a aprovação ao observar a forma como nitidamente demonstravam satisfação em ver seus filhos em minha companhia naquele espaço. Na fala de uma avó que me diz “leve mesmo, professora. Ele tá precisando de estudar”, assim, pude observar a satisfação e aprovação das atividades desenvolvidas para e pelas crianças.

Retornando às crianças pequenas, observei que elas não ficavam com frequência na sala, elas demonstravam a todo tempo que queriam ficar com suas mães, mesmo as crianças que não falavam, apontavam com os dedos a região que estavam os lençóis que forram o chão da área de visita, lugar em que estão as suas mães. Então, deixo que levem as revistas e os lápis, muitas fazem atividades no colo de suas mães. Mas participam das atividades “num entra e sai” da sala de aula, num movimento que se faz contínuo.

No presídio feminino, havia uma criança pequena muito serelepe, tinha dois anos de idade, o xodó do presídio, encantava a todos. Os agentes penitenciários eram afetuosos com essa criança, ela era uma menina negra que desfilava lindos vestidos, a forma como se vestia

marcou sua presença naquele espaço, parecia uma pequena baiana pelos seus trajes, vestidos coloridos, estampados e adereços com laços na cabeça era seu estilo de se apresentar.

As crianças pequenas tinham dificuldades em sentar, pois a sala de aula não era apropriada para crianças, era uma sala para adultos. Então, estava sempre as colocando na cadeira, e segundos após saíam novamente, queriam ir para a área de visita, pois requeriam a todo tempo as suas mães; então, nesse entra e sai, eu tinha que levá-las, senti-me na pele de uma professora do ensino maternal, ficava meio sem saber o que fazia. Às vezes, elas me interrompiam no momento de uma escuta de uma outra criança, pois de forma considerável requeriam mais atenção. Portanto, por não ter uma assistente de sala de aula, por ter uma sala composta por crianças de várias idades, pois, ao chegar no presídio a maioria vinha até a sala, muitas trazidas nos braços por suas mães que as traziam com satisfação observada através de sorrisos.

A pesquisa foi se estabelecendo com um maior contato com crianças maiores, também pelo fato de ter sido realizada em maior parte na sala de aula. Eu ficava em torno de três horas com as mesmas. Muitas das crianças pequenas não voltavam. Algumas demonstravam querer ficar à proporção que queriam sair para ficar com as mães. Cheguei a perceber inquietação na decisão das mesmas em ficar ou em sair, mas elas demonstraram um interesse maior em estar perto de suas mães comparativamente às crianças maiores.

Sobre a sala de aula, inicialmente, tive uma espécie de angústia em usá-la, pois depois da introdução do desenho na pesquisa, viabilizou o uso dessa sala que era usada como ponto de vigilância dos corpos, assim, incomodava-me usar a sala com um agente penitenciário armado com rifle. Nessa sala, era sempre alguém do sexo masculino que fazia a vigilância.

O uso do desenho mudou a dinâmica da visita do domingo, pois as crianças passaram a sair dos lençóis que forravam o chão. Então meus sentimentos incorriam numa espécie de culpa pela retirada das crianças junto de suas mães, principalmente em saber que o domingo era o único dia em que mantinham contato com as mesmas.

Em relação ao sentimento de angústia sobre a retirada das crianças dos lençóis, era um sentimento apenas meu, pois não percebo por parte das crianças nem de suas mães. E, sobre as crianças menores, não dispensam a sala de aula, possuem uma dinâmica própria, ‘entrar e sair’, mas participam da dinâmica em sala de aula. No entanto, registro a fala de uma mãe que, ao requerer que sua filha viesse fazer atividades nessa sala, simpaticamente respondeu-me enquanto gesticulava, como se pedisse desculpas: “(...) ela não vai, não. Faz quatro meses que não vejo ela”. Entretanto, domingos após, trouxe-a pessoalmente para a sala de aula.

Os desenhos aqui trazidos foram requeridos por mim, mas sem nenhuma interferência

minha. Assim, pedi para que desenhassem o sonho de vida e o que queriam que tivesse no presídio feminino.

Pires (2011) aponta que a antropóloga que conhece o seu campo de estudo saberá distinguir um desenho que faz sentido num conjunto de dados. Assim, esclareço que a maioria dos desenhos realizados pelas crianças no presídio estão bastante contextualizados com a vida daquelas crianças, principalmente a partir da prisão de suas mães. Apresentam em harmonia com a situação social vivenciada a partir do evento dessa prisão, coadunam com os relatos advindos do campo, principalmente os desenhos relativos aos sonhos de vida dessas crianças.

O desenho, segundo Pires (2011), é um material de pesquisa interessante para captar justamente aquilo que vem primeiro à cabeça, aquilo que é mais óbvio para a criança, afirma, ainda, que quando combinado com a observação participante potencializa a sua utilidade, podendo, assim, na concepção da autora, funcionar como um guia para a referida observação, possibilitando direcionar o olhar. Nesse entendimento, dialoga com Toren (2002) no sentido de que é favorável ao uso do desenho conjugado com a técnica da observação participante, dentre outras razões, por incluir os adultos, ao contrário de pesquisas unicamente focadas na voz e/ou nos desenhos da criança.

O lugar da pesquisa, por ser uma instituição prisional, possui regras normatizadas, mas também se percebe normas que não estão dentro de uma determinada formalidade, que fazem parte de um código moral daquela instituição, por exemplo: proibição de caneta.

Ao ingressar naquele cárcere, tenho sempre em mãos o caderno de campo, instrumento essencial à pesquisa, embora tenho usado de forma restrita, cautelosa, mas, no momento oportuno, transcrevo o que ouço, o que vejo, também, minhas percepções e impressões. Portanto, utilizo caneta para escrever os dados que considero interessantes advindos da observação direta.

O meu primeiro constrangimento na pesquisa foi em relação ao fato de algumas mulheres cobiçarem minha caneta. Esclareço que não pela caneta em si, mas pelo receio de como o fato de emprestar uma caneta às presidiárias pudesse ser mal interpretado pelas agentes penitenciárias.

A “cobiça” pela caneta possibilitou um comportamento de uma criança agenciando as regras da instituição, pois, enquanto fazia algumas anotações, Érica, menina de oito anos, sutilmente, de forma esperta, demonstrando ter entendimento da proibição, entrega-me um bilhete de sua mãe, cujo conteúdo era o seguinte: “mulher, por favor, me dá essa caneta para mim”. A forma como a menina me entregou, mostrando agilidade a fim de não ser percebida, mostrou sua forma acurada sobre o ambiente, tendo em vista a vigilância sobre os corpos que

todos nós estávamos submetidos naquele espaço, além de um saber agir em busca dos seus interesses e de sua mãe.

A cena protagonizada por Érica delineia um confronto às regras da instituição de uma forma que se dá pelas lateralidades, pelas brechas. O comportamento da criança de forma ‘sorradeira’, o ato de resistência ao poder, através de uma brincadeira de ‘corre-corre’ nesse contexto social específico, a meu ver, consiste numa forma de criatividade humana. Segundo Deleuze, a criação de mundos está implicada em nossa experiência, “não há obra que não indique uma saída para a vida, que não trace um caminho entre as pedras”.

Para Giddens (1984), todas as formas de dependência oferecem alguns recursos com os quais aqueles que são subordinados podem influenciar as atividades dos seus superiores. O ator social tem a capacidade de agir em desconformidade com as regras, a partir do “confronto” às imposições dadas pela estrutura, através de seu agir, de suas decisões, dessa forma, agencia regras, movendo o tecido social.

A atitude de Érica causou-me desconforto, mesmo sabendo que não há proibição legal de alguém dar uma caneta para outro, mesmo que se encontre restrito de sua liberdade, mas que ficou notória que há a proibição codificada observada no comportamento da garota.

A princípio, minha caneta era pedida emprestada, solicitação, a exemplo, feita pela mãe de Janine, de três anos: “Ei, me empresta teu lápis e me dá um pedaço de papel para eu escrever um recado para o meu advogado”. Assim, atendendo ao pedido, um agente, naquele momento, interpelou com a seguinte fala: “eu quero ver o conteúdo do que você vai escrever”. Isso, também, levou-me à preocupação de que essas atitudes pudessem interferir na pesquisa, pois, com o passar do tempo, não apenas lápis, mas também as folhas de papel de tamanhos A3, A4, também, as de caderno de matérias estilo universitário, que trago comigo começaram a ser cobiçadas.

Sinto, em campo, uma preocupação em demonstrar que cumpro as regras do presídio, pois, a sensação de vigilância persegue-me. Em relação ao contato com as mulheres presas, não tenho incômodo em me relacionar, em estar num estabelecimento prisional, mas me sinto incomodada em ter que trabalhar sobre os olhos de uma vigilância, em específico, de ter agentes armados na sala de aula.

Certo dia, coloquei material para trabalhar com as crianças e, ao olhar em direção ao chão, pude perceber que a quantidade de papel não condizia com o uso naquele momento. A partir desse fato, então, pude perceber a valorização dada pelas mulheres às canetas e às folhas de papel. Sutilmente, esses artigos passaram a diminuir em quantidade, observei-os

como valor de moeda, faço inferência às questões de incomunicabilidade como algo que degrade o indivíduo na prisão.

1.2. Incidentes na pesquisa: eventos pessoais na vida do pesquisador

Gostaria de apresentar ao leitor um fato que me aconteceu fora do campo de pesquisa, algo que considero importante registrar a fim de observarmos que alguns acontecimentos podem incidir na realização da pesquisa científica. Portanto, relato um evento em minha vida pessoal que promoveu inquietações sobre a continuidade do trabalho de campo. Reporto-me ao seguinte evento: um assalto em minha residência.

No dia 18 de junho de 2018, minha casa foi invadida por quatro pessoas armadas, liderada por uma pessoa adulta, as demais eram bastante jovens, havia um garoto de 13 anos de idade, todos estavam fortemente armados e, sob ameaças, renderam a minha família no banheiro. No entanto, o que tem a ver esse evento com a pesquisa?

O episódio trouxe-me uma resistência em retornar ao campo, até por que minhas primeiras interlocutoras eram incursas na modalidade criminosa relativa ao assalto. Passei, portanto, a ter sentimento de angústia, pois minha relação era bastante amistosa e nunca tive um contato que emergisse algum tipo de discriminação por serem pessoas incursas em atividades criminosas. No entanto, meu pensamento remeteu-me à lembrança de que aqueles jovens assaltantes faziam práticas criminosas tão quanto aquelas mulheres que se encontravam na cela. Então, fiz analogia do comportamento dos participantes do crime com algumas daquelas mulheres que eram assaltantes, mas digo, esse sentimento foi passageiro, eu me dava muito bem com Ariane que estava presa por assalto.

Em relação aos meus sentimentos, me imprimiam a dificuldade em voltar ao campo, a retomar a pesquisa. Pensei, portanto, em desistir, em buscar a criança em outros contextos de sociabilidade.

Anteriormente ao assalto, havia me preparado para acompanhar um parto de uma grávida que estava na Cela de Aleitamento - Adriana, 23 anos, presa por assalto à mão armada. Sabia que seu parto estava previsto para o dia 20 de junho de 2018, mas não consegui voltar. Houve noites que tinha insônias motivadas por questões provenientes da dúvida sobre o retorno à pesquisa. Sobre esse sentimento de angústia, não compartilhei com ninguém, talvez, uma vergonha incutida em sentimentos diversos. Como disse, pensei na possibilidade de mudar o tema da pesquisa, vislumbrei estudar crianças com deficiência visual.

A resistência se deu por alguns meses, mas, num certo domingo, determinei-me voltar ao presídio feminino. Fui com muitos sentimentos negativos, mas, contrariamente a toda

minha angústia, nesse dia específico, fui tão bem recebida por uma agente penitenciária, Cíntia, que me tratou com muita atenção. Nesse dia, fui tão carinhosamente recebida pelas crianças e seus familiares que já me conheciam. Foi, então, um dos dias mais produtivos em relação à produção etnográfica.

Na duração da pesquisa, podem ocorrer contratempos que podem interferir na mesma. Nesse caso, apenas refleti sobre a questão tempo e sobre a minha não observação e acompanhamento do parto de Adriana, pois, conforme aludi, havia me programado para acompanhá-la e, ao retornar ao campo, essa mulher não estava mais, uma vez que se beneficiou de uma prisão domiciliar. Posteriormente ao meu retorno ao campo, o *evento assalto* não interferiu na forma de respeito às minhas interlocutoras. Realizei minha pesquisa mantendo um bom relacionamento com todos que compõem aquele campo, em especial, com as mulheres presas, mesmo às incursas nessa modalidade criminosa, as denominadas 157.

Sobre esse evento, o sentimento relativo à resistência foram as emoções de quem sofrera de perto a violência, pois se tratava de minha família, de minha casa que, à época, cheguei a perder o sentimento de pertença em relação ao meu lar. Mas realizei a pesquisa com os mesmos recursos da metodologia que por mim já eram observados, tentando a objetividade necessária. E, para esclarecer, tenho uma percepção do domingo no presídio feminino, refiro-me no sentido que, para mim, é bom estar lá. Senti-me encantada pelas pessoas reunidas naquele chão, numa espécie de piquenique coletivo, numa confraternização familiar, no colorido de comidas, almofadas e do tom lilás e branco do fardamento daquelas mulheres, e, sobretudo, a minha relação com as crianças e com algumas mulheres em específico, como Ariane, 23 anos, mãe de André, o bebê, presa por assalto. Temos uma relação bastante amistosa, nos domingos, ela faz-me sorrir com seu humor que emerge mesmo que em meio a tanto sofrimento. Numa boa relação expressa por Ariane “é bom quando a senhora vem aqui!”. A minha aceitação em campo, para mim, em relação às mulheres reclusas, crianças e às avós maternas foi tranquila. Não tenho dúvidas de que fui aceita por aquelas famílias.

Escutar esse relato de uma mãe: “(...) o pai disse que ela fica em casa dizendo: papai eu quero ver minha professora”. Para mim, é satisfatório, muitas vezes parei e refleti sobre a importância dessa aceitabilidade, inclusive na mudança dos relatos de Ariane, mãe do bebê André, que meses após me contou a verdade sobre a sua prisão, que não tinha sido presa por não poder custear as passagens de ônibus para se apresentar uma vez por mês na Vara de Execução Penal da cidade devida, conforme me dissera, mas porque se encontrava em liberdade condicional e não compareceu pelo tão intenso uso do crack, tendo sido presa na

maternidade na hora do parto. Percebi, então, nesse dia, que a sua fala foi motivada pela relação de confiança. E, nesse sentido, também observei que André fora gestado com a mãe consumindo crack.

Importante registro da mudança do relato em meses posteriores para que observemos que as informações que vêm do campo também são inventadas pelos interlocutores. Mas o estreitamento entre pesquisadora e pesquisada é importante para que os acontecimentos venham no âmbito de sua veracidade. Entendi, a partir dessa mudança, uma forma positiva de minha inserção no campo, uma confiança depositada em minha pessoa promovida pela relação.

Certo dia, na cela especial para gestantes, percebi o aumento do número de presas que ainda não havia encontrado naquele ambiente. Nesse dia, entrei na cela e fiquei sentada com as três mulheres, fiquei meio receosa, talvez por estar só com as três, não havia a presença de nenhuma agente penitenciária, pois elas abriam a cela, eu entrava e ficava até que chamasse bem alto para que abrissem a grade para que eu pudesse sair. Acredito que o receio deu-se por aquelas duas que ainda não conhecia, pois, em relação à Ariane, não havia sentimento apreensivo em ficarmos sós na cela trancada. Estar fechada foi uma sensação de medo, pois foi a primeira vez em que fiquei enjaulada junto com aquelas mulheres. Mas esse sentimento passou de forma rápida, pois o diálogo foi me deixando à vontade, rimos muito nessa tarde, a novata que era bastante jovem e que se dizia 157 foi muito receptiva e contribuiu bastante com a pesquisa, mostrando-me os escritos nas paredes da cama, explicando-me as linguagens específicas, tipo ‘encaixadeira’ - mulher que leva droga na vagina ou no ânus, - também explicou-me o que é “dar um giro”- ser presa.

Ao ingressar no Programa de Pós Graduação em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba, meu projeto inicial era intitulado: *“Mulher mula”: o uso do corpo no tráfico de drogas no presídio masculino da capital* – a terminologia “mula” é comumente usada nas esferas de polícia e judicial, também nos meios jornalísticos fazendo referência às mulheres que usam o corpo para levar a droga consigo. Assim, através do contato direto com essas mulheres do presídio feminino, afirmo que elas não se denominam “mulas” e sim “encaixadeiras”, como na explicação de Renata, 20 anos, “encaixadeira é mulher que coloca a droga no priquito”- nome vulgar que se dá a genitália da mulher. A “encaixadeira” encaixa, segura e guarda. A “mula” é animal passivo. As mulheres burlam o sistema prisional levando a droga no corpo, especificamente “no priquito”, às vezes promovendo raiva nas outras colegas de cela por infringirem as regras, desdobrando-se no pior castigo: a proibição de visita nos domingos.

Em relação à tipificação criminal, popularmente chamada 157, a impressão que tenho sobre esse fato é que as mulheres que estão incursas nesse crime têm uma certa vergonha apresentada com um sorriso leve, desajeitado, ao me contarem o motivo de se encontrarem presas. Algumas não apresentam, como o caso da grávida Renata, que está gestante de três meses numa gravidez de risco, conta-me: “ah, eu que levei meu companheiro para o crime, mas ele não teve jeito não, não deu pra coisa, assaltou comigo uma só vez (risos)”. Ao narrar, falou bem tranquila e com segurança, demonstrando que tem liderança nas ações ilícitas contadas. Afirmava ser impetuosa e corajosa ao crime. No entanto, a maioria das mulheres que se dizem 157 tem timidez no momento de responder sobre esse tipo de modalidade criminosa, algo que não acontece com as mulheres que estão incursas no tráfico de drogas. Falam de forma tranquila, “estou aqui pelo tráfico”, “estou pela escuta”, “estou pela associação”, terminologias relativas ao crime de tráfico de drogas. Informo ainda que a maioria dessas mulheres se encontram presas motivadas pelo art. 33 da Lei 11346/06 - tráfico de drogas, - principalmente sob o núcleo do verbo *guardar*. Percebi, também, um desconforto com a mãe de Antonio ao me responder “estou presa por corrupção de menores”.

Realizei um trabalho de campo junto a uma Vara de Entorpecentes. Analisei as sentenças proferidas entre junho a dezembro de 2014: foram quase 50 processos criminais. Assim, realizei esse trabalho de campo da disciplina de História Social, no Curso do Bacharelado em Ciências Sociais na UFPB. Observei, após, em campo, no presídio feminino, que a maior parte das mulheres que se encontram incursas no tráfico de drogas é pela conduta *guardar*, também observei que as mesmas foram presas em suas próprias casas, motivo que faz com que as crianças presenciem a prisão em flagrante de suas mães.

Por fim, discorri, neste capítulo, algumas estratégias metodológicas como o uso do espaço que denominei “lado de fora”, trazendo a importância do mesmo para a pesquisa. Apresentei as dificuldades burocráticas de pesquisar em presídios; trouxe, ainda, um evento ocorrido na vida pessoal que fez inferência na pesquisa em relação à resistência em retornar a campo, mas que não interferiu na minha relação com as minhas interlocutoras, as presidiárias; ainda expus alguns acontecimentos e algumas observações. No próximo capítulo discorrerei sobre a maternidade compartilhada, a forma de cuidado dessas famílias alijadas com as crianças. Demonstrarei que a pena da mulher é mais árdua que a pena do homem pelo fato de ser mãe. Abordarei alguns processos de masculinização da mulher, observados naquele cárcere, apresentarei a Cela de Aleitamento, cela destinada às gestantes e às mulheres que estão em processo de amamentação, lugar em que ficam os bebês encarcerados.

CAPÍTULO II - MATERNIDADE APRISIONADA: a pena de “tirar duas cadeias”

*“Deus ama nós mãe!”; “quando a gente é mãe, a gente sofre”
(Ariane, 23 anos).*

“Quando você passa por aquele portão, você é presa; você não é mais um ser humano!” (Renata, 20 anos).

A pesquisa com crianças e sobre crianças no presídio feminino fez surgir a necessidade de trazer as mães para a análise no campo de trabalho. A princípio, as crianças se encontram naquela unidade prisional tendo em vista o gozo do direito ao convívio familiar. Nesse sentido, é a primeira motivação imediata em que se liga a mãe à criança, mas o campo foi delineando que há várias imbricações entre mães-presas e filhos.

Ao planejar a pesquisa, inicialmente pensei em trabalhar com a maternidade no sentido de incluir no trabalho as mulheres grávidas. No entanto, passei a verificar que a inclusão exclusiva de mulheres gestantes era restringir e suprimir aquilo que emergiu do campo: ser mãe de crianças no presídio feminino é algo que vai além de uma gestação e geração, pois maternidade também se personifica nas avós maternas.

Ao falar em mãe, ingressarei na seara de que a mulher quando comete crime é destituída de uma condição materna saudável. A presença de discursos subliminares observados no campo, tais como “ela adoeceu o filho”; “depois, que está com a avó, está mais bem cuidado”, na elisão desses discursos, permeia a fala oculta de que “essas mulheres não podem ser mães”.

Os crimes que eram mais previsíveis de serem cometidos por mulheres estavam mais associados ao espaço doméstico, cujas vítimas eram crianças e idosos em sua maior parte. No entanto, o tráfico de drogas e, principalmente, a associação ao tráfico, estão encarcerando essas mulheres, fazendo com que as mesmas, em sua maioria, saiam do crime no contexto doméstico para essas práticas criminosas. No contexto etnográfico, observei algumas mulheres incursas no crime de homicídio, percebendo que boa parte desse crime estava imbricada com o tráfico de drogas.

Ser mulher criminosa é ser masculinizada. Nesse caso, a elas não são dadas a expressão da vivência da maternidade, ideia subliminarmente consubstanciada no sistema carcerário. Observei estigmas e construções de que são mães que “adoecem os filhos”, dando

uma ideia de que são desleixadas, que a “criança” não tem culpa pelos erros das mães, não sendo certo que eles “estejam num lugar como esse”, o cárcere. Mas também, “cada vez que voltam prá aqui, vem com mais filhos e cada filho é um de pai”, “família desestruturada”; foram essas expressões que ouvi nas conversas informais que tive com as agentes penitenciárias naquela prisão. Todavia, a pesquisa revelou que aquelas crianças, em sua maior parte, são bem tratadas pelas mães e por suas avós maternas. Claramente observei que aquelas mulheres são culpabilizadas por serem responsáveis pela existência de crianças no presídio, pois aquele espaço não deve ser considerado um “lugar bom” ou “normal”.

No olhar reflexivo de que a mulher quando comete o crime é masculinizada, pois, como aponta Giddens (2002), quebra “o mito da boa menina”, representado por um comportamento confinado e controlado que costuma prevalecer. A mulher quando comete crimes infringe mais que o ordenamento jurídico, viola as regras estabelecidas na estrutura social no que tange à sua posição de corpo docilizado, romantizado e indulgente, atributos socialmente elaborados pelas instituições que formam estruturas estruturantes.

Passei a verificar que aquelas mulheres sofriam mais que o encarceramento de seus corpos, as agruras do cárcere eram intensificadas pela maternidade extraída pela prisão. O cerceamento da liberdade era de certa forma ofuscada pelo cerceamento de não poder vivenciar a maternidade. A alusão que fazem sobre seus filhos que deixavam de ver e conviver é o que mais marca no evento prisão para aquelas mulheres. Estar presa e ser mãe é “tirar duas cadeias”, como apontado por Ariane. Nesse contexto, ser mulher e ser presidiária difere bastante de ser homem presidiário, esse não “tira duas cadeias”, porque não são abandonados por suas mulheres e companheiras, e também porque os filhos, em sua maior parte, não estão sob os seus cuidados. Ser mulher encarcerada é ficar o tempo inteiro na angústia de pensar nos filhos, a supressão da maternidade faz com que as mesmas se sintam “mãe apenas no domingo”. Assim, etnografar o domingo no presídio feminino é etnografar o sentir da maternidade. Logo, o domingo é “dia da família”, “a forma de saber como está lá fora”, pois “não existem outros dias”, “os outros dias são iguais”, “o sábado é dia de angústia da espera”, “o domingo é dia de felicidade”.

Nesse diapasão, observo o dia de domingo como um dia de resistência humana naquele espaço hostil. Há a reinvenção do eu, mesmo que se dê na forma inconsciente. Ter alegria num ambiente de dor é uma forma de resistir e de que a vida postula pela sobrevivência de um eu mortificado pela supressão das identidades, na frieza e despersonalização de uma farda, de uma masculinização reverberada pela instituição de forma oculta, mas que foi percebida através de discursos indiretos, subliminares. No entanto, apesar

dessa ideia omitida por práticas discursivas daquelas agentes penitenciárias, observei a feminilidade que resiste num batom que borra os dentes.

No que se referem a algumas práticas observadas em relação às mães presas, algumas incidiam sobre seus filhos, a exemplo do castigo, pois passei a fazer ligação com o número de crianças em diminuição nos dias de domingo com o castigo de suas mães. Ouvi um relato de uma presidiária que afirmava que a filha estava mais magra porque havia diminuído a frequência de visita, pois a criança estava acostumada a visitar a mãe todos os domingos, mas a sua cela recebeu uma sanção por conta de um celular encontrado, então, passou alguns domingos sem visita, por conseguinte a criança de menos de dois anos de idade não via a mãe como de costume. Nesse dia, fez relato de que a filha adoecera e a motivação da doença foi percebida pela avó materna da criança, interligando com o castigo da mãe, com a falta do domingo com a mãe, a não realização da visita estava ocasionando ter ficado “doentinha” e ter tido “febre emocional”. Para Foucault (2014, p. 93) a pena “para que o castigo produza o efeito que se deve esperar dele, basta que o mal que causa ultrapasse o bem que o culpado retirou do crime”.

Nesse sentido, passei a fazer ligações entre mãe e filhos. Assim, meu olhar fez a inclusão daquelas mulheres a respeito de que entendi que para se observar a criança, naquele ambiente, era necessário observar suas mães, pois compartilho da ideia de Pires (2011) de que para estudar criança é necessário observar as redes de sociabilidades em que as mesmas estão imersas. Neste contexto, castigar a mãe é castigar a criança. A pena da mãe incide sobre a criança não apenas no sentido de sua ausência no lar, mas daquilo que pode ser observado como medidas impostas sobre aquelas mulheres na unidade prisional. Como não trazer a maternidade para entender esses efeitos?

No presídio feminino, mãe e filho estão imbricados. Maternidade e criança se cristalizam além da figura da genitora, ser mãe naquele presídio está além de parir a criança. As avós maternas são as mães substitutas, mas também, em muitos casos, já criavam seus netos mesmo anterior à prisão de suas filhas, e exercem uma maternidade compartilhada, como discorrerei neste capítulo adiante. Os sentimentos dessas avós são capitalizados pelas consequências do efeito prisão, fazendo com que intensifiquem o sofrimento das avós maternas das crianças que se encontram no presídio.

Na legislação brasileira temos a categoria guarda compartilhada, uma forma em que crianças vivem com seus pais e com suas mães em casas distintas, consequências, em maior parte, de casos de separação entre casais. No entanto, as crianças, em maior parte, do presídio feminino estudado não têm em seu lar, nem na vida, a figura paterna, pois algumas tiveram

seus pais assassinados; outras não sabem quem são seus pais, são filhas de “um caso” ou foram abandonadas pelo pai literalmente. Na pesquisa, entre tantos contatos com crianças, observei apenas três homens naquele presídio, também muitos dos pais das crianças se encontravam presos. As crianças são de famílias matrifocais, são as avós maternas suas “mães”, “mainhas” ou “mamães”, pois a genitora é a “mãe Ana” ou “aquela minha mãe a que tá presa”. As crianças da prisão etnografada, em sua maioria, vivenciam uma forma de maternidade compartilhada entre mães e avós maternas.

Percebi em alguns casos que há a transferência no chamar de mãe em relação às avós maternas, mesmo por crianças pequenas com idade de dois anos, fato esse que tenho observado desde quando ingressei no campo. Mas também vi, em poucos casos, uma criança de quatro anos, um menino, que chama o avô de pai, nesse sentido “depois que o pai foi assassinado por outros bandidos, ele chama o avô de pai”, diz a avó.

Escutei de algumas agentes penitenciárias que a criança depois que estava “nas mãos da avó materna estava mais bem cuidada”. Todavia, problematizo esse tipo de fala, não no sentido de duvidar da possibilidade de que a avó materna cuida bem de seus netos, mas porque tenho que balizar com o observado no primeiro dia em que cheguei no campo, escutando de uma agente penitenciária “ela adoeceu o menino”, “cada filho é um pai”, ao escutar essas falas fiz ligação à reprodução masculina promovida pelos agentes públicos a serviço do Estado. A culpabilização da mulher pela função social mãe, também o estigma e o controle social do corpo da mulher, “mulher de muitos homens”.

A desconstrução social impressa pelo Estado em relação às reclusas, principalmente na função social *mãe*, é instalada por mecanismos estatais de forma a invisibilizar esses atores sociais na sua questão identitária; nesse caso, ser mulher. Santa Rita (2006) enfatiza que a mulher encarcerada perde seu papel de mulher, de esposa, de mãe e de filha, manifestando-se a clara quebra dos vínculos familiares. Neste Sentido, observamos processos de masculinização da mulher quando comete crime; por conseguinte, a destituição da sua condição feminina, sedimentando uma desconstrução de sua identidade como mãe.

Em minha monografia para término do Bacharelado em Ciências Sociais, fiz descrição de um campo de futebol que fica de frente à Cela de Aleitamento, a cela destinada para gestantes, lactantes e para bebês. A partir da presença do campo de futebol, foi observada pela professora, a Dra. Mônica Franch, que fazia parte da banca examinadora, que “o campo de futebol aponta para um possível processo de masculinização daquelas mulheres, como se o Estado dissesse: essas mulheres não podem ser mães” (FRANCH, 2018).

Sobre o campo de futebol, passei a perceber sua existência quando uma criança, um

menino de 10 anos, desenhou o que ele queria que tivesse naquela unidade prisional. Assim, desenhou um campo de futebol, fato esse que me fez verificar, posteriormente, que naquele cárcere havia o mesmo, eu passava ao lado sem sequer percebê-lo. Assim, após observar a existência, procurei indagar a uma agente penitenciária sobre o uso desse espaço, informando-me o seguinte: “esse campo é só para as mulheres”. Assim, as crianças não podem usar o campo de futebol (GUEDES, 2018, p 54).

Na pesquisa, tive muitos estranhamentos, até porque estabelecemos mentalmente um imaginário comum sobre o lugar e sobre as pessoas que fazem parte daquele ambiente. Acreditava, portanto, que observaria um estigma àquelas mulheres no sentido de serem criminosas, mas não percebi isso naquele presídio. Então, meu estranhamento se deu não por não ter encontrado preconceitos sobre esse aspecto de serem pessoas ligadas ao crime, mas pela sobreposição do preconceito ligado à função mãe e à sexualidade da mulher. Assim, há estigmas em relação àquelas mulheres no que apontam a “mulheres de muitos homens”, “cada filho é um pai” e “a sapatão”. Percebi a reprodução da dominação masculina na fala da agente penitenciária, mas há também por parte daquelas mulheres presidiárias sobre as relações homoafetivas no sentido de “aqui, tem muita saboagem” - nome vulgar dado às relações sexuais entre mulheres. As relações de gênero, tais como relações de poder, são marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades, encontrando-se permeadas por conflitos, tensões, negociações e alianças, através dos poderes masculinos; as relações de gênero também são reproduzidas na prisão (SCOTT, 1993).

Em 2018, encontrava-me na sala central do presídio feminino, conversando com uma agente penitenciária, mas a conversa foi interrompida, pois a mesma foi intervir numa suposta briga no interior de uma cela. Então, minutos após, percebi que agentes penitenciárias corriam adentrando no pátio que dava acesso às celas e gritavam: “o pavilhão está pegando fogo!”. Continuei no mesmo lugar, tentei verificar aquela cena, passei, então, a observar a TV que tem as filmagens internas, porém não deu para visualizar as celas e, enquanto pus os olhos na TV, a imagem se apagou rapidamente. Apesar do ocorrido, continuei aguardando a agente, mas, enquanto a aguardava, fui abordada sutilmente por outra agente penitenciária da seguinte forma: “acho melhor você ir e voltar noutro dia”. Assim procedi, saindo com uma impressão de que minha presença não era interessante ali, especificamente naquele momento. Entendi que sair não era para minha segurança, ficando a impressão forte de que não poderia testemunhar o ocorrido. Apesar do esforço do bom tratamento, a sensação de que minha presença não era algo confortável foi observada muitas vezes. Assim, ser pesquisadora numa instituição prisional é sentir ar de sufocamento, mas também senti alegria pela afetação com

as crianças e com aquele grande encontro (GUEDES, 2018, p. 28).

Sobre o suposto evento do “fogo no presídio”, não posso atribuí-lo à briga ocorrida na cela, mas posso informar que o grito sobre o fogo se deu em curto espaço de tempo desse episódio, cuja autoria da briga na fala ouvida de um agente penitenciário foi “a sapatão, só podia. É um homem!”. Contraditoriamente à representação que se faz da mulher como restrita ao âmbito privado, alguns operadores do Direito costumam associar lésbicas e prostitutas à figura masculina (ALMEIDA, 2001).

Por que evocar esses aspectos ligados à reprodução da dominação masculina se o meu campo social é a criança? Venho observando em campo que a função social da mulher referente ao papel de mãe quando suprimida deságua na criança, reflete no seu sofrimento ou na sua diminuição de alegria, no sentido da fala de uma menina de sete anos que diz “eu não gosto de vir no sábado”. Apesar da fala de não gostar de vir no sábado, não consegui ter mais detalhes, não atentei naquele instante ter explorado a pergunta, pois deveria ter perguntado à criança o porquê de não gostar de vir no sábado. Embora a lacuna sobre essa questão, observei que o domingo tem um significado expressivo sobre aquelas mulheres e famílias. O domingo em si mesmo por todos aspectos que o permeiam consiste no unguento dos efeitos da prisão não apenas para as encarceradas, mas também para seus familiares.

O dia das mães do presídio feminino é comemorado antecipadamente, nos sábados. No “Domingo” de Páscoa também a visita é antecipada para os dias de sábado. Assim, os *dias das mães* não se têm visita, sendo motivada pela antecipação. Nesse sentido, nos *dias das mães* as crianças não visitam as suas mães. De forma enfática, não há comemoração no dia específico datado culturalmente em nossa sociedade no segundo domingo de maio.

As mães do presídio feminino, por se encontrarem cerceadas do direito de liberdade, têm seus direitos inerentes à maternidade suprimidos, a exemplo de um caso em que observei no primeiro dia em que cheguei ao campo. Fui bem recebida por agentes penitenciários que a meu pedido me direcionaram à Cela de Aleitamento. Nesse dia, havia uma só mulher que não estava grávida, mas que estava reclusa na cela referida por estar com criança amamentando. Indaguei sobre a presença do bebê; em seguida, respondeu-me com um olhar bastante entristecido e, naquele momento, percebi que trancou o choro. Nesse momento, seus olhos visivelmente se encheram de lágrimas. Declarou-me que o bebê estava internado com anemia; acrescentando que a médica havia lhe informado que seu filho de dois meses ficaria internado durante 15 dias e, após, retornaria àquela unidade prisional ao seu convívio; enfatizou-me que também estivera com anemia, mas, apesar de ter anemia, foi culpabilizada por “deixar que a criança pegasse uma pneumonia”.

Pude perceber que separação mãe e filho não se dava apenas na modalidade de fim de processo de amamentação. O internamento da criança foi uma separação no momento em que a criança mais precisou de sua genitora. Também foram observados casos relativos à separação no dia de vacinação dos bebês, na fala “ela vem chorando muito, deixei que minha mãe levasse para vacinar em casa”.

Em relação à separação observada, consiste numa violação nos direitos da criança em ser acompanhada por sua mãe em momentos de internação, mas também uma forma de violência psicológica à mulher, uma vez que estar naquele cárcere sem a presença do filho consubstanciou grande sofrimento, pois sua dor era visível, li em sua face, vi no choro que trancara. Nesse momento, vi-me como mãe.

Compreendi, então, o que aquelas lágrimas expressavam. Apesar da distinção social que nos diferenciava, entendi a contextualização de sua tristeza e, por mais que houvesse marcadores sociais que nos distinguiam, dentre eles ser uma presidiária; a condição feminina materializada pela função do construto social mãe, assemelhava-nos. Para Koury (1999), a dor constitui uma representação coletiva que se impõe à consciência individual, mas como representação ela torna-se inconsciente. Senti, naquele momento do choro daquela mulher, motivada pela ausência de seu filho, esse valor coletivo de ser mãe, entendendo aquele choro trancado, aqueles olhos “marejados”.

Não obstante, o sofrimento da mãe em não acompanhar o filho na internação. Nesse dia, sobre esse episódio escutei: “ela adoeceu o filho”. Enxerguei essa escuta como o processo de culpabilização a que está imerso as mulheres de nossa sociedade, comum a todas as “Marias”, não importando classe social, cor, origem. A mulher, quando comete crime, sofre estigma em relação à questão de ser mãe, mas trago a fala de uma criança como confronto às expressões e discursos estigmatizantes, segue: “em casa, ela ficava perto de mim”. No campo, percebi amor recíproco entre mães e filhos.

Após tal evento, no caminhar da pesquisa, presenciei uma equipe da Fiocruz e do Ministério da Saúde na área de visita do presídio dando um comunicado a todos que se encontravam presentes. Nesse dia, estava em pé conversando com uma mãe que estava na área de visita. Equipe essa formada por três pessoas e que estava acompanhada por dois agentes penitenciários. Nesse momento, uma das pessoas que compunham a equipe, uma mulher que proferiu palavras anunciando que o Ministério de Saúde e o Instituto Fiocruz realizariam um trabalho de 15 em 15 dias naquela unidade prisional, esclarecendo àquelas mulheres que o fato de estarem privadas de liberdade aumentam a chance em 30% de contrair a tuberculose. Com base nesse discurso, poderemos inferir a susceptibilidade dos bebês que se

encontram “encarcerados” com as mães. E, “ela adoeceu o filho” fazendo inferência à mãe da criança. Nesse sentido, culpabiliza a mãe que se diz anêmica, mas, em nenhum momento, se evoca a insalubridade do calor causticante da Cella de Aleitamento, aquela que os raios do sol invadem os cômodos, incidindo sobre aqueles corpos.

Enfatizando os relatos dessa mãe que trancou o choro, que o filho se internou com anemia, mas que, também, esteve com anemia e, que amamentava o filho, mas já não possuía mais leite anteriormente à internação do bebê. Saffioti (2015) informa que as mulheres são culpabilizadas por quase tudo que não dá certo, aponta que há razão no entendimento de que a civilização ocidental, para a mulher, é a civilização da culpa.

Neste diapasão, “ela adoeceu o filho” aufere um discurso eivado de violência simbólica em relação à mulher. A questão da sexualidade feminina, os interditos, o cerceamento a partir de valores morais compartilhados na sociedade, baseados na normatividade social elaborada pela reprodução da dominação masculina, marginaliza a mulher, principalmente, quando seu comportamento se assemelha àquilo que se “espera” de um homem na sociedade. “Mulheres de vários homens”, “filhos de cada pai” são categorias que foram observadas em supremacia ao marcador social criminosa, fato esse que me causou estranhamento em campo, não pela questão de não constituírem na estrutura social fatores estigmatizantes, mas por terem sido hierarquicamente superior ao marcador social crime.

No campo, escutei sobre uma mulher presidiária: "essa mulher é uma psicopata". Então, comecei a problematizar, indagando-a o que ela chamava de psicopatia, "ela nos dá trabalho, família desestruturada, a mãe é o pivô, o pai foi assassinado e o irmão também por conta de drogas". Tempos após, tive contato com essa “psicopata”. Confesso que mesmo antes de ter escutado essa fala, não me sentia muito à vontade com a mesma, tendo em vista que era uma das poucas mulheres que tinha um semblante que considerei antipático, uma jovem mulher, muito bonita, cabelos longos, pele morena, sempre maquiada. Após escutar isso sobre a mesma, confesso que já havia passado por ela, tendo sensações de arrepios no dorso. Mesmo com esses arrepios desafiei meu medo e, um certo dia de domingo, enquanto conversava com sua mãe na calçada, “puxei” uma conversa. Nesse dia, disse que seu filho tinha problema “psicológico” porque “judiou” demais dele, “sacolejava-o quando era bebê e gritava muito com ele: eu sou a sua mãe”.

Observei nesse núcleo familiar que os filhos dessa mulher eram as poucas crianças que não viviam com a avó materna, a “pivô”, uma jovem mulher, gorda, de olhar triste e opaco que disse tomar “remédio controlado” e que já tinha “tirado cadeia”. Visível ficou que essas mulheres mãe e filha e todo contexto familiar eram marcados pela criminalidade em família,

resultando a morte das pessoas do sexo masculino, era conjunto, mas a fala responsabiliza a mãe como esteio dessa história com marcadores sociais *imersão na criminalidade*, responsabilizando-a pela imersão da família na criminalidade.

O Estado consiste num agente de reprodução da dominação masculina, um elemento estrutural estruturante, que promove nos seus discursos a violência, no mínimo, simbólica. Os fatores sociais são construídos na vulnerabilidade intencionalmente produzida. Bourdieu (2002, p. 100) faz a seguinte observação: “(...) o eterno na história não pode ser senão o produto de um trabalho histórico de eternização”. Se no jargão comum da sociedade: “ser mãe é sofrer no paraíso”; então, ser mãe presa “é tirar duas cadeias”.

Percebi, ainda, outro discurso no sentido de culpar as mães das crianças sobre a não solidificação de um processo pedagógico naquele espaço prisional. Escutei de uma agente penitenciária que havia um projeto de escola no presídio, objetivando a criança contar estórias, pintar e desenhar. Enfatiza que as mães colocavam para fazer essas atividades, mas, depois, saíam. Assim, atribuindo às mesmas a razão do projeto não ter dado certo. Afirmo, ainda, que o ideal era incentivar a criança aos laços maternos, contar estórias a elas, ao desenvolvimento e estimular a ligação mãe e filho, pontuando que as mesmas já não vivenciavam cotidianamente. Nessa escuta, em nenhum momento observei a consideração do baixo grau de escolaridade nitidamente visível naquelas mulheres, pois a ausência de capital cultural era notória, aquela população carcerária era basicamente formada por mulheres jovens, negras, pobres e de baixa escolaridade. Construir um projeto sem planejamento, sem levar em conta a realidade social daquelas famílias é desviar a função do estado como agente ressocializador, é maquiar uma possível humanização da pena, é um gasto de tempo, de recurso e desgaste emocional para os atores sociais envolvidos.

Masculinizar a mulher, estigmatizando-a, por ter quebrado “o mito da boa menina”, não observando o crime como fenômeno social inerente à conduta feminina, implicando sanções de forma que ultrapassem a prática delituosa, refletindo na sua identidade ou função social de mãe, são processos de violência incorridos pelas práticas estatais que refletem na vida de seus filhos, das crianças. Nesse sentido, o processo de masculinização ou de culpabilização da mulher pelo que “não deu certo” é retirar do poder público e da sociedade a culpa pela invisibilidade de grupos alijados, cujos componentes são oprimidos e sufocados de sua própria identidade. Portanto, suprimir a maternidade é “esvaziar o berço” e hipertrofiar o “psicológico” de angústias e de choros que se trancam; mas, quando chegam em casa, são “vomitados” porque “morrem de chorar”.

Na fala de uma mãe já com filhos grandes, observo o quanto a família das pessoas

ligadas àquela prisão vem sendo liderada por mulheres, sendo as provedoras e responsáveis pelos filhos ou irmãos; somam diversos deveres sem nenhuma rede de apoio, a não ser das mulheres da mesma família. “A minha filha de 21 anos sustenta a casa, paga o aluguel, sustenta o irmão. Ela trabalha numa casa de família”, essa é a configuração dessa família de mulheres que sustentam a casa, assumem os filhos, não têm, em sua maioria, apoio dos pais dessas crianças, pois são ausentes. Crianças que são educadas pelas mães e avós, órfãs de pai vivo e de pai morto. Mulheres que são mães e assumem uma responsabilidade que era para ser dividida entre pai e mãe, mas apenas essas crianças sabem o que é ter mãe. Escutar isso: “Eu posso escrever minha vida pra você? Eu preciso para poder chorar”. São emoções de uma mãe que se encarcera pelo crime, na maioria, pela associação ao tráfico de drogas.

A pesquisa não tem aspecto de estudo quantitativo, mas, de antemão, numa análise de quem esteve em campo, não tenho timidez de informar que, no mínimo, 80% daquelas mulheres se encontram no presídio feminino pelo tráfico de drogas. O “guardar”, “a escuta”; algumas mulheres, em minoria, que se envolveram em homicídios têm ligação com esse crime, o que se chama “crime de execução”.

O campo trouxe falas diversas. Observemos a de uma mãe que estava presa porque na sua conta havia sido depositado dinheiro do pai dos seus filhos que é investigado por tráfico de drogas: “Pra mim, é difícil. Eu não me sinto culpada. Eu acho que eu não errei pra está nesse lugar. Simplesmente, pelo fato do meu marido tá preso. Que investigação? Que investigação, meu Deus!” - reporta-se à investigação policial, pois são presos provisórios. Ainda continua a fala “essa maldita entra na minha porta dizendo que tou presa por causa do meu marido. O único erro que tenho é receber dinheiro, se for assim, toda mulher de preso é envolvida”. Fala de forma mais enfática, “eu tou aqui porque recebi dinheiro do meu marido, eu trabalhava, tenho como comprovar, não tenho envolvimento, não tenho nada na minha casa. Se me der dinheiro, eu recebo, de onde ele tá tirando é problema dele”. Informa ainda que tem 13 anos de casada, diz “eu sei o que é bom e o que é ruim, jamais fazia uma coisa pra prejudicar a mim e a minha família”.

Enfim, para trazer as ligações entre mãe e crianças, trago a história de uma mulher que me relata que “ser mãe é tudo!”. Em conversa, diz que não visitava os filhos pequenos antes de ser presa em flagrante, pois os filhos moravam com a avó materna e, quando queria ir para a casa da mãe ver os filhos, era impedida pelo seu companheiro sob a alegação de que iria trair, resultando-lhe mordidas que marcaram o rosto e facadas que estão cicatrizadas em suas pernas. Percebi nessa mulher a culpa que carrega consigo pelo fato de dizer que “não deu atenção aos filhos como eles mereciam”, mas em nenhum momento ela é consciente de que é

vítima do “machismo tóxico” que marcou seu próprio corpo e que fere o seu “psicológico” com a culpa de não ter sido uma mãe atenciosa, não delineando a culpa para o real e potencial agressor: seu companheiro - esse foi quem suprimiu a sua maternidade, violentando as crianças, retirando-lhes o direito de conviver com a mãe, pois não deixava a companheira visitar os filhos. Em continuidade na conversa, finaliza, “depois que eu caí aqui, ele nunca me visitou. Só a minha mãe, minha irmã e meus filhos vêm aqui!”. E apesar de tanta violência sofrida, fala espontaneamente: “eu tenho medo d’eu deixar ele e ele fazer uma coisa comigo”.

As mães com quem tive contato eram ditas boas mães, assim eram observadas por si mesmas, mas também pelas avós das crianças. Houve relatos de que uma mãe “judiou” do filho, mas a maioria daquelas mulheres são mães que têm amor e zelo por aquelas crianças, conforme apresentam seus relatos. O fato de terem ingressado nos crimes em que estão sendo julgadas ou condenadas, ou se usaram de violência ou não na prática delituosa, não está interligado com a qualidade de mãe. As mulheres do presídio feminino são mães como quaisquer outras mulheres que não estão comprometidas com a justiça; o fato de estarem cumprindo pena ou aguardando julgamento pela prática de crimes não implica serem mães ruins ou não normais. Fazem, por exemplo, deferência aos filhos como o uso de camisas estampadas com fotos das crianças. E sobre o amor de filhos e mães daquele cárcere, ficou claro através dos desenhos que expressavam o carinho que aquelas crianças têm às suas mães, desenhos de coração que eram explicados pelas crianças, que expressavam uma boa relação com base em muita afetividade, desenhos que passaram a ser ofertas de dádivas. Logo, passei a retornar para casa sem aqueles desenhos, pois não poderia negar àquelas crianças o pedido de poder dá-los às suas mães.

No campo, escutei algumas falas no sentido de que muitas crianças pequenas não estavam reconhecendo mais aquelas mulheres como mães devido à ausência das mesmas na vida das crianças pelo *efeito prisão*. Assim, ouvi algumas falas que se repetiram. Não posso precisar mais detalhes sobre esses aspectos, mas apontam para uma hipótese de que muitas crianças “não reconhecem” mais as mães depois que se encontram presas. Nas falas que seguem, observemos: “minha filha me reconhece como mãe” - fala com alegria por ser reconhecida como mãe. Argumenta ainda que muitas crianças não reconhecem outras mulheres como suas genitoras, na fala: “a senhora vai ver, têm muitas crianças aqui que não reconhecem as mães”. Essa mãe, nesse dia, me diz sobre o que é ser mãe: “ser mãe era um sonho, mas minha realidade é uma situação difícil”. Certo dia, observei que a filha dessa interlocutora, uma criança de dois anos, não ia muito para o seu colo, apesar de tanto cantarolar para a mesma, vi que não saía do colo da tia materna. “Ser mãe é tudo!”, como

escutei no presídio, mas também é “horrível”, porque “a coisa pior do mundo é ter um filho lá fora e não poder cuidar dele. Foi um erro que você cometeu e não pode, instantaneamente, cuidar dele”; “eu digo a ele que eu tou trabalhando e logo, logo, vou embora pra cuidar dele” (sobre o “trabalho da mamãe”, no Capítulo III).

Escandinávia, presa pelo tráfico de drogas, diz sobre seu filho pequeno: “eu dava tudo, escola, plano médico, tudo, nunca faltou nada. Faz cinco meses que tou aqui, essa é a segunda visita dele”. Continua, “eu fui mãe de menor, mas porque fui mãe de menor [antes de completar 18 anos] não quer dizer que meu filho é jogado. Sempre fui uma mãe!”, enfatiza. Acrescenta, em seguida, “a pior coisa é viver nesse inferno. Aqui, né lugar pra ninguém, não!”; “no dia 13 de março, vai passar por uma cirurgia. Para mim, vai ser horrível não poder cuidar dele. Ele tem hérnia nos testículos (chora)”.

Um dia em que estava na cela com Ariane, indago sobre o que é ser mãe, diz-me: “é importante, mas é dificuldade. Na hora que o bebê tá doente, tou esperando a boa vontade, a gente não pode fazer nada”. Acrescenta, ainda, a fala: “quando a gente é mãe, a cela [de Aleitamento] é a menos visitada, só sai quando tem um evento. A comida é a última que chega. Eu não tiro uma cadeia, tiro duas”. Passei a pedir que me explicasse o que seria “tirar duas cadeias”; fala-me: “meu pensamento fica só lá fora”. Ariane tem mais dois filhos pequenos, com dois e três anos de idade, moram com o avô paterno, um senhor muito pobre com mais de setenta anos. Em relação a esses dois filhos, desde que está presa não recebe a visita dos mesmos, pois a condição de pobreza não promove essa possibilidade, tendo em vista que o pai da informante não tem condições de pagar uma passagem de Sp, uma cidade que fica a mais de 40 Km do presídio feminino, então, não pode se deslocar com os netos para fazer uma visita à filha.

No presídio feminino, a rede de apoio das mulheres presas são as suas mães. Percebi que, mesmo quando um filho, na minoria das vezes, fica sob os cuidados das avós paternas, esses, geralmente, não visitam as mães. O pai, marido ou companheiro que frequenta o presídio é algo raro, a ponto de me chamar atenção quando vejo algum homem. Esse presídio consiste em um universo quase que cem por cento feminino, são as agentes penitenciárias a grande maioria de agentes públicos, são as mulheres presas visitadas por suas mães e irmãs, nesse caso, pessoas do sexo masculino presentes são as próprias crianças, filhos dessas mulheres reclusas. Assim, as crianças do presídio são de família matrifocal - modelo de família em que a mãe exerce a centralidade.

Neste diapasão, emerge deste trabalho fatores inerentes à reprodução social de sentimentos expressos de amor materno, embora sentimentos coletivos, são sentidos por cada

mãe na sua individualidade. O sistema carcerário capitaliza os sentimentos dessas mulheres, a pena é intensificada, ultrapassa o nível de reprimenda relativa à criminalidade, reflete sobre suas famílias, é sentida também pelas crianças, a exemplo da revista em seus corpos, um processo vexatório, por mais que intente imprimir sutilidades como “deixa eu olhar o bombomzinho no bolso”, como dizem algumas agentes na hora de revistar os corpos das crianças.

As mães do presídio feminino são tão mães como outras que estejam gozando de liberdade no seio da sociedade em relação aos sentimentos pelos seus filhos. As mães daquele cárcere reproduzem o papel social mãe com choros e sentimentos expressos de alguém que atingiu a maternidade, mesmo que, momentaneamente, suprimida pela prisão. Embora o amor materno seja um construto da sociedade, como entende Badinther (1985), apesar de que não existe comportamento materno unificado para que se possa falar de instinto materno “em si”, nascendo, segundo a autora, a convicção de que o instinto materno é uma construção social, é um mito. O amor materno não é inerente à natureza, mas por ser fruto de algo que foi construído para a mulher, mitigar ou suprimir a maternidade da mulher sob quaisquer tipos de sanção, nesse caso específico, é fazer com que a mesma “tire duas cadeias”.

Retornar à cadeia pode ter várias motivações, uma reincidência, assim, uma prática de mesmo delito ou, também, de um crime de outra modalidade, mas também por estar na condicional e não se apresentar na vara de execução penal de sua comarca, como o caso de uma mãe com quem tive contato, que foi presa porque não se apresentou no tempo certo, pois o vício no crack foi substancial em não poder organizar a vida e cumprir com suas obrigações impostas pelo juiz. Não estava, portanto, cumprindo com seu dever de comparecer à justiça e assinar sua carteira de livramento condicional, algo que se faz por obrigação uma vez mensal. A real motivação de sua ausência foi-me relatada apenas quando estreitamos nossa relação pesquisadora e pesquisada, pois, antes, me contara que não compareceu porque não tinha as passagens, mas depois, ao ganhar confiança, disse-me: “eu tava era fumando crack”, não se lembrou de suas obrigações com a justiça. No entanto, foi presa no momento do parto no hospital.

Ser presa, no momento do parto, causou-me estranhamento, até por que fui usuária do sistema público; a maioria de meus partos foi em maternidade pública. O trâmite para internamento se dava em apenas um preenchimento de uma ficha com endereço, filiação, dados pessoais; entregávamos um documento de identificação, mas não sei auferir no meu imaginário o porquê essa mulher de 23 anos ter sido presa no momento que se dirigiu à maternidade, apesar de ser uma foragida pela “quebra da condicional”, mas ser presa no

momento de parir não entendi, pois as maternidades não têm registro que liguem a banco de dados de mandado de prisão. Como as maternidades públicas trabalham com *modus operandi* policial em averiguar a vida pregressa criminal de uma usuária da saúde pública? Serão lidos os corpos ingressantes? Ser usuária de crack foi expresso pelo corpo? Ser usuária de crack remete à criminalidade? Nesse caso específico, a maternidade expressa pelo ato de parir promoveu a prisão dessa foragida.

Ainda na prisão, ouvi um relato de uma mulher que disse que foi presa por causa do seu filho, que era ele quem estava ligado ao crime de homicídio, então, por “conta do filho” a polícia resolveu “levar todo mundo” para fins de averiguação. Sobre o que era ser mãe, responde-me: “mãe sofre demais, eu amo eles, todos eles, não tenho coragem de abandonar. Eu penso assim, né? Meu filho errou, eu não posso pagar, nunca dei mau exemplo, até do quartel ele já foi, ele era trabalhador, foi depois da amizade”. Nesse instante, o marido, que estava presente, chora. Já Jaciara assume que participava do crime de tráfico de drogas, demonstrando que tinha uma participação ativa e que ingressou nessa vida pelo “dinheiro fácil, porque queria dar tudo aos filhos, ostentação”. E sobre o que seria ostentação me responde que era “dinheiro, roupas boas, carro e moto”.

Neste diapasão, por mais sofrimentos sentidos em contextos diversos e que se tornaram comuns pelo *evento prisão*, a visita no dia de domingo se faz “unguento” dessas feridas emocionais. As mulheres que são mães naquele presídio, quando visitadas, estendem os lençóis que estão dobrados em suas mãos; recebem seus filhos, as crianças, com muita alegria, sentimentos expressos pelos corpos. A família quando chega na área de visita, aquelas mulheres com sorrisos largos nos rostos, algumas com poucos ou sem dentes, sorriem com emoção causada pelo bom encontro no sentido spinozista (SPINOZA, 2005), aquele que aumenta a capacidade de potência pela alegria do encontro.

Ser mãe é “tirar duas cadeias”, mas também é ter força para sair da mesma, porque “foi naquela menina [a filha] que me espelhei”. É a forma de tentar resistir ao sofrimento e delinear uma nova vida porque se dizem com o propósito de “fazer diferente”, foi o que escutei de algumas delas, mas também observei que algumas daquelas mulheres eram reincidentes na criminalidade.

Ser mulher e estar presa é também “tirar duas cadeias”, pois vivenciam a prisão de seus corpos, enquanto suas mentes estão além dos muros, pois sofrem pela ausência do convívio de seus filhos. Ter filhos crianças, ou seja, de 0 a 12 anos de idade, é algo vantajoso para aquelas mulheres, mesmo que aumente o sofrimento do cumprimento da pena ou da espera do julgamento, pois ter filhos nessa faixa etária possibilita o benefício de uma prisão

domiciliar, o sonho daquelas mulheres. Assim, as crianças perfazem uma condição objetiva de uma possível concessão de *habeas corpus* coletivo ou na forma individual; portanto, as crianças incidem no fluxo de saída daquelas mulheres naquele cárcere.

2.1. Avós Maternas: “mamãe”, “mãezinhas” e “mainhas” expressões da maternidade compartilhada

A criança filha da presidiária que cumpre pena ou aguarda julgamento no presídio feminino tem duas mães: sua genitora e sua avó materna. Neste trabalho, discorrerei sobre as avós maternas das crianças. A importância dessa figura na vida das crianças foi sendo apresentada no início do trabalho, pois são com elas que essas crianças vivem ou passaram a viver depois que suas mães foram presas, mas também muitas delas viviam com mãe e avó num mesmo lar antes do episódio da prisão.

Apresento neste trabalho o conceito de maternidade compartilhada, que trago como fundamento consistente no art. 1º da Lei 11.698/08, que trata da guarda compartilhada entre pais e mães tendo por um dos fundamentos a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe concernentes ao poder familiar dos filhos comuns. Assim, faço correlação aos termos da lei em relação às avós maternas das crianças daquele cárcere, pois elas exercem a responsabilidade dos cuidados inerentes aos seus netos, filhos de suas filhas que se encontram encarceradas. A lei supramencionada traz a responsabilização conjunta de mãe e pai. No entanto, as crianças do presídio feminino estudado, em sua maior parte, não têm pai, mas elas têm duas mães: a genitora e a avó materna.

Nessa ótica, discorro que as avós maternas do presídio feminino não têm, do ponto de vista formal, esses direitos e deveres que aludem o referido artigo, mas os têm de forma fática, pois exercem na vida cotidiana a função de mãe e fazem às vezes de pai de seus netos. As avós maternas das crianças daquele cárcere, na prática, são responsáveis por seus netos, avocaram para si os deveres sobre os netos, são elas, em maior parte que vêm literalmente cuidando das crianças, filhas de suas filhas, deixando, às vezes, suas atividades pessoais e seus trabalhos precarizados e/ ou assalariados para poderem ser a rede de apoio das filhas. Essas avós são as “mainhas”, “mamães” e “mãezinhas”, não no uso dos direitos, mas das atribuições de deveres, dos cuidados, dada a ausência da maternidade e paternidade daquelas crianças, pois, em sua maioria, são as avós que “substituem” as mães que estão presas, mas também os pais ausentes das crianças. Nesse contexto, as avós exercem a maternidade compartilhada, motivada pela supressão da maternidade de suas filhas como consequência da prisão, mas também porque mesmo antes já desenvolviam os cuidados com os netos de forma concomitante às genitoras das crianças. Algumas dessas avós já criavam os netos sozinhas

mesmo com as filhas em liberdade.

Neste diapasão, maternidade compartilhada é aquela em que há partilha das obrigações que passam a ter com as crianças, também no sofrimento da sua dor motivada pelo encarceramento de suas mães, mas também partilha de afetividade, de amor, cuidado, zelo e carinho, assim, uma mãe “substituta”, “concomitante”, “que toma para si”, “rede de apoio das filhas”, é essa maternidade que discorro em relação a esse ator social, enfatizando que não falo de toda e qualquer avó, falo, em específico, da avó materna.

Refletindo ainda sobre a maternidade compartilhada fora dos muros da prisão, com base no pensamento de Peirano (2010), que diz que o antropólogo, em qualquer lugar que tenha inquietações, é lugar de se realizar etnografia, sendo o estranhamento uma ferramenta etnográfica, assim o fiz, em novembro de 2019, quando estava num restaurante situado no bairro E., bairro tradicional de classe média da cidade. Estava apreciando uma comida japonesa à proporção que lia no celular, foi quando me chamou atenção uma conversa numa mesa que estava próxima. Nesse momento, achei até mal educado de minha parte escutar a conversa alheia. Nesse instante, quis rir comigo mesma, pensando que antropólogo é curioso, mas configurava mais que curiosidade, pois era uma fala que se mostrava comum à realidade que observei como dado etnográfico no presídio: avós chamadas de “mainha”.

Passei, então, não apenas a prestar atenção na conversa, mas também em quem emitia a informação que passou a ser de meu interesse: uma senhora de aproximadamente 60 anos de idade, com corte de cabelo curto, um clássico, bem vestida, com traços de senhora de recorte de classe média, falava o seguinte: “a minha neta me chama de mainha. Aí, eu vou e digo: eu não sou sua mainha, eu sou sua vovó. Ela diz [neta]: é mainha. Eu digo, vovó. Ela diz: você é a minha mainha”. Nesse instante, passei a correlacionar os fatos etnográficos extraídos do presídio feminino com a mesa de restaurante de classe média de um bairro tradicional em relação às denominações de avós maternas pelas crianças. No presídio, é similar à forma daquela família do restaurante, foi essa a razão que me fez passar a ouvir a conversa central da mesa vizinha.

As crianças do cárcere etnografado também chamam suas avós de “mainha”, “mamãe” e “mãezinha”, e, ao se referirem à genitora, usam o primeiro nome da mesma diferenciando a avó da mãe. Portanto, chamando-me a atenção aspectos semelhantes em contextos tão diferenciados. A família do restaurante, aparentemente de classe econômica favorecida, família branca, uma conversa numa fala eloquente de quem tem instrução escolar, destoando das famílias do cárcere etnografado, mas que a avó também é chamada de “mainha”. Que aspectos comuns poderemos encontrar em mães, crianças e avós maternas do presídio

feminino etnografado com mães, crianças e avós de classes sociais e econômicas distintas? A particularidade observada no presídio em relação à maternidade compartilhada aponta para a possibilidade de ser esse fenômeno social macroestrutural?

A conversa da avó do restaurante situado no bairro nobre elidida com as falas obtidas de minhas interlocutoras no presídio, que deixaram claro que as crianças já conviviam com as avós maternas, mesmo antes da prisão de suas mães, aponta para um fenômeno social que as avós, na maioria as avós maternas, cuidam de seus netos, um fato social geral comum a todas as classes sociais. Nesse sentido, apresentei a categoria maternidade compartilhada.

Nesse trabalho, evoquei a maternidade compartilhada, fi-lo com base na guarda compartilhada judicial, em que pai e mãe que romperam sua relação conjugal ou não postulam a guarda judicial dos seus filhos, sendo estabelecidos direitos e deveres sobre essas crianças. Mas, sobretudo, fi-lo com base na própria terminologia, compartilhada no sentido de cuidados, responsabilidade e deveres divididos, pois, embora as avós não tenham esses deveres em primazia aos genitores das crianças, vêm experienciando no dia a dia das crianças, nas práticas cotidianas grandes responsáveis pelos cuidados com as mesmas, independentemente dessas crianças terem mães em liberdade ou mães encarceradas. Nesse sentido, maternidade compartilhada é a avó que é “mãe duas vezes”, mãe de filhas e mãe de netos, assim, maternidade compartilhada “é confundir vó com mãe; mãe com vó”, como apontado por Jaciara, mulher negra de 31 anos de idade.

As avós maternas das crianças têm grande participação em suas vidas dentro e fora do presídio. Percebi que muitas tentam minimizar o sofrimento de seus netos com a elaboração de uma visão construída sobre a prisão: “o trabalho ou escola da mamãe”, sob o argumento de que estão poupando as crianças pequenas de terem “problema psicológico”. E, para as crianças grandes muitas decidem por não deixarem com que visitem as mães, também, sob a mesma fundamentação, proteger-lhes o “psicológico”.

Percebi que, na maioria das vezes que fazia perguntas às mães das crianças, mesmo que elas começassem a responder-me, as avós tomavam a frente e praticamente essas mães se calavam diante a autoridade de suas mães. Observei que as avós assim procediam por terem mais entendimento sobre o dia a dia das crianças, principalmente, quando fazia a pergunta “como ela está?”. As avós maternas davam informações detalhadas sobre as crianças, sobre aspectos relativos à escola, à saúde, ao dormir e sobre o “psicológico”. São ativas nas respostas. Muitas vezes as mães, quando escutam os relatos das avós sobre as crianças, lacrimejam os olhos e saem de perto, saem dos lençóis. Em relação às crianças pequenas, elas foram as minhas maiores informantes, mas também deram muitas informações sobre as

crianças grandes, sobre seus sofrimentos em casa, o cotidiano e falam sobre o momento de maior sofrimento das crianças: a hora de dormir.

As avós maternas, em sua maioria, deram seus relatos em meio a choros intensos, as mães choram muito, mas as avós são mais intensas nessas emoções. Elas também deixaram nítida a informação de que a vida das mesmas sofreu grandes impactos após a prisão de suas filhas, “virou de cabeça pra baixo”, as crianças dão muito trabalho, que se “Deus quiser, ela volta nem que seja com as correntes nos pés”, assim faz referência à filha. Houve poucos casos de crianças serem distribuídas na casa de avó paterna, tios paternos, essas, praticamente, não visitam as mães. Há também algumas tias, irmãs da mãe, que cuidam das crianças, mas é um número muito pequeno. Sobre os cuidados da criança se basear na figura da avó materna, nela também reflete a intensidade da pena reverberada em seus corpos.

Naquele espaço, um dia uma mulher se aproximou para contar sua história, disse-me que, ao ser presa, estava *cesareada*, tinha tido gêmeos e que tem um filho de dez anos especial. Os gêmeos eram recém-nascidos, eles eram amamentados no tempo em que foi presa. Após a prisão, a sua mãe passou a cuidar das crianças, hoje, essa avó tem 67 anos de idade. Informa ainda que “a pior coisa foi tirar meus gêmeos com dois meses de nascidos, porque não pude amamentar, foi a coisa mais ruim da minha vida”.

As crianças chamam as avós de “mainha, mãe, mamãe”; ao fazerem distinção das suas genitoras chamam-na com o primeiro nome, “mamãe Ana”. Na fala da avó de Giliard, criança de dois anos, quando chega ao presídio “chuta o portão e diz: abre pra eu ver minha mãe Patrícia”. Também, algumas vezes, presenciei a criança me comunicar “a minha mãe, aquela, a que tá presa”, algumas vezes vi algumas delas fazerem confusão, corrigindo-se quando fazia menção à avó, sendo que estava se referindo à mãe.

A avó de uma criança de quatro anos relata que, após a prisão da filha, presa por tráfico de drogas, agora cuida de seu neto e que ele “está bem melhor, pois come na mesma hora, dorme cedo e vai bem na escola, com a mãe fazia o que queria”. O “estar bem melhor” dito pela avó não implica que a mãe não tratava bem o filho, mas que atendia aos caprichos e gostos da criança. Observei o carinho que as crianças têm com as suas avós, dando-me a ideia de que há um bom cuidado. Recordo de uma criança que disse que o seu sonho de vida “era que sua vó não morresse”.

As avós maternas são muito jovens, são mulheres com pouco mais de quarenta anos de idade, algumas não completaram sequer quarenta anos, avós que foram mães muito cedo, assim, também podendo ser observado com suas filhas que também são mães bastante jovens.

Recordo-me de uma criança, um menino de oito anos de idade, que fazia alusão à sua

“bisa”, em tudo falava da “bisa”, da casa da “bisa”. Assim, fiz perguntas sobre a sua avó, pois só remetia a sua fala em relação à bisavó. Nesse sentido, causando estranhamento porque havia observado que aquelas crianças estavam sobre os cuidados da avó materna. Portanto, passei a perguntar a essa criança se não frequentava a casa da avó, já que nas suas colocações sempre se inclinavam a falar da bisavó. Nesse caso, a criança não estava convivendo com a avó materna pela idêntica motivação que não convivia com a mãe, ambas se encontravam presas. Na família dessa criança havia cinco pessoas reclusas, sendo quatro mulheres e um homem, passei a perceber que esse tipo de encarceramento familiar é comum à modalidade criminosa ligada ao tráfico de drogas, principalmente, ao tipo associação ao tráfico.

A maternidade compartilhada entre mães e avós maternas daquelas famílias é uma tarefa de maior responsabilidade para as avós, tendo em vista que são elas que estão exercendo a maternidade substituta motivada pela ausência daquelas mulheres em casa. Evidente que o papel desempenhado pela avó expressa mais que essa relação formal, pois de fato vem sendo a mãe daquelas crianças, bem consubstanciado na resposta de Jaciara sobre o que é ser mãe: “difícil, muito difícil porque você é e, ao mesmo tempo, não é. Eu me sentia mãe somente no domingo”, continua, “de segunda a sábado quem era a mãe dele era minha mãe. Ele confunde, às vezes, mãe com vó, vó com mãe”.

Trago o estudo etnográfico de Fonseca (2002), na cidade de Porto Alegre, a fim de fazer uma análise comparativa com os aspectos observados sobre essa “distribuição” de crianças, segue:

(...) os adultos responsáveis pelos jovens são quase sempre mulheres, dá-se a impressão de que os homens, e particularmente os pais, não têm qualquer envolvimento nesta história. Ora, estudos entre famílias “matrifocais”, em outras regiões da América Latina, sugerem que a presença simbólica do pai pode ser garantida na pessoa das consanguíneas paternas que muitas vezes passam a cuidar de seus netos e sobrinhos. Em Porto Alegre, entre as mães de criação que pesquisei, as avós paternas eram tão numerosas quanto as do lado materno e, em mais da metade dos casos de colocação entre outras consanguíneas (que não a avó), tratava-se de uma relação agnática (parente do pai) da criança. (FONSECA, 2002, p. 61).

Os resultados apresentados acima mostram a participação da figura paterna de alguma forma, mesmo que refletida pela figura de uma tia ou avó do pai, fazendo alusão de que a participação das avós paternas na vida das crianças que fizeram parte de sua etnografia era tão substancial quanto à participação das avós maternas das mesmas. Nesse sentido, a etnografia feita com as crianças no presídio feminino é divergente sobre o personagem daquele que cuida ou que cria as crianças, principalmente após o *evento prisão* da mãe.

A figura paterna é algo difícil naquele espaço. As percepções sobre as poucas crianças que estavam sendo criadas ou cuidadas por suas avós paternas é que elas não

visitam suas mães. Não vi uma possível “sogra” ou algo que remetesse à família do pai naquele ambiente. Portanto, sobre a rede de apoio e sobre a participação de um familiar na vida das crianças desse cárcere, não restam dúvidas de que são as avós maternas que estão à frente dessas famílias, são as “mães”, “mainhas” e “mãezinhas”. Com base nesse aspecto, tento configurar o que vi sobre aquelas famílias de classe populares; as crianças daquela prisão têm duas mães: a genitora e avó materna. Nesse sentido, uso o termo maternidade compartilhada a fim de que seja evidenciada a realidade social relativa aos cuidados daquelas crianças.

2.2. O Dia das mães: a comemoração do presídio

A instituição prisional ofereceu às mulheres que estavam grávidas e à mãe do bebê que se encontravam na Cella de Aleitamento um ensaio fotográfico, sendo todos fotografados, inclusive a criança. Essas fotos estão disponibilizadas na internet com reportagens intituladas: “Detentas grávidas e mãe com bebê ganham ensaio fotográfico em presídio [REDACTED], podendo também ser encontrado da seguinte forma: “Detentas grávidas ganham look e mostram o prazer de ser mãe” ([https://g1.globo.com/\[REDACTED\]/noticia/2019/04/06/detentas-gravidas](https://g1.globo.com/[REDACTED]/noticia/2019/04/06/detentas-gravidas)).

A princípio, discorri neste trabalho que não vou publicar imagens e nomes das mulheres e crianças. Uso, portanto, de pseudônimos para fins de ética à pesquisa. Não obtive nenhum tipo de problema quanto a esse aspecto, pois muitas disseram: “pode colocar meu nome completo”. As mulheres se disponibilizaram à pesquisa e se agradaram de que suas crianças participassem, diziam “leve” [a criança] e ficavam, na janela da sala de aula, orgulhosas de eu estar com as suas crianças naquelas atividades de pesquisa. No entanto, por mais que permitissem não considerarei ético usar de seus nomes e de fotos que retratassem as suas imagens.

As mulheres fizeram um belíssimo ensaio fotográfico, o bebê ficou muito bonito numa carroça vestido de animal de pelúcia. Os vestidos das mulheres eram muito bonitos, eram cenários requintados, nada que evidenciasse uma prisão, salvo algumas nuances das paredes que surgiam com aquele aspecto cheio de mofo. Em relação a esse evento, escutei a fala de uma daquelas mulheres sobre o fato de que aquelas fotos de ensaios “... só foi tirada porque os *direitos humanos* veio aqui por causa de cela que tava sem colchão”. Então, a “dáviva” da diretoria foi uma maneira de compensar aquilo que observa como efeito da visita dos “direitos humanos”, uma maquiagem da situação fática daquelas mulheres, segundo relatos das mesmas.

Em relação à festividade do dia das mães no presídio, é realizado no segundo sábado

de maio, também, o “Domingo” de Páscoa, como já apontado. Nesse sábado, não presenciei, mas observei na internet uma linda foto de uma criança, um menino de 12 anos com sua mãe, uma foto muito emocionante, que ao vê-la senti-me afetada, numa cena que trouxe uma realidade de um abraço de amor e de dor ao mesmo tempo, de uma linda mãe que chora ao abraçar o filho que lhe entrega uma rosa, uma cena real, expressando, assim, todos os sentimentos que encontrei naquele cárcere inerentes ao amor materno e ao amor daquelas crianças pelas suas mães. Ao ver a foto na internet, memorizei aquela mulher, encontrei-a na área de visita do presídio junto ao seu filho, então fiz-lhe perguntas a respeito desse dia de comemoração.

Sobre o dia das mães, perguntei à criança da fotografia, respondeu sucintamente que “foi bom”; a flor foi recebida no presídio para que entregasse à sua mãe. Sobre a foto, diz: “alegria, amor. Não dá pra falar, não! Foi muito bom”. Diz-me ainda que queria ser advogado quando crescesse porque queria ajudar as pessoas que sofriam. Ao falar dessa vontade profissional tive a impressão que interligou a profissão à situação prisional da mãe.

2.3 Mulheres do Presídio Feminino: a sexualidade que se encarcera e a sexualidade que emerge no cárcere

Nessa seção, discorrerei sobre a sexualidade das mães do presídio feminino. Trago análises a partir de relatos que fiz às mesmas, assim, apresentarei o texto não a partir de percepções, mas a partir das falas de algumas delas, também pela observação de uma grande interlocutora, Jaciara, mulher presa por tráfico de drogas. Essa informante apresentou-me como se dá a vida íntima daquelas mulheres presas devido às experiências de presidiária e de mulher de preso.

A intimidade das mães do presídio estudado foi algo que já pude perceber no contato com as mesmas e nas idas ao campo, mas resolvi, fazer essas perguntas a elas próprias.

Desde o início, observei que aquele espaço não é comum a homens. Ver um homem naquele presídio faz-me ficar surpresa. Nesse sentido, essa ausência masculina reflete na vida sexual daquelas mulheres daquela prisão, pois, em sua maioria, não recebem visita íntima.

A visita íntima da prisão em análise tem dia certo, a quarta-feira, dia comum aos dias de visita íntima dos presídios masculinos. Eu já havia ido em presídios masculinos nesse dia, via muitas mulheres saindo, com cabelos molhados, recém-saídas de um banho. Esse dia consiste num dia de muito movimento no ambiente, só não há mais gente do que o dia de visita da família. Nas quartas-feiras naquela região do bairro de M., presenciei muitas mulheres em ponto de ônibus e sabia que o fluxo de mulheres pela manhã naquelas adjacências do bairro tem a ver com a visita íntima.

As visitas íntimas oficiais, digo em relação à controlada pela prisão, tem que ser realizada mediante um cadastro, estando abertas aos maridos, aos companheiros. No primeiro caso, é exigida a certidão de casamento; no segundo, uma declaração em cartório extrajudicial para que venha expressa a união estável. As celas em que há os encontros amorosos são distintas das que ficam no dia a dia. Elas se situam do outro lado do presídio, numa parte que é dividida por um muro, assim, tendo que passar pela área central onde fica localizada a maioria dos agentes penitenciários, principalmente, os agentes homens.

Os homens são visitados por suas mulheres tanto no dia de domingo quanto nos dias de visita íntima. Lá, nos presídios masculinos, a fila é longa, algo que não corresponde da mesma forma no presídio feminino, uma vez que praticamente não têm visita íntima. Obviamente, o reflexo na criança é de que a maior parte não tem pai ou foram “abandonadas” pelo mesmo ou têm pais presos. A família destas crianças é uma família liderada por mulheres que compartilham a maternidade com suas mães.

Um domingo, na Cela de Aleitamento, estava com Ariane e ao perguntar se recebia visita íntima, já que tinha um companheiro, o pai de seu bebê que carrega sempre no colo, responde-me: “Eu, não! Com o menino no braço?”. Nesse momento, sorri e disse à mesma: “deixa o menino com as amigas”, fiz referência às companheiras de cela. Assim, responde-me: “Não, presta, não! Eu tou lá, no outro lado, na hora do bem-bom, o menino: cué! cué! É melhor deixar pra dar uma pombada em casa!” - “pombada” é a referência ao ato sexual entre homem e mulher. A amiga de cela, nesse momento, diz: “tem que dá uma coisadinha, termina de fazer e bota o menino nos braços. O homem com fome bota gaia!” – “gaia” é um termo vulgar que remete à traição conjugal.

O marido de Ariane estava demorando muito para visitá-la, pois estava “tirando” a documentação exigida para ingressar no presídio e se encontrava desempregado. As documentações são as mesmas que são exigidas para o pesquisador, como já falei noutro momento e que relacionada à certidão da polícia estadual. A certidão não é gratuita, pois custa mais que R\$14,00. Nesse caso, percebi nessa mulher como uma das mais pobres daquele presídio, acredito que está abaixo da linha de pobreza. Esses aspectos, portanto, refletem também na ausência de visita, associados às questões de ordem burocrática.

As mulheres reclusas naquela prisão, algumas delas têm companheiros, mas muitos estão reclusos, tendo sido presos anteriormente à prisão das mesmas ou foram presos, simultaneamente, algo bem característico do crime de tráfico de drogas. Há, também, mulheres que não recebem visita nos dias de domingo nem na quarta-feira, uma vez que seus companheiros não têm “ficha limpa”; pois, se tiverem certidão criminal positiva, desta feita,

não podem visitar suas companheiras. Ressalto que há mulheres com muitos companheiros com “dívidas” com a justiça, mas na modalidade “mulheres que têm companheiros”, a maioria deles se encontra presos. Sobre esse controle social dos corpos que a unidade prisional faz com os “companheiros com dívida com a justiça”, não farei inferência de como se dá esse aspecto burocrático, pois tenho apenas a informação da interlocutora.

Neste sentido, não receber visita íntima e não receber visita aos domingos estão imbricados, tendo em vista que as razões são as mesmas: companheiros presos; companheiros soltos, mas respondem processos criminais; sem companheiros ou “abandonadas”.

Sobre as motivações elencadas acima, posso informar que a que mais registrei foram situações de “mulheres abandonadas”. Ressalto que a terminologia “abandonada” emerge das narrativas daquelas mulheres. Apesar de “abandonadas”, essas mulheres mostram que eram leais aos seus companheiros, viviam uma vida marital antes da prisão e foram “abandonadas depois que caíram” no presídio; a maior parte, não é mais visitada.

Fátima, mulher negra de 31 anos, fala que não recebe visita íntima, deixando claro de que foi “abandonada”, chora descontroladamente sentada na calçada com a mãe e com o filho; fala-me bastante coisas a respeito de sua vida, diz-me: “as drogas era dele, mas eu assumi, tive medo que fizesse alguma coisa com meus filhos e com minha mãe”. Continua falando e chorando ao mesmo tempo, diz: “eu tenho medo d’eu deixar ele e ele fazer uma coisa comigo. Minha mãe me deu muita educação, nunca fiz nada de errado, nunca peguei nenhum tipo de droga, sempre trabalhei, ajudei meus filhos (chora intensamente)”. De forma desolada, continua a falar, “eu preciso sair daqui, eu preciso, eu tenho um sonho: cuidar dos meus filhos e ficar perto de minha mãe. Eu tenho um objetivo. Meu objetivo é esse!”. Continua a falar: “desde ontem, eu tou assim, só dá vontade de tá dormindo, dormindo pra mim esquecer que tou aqui”. Já na fala de Camila, grávida de cinco meses, responde-me sobre a questão da visita íntima: “eu não tenho marido, foi só um caso, mas ele sabe que a filha é dele”, justifica o fato de não ter visita íntima.

Trago a história de outra mulher bastante jovem que “destoa” daquele cenário de mulheres, por ser branca de olhos verdes, também por ser de classe média baixa, por ter o ensino médio e dizer que fala inglês e espanhol, sua filha tem vestes belíssimas, apresenta-se com vestidos muito elegantes. Perguntei, então, a essa mulher a motivação de se encontrar presa, ela diz: “tô aqui por causa de marido, por amor, dezoito anos casada. Ele matou um homem, eu tava junto, fiquei de cúmplice. Sou estudada, fiz o segundo ano do ensino médio, curso de inglês e espanhol. Agora vou mudar!”. Continua falando que essa morte resultara de ciúmes, que o marido deu uma facada na vítima por acreditar que estava "dando em cima"

dela.

Recordo-me que, ao elogiar o vestido de sua filha, responde isso: "eu tenho condições, meu pai é policial". Alude que sua vida vai mudar, que não recebe visita íntima desse marido, pois, a minha mãe disse "ou a família ou ele", mas "agora ele tem outra". Não faz, portanto, observação da não visita íntima pelo fato de seu companheiro se encontrar preso pelo mesmo crime, mas porque "agora ele tem outra". Nesse sentido, não observei que mulheres "arranjam" outros companheiros quando estão presas, mas o homem estar preso emerge possibilidade de ter outra companheira, como nesse caso.

Um dia, escutei de uma jovem mulher que está cumprindo pena naquele presídio, Edite, 29 anos, presa por homicídio, não recebe visita de ninguém, ela é da cidade de Natal-RN, faz três anos que não vê os filhos, diz com tristeza que sua prisão marcou na filha, uma vez que estava presente no momento de sua prisão - chora! Nessa conversa, perguntei sobre se recebia visita íntima, fala: "não sou visitada por ninguém, nunca recebi visita íntima, depois do casamento fiquei com trauma, só queria saber de filhos e trabalhar". Os seus filhos, anteriormente à prisão, moravam com a mesma, na época, tinham oito e onze anos de idade.

Recordo-me de uma pergunta que fiz à jovem de 19 anos de idade sobre os lençóis que foram o chão da área de visita, - item sobre o qual discorrerei adiante, - assim, respondeu-me: "um cortiço! Isso aqui é uma comediagem. Aqui, o progresso da cadeia é sabão" - "sabão" é o nome vulgar relativo à relação sexual entre duas mulheres.

Em relação à vida íntima sexual de Jaciara, fala que nunca foi visitada pelo seu companheiro, pois ele está preso, que desde que esteve presa nunca recebera uma visita íntima que se dá nos dias de quarta-feira, mas se a esposa não pode ir "ele compra no nome de um amigo". Ela, anteriormente à prisão, estava visitando seu companheiro num presídio masculino. Informa que os homens têm visita íntima até no dia de visita da família, no domingo. No presídio em que se encontra seu companheiro, a visita é na cela, assim, a família entra, tem cela que tem oito camas, então, colocam-se lençóis perto das camas, tipo uma cortina, para fins de não se dar visibilidade a quem deitar na cama, chamando esse cortinado improvisado de "caxanga". Então, por trás das "caxangas" são realizados os encontros íntimos, enquanto, a família e as crianças ficam no corredor entre as camas, todos nas celas trancados.

Perguntei à Jaciara se sentia ciúmes por não poder visitá-lo e saber que outras mulheres o visitam "usando" o nome de um amigo. Responde com sorriso disfarçado que "sente raiva, mas não posso fazer nada, mas o que os olhos não vê, o coração não sente (risos)".

Essa interlocutora viveu as experiências da prisão feminina a partir de sua privação de liberdade, mas também de um presídio masculino, pois visitava seu companheiro. Assim, aponta que a mulher “só recebe visita se o marido for livre com a justiça, se responder processo, não. Aqui, se muito estourando tem dez mulheres que recebe visita, a maioria é encontro íntimo de mulher com mulher. Muita mulher se envolveu aqui dentro, depois leva pra rua”. Aponta que, nas visitas íntimas nos presídios masculinos, quando a visita entra o companheiro de cela “abaixa a cabeça”, afirma. “Abaixa a cabeça” é um ritual de respeito aos companheiros de cela, para que sequer não vislumbre olhar para a mulher de outro preso.

O relato de Jaciara é bem harmônico com a fala da jovem mulher que diz “que aqui tem muita saboagem” - nome atribuído às relações sexuais entre mulheres. Na fala, ficou consubstanciado que o convívio no presídio possibilitou muitas relações homoafetivas para mulheres que antes não experienciaram uma relação com outra mulher, mas que, após ter a experiência, “levam pra fora”, dando a impressão de que a prisão é um lugar que possibilita encontros de amor que se leva para a vida, para depois dos muros. As relações íntimas entre aquelas mulheres são relações contingentes, surgem do companheirismo, da carência afetiva, da afinidade entre aquelas mulheres, permitindo que algumas levem o afeto nascido no cárcere para o longo da vida.

“O discurso de sexualidade não se aplicou inicialmente ao sexo, mas ao corpo, aos órgãos sexuais, aos prazeres, às relações de aliança, às relações interindividuais” (FOUCAULT, p. 384, 2015). As mulheres presas nesse cárcere estão em sintonia com as informações que se descrevem sobre o cárcere feminino: “mulheres presas sofrem abandono de seus companheiros”. Não tenho conhecimento de que nessa prisão mulheres “substituem” os maridos ou companheiros que estão presos, pelo contrário, dão entender pela fidelidade aos mesmos, mas também pela “aceitação” de que eles têm outras companheiras, mesmo estando presos, pois, segundo Jaciara “o que os olhos vê, o coração não sente!”.

“Aqui, tem muita saboagem”, como apontado pela jovem mulher presa, podemos fazer inferência das práticas homossexuais ocorridas naquele cárcere sobre os aspectos que foram observados na análise de prisões por Lemgruber (1999), que identifica as privações do convívio familiar, acentuada, no caso das mulheres, pelo abandono que acontece com maior ênfase nas relações de parte de maridos e companheiros; afirmando que esse abandono se refletirá na privação do livre exercício da sexualidade que provocará a homossexualidade no sistema carcerário. Em resumo, a prisão para a mulher reflete na vida íntima da mesma no contexto social de ser “mulher”, na figura de “esposa”, “companheira”, além do seu papel social de mãe”, nesse último, trazendo desdobramentos que contribuem para a intensificação

da pena.

2.4. A Cela de Aleitamento: o lugar “privilegiado”

Apresento a Cela de Aleitamento sob a primazia da fala de Ariane, mãe do único bebê que está nesta pesquisa. Sobre esse lugar, me diz: “quando a gente é mãe, a *Cela de Aleitamento* é a menos visitada, só sai quando tem um evento. A comida é a última que chega. Eu não tiro uma cadeia, tiro duas” (Ariane, 23 anos). A Cela de Aleitamento constitui espaço destinado às gestantes, lactantes e bebês, a única cela que tem a grade voltada em sentido frontal ao pátio, a mais visível desde a sala central do presídio, fica defronte ao campo de futebol. A Cela de Aleitamento é conjugada às demais celas, mas não há comunicação entre as mesmas, mas se ouve o barulho advindo das chamadas “celas do corredor”. Ao ingressar pela primeira vez no complexo, percebi um barulho muito intenso, vozes e cantos de muitas mulheres, chamando-me muita atenção. Segundo Jaciara o pior da prisão “é as brigas e a zuada”.

As mulheres que estão com suspeição de gravidez, ao informar, no momento do ingresso àquela unidade prisional, já são alocadas na Cela de Aleitamento. Assim, se por ventura for verificado que não estão grávidas “descem para o corredor”, lugar que é destinado às demais mulheres.

A referida cela é dividida em três cômodos, assim distribuída: no primeiro, tem uma pia de prato, uma poltrona de balanço, coberta com material sintético de cor bege clara, com rasgos no assento, tem uma mesa, quatro cadeiras, som e TV de LED fixada na parede, mas está com controle remoto quebrado, fato que me foi pedido pelas mulheres da cela para que eu trouxesse um de presente para as mesmas, uma vez que argumentaram que não aguentam mais assistir a um mesmo canal. No cômodo da lateral direita há seis camas de cimento, uma sobre a outra, no modelo beliche, seis berços. Na lateral esquerda, tem duas camas de alvenaria tipo beliche e não há berços. Nessa cela, também encontramos um banheiro comum a esses três cômodos.

Em relação aos berços, eles não têm o mecanismo para nivelar a altura do colchão, nivelador esse muito comum, inclusive a berços populares, pois eles não têm como baixar, segundo Ariane, mãe do bebê André. Ao me encontrar um dia nesse ambiente, percebi que o bebê já está iniciando o “engatinhar”, assim, alertei à mãe da criança que o colchão estava muito próximo ao nível da grade, posição propícia para bebês recém-nascidos, não sendo o caso de Bodinho, assim, como André, às vezes, é chamado.

Nesse espaço, foi o ambiente em que tive o primeiro contato com um bebê, André, que segundo sua mãe Ariane, ele teve que tomar remédio para combater a sífilis, uma vez que havia contraído a doença. No dia em que o vi pela primeira vez, estava chorando, agitado, a mãe acalentava-o nos braços, dançando naquele estreito espaço entre a cama e berços, mas o bebê não parava de chorar. Nas narinas, um som como um “ronco” era audível, causando impressão de estar com secreção. Nesse momento, a mãe puxa um soro e diz: “a doutora me deu esse soro aqui, mas não vou usar porque já está fora da validade”.

Ao chegar na Cella de Aleitamento, houve um dia que estava uma senhora de 72 anos, disse estar com câncer e que interromperia o tratamento devido à prisão. Percebi que seu nariz estava corroído pela metade, em sua lateral esquerda. Então, passei a perceber que a Cella de Aleitamento era uma cela “aproveitada” tipo para acomodar casos “especiais”, mas reafirmo que consiste no espaço oficial destinado às gestantes e às mães que se encontram amamentando seus filhos, tal como André. Acrescento ainda que tive a percepção de que a Cella de Aleitamento é usada por pessoas “privilegiadas”, a exemplo das “mulheres da cozinha”, pois um dia Ariane falou “as meninas me dão xampu, mas eu não gosto de pegar nada de ninguém”. Portanto, ao ouvir isso, ficou claro que a Cella de Aleitamento aloja outras pessoas quando está com poucas gestantes e lactantes.

Ariane, 23 anos, presa por assalto à mão armada, o famoso 157, tem mais dois filhos pequenos, lembro que um deles tem dois anos de idade. André, assim que nasceu, foi para a prisão, pois sua mãe fora presa no momento do parto. André tem por alimentação exclusiva a amamentação, mas Ariane estava acrescentando sopa de feijão, conforme me disse. Certo dia vi que deu água da torneira para o bebê. Nesse dia, interferi, disse que não era bom para criança, pois poderia ser de uma caixa d’água, assim, não sabemos se essa água é limpa. Nesse momento, ela joga fora a água do copo na pia de prato. Percebi, na atitude em dar água da torneira ao bebê em plena 14:00 horas, o fato de uma “ignorância”, dada ao contexto de pouca instrução, mas em nenhum momento ficou consubstanciado que esse bebê era maltratado, pelo contrário, era perceptível que a mãe lhe tratava com zelo, sempre me requerendo “roupinhas e alpercata”.

Ao fazer pesquisa na Cella de Aleitamento, conheci André com um mês e quatro dias; sua mãe, Ariane, jovem negra de 23 anos; Camila, jovem branca de 22 anos que está grávida de cinco meses e a idosa de 72 anos que está com câncer no nariz. Hoje, algumas dessas grávidas foram beneficiadas com a prisão domiciliar, mas Ariane, a mais pobre de todas, ainda se encontra na unidade; foi uma das primeiras pessoas com quem tive contato, a mãe de André é a única que não se beneficiou com nenhum “remédio” jurídico, não tem advogado,

mas “profetiza que Dona LILI vai chegar”, inclusive na parede lateral de sua cama fez um calendário, cuja maioria das datas estavam riscadas e escrevera “falta 61 dias”. Assim, perguntei à mesma se sabia quando ia sair, respondeu-me assim: “sei não, mas tô profetizando”. Nessas paredes, encontrei um grande termo usado na prisão que não conhecia, a “Dona LILI”, quando perguntei do que se tratava, acreditando ser uma pessoa, Ariane e Amanda respondem-me rindo “Ah, é a liberdade”. Ariane segue pontuando “nosso sonho”. Assim, “LILI” é como as mulheres da prisão chamam a esperada liberdade.

Retornando à cela, sobre suas condições, registro que é apertada na parte em que os berços e as camas estão localizados, no quarto da lateral direita. Noutro dia, a mãe relatara que o bebê estava com as fezes “pastosas”, mesmo que claras relativas às de bebês que só amamentam, mas foi irredutível em enfatizar que “ele não está bem, pois o cocô não está normal, não é normal um cocô como uma pasta”. Nesse momento, vi os raios de sol naquela cela, adentrando-a, um calor imensurável. Enquanto aquela mãe me relatava, em minha mente, só havia a impressão do desconforto daquela alta temperatura.

Um agente penitenciário chegou a me relatar que em tempos passados já teve quinze bebês na Cela de Aleitamento, logo, então, como se apresenta na atualidade, não consigo conceber como seria essa quantidade de bebês nesse ambiente, pois o corredor que fica entre as camas de alvenaria e os berços têm um espaço ínfimo. Tentando vislumbrar como seria com os berços todos conjugados e, que, na atualidade, eles totalizam seis berços.

No domingo de visita, Laura, mãe de Lua, informou que a filha nasceu quando estava presa, sendo uma gravidez difícil por estar só. Ao tecer seus relatos, no momento em que falava da separação, narrava-a com olhos que se encheram de lágrimas. Assim, aponto que a Cela de Aleitamento tem problema de espaço quando há muitos bebês, também a separação desses bebês de suas mães é um sofrimento para as mulheres daquela cela. Observemos:

(...) ela ficou cinco meses, geralmente, se passa seis, eu sou de longe, fui perseguida nesse lugar, pela opressão, pela diretoria, na época. Eu mandei ela pra casa pela dificuldade que enfrentava. Não tive resguardo. (...) não deu trabalho, não chorava, ela tomava mingau porque só mamou 30 dias, não tive leite suficiente. Dava banho de sol nela e quando entrava ia dormir, rotina de qualquer bebê, o que muda é o espaço e o apoio até chegar a hora mais difícil que é ir pra casa, é a parte mais difícil por pior que seja, ninguém teve coragem, nem meu pai, nem minha irmã, só minha mãe. Um bebê de cinco meses, ninguém cuida melhor que a mãe. Saber que ia embora, muito difícil (lacrima os olhos). (...) arrumei as coisas dela no dia anterior, fui deixar ela e minha mãe, só choro, só lágrimas. Eu chorava, minha mãe e ela. Ela não tinha contato com outras pessoas e a parte mais difícil para mim e ela foi isso. (...) ela adoeceu quando chegou em casa, passou três dias sem se alimentar direito, chorando muito à noite, teve febre, minha mãe levou para o hospital, fez uma série de exames, minha mãe contou a situação e o médico disse que era emocional (L., 24 anos, presa por tráfico de drogas e assaltos) (GUEDES, 2018, p. 45).

André, conforme apontei, dorme com a mãe na cama na parte inferior do beliche.

Ariane disse que ele um dia amanheceu com a boca cheia de papel “porque estava comendo a Bíblia”, ele amanheceu e ela cansada não conseguiu acordar, então, cochilou novamente. André, hoje, com quase seis meses de idade, fica na cama com a mãe e a Bíblia.

Ariane é muito simpática e engraçada, sempre a rir da própria desgraça, não no sentido de frieza sobre a situação, mas de um forte que busca a partir do sorrir. Relaciono-me muito bem com todas da Cela de Aleitamento, mas, em especial, com Ariane, sempre me responde às perguntas, é uma jovem negra, sem dentes frontais, magra, com seios grandes, sempre se encontra de sutiã e short de um *baby doll*, sempre me pego sorrindo com sua forma de ser, percebo que gosta quando estou lá na Cela de Aleitamento; sei também que nunca recebera uma visita durante todo o tempo de sua prisão, mas que não se sente abandonada pelo companheiro, pai de André, que é muito pobre, vem apenas no dia da quarta-feira trazer lanches e de forma esporádica.

Num domingo, estava na Cela de Aleitamento na companhia de todas elas e do bebê, esse que sempre se encontra no colo de sua mãe; ríamos tanto, ríamos tão alto com as coisas engraçadas, com a forma de falar daquelas mulheres, em especial, de Ariane. Nesse dia, tive receio de ser chamada atenção pelas agentes penitenciárias, porque eu ria com intensidade. Às vezes, elas estavam rindo da própria situação e me faziam rir. Nesse instante, tive a necessidade de explicar que não estava rindo de suas situações colocadas como brincadeiras, mas estava rindo como elas falavam, principalmente pelas expressões corporais manifestadas. Enfatizo, Ariane tem sempre muito bom humor. Recordo-me sobre essa situação de um dia maravilhoso que tivemos na cela, dizendo para aquelas mulheres o seguinte: olha, sei que vocês riem, mas por dentro têm suas dores, mas se eu pudesse dar um conselho a vocês que seja para que mantenham esse sorriso. Nesse momento, percebi que todas ficaram quietas. Em seguida, Ariane fala: “é porque a senhora está aqui. É bom quando uma pessoa vem aqui”; aponta ainda “quando a gente é mãe, a *Cela de Aleitamento* é a menos visitada, só sai quando tem um evento. A comida é a última que chega. Eu não tiro uma cadeia, tiro duas”.

Ariane, sempre de bom humor, fala sobre a escassez de recursos, enquanto fala do que lhe falta, puxa o *short doll* e diz: “eu tô no osso para não gastar sabão” - estar no osso é a forma de se dizer que está sem calcinha. Ela sorri, ainda, quando fala das baratas que existem na Cela de Aleitamento, um dia me disse “fala que as baratas tá no pé do menino”.

Outro domingo, eu passo direto para a área de visita, Ariane me vê através da grade, com seu bebê nos braços, grita: “a senhora vem aqui, não?”. Respondi acenando e logo me adverte: “olhe, cuidado pra senhora num pisar no rato”. Realmente, tinha um rato morto no caminho. Nesse dia, passei umas três horas na sala de aula, ao retornar o rato ainda estava lá

“torrando” naquele sol causticante.

A Cella de Aleitamento é um lugar muito quente. Ariane reclama do calor da Cella de Aleitamento; digo que é perceptível, ingressei na mesma. Nela, os raios de sol adentram com intensidade. Ariane e a outra jovem grávida de cinco meses sempre estão de sutiã, sem blusa. O bebê encontra-se apenas de fralda, dormindo junto à Bíblia aberta. Nesse instante, indaguei o porquê da mesma estar aberta, assim, Adriana fala “para proteger nós, eu leio todo dia, é para proteger”, ainda fala “eu deixo porque eu rezo todos os dias, ele dorme comigo”. Recordo-me que André estava dormindo, não estava no berço, estava na cama tipo beliche. Na parte inferior, havia ao seu lado um minúsculo ventilador em cima do colchão, e havia ao lado do seu corpo a Bíblia aberta, um exemplar pequeno de capa de cor azul-marinho, contendo apenas o Novo Evangelho.

Ao conhecer André com um mês e quatro dias, a mãe me disse que “tomou a vacina do bracinho”, tomou, também, medicamento para sífilis, pois adquiriu essa doença através da maternidade; tomou antibiótico por sete dias, esclarece. Aponta que seu companheiro “colocou” sífilis nela, que já sabia que tinha sífilis, que tomou medicamento para tratar a doença, mas ele, seu companheiro, não tomou. Assim, diz: “eu peguei de novo”, acrescenta, ainda, que “eu não sabia que passava pra criança”, “eu tomei benzetacil”, informa, ainda, que ele chegou naquele presídio com doze dias de vida.

André foi ao posto de saúde que fica localizado no bairro V., “tá com gases, fizeram uma cotinha de setenta e cinco reais pra comprar o remédio dele”, respondendo-me que foram as agentes penitenciárias que fizeram “a cotinha”. Nesse dia, mostra um soro fisiológico fornecido pela prisão e diz “me deram isso aqui, mas não uso, tá vencido”. Mesmo André tendo ido ao pediatra fora da instituição prisional, tendo em vista que a composição do quadro de saúde do presídio não tem um profissional com especialidade em pediatria, sendo composto apenas por uma médica clínica-geral, uma enfermeira e psicóloga, a mãe do bebê informa isso: “o menino não tá tendo consulta, pediatra, ele não tá tendo”.

Percebi em muitas agentes penitenciárias um sentimento “maternal” para com as crianças, sobretudo quando se trata de bebês, há algumas mais carismáticas que se mostram sensíveis à questão dessa situação de cárcere de bebês. Havia observado através de relatos, mas foi bem confirmado a partir de algumas avós maternas e da mãe de André. As crianças causam afetação naquele espaço, elas afetam a mim, mas também a muitas carcereiras, é um universo feminino e muitas daquelas agentes se comportam com generosidades, “como fazer cotinhas pra comprar remédio de setenta reais”. Refiro-me à afetação dessas crianças no sentido inclusive de eufemizar o ambiente de hostilidade que representa o cárcere, estar com

as crianças, vê-las correr na lateral da área de visita, vê-las passar, principalmente, quando desfilam lindos vestidos, deixam sobrestado o “estado prisão”.

A Cela de Aleitamento era, por mim, preferencialmente, a última a percorrer no dia de domingo, tendo em vista que a sala de aula “tomava-me” mais tempo. Havia domingo em que não entrava na cela, pois nem sempre as agentes abriam-na, mas, mesmo assim, passava nesse ambiente, ficava sentada na calçada exposta ao sol. Às vezes, sentava-me em cima do caderno de campo, pois era intenso o calor da calçada. Assim, mantínhamos diálogo entre as grades.

O calor é tão causticante, bem observado na fala de Ariane, diz: “(...) a cela é muito quente, o menino fica que nem um tomate”, continua, “aqui, é um inferno, pois até a queadura dele já tem!”.

Percebia o principal cômodo da Cela de Aleitamento, o do meio, pois são três. É nele que se situa a grade, quando eu entrava era tão bem tratada por Ariane que colocava sua toalha de banho em cima do assento da cadeira de balanço por causa de um buraco que havia no centro da mesma. Então, enquanto colocava-a, dizia: “deixe mim colocar pra senhora, sente nisso rasgado, não”.

Sobre as queixas, as mais frequentes são o calor da Cela de Aleitamento, a comida que sempre é entregue por última de todas as celas e que não são visitadas por várias motivações, como questão de pobreza, a exemplo de Ariane que o marido está desempregado, demorou fazer a “carteirinha” de visitante, não tem dinheiro de passagem para vir de Ma., bairro da cidade metropolitana, até o bairro de M., em que fica localizado o presídio. Algumas, como no caso de Clotilde, não recebem visita porque o marido tem “problema com a justiça” e para visitar tem que “ser limpo com a justiça”. Algumas presas também não são visitadas porque são abandonadas depois da prisão ou não têm companheiros, pois estão grávidas, “mas só foi um caso”, como aponta uma delas. Quando pergunto se recebe visita do companheiro, ela diz: “não tenho marido, a gente só fez a criança, mas ele sabe que é dele”. Em relação às crianças que não visitam porque moram em outra cidade, não tendo dinheiro para vir de ônibus ou “pagar um carro de R\$400,00 pra vir pra aqui”, referindo-se à cidade de T.

As mulheres estão sempre reclamando que a Cela de Aleitamento, a dita tão privilegiada, mas que chega a comida atrasada, a administração manda a limpeza às cinco horas da manhã e elas se dizem cansadas, pois não dormem direito. Principalmente Ariane, por causa que o seu bebê André, às vezes, acorda de noite, então diz que é muito cedo mandar limpar a cela nessa hora nos gritos “acorda que é hora da limpeza”; e que o banho de sol, direito de todas as pessoas presas, é realizado às seis horas da manhã, e, muitas vezes, não

consegue se levantar por causa que acorda algumas vezes de madrugada. Então já pediu para que as agentes falassem com a direção para ser de quatro horas da tarde e que todas as outras mulheres também concordam, pois seis horas da manhã não é aproveitado porque elas não acordam. Também a direção não quis entender pela mudança. As reclamações sobre a limpeza às cinco horas da manhã foram observadas por mim por várias vezes em que estive na Cela de Aleitamento.

O atraso da comida das mulheres foi bem pontuado por elas, disseram que naquela prisão elas estão ouvindo com frequência sobre o privilégio que é a Cela de Aleitamento, “ah, só porque tem tv”, mas “aqui a gente somos as últimas”, “o café da manhã que é pra chegar de 8 horas, chega de 9, tem vez que até de 10”, fala Ariane com André nos braços. Ressalto sobre as questões observadas nesse lugar, a Cela de Aleitamento, mas que venho percebendo que consiste na angústia daquelas mulheres presas, não específico das gestantes ou lactantes, refiro-me “a não fazer nada”. Em 2018, no início da pesquisa, já havia observado tal dado, verificando que persiste o sofrimento “por não fazer nada”, no sentido de ausência de atribuições naquela prisão. Há, portanto, mulheres que são cozinheiras, que fazem a limpeza, a chamadora, mas isso é ser “privilegiada” numa prisão, inclusive quando tem esses trabalhos recebem R\$ 100,00 por mês - “chamadora” é a presidiária que se encarrega de chamar a presa ao salão central quando chega um oficial de justiça para realizar uma intimação.

Trago uma passagem de meu trabalho monográfico de um relato de uma gestante da Cela de Aleitamento, Adriana 23 anos, presa por ter “quebrado a tornozela”, estava na condicional por um crime de assalto, o famoso “157”, segue:

(...) de noite quando vou dormir, não tou dormindo direito, fico escutando vozes, sei lá, eu acho que meu psicológico, é como se alguém tivesse chamando. (...) é ruim ficar sem fazer nada, eu não leio nada, só a bíblia, queria quebrar a cabeça com alguma coisa (...) é ruim, no domingo, ver a visita passando e você não pode ter. Era para ter alguma coisa no presídio pra gestante; queria poder participar das aulas, nem que participar com alguma coisa, nem que eu ficasse aguando as plantas, tirando os matos. Ficar parada sem fazer nada!

A senhora tem gibis? Eu gosto de ler, deveria ter alguma coisa para gestante, eu gosto de ler, eu tenho o primeiro ano do ensino médio (GUEDES, 2018, p. 35).

Extraio a fala de meu caderno de campo, datada em 17 de fevereiro de 2019, sobre o “não fazer nada”, aspecto que consiste nas reclamações atuais da Cela de Aleitamento, assim, motivando ter levado uma revista para Ariane colorir, pois havia me reclamado que não “fazia nada”. No entanto, é a única mulher daquela cela que tem um bebê e que cuida do mesmo e, ainda, percebo que André é bem cuidado. Mas mesmo assim sente a necessidade de ocupação, pois me fala que “aqui, deveria ter uma escola para pintar e para distrair a mente”, questiona também a respeito da sala de aula que tem naquele espaço.

Há uma ideia na sociedade de que presidiário vive sem fazer nada como se fosse um grande benefício ficar sem fazer alguma coisa. A partir de meu trabalho etnográfico, observei que “não fazer nada” faz parte do castigo. As mulheres do presídio feminino querem fazer algo para “suavizar” as agruras do cárcere, para “ocupar a mente”. Lá tem uma fábrica de bonecas que produz lindas bonecas e outros produtos artesanais, como bolsas, toalhas, panos de prato que circulam em feiras nacionais de artesanatos e em exposição em tribunais de justiça dos estados brasileiros, mas essas mulheres são “privilegiadas” pelo fato de trabalharem, estarem fazendo a remissão da pena e ainda ocupando a mente, pois não há espaços para todas - remissão é a diminuição da pena pelo trabalho ou pelo estudo realizado pelo preso.

O tráfico de drogas é um crime com reprovação social, mas não enseja o uso de violência. Assim, a impressão que tenho sobre a forma como algumas me relataram com um jeito mais tímido sobre ser uma 157, pois esse crime formalmente já exige o emprego de violência, mesmo que não se utilize de armas. Foi a impressão que tive com essa fala apresentada de forma mais tímida por algumas daquelas mulheres assaltantes. Percebi, ainda, que há reprovação sobre a modalidade de crimes entre aqueles pares, pois, quando cheguei um dia na Cella de Aleitamento, havia uma novata, grávida de poucos dias, acusada de latrocínio. Assim, foi-me apresentada pela sua companheira de cela, traficante, disse-me: “Você viu o caso dela na televisão?”. Respondi, em seguida, que não, pois não assisto TV. Ela continua, segue: “ela é daquele caso que assaltou o casal de velho no interior e depois queimou a casa com os velhos dentro”. A jovem mulher retruca em seguida: “Foi o meu marido, eu só assaltei, ele que resolveu tocar fogo porque os velhos só tinha vinte reais”. Através desta mulher, pude perceber que há outros motivos de se cumprir pena ou aguardar julgamento longe da família, contrariando o que preconiza a lei. Em relação a essa mulher específica, “a que queimou os velhos”, morava em Q., uma cidade que fica a 15,60 Km de uma cidade interiorana de médio porte. Ela deveria estar no presídio feminino desta cidade, o mais próximo de sua cidade. Nesse sentido, passei a indagar o porquê de estar presa no presídio feminino etnografado. Assim, responde que “as negas quer me pegar” - “negas” é a forma que faz alusão às presidiárias do presídio da cidade próxima. Nesse contexto, podemos perceber que no mundo do crime há crimes específicos que não são aceitos entre os seus pares, neste caso, a morte desse casal de idosos foi vista como uma reprovação nos que estão incursos na criminalidade. E sobre esse mesmo caso, percebi uma maior reprovação por parte de um agente penitenciário, “essas mulheres dão uma de santa, você perde tempo com elas, não querem saber de outra vida, não. Matando velhos, tocando fogo!” Percebi que se referia

ao caso em que acabava de ter contato na Cela de Aleitamento.

A acusada de roubar, após matar os velhos, disse-me que tinha um filho de dois anos; que, ao ser presa, não sabia que estava grávida, portanto, estava na cela do corredor, assim, “ao faltar a menstruação, desceu para a *Cela de Aleitamento*”. Falou que estava “há um ano com o companheiro, mas não sabia que ele era capaz disso, sabia que ele roubava. Agora, tô grávida. Na hora que a juíza perguntou a ele quem tocou fogo, ele ficou calado”.

A Cela de Aleitamento proporcionou-me ainda observar naquelas mulheres, mães e gestantes uma fé considerável. De início, só havia observado a Bíblia pequena que contém apenas o novo testamento, de capa azul, como já disse. Meses posteriores, observei escritos nas paredes da cela. Nelas, são construídas as camas de alvenaria, num modelo beliche, uma cama sobre outra. Percebi, então, vários escritos religiosos nas paredes que servem de conjugações às camas.

Sobre a presença da Bíblia aberta é dito por Ariane: “Boto sempre na cabecinha da gente quando vou dormir, sempre aberta. Eu peço uma palavra a Deus, aí eu leio e deixo aberta, pedindo paz, que proteja minha família, que meu marido arranje emprego, que cuide de meu marido”.

Assistida pela defensoria pública, Ariane está sempre reclamando da má assistência, então, o fato de ter feito o calendário fez-me indagar se sabia quando ia sair da prisão, responde isso: “tô profetizando”. Na parede, escreveu “Deus me liberta desse cativeiro, não suporto mi escuta”; “Deus ama nós mãe”. Em relação a essa frase específica perguntei porque escreveu, responde-me “porque tava aperreada”. Continua as escritas seguintes: “Deus tem piedade de mim”, ainda escreveu “peço perdão por todo mal que fiz”; “eu amo meus filhos e meu marido”; “Deus é fiel” e “me dê sonhos bons sonhos. Amém”

Não é apenas em Ariane o aspecto forte da fé presente, as paredes junto às camas são todas grafadas com escritos. Ariane traz a fé numa forma intensa, escreve “para Deus nada é impossível, basta ter fé e acreditar que acontece, eu sofro hoje, amanhã vou sorrir com minha liberdade deus trabalhando no meu caso, tudo passa e isso vai passar cadeia não é eterna, eu tô sofrendo, mas vai ter um final feliz eu creio no pai eterno”. É nessa fé que se baseia esse calendário que profetiza. Mesmo diante de sua pobreza, falta-lhe sabonete, sabão, lanche, material de higiene pessoal, sempre assegura: “as meninas têm, mas não gosto de pegar nada de ninguém”.

Informo que sobre o escrito são inúmeros, não consigo transcrever todos, portanto, elegi alguns, eram tantos que Clotilde passou a ler para mim, para que eu pudesse ser mais rápida, mas sempre olhava para transcrever com fidelidade. A própria Clotilde também

escrevera, está grávida de poucos meses, tem problemas na gravidez. No caso dessa interlocutora, ela tem muitos escritos, não tanto quanto Ariane, até por que está há pouco tempo na Cela de Aleitamento. Ela, bastante jovem, devido aos problemas que sempre acometem a sua gravidez, perdeu uma filha que nasceu e logo após morreu, escreve para sua filha falecida: “Soledade, mamãe te ama eternamente. Sei que você está bem, mas isso não me impede de chorar!” Nesse momento, ela olha para mim, lacrimeja os olhos e diz: “Ave Maria, vou chorar!”. Explica que o bebê morreu após um mês de nascido. Perguntei a essa mãe o que sentia quando escrevia, responde que “eu escrevo o que o meu coração tá cheio, para colocar pra fora o que não consigo falar”; continua: “tô evitando rabiscar as paredes porque dá sindicância, danos ao patrimônio público, a gente pode ficar sem uma feira, sem visita para quem tem visita”.

Ainda sobre os escritos de Clotilde, escreveu o seguinte na parede junto à cama: “cercada por muitos, amada por poucos, é assim que eu me sinto”. Também registrou isso: “teu povo clama Dona Lili”. E, na mesma parede, outra mãe encarcerada escreveu: “+ 1 dia de saudade da minha filha Camile Bianca” e “Aqui não é lugar de ninguém”.

Para finalizar sobre a Cela de Aleitamento, apresenta intenso calor e, que, só a partir de meu contato com Camila, é que pude perceber que nesse lugar há dois aparelhos de ar-condicionado novos na caixa, modelo Split, não instalados, guardados em cima de uma cama, no cômodo da lateral esquerda, lugar esse em que só há camas. Clotilde que me mostrou os aparelhos, dizendo-me: “o sistema não quer instalar”; continua, “aqui, tem um projeto para ter um gela água, ar-condicionado, mas só veio o ar, mas o sistema não quer e não vai instalar”. Só posteriormente a essa fala, dias depois, perguntei o que era “sistema” para a mesma, responde: “a prisão, a cadeia em si”. Nesse diálogo, deu entender que o projeto é de alguma igreja, algo ligado à religião, mas não aponta. Já havia observado o problema do calor na Cela de Aleitamento. Observo que o fato de ter a grade no sentido em que foi colocada, defronte para o campo de futebol, faz com que irradie o sol no interior da cela. Acredito que duas janelas em suas laterais amenizariam o calor da cela.

Os lugares percorridos nesta pesquisa estão imbricados com a visita, com o dia de domingo. A Cela de Aleitamento é o lugar que não há diferenciação relativa ao dia de semana, pois elas, as gestantes, lactantes e o bebê “moram” nesse ambiente, inclusive, a maioria das pessoas que se encontra nessa cela não recebe visita, inclusive, o bebê André.

Após escrever sobre Ariane e seu calendário que “estava profetizando” em sair da cadeia no mês de abril, mesmo sem advogado particular, mas com fé, profetizava a sua saída e riscava os dias de um calendário desenhado na parede, soube que saiu junto com seu filho.

Foram para casa no dia 04 de julho, pois se beneficiou de uma prisão domiciliar, assim, alcançou o sonho, pois, um dia, havia me dito “meu sonho é uma domiciliar”.

A Cela de Aleitamento foi um dos meus caminhos na pesquisa, discorro sobre o mesmo nesse capítulo da maternidade, pois é essencialmente imbricada à mesma. Ao chegar uma presa com suspeição de gravidez, já fica alojada nessa cela. Nela, estão as mulheres que se encontram em processos de amamentação, grávidas e é o lugar em que “residem” bebês “enclausurados”. Esse ambiente é tido como um lugar privilegiado por ter três cômodos, pelo banheiro ser de bom padrão para o recinto, por ter mesa, pia de prato, um conjunto de mesa de jantar, tv moderna, cadeira de amamentação, tv, rádio. Após receber fotos de alguns ambientes do presídio feminino, cedidas por uma agente penitenciária, pude perceber que o ar condicionado foi instalado, aquele de modelo Split, cuja foto está no anexo deste trabalho, tendo sido doado por um movimento religioso, mas que não foi indicado, conforme foi dito por uma jovem grávida que está aguardando julgamento por assalto à mão armada, o famoso art. 157, Cela de Aleitamento. Assim, sobre a questão do ar condicionado, posso fazer observações apenas em relação à foto, não significando precisar se o mesmo é utilizado, pois não retornei a campo. Utilizar um aparelho é necessário mais que sua existência, pois se compararmos ao aparelho de tv lá existente, elas “não aguentam mais assistir a um só canal”, pois o controle remoto estava quebrado, inclusive sendo solicitado a mim que eu trouxesse um de presente.

O “privilégio” desta cela, em que “a comida chega atrasada”, onde o “calor é infernal”, mas dizem ser “privilegiada” por tudo que apresentei sobre a mesma em termos materiais e por ser uma cela maior que as demais. No tempo em que estive em campo, realmente poderia percebê-la como um espaço amplo para as mulheres que ali se encontravam. No entanto, observando as palavras de um senhor agente penitenciário “teve tempo em ter 15 meninos nessa cela”, também na fala de uma mãe, “era muita criança”, “ela não conseguia dormir”, fazendo com que a mesma mandasse a filha para casa antes do tempo que a lei constitucional e que a direção da instituição lhe permitia estar com a criança. No entanto, percebo o privilégio de ser da Cela de Aleitamento: estar grávida, ser mãe.

Observo que a maioria das mulheres presas naquele cárcere são jovens mães, dificilmente se vê uma mulher que não seja mãe, mas no que se refere às mulheres alojadas na Cela de Aleitamento tem-se a certeza. A Cela de Aleitamento está intrinsecamente imbricada com a maternidade; assim, o privilégio que ouvi de uma mãe no presídio é que “ser mãe é bom”, porque quem é mãe vai para casa, fazendo correlação ao *habeas corpus* coletivo. Foi como interpretei uma fala de uma mulher que não se mostrava muito esperançosa com a

soltura, tendo em vista que não atendia ao requisito de uma prisão domiciliar por não ser mãe. Neste diapasão, ser traficante, visto que é um crime que prescinde de violência, e ser mãe é ter privilégios de ter o sonho da “Dona LILI” alcançado, é ter o sonho da “domiciar”, como apontado por Ariane. Ser mãe, então, reflete no fluxo de saída das mulheres da prisão.

2.5. Mães na prisão: a saúde, o parto, histórias e fluxos de saída da prisão

Apresentarei essa seção com relatos das mulheres que se encontram na Cella de Aleitamento, pois estar grávida no presídio é ser “moradora” da referida cela. Sendo um lugar em que há um grande fluxo de entrada e saída de mulheres, pois a maioria delas foi beneficiada com prisão domiciliar, tendo em vista que correspondem aos requisitos objetivos do *habeas corpus* coletivo, interferindo, por conseguinte, na população da prisão.

A prisão domiciliar, tipo de prisão que é o “sonho de vida” daquelas mulheres, pois são mães de crianças pequenas e, a maior parte delas, está incursa no tráfico de drogas, crime que formalmente não é necessário o emprego de violência, então se enquadram nos requisitos objetivos do *habeas corpus* coletivo. Sonho esse como de Ariane de 23 anos, que diz “eu quero uma domiciar”, eis o intento dessas presidiárias que sonham com “Dona LILI” - a liberdade.

Sobre a saúde de gestantes, inicio com os relatos de Clotilde, 20 anos, uma jovem de muito bonita, estava com um batom forte, delineando mais a sua beleza, diz que foi presa por “assalto à mão armada”, o famoso 157. Assim, grávida de seis meses, espera o segundo filho. Percebi que a minha presença fez com que desabafasse, começa a falar espontaneamente, coisas seguintes: “esse lugar é péssimo, a pessoa é vista com outros olhos. Se eu tivesse na rua, fazia exames, pré-natal, estava comprando roupas para minha filha”. Essa interlocutora é uma das poucas em que tem melhores condições financeiras, faz parte da classe média baixa e ser dessa classe é como se fosse muito rica em comparação às demais mulheres.

Clotilde fala que um dia foi para a maternidade fazer o pré-natal, e queriam que ela ingressasse na parte do carro, na mala, não sabe precisar a marca do carro, disse que relutou e insistiu em não ir, pois tem gravidez de risco, tem 20 anos e essa é a sua sexta gravidez, tendo em vista que tem que fazer um procedimento que precisa costurar o útero para que não aborte, disse que tal procedimento é chamado de cerclagem e, sobre o mesmo, vem advertindo a médica do presídio que o tempo está se esvaindo e que ela já tem experiência sobre o caso, pois perdeu outras “barrigas” face ao problema, argumenta ainda criticamente que “ela sabe, ela é médica”, diz que se tivesse livre já haveria feito, pois tem plano de saúde. Dias após, encontro-me com essa mulher e diz-me que fez a cerclagem na Maternidade FD, sendo esta a

maternidade em que as mulheres presas vêm fazendo pré-natal e tendo seus partos. Atualmente, Clotilde tem uma filha que é incapaz, pois devido ter sido fruto de sua primeira gestação não sabia do problema de sempre precisar “costurar seu útero”, ou seja, fazer a cerclagem. E, também, pelo mesmo problema perdeu uma filha que viveu um mês de vida, sobre essa, fez escritos nas paredes encostadas à cama. Hoje, ao escrever sobre essa mulher, sei que já não se encontra mais naquele recinto, tendo em vista que foi beneficiada por uma prisão domiciliar, tendo já sido presa por duas vezes, sendo que essa última foi por causa “da porra da droga”, pois como “encaixadeira” levou a droga para consumo em sua vagina, assim, reconhecem-se quando levam drogas ou outros materiais proibidos no interior de sua vagina. Sobre o episódio de ter sido resistido entrar na mala do carro para ir fazer o pré-natal, esclarece que “bateu boca” com a agente penitenciária, inclusive, “falou com seu advogado para processar ela”, que disse à mesma “que não era um cachorro sem dono”.

Na Cella de Aleitamento, uma jovem grávida com cinco meses de gestação, com 22 anos, era mãe de dois filhos, mas fala “um morreu, só viveu cinco dias. Tenho uma filha de três anos”. Perguntei se sabia o sexo do bebê, pois já está grávida de cinco meses, responde: “não, não faço exame, né por falta de passar, não, porque o médico já passou, mas é a responsabilidade do presídio”. Responde ainda que “tô fazendo pré-natal, só hemograma completo, fiz, também, o exame de glicose porque minha mãe é diabética, até agora eu não fiz de DST” - Doença Sexualmente Transmissível - Afirma, ainda, “minha gravidez é de alto risco, imagine se não fosse. Eu sou hipertensa!”.

Essa conversa, era eu sentada e ela varrendo o quarto em que dormia, nesse momento, pergunto que artigo ela estava “enquadrada”, entendendo perfeitamente a pergunta, responde-me: “quando eu for pra audiência de custódia, eu descubro”. Esclareço que a audiência a que fez menção é tecnicamente assim denominada, tratando-se da primeira audiência que ocorre quando o indivíduo é preso.

Continua a fazer comentários sobre seu artigo “o delegado disse que eu tava presa por tráfico de drogas. E quando eu cheguei aqui eu tava por outra coisa. Aí, fui na defensoria, aí, disse que era por tentativa de homicídio, por corrupção de menor. Oxe, é assim, foi mudando e eu só ficando presa?”. Nesse instante, questiona “eu não sei o que tô fazendo aqui, vejo a hora enfartar”. Sobre sua saúde diz: “eu tenho 95 quilos, mas eu pesava mais, a gente passa fome aqui, eu não posso comer quase nada. Vou fazer o quê?”. Ela já havia me falado que tem que ter uma alimentação regrada, pois tem uma gravidez de risco por ser hipertensa.

As situações que obtive mais recorrentes em campo foram que mulheres chegam algemadas na maternidade na hora do parto. Algumas, na hora de parirem, o médico autoriza

a retirada das algemas, após elas são algemadas novamente. No quarto, já após o parto, tive um relato em 2018 de uma mãe que ficou algemada pelo pé e na cama e desse jeito ainda conseguia “cuidar da criança”. Outros relatos se dão em relação ao sofrimento “psicológico”, uma vez argumentado que nessas horas, “do parto” a família não está presente, que apenas se acompanham das agentes presidiárias, que “dizem ser pessoas que ajudam”, mas que “a família é importante e nessa hora está só”.

Relatos como “estava amamentando, mas estava com anemia”, “que a filha estava amamentando, mas deixou que a vó materna levasse a criança antes do tempo que tinha direito de ficar com o bebê amamentando, pois pensou nele porque tinha muitos bebês, todos choravam, acordavam, assim, foi melhor deixar que partisse”, “que nunca ia esquecer essa gravidez na prisão”, “que, na hora do parto, o médico perguntou se sabia que tinha AIDS”.

O “psicológico” foi um dos elementos mais elencados na população da Cella de Aleitamento, “ouvir vozes” durante à noite, “insônia”, pois “o sono é a imagem da morte, o dormitório é a imagem do sepulcro [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 141). Falas que dizem estar “agoniada porque não faz nada”, que “seria bom limpar um mato, aguardar uma planta”, também, porque “é tão ruim ver o povo passar para visitar e a gente não sai porque não tem visita”, são alguns fatos que foram relatados em campo.

Nas narrativas das grávidas sobre a realização dos exames pré-natais foi observado, que aquelas gestantes, em sua maioria, apenas fazem exames de sangue, de urina. Não obtive relatos que falaram em ultrassonografia, apenas um exame mais diferenciado feito em Clotilde, em relação, à cerclagem dada a gravidade de sua situação gestacional, inclusive relata ter diabetes durante a gravidez.

Neste diapasão, emerge deste capítulo uma maternidade que aprisiona a mulher no sentido de fazer com que a mesma “tire duas cadeias”, tendo em vista que o corpo se encontra encarcerado, mas “a cabeça está lá fora com os filhos”. A rede de apoio dessas mulheres são suas mães, ou seja, as avós maternas das crianças. São elas as mamães, mainhas e mãezinhas, pois suas genitoras são mães seguidas do prenome. Elas sofrem com a prisão das filhas e com os desdobramentos dessa prisão, a exemplo do sofrimento dos netos, “a vida vira de cabeça pra baixo”, intensificando a vontade de liberdade das filhas mesmo com “as correntes nos pés”. Os sentimentos dessas avós são capitalizados pelo sistema, são elas que fazem a comida “escoradas na pia, chorando, mas fazem”, são elas que presenciam a mais intensa parte do sofrimento das crianças: a hora de dormir.

Ser avó materna no presídio estudado é vivenciar a maternidade, algumas avós já criavam seus netos juntamente com as filhas num mesmo lar, mas também há diversos

exemplos de crianças que eram criadas pelas avós em casas distintas de suas mães; outras, passaram a criar os netos a partir da prisão das filhas. Assim, exercem uma maternidade compartilhada, não juridicamente em direitos sobre as crianças, tendo em vista que, a princípio, são os pais que têm esses direitos e deveres conjuntos, cerne do instituto da guarda compartilhada. As avós maternas das crianças do presídio feminino têm de fato deveres sobre seus netos, são elas que custodiam e protegem essas crianças, pois as mesmas vivem sob seus cuidados. Enfaticamente, faço constar que as crianças desse cárcere não têm a figura paterna presente, estão ausentes por motivos diversos, tais como: assassinados, presos ou que não tiveram pais, “abandonadas”. Assim, as crianças desta pesquisa são de famílias matrifocais, criadas por mulheres que são o centro dos cuidados e do provimento do lar. Há crianças com a presença paterna, mas numa quantidade considerada ínfima.

Trarei, ainda, a realidade da maternidade aprisionada, através do “medo” de Gorete causado pela prisão das mulheres da família. Gorete, menina de 12 anos, foi uma criança que me chamou atenção em sua fala, foi sobre ela que fiz alusão na revista dos corpos descrita nesse trabalho, teve falas que considereei com muita ênfase na pesquisa. Hoje, essa menina não visita apenas a mãe, visita também a irmã, essa última com 19 anos de idade, presa incurso no mesmo crime que a mãe, pelo tráfico de drogas, em específico, associação ao tráfico de drogas.

Ao retornar ao presídio para a festa do Dia das Crianças- momento que discorrerei no capítulo IV – Percebi que havia crianças diferentes da que trabalhei nesta pesquisa, nesse período da festa, já havia terminado o trabalho de campo. No entanto, vi um rosto familiar, vi Gorete, então, convidei-a para um diálogo. Assim, perguntei quantas pessoas da família ela tinha conhecimento de que já foram presas, respondendo-me, em seguida, olhando para jovem irmã e pedindo auxílio na contagem, usando os próprios dedos, responde, então que “eram cinco”. Naquele momento, sua mãe, uma jovem de 35 anos, me disse: “eu estou há oito meses”; ela, [a irmã de Gorete] “está há dois meses”. Gorete disse que presenciou a prisão da irmã, que houve agressão física na prisão e que teve medo: “de não ter mais ninguém pela gente”. No caso dessa criança, como as mulheres da família estão presas, ela está sendo cuidada pela sogra da irmã. A referência que fez “a gente” é relativa aos sobrinhos pequenos, ainda crianças de colo.

As mulheres da mesma família, como já discorri, são as redes de apoio uma das outras. Nesse momento em que me relata sobre a prisão da irmã de 19 anos. Ao fazer alusão “de não ter mais ninguém pela gente”, fez referência a si mesma e aos filhos de sua irmã, que têm idade tenra. Nesse lençol, vi que há a figura paterna; o pai desses bebês, que estava na visita,

falou que diz aos filhos que a mãe está trabalhando, respondendo-me que não sabe o porquê de assim dizer, mas que diz que no presídio feminino é o trabalho da mãe das crianças.

No próximo capítulo, abordarei as percepções sobre o presídio, as relativas às “crianças pequenas”, às “crianças grandes”, a visão elaborada pelo sistema prisional para as crianças; trarei ainda as categorias do “psicológico” e “febre emocional” apresentadas em campo, mas também discorrerei aspectos de desenvolvimento infantil sobre algumas observações na dicção e leitura daquelas crianças.

CAPÍTULO III - “AQUI É BOM PORQUE VEJO A MINHA MÃE E BRINCO COM AS CRIANÇAS”: as percepções sobre o presídio feminino

“Há uma ingenuidade na mentira que é indício de boa fé” (Nietzsche, Friedrich, 2001, p. 95).

No presente capítulo, discorrerei sobre percepções relativas à instituição prisional estudada, conforme visão de “crianças pequenas”, de “crianças grandes”, além da percepção elaborada pelo sistema prisional. Abordarei assuntos ligados à saúde mental das crianças e de suas mães reclusas apontados por aquelas famílias alijadas. Apresentarei a correlação de alguns problemas de saúde das crianças e de suas mães com o cumprimento da pena, abordando como uma de suas consequências relativas a decisões discricionárias da gestão penitenciária, a exemplo da proibição de visita como forma de castigo.

Observei, com o passar do tempo, que havia diferentes formas de percepção em relação ao presídio feminino. A forma que a instituição carcerária elabora como percepção a fim de que não seja observada como um lugar “normal”. Verifiquei antes de se iniciar o trabalho, pois ficou evidenciada numa conversa informal com uma agente administrativa.

Retornando à burocracia exigida, a mesma trouxe aborrecimentos e, às vezes, um desestímulo a pesquisa. No entanto, a burocracia proporcionou-me contato com a gerência de presídios. Comparecer a esse setor para resolver meu procedimento administrativo de autorização da pesquisa foi muito importante para este trabalho, pois me fez ter contato com pessoas que laboram nessa gerência. Nesse lugar, tive meus primeiros dados, um deles já se iniciava: a forma que a instituição constrói a percepção da criança em relação ao presídio. Há, no sistema prisional a elaboração da ideia de que presídio não pode ser visto como um lugar que tenha algo agradável ou alegria, fato que discorrerei em linhas seguintes. Sobre esse aspecto, ficou claro, observei através dos discursos obtidos dentro daquela instituição fechada, num som uníssono. Assim, não restando dúvidas que há discursos subliminares que estão permeados como uma forma imposta por aqueles agentes públicos de que presídio não pode ser observado como um “lugar normal”. A partir, dessa percepção elaborada, posso fazer inferência a muitas decisões administrativas ou até mesmo associarmos ao caos que constituem os presídios.

Não estar autorizada ao ingresso no estabelecimento prisional por questões de ordem burocrática, como apontado, fez-me insistir a iniciação da pesquisa pelo “lado de fora” do

presídio. Nessa área junto ao portão central, tive meus primeiros contatos com as crianças e com suas avós maternas, surgindo, nesse primeiro dia, uma outra forma de percepção sobre o presídio feminino, na tentativa de construção de verdades pelas mães e avós maternas às crianças pequenas, refiro-me à questão da tentativa de introjeção na mente dessas crianças de formas eufemizadas no sentido de que aquele lugar não seja observado como uma prisão, sob o fundamento de proteger-lhes o “psicológico” - assunto que será abordado neste capítulo.

A percepção do presídio pelas crianças consiste num aspecto que desencadeou outras observações, através da construção de diferentes imaginários sobre aquele lugar, pude perceber a categoria do “psicológico” apontado pelas mulheres presas e pelas avós das crianças. Por vários aspectos, ficaram evidentes a importância e a grande influência das avós maternas na vida daquelas crianças. Observei ainda algumas decisões da gerência do presídio que, subliminarmente, ocultam a construção de um olhar sobre aquele espaço prisional a ser observado pelas crianças.

A princípio, emergiram os aspectos de percepção do cárcere promovidos pela instituição e pelas avós maternas com colaboração das mães das crianças que se encontram reclusas. Em seguida, passei a analisar a percepção das crianças grandes através da sua fala, propiciada pelo contato direto e pelo uso da técnica complementar do desenho, extraíndo as percepções das crianças sobre aquela unidade carcerária.

Toren (2007) apresenta que "cada criança precisa dar significado por si mesma ao mundo habitado. Nos termos mais simples, o que a criança faz é produzir significados a partir dos significados que os outros produziram e estão produzindo". Aponta que isso é um processo autopoietico que se autocria, autorreproduz-se, autorregula-se, aduzindo que significados são inevitavelmente mais ou menos transformados no próprio processo em que estão constituídos.

A importância de fazer pesquisa incluindo a criança, primando o contato direto com a mesma, com base na autora acima, - cujos estudos etnográficos numa pesquisa longitudinal observaram em campo a ressignificação dada pelas crianças aos processos e contextos culturais apresentados - se fortalece na observação de que as mesmas dão significados próprios, não constituindo simples reprodutoras de um mundo sistêmico adulto, mas que partilham dessa estrutura, configurando-a com seus próprios significados, dessa forma, ressignificando-a, num movimento que se faz contínuo.

Nesse diapasão, esse capítulo foi construído a partir das formas distintas de percepções, a saber: a forma como as “crianças pequenas” veem o presídio; a forma como as “crianças grandes” veem aquele espaço prisional e a forma objetivada pela instituição na

construção do olhar da criança sobre o cárcere.

Neste capítulo, discorrerei sobre a forma de concepção do presídio em relação às “crianças pequenas” e “crianças grandes”, categorias apresentadas desde o início da pesquisa “do lado de fora” pelas avós maternas. Portanto, a partir dessas categorias apresentadas, denomino de “crianças pequenas” aquelas entre dois a quatro anos de idade. Já, as crianças com idade superior a quatro anos observarei como “crianças grandes”. Esclareço que foi uma forma metodológica baseada em critérios observados pela facilidade da obtenção de relatos conforme me foi apresentada em campo. No desenvolver da leitura, trarei algumas crianças que mesmo que tenham idade dentro do parâmetro desta divisão etária por mim estabelecida, inserindo-as em contextos de idades diferentes, mas que faço com observações realizadas em algumas peculiaridades, como no caso de Mayara com sete anos de idade, mas apontada pelo pai e pelo irmão como “ela tem problema na cabeça”. Sobre “o psicológico” das crianças não farei juízo de valor e nem uma análise sobre essa categoria apresentada pelas famílias. As percepções discorridas nos itens desse capítulo, observadas pelo aspecto idade e por algumas situações específicas, a exemplo de crianças com “problema na cabeça” foram utilizadas por questões de organização metodológica, como apontei.

Sobre os filhos adolescentes daquelas mulheres, não estão presentes neste trabalho. A princípio, meu fenômeno social é a presença da criança em presídio, mas, mesmo que quisesse estender esta pesquisa com esse grupo, o tempo não me oportunizaria, pois, trabalhar com crianças de idades variadas, principalmente, numa sala de aula, com carteiras específicas para pessoas adultas, sem nenhum tipo de assistência, foi bastante dificultoso, corroborando para que esta pesquisa tenha “crianças grandes” em maioria. Ressalto ainda que as crianças também eram, em sua maior parte, os filhos daquelas mulheres reclusas, pois o número de adolescentes não era tão considerável em comparação à quantidade de crianças, atribuo esse dado à jovialidade daquelas mulheres, mas também à fala de algumas avós maternas no sentido de que “o grande eu não trago, para não afetar o psicológico”.

Desde o início da pesquisa, tive mais a oportunidade de trabalhar com crianças entre 5 a 9 anos de idade, mas há crianças de todas as faixas etárias. Entretanto, a maioria delas, encontra-se nessa faixa acima aduzida, fato que correlaciono à idade de suas mães, pois aquele universo feminino compõe-se de mulheres com idades muito próximas, estando numa maioria com menos de 25 anos e que foram mães muito jovens, algumas na adolescência, como no caso de Jéssica, 18 anos, presa por tráfico de drogas, mãe de Júlia, menina de três anos de idade.

Considero importante fazer observação de que tive contato mais frequente com pouco

daquelas crianças, uma vez que, na prisão, têm grandes fluxos de ingresso e saída daquelas mulheres, pois a maior parte delas se favorece de liberdade domiciliar ocasionada pelo direito de serem mães de crianças até doze anos de idade e pela natureza do crime por não ter emprego de violência. Nesse caso, aponto que a maioria delas, cumpre pena ou aguarda julgamento pelo crime de tráfico de drogas – aspecto que abordarei em momento específico. E, sobre as crianças com quem tive um maior contato, como no caso de Cauã, menino de 10 anos, Luana, menina de 7 anos, Érica, menina de 9 anos, pude perceber que a frequência naqueles domingos de visita é porque suas mães são as mais pobres, não têm assistência de advogado, são “assistidas” pela defensoria pública estadual, mas que não têm nem noção e conhecimento de como estão os seus processos, inclusive, pude observar que algumas delas preenchem os requisitos a serem favorecidas pelo *habeas corpus* coletivo decidido pelo Supremo Tribunal Federal.

3.1. “Aqui a criança não deve ver como um lugar bom ou normal”: a visão institucional elaborada para criança

Sobre as possíveis percepções sobre aquela unidade prisional, trago dados que colhi no trabalho monográfico realizado em 2018, a respeito da preocupação da instituição em relação à criança observar aquele espaço prisional como algo “bom” ou “normal”, trago a seguinte passagem textual:

... obtive informações no dia 13 de abril de 2018, numa conversa com a funcionária X., informou a respeito de uma brinquedoteca, alegando que o DEPEN, Departamento Penitenciário Nacional, “ofereceu” instalar uma brinquedoteca e uma sala de amamentação, então, segundo relato, a gestão não quis a brinquedoteca alegando como motivo a falta de espaço. Mas, após a informação, a funcionária pronunciou isso: “sendo eu, dava um jeito, de graça, né?”. Acredito na possibilidade de que um profissional especialista encontraria espaço para construção de brinquedoteca, pois a sensação que tenho é que existe.

Ainda em conversa, a funcionária demonstra que há por parte de um setor específico da Secretaria de Administração Penitenciária uma preocupação em relação à criança observar o presídio como um lugar bom, também, relata um fato narrado por agente penitenciário que lhe contara que esteve admirado como aquelas crianças eram arrumadas, comendo pipocas, tomando refrigerantes, parecendo que estavam num “shopping”, alegres, não parecendo estar num presídio, fazendo menção a um dia de visita de um presídio masculino.. (GUEDES, 2018, p. 54).

Nesse mesmo sentido, observei um relato com os mesmos fundamentos, com as mesmas ideias. Um dia em que estava sentada na sala central com a agente penitenciária Yana, ouvi seus relatos e correlacionei-os ao que ouvira na sede da gerência de presídios, nesses termos: “(...) não sou a favor das crianças estarem longe das mães, mas viver nesse ambiente como um ambiente normal. Não é certo!”. Consubstancia-se a visão institucional de que a criança não deve observar aquele estabelecimento prisional com bons olhos. Existe uma preocupação institucional do presídio não ser um ambiente que tenha algum

bem-estar, algo “bom” ou “normal” às crianças.

Os relatos advindos dos funcionários da secretaria, e também de agentes penitenciários que trabalham naquela unidade carcerária, foram uníssonos no sentido de que os presídios não devem ser vistos com possibilidades de aspectos positivos. Recordo-me de uma conversa com uma dessas agentes que houve uma festa num presídio masculino, assim, foi decidido não instalar o pula-pula no interior do cárcere. Em conversa, não tive dúvidas de que essa decisão de um brinquedo naquele ambiente traria o mínimo de ludicidade àquele espaço. Passei, então, a perceber que as decisões gerenciais consubstanciavam nesse sentido, assim, “não querer a brinquedoteca”, o “pula-pula” fora do presídio, “surpresa com alegria das crianças bem vestidas, comendo pipoca, tomando refrigerantes, parecendo que estavam num shopping”, correlaciono-os esses aspectos ao intento institucional em não trazer nenhum aspecto lúdico para não eufemizar as agruras do cárcere a fim de sedimentar a hostilidade a que é intentada, por conseguinte, fazendo parte da pena.

No presídio feminino etnografado, observei que as crianças são bem tratadas pelas agentes penitenciárias, não tenho relatos de maus tratos. Segundo a avó materna de Josué, menino de seis anos, “aqui, elas não tratam mal, não! Só acho ruim porque na hora da revista tem que tirar os sapatos” - faz alusão aos sapatos da criança. Percebi ainda que muitas dessas agentes penitenciárias têm um olhar maternal em relação àquelas crianças, algumas em específico, como a criança “Xodó do Presídio”, uma linda menina negra de dois anos de idade que chama atenção pelas vestes e adereços que usa na cabeça. Na fala de Ariane, 23 anos, mãe do bebê André, “a Dona Judite é doida por esse menino. Ave! A Dona Judite é muito boa!”; “(...) o menino adoeceu, as agente que fez uma cotinha de setenta reais prá comprar remédio”.

As alusões a que faço sobre as percepções do presídio, inclusive as minhas, estão alicerçadas a partir da realização da visita, mas que fique esclarecido que há mulheres que não fazem parte da dinâmica da comunhão da visita, que não estão nesse clima de confraternização em família, pelo fato de não receberem visitas porque estão de castigo, mas também por não receberem a referida visita por diversos motivos. Esclareço, ainda, que o fato de ter percebido que as agentes tratam as crianças bem, não significa que não há tensões na convivência entre as agentes e aquelas mulheres reclusas, conforme apresentada na fala de Renata, 20 anos, “aquele cão”, como se refere à agente penitenciária.

Na passagem narrada por Yasmim, agente penitenciária, observamos algumas afecções apresentadas em relação a algumas crianças em especial nesse sentido:

Faz pena quando a gente chega aqui, na *Cela de Aleitamento*, elas pegando na grade,

olhando para o pátio, a gente tem pena porque elas não têm culpa. Às vezes, a gente pegava a criança para andar no pátio, até as de colo, tem criança que chega aqui, a gente tem vontade de levar para casa. Ela conhece você, já brinca, já ri, fica no colo. E, pense num lugar para nascer menino bonito é o danado do presídio!

Em 2019, tive contato com Judite, uma agente bem carismática, às vezes, auxiliava-me com as crianças, ajudava-me com as atividades, ensinava um joguinho de tabuada a dois meninos que são irmãos, enquanto eu estava em diálogo com outra criança. Um domingo, enquanto a mesma estava auxiliando João, nove anos de idade, ele vem e diz: "quero ser um policial para invadir a casa dos outros. Se correr, meto bala porque é assim que é ser policial". Nesse momento, fiquei embaraçada com a fala da criança, pois percebi que Judite se constrangeria. Nesse instante, de forma sutil ela diz à criança "isso não pode".

Registro mais um embaraço meu motivado pelo comportamento de João, não pelo teor da fala que traz a realidade social apresentada em seu discurso, mas pela presença dos agentes que sempre estão no momento em que profere a fala. Certo dia, João também saiu com uma dessa no momento em que se dirige a um agente na sala de aula que estava armado naquele lugar que funciona como um ponto de vigilância, disse: "você sabia que tem polícia bandida que tem farda, mas é bandida?".

Sobre a forma como os agentes daquela prisão dispensam tratamento às crianças, faço observação de que não tenho dados relativos a maus tratos com crianças em convivência com aqueles agentes penitenciários, observei algumas relações de carinho por parte de algumas delas, a exemplo de Catarina, de Yasmim. Percebo que há agentes bem aceitas por algumas mulheres, falo em relação às mulheres da Cella de Aleitamento – cela das gestantes e lactantes – E que Judite é a mais querida por essas mulheres. Observo que sempre estão no discurso das agentes penitenciárias "as crianças, elas não têm culpa"; "aqui, não dever ser visto como um lugar bom ou normal" são visões compartilhadas naquele espaço prisional. Portanto, observo-as como um discurso que repousa ocultada no sistema penitenciário: o presídio tem que ser algo ruim. "É o Sistema" como Camila se refere.

Trago a ausência da ludicidade, aspecto observado, correlacionando-o com o objetivo do sistema carcerário em relação ao olhar da criança sobre a prisão. O complexo possui um espaço destinado para a fábrica de bonecas, atividade realizada pelo Estado para fins de ressocialização das presas. No presídio, as bonecas não estão visíveis, mas pude observá-las enfeitando a sede de administração penitenciária do estado em que se situa o presídio estudado. Nesse setor, tem muitas bonecas, são belíssimas. No entanto, as reflexões críticas observadas dão-se pela ausência dessas bonecas no presídio feminino. Nesse cárcere, elas são fabricadas, idealizadas, mas não são expostas. Mas, em uma das salas, há boneca que de

mulher presidiária, pois é vestida com a mesma farda das mulheres presas – blusa branca com sigla da secretaria de administração dos presídios e bermudão lilás.

No decorrer da pesquisa, descobri a origem da fábrica de bonecas conversando sobre minha atividade acadêmica com uma colega de meu setor de trabalho, descobri que essa fábrica tem ligação com a maternidade, pois segundo a fala da colega, Wilma, disse-me que há mais de 10 anos sua sobrinha foi presa por tráfico de drogas quando era jovem. Por consequência, a sua irmã e mãe da jovem que foi presa queria estar junto da filha, dessa forma, teve a ideia de dar um curso de costura, providenciando material por sua própria conta. Ao me contar, ficou claro que a fábrica de boneca, inicialmente, foi motivada pelo amor de mãe, está imbricada com a maternidade.

Para que imaginemos a importância da ludicidade para a criança, observemos o entendimento de Martins & Szymansky (2004) que aduzem que explorar o imaginário infantil e as ações lúdicas de um grupo de crianças é dar-lhes a oportunidade de se expressarem como sujeitos e construírem, de forma conjunta e efetiva, sua personalidade. A ludicidade faz parte da vida da criança, sendo forma importante no seu desenvolvimento. As crianças que estão “encarceradas” pela condição de aprisionamento de suas mães são tolhidas de brincar em espaços próprios para crianças, dos elementos lúdicos que inexistentes, da interação com outras crianças, no máximo, tendo a possibilidade de brincar num pátio de presídio, com muros altos, guarita, envolto por fios de ferro num cenário vigiado por agentes penitenciários armados com rifles. Em resumo, apenas uma réplica de “mulher-presidiária” foi a única boneca que encontrei nos caminhos que eram acessíveis àquelas famílias.

Importante frisar que não estou aqui discorrendo que um presídio deva ter enfeites pelo fato de ser um lugar em que faz parte de sociabilidades de crianças naquele contexto social. A correlação dá-se pela ausência, no presídio, em detrimento da maciça presença das bonecas no setor de administração do sistema penitenciário; associada à existência da única boneca visível, a réplica da presidiária.

A criança não está adstrita à visão do adulto, pois tem sua própria percepção a partir de suas experiências. Iniciei a pesquisa com a ideia de ser aquele ambiente prisional algo muito “pesado”, literalmente triste, não imaginei que pudesse observar alegria nas crianças em estar naquele espaço, também, não esperei que encontrasse tanta elegância, pois, algumas crianças se vestiam com roupas muito bonitas, em específico, as meninas que desfilavam lindos vestidos e laços na cabeça. Em relação às roupas das avós, eram bastante simples, roupas sem nenhuma sofisticação, não chamavam atenção. No entanto, a forma de arrumar algumas crianças, em maior parte, meninas, é o cuidado esmero que as avós têm com os netos, mostra para as mães que as crianças estão bem e alivia a angústia, é um dom das avós para as mães –

discorrerei esse aspecto no capítulo IV.

Sobre observar o entendimento da criança, trago a reflexão de Pires (2010) preconizando fazer emergir a fala e a forma de ver e de ser da própria criança delinear a oportunidade de desconstrução da noção da criança como uma tábula rasa, um ser que se projeta como um futuro adulto que apenas imita passivamente. Estudos etnográficos com crianças revelaram e ratificaram a criança como um ator social, mostrando que a criança sofre a reprodução, mas promove a produção a partir de seus próprios significados, sobretudo, um agente social observada como um ator de criação.

Pires (2010) aponta ainda que, se com a pesquisa conseguirmos mostrar que no processo de se tornar adulto, uma criança aprende não apenas através dos adultos, mas também de outras crianças; que as ideias que tem uma criança a respeito de qualquer assunto, podendo pensar o mundo de forma diferente dos adultos e propor soluções culturais diversas. É nesse sentido que devemos observar que a percepção institucional elaborada pelo “Sistema” não foi concebida pela maior parte daquelas crianças, pois elas têm a própria forma de perceber aquele lugar e, no que tange às “crianças pequenas”, em maioria, a visão foi utilizada por suas avós maternas num sentido de tentar internalizar aquele estabelecimento prisional como “o lugar do trabalho da mãe”, “a escola da mãe” para fins de proteção do “psicológico”. As crianças ressignificaram a ideia de o “Sistema” do presídio não ser um “lugar bom”, pois “aqui é bom porque vejo a minha mãe”.

No que se refere à percepção elaborada pela instituição, fundamento, com base nos relatos de seus servidores da sede de administração da Secretaria da Administração Penitenciária Estadual, mas também de muitos relatos trazidos de agentes penitenciárias que “a criança não tem culpa pelos erros de suas mães, mas observar esse lugar como bom, não deve”.

“Inocência, é a criança, e esquecimento; um novo começo, um jogo, uma roda que gira por si mesma, um movimento inicial, um sagrado dizer sim” (NIETZSCHE, 1995, p. 44). Nesse sentido, o esquecimento é que concerne a produção dos novos significados, a invenção, a inocência que emerge do pensamento não condiz com a ‘ingenuidade’, pelo contrário, resvala-se no comportamento da criança que no ato de criação não se respalda na moral do adulto. E por essa razão passaremos a ver agora o entendimento das crianças sobre o presídio.

3.2. A percepção das crianças sobre o presídio feminino

Perceber o presídio tem formas distintas a partir de entendimentos de diferentes atores sociais. Assim, há percepções das “crianças grandes”, há formas de entendimento das “crianças pequenas” e, há, nessas particularidades, mudanças de entendimento. Discorro

inicialmente sobre a participação das avós maternas que têm uma presença substancial na vida dessas crianças.

Os relatos das avós maternas das crianças apresentam-se mais ricos em detalhes, demonstram uma situação de comportamento da criança de forma mais ampla, correlacionando-o a partir da prisão. São elas que sempre iniciam a conversa, às vezes, tomam a fala da mãe, narrando com muita propriedade o dia a dia dessas crianças.

A importância das avós maternas na vida das crianças ficou evidente, perceptível na fala de Jaciara, mãe de Cauã, menino de 10 anos de idade, diz: “eu me sinto mãe somente no domingo”, continua, “de segunda a sábado quem é a mãe dele é a minha mãe. Ele confunde, às vezes, mãe com vó, vó com mãe”.

As percepções das “crianças pequenas” foram trazidas, em sua maioria, pelos relatos de adultos, pois muitas são de colo, associada à dificuldade de trabalhar com elas num espaço prisional, numa mesma sala de aula, juntando crianças de diversas idades. Na pesquisa com criança deve ser intentada a priorização da sua fala e de suas ações, por constituir um ator social que tem capacidade de apresentar seus próprios significados.

Em relação à maior parte das informações sobre as “crianças pequenas” terem sido extraídas das falas de suas avós maternas, deveu-se à dificuldade de estar com as mesmas numa prisão, numa sala comum, junto com crianças grandes, por não ter um auxiliar de sala, também, pelo pouco tempo para realização da pesquisa, ficar três horas numa sala de aula com crianças em idades diferentes era bastante cansativo, às vezes, ficava meio desnorteada em ter que olhá-las o tempo inteiro para que não se machucassem, pois as cadeiras não eram para público infantil, a sala de aula era de adultos, destinadas às mulheres presas e não às crianças.

Recordo-me que, “do lado de fora”, conheci Dona Maristela, 46 anos, que veio visitar a filha que estava presa por tráfico de drogas, foi o meu primeiro contato no campo, só havia ido à Secretaria da Administração Penitenciária. Ao vê-la, percebi que acabara de sair do interior do presídio. Aproximando-me, em seguida, fiz-lhe algumas perguntas, respondendo-me com paciência, mesmo com uma criança no colo, um menino de quase dois anos de idade. Com uma sacola nas mãos, diz-me que cuida de seus dois netos e que a vida ficou bastante difícil depois que a filha foi presa, “que não faz mais nada”, abandonou tudo para cuidar dos netos, “mas tem fé em Deus que essa situação irá mudar”, que a filha irá ser solta e mudar de vida. E, sobre a ausência de seu outro neto na visita, responde-me:

o grande quer ver, mas não tenho coragem de trazer. O pequeno eu trouxe porque não tem entendimento. O grande tem, vai entender, mexe com o ‘psicológico’ e o aprendizado, ele pode ficar frustrado, quando ele fala em ver a mãe, nesse momento,

ele fica triste, mas como é criança, passa logo, ele volta a brincar de novo.

A fala dessa interlocutora fez nascer uma possibilidade relativa à formação de uma eventual reprodução de percepção das crianças, co-construída pelas avós maternas e pelas mães, mas necessário problematizar com alguns comportamentos das “crianças pequenas” como choro na hora da revista do corpo e choros intensos na hora de partir do presídio e rubores no corpo. O comportamento desses adultos na construção de verdades sobre aquele lugar é claro no sentido de que as pessoas adultas observam a criança com a inocência de não ter capacidade de percepção do ambiente e de significado do mundo.

Conseqüentemente, a prisão das mães das crianças e a ausência paterna acentuaram a participação e influência das avós maternas na vida daquelas crianças, além do amor às mesmas. Assim, deparei-me, muitas vezes, indagando às mães sobre aspectos relativos aos seus filhos, obtinha as respostas numa forma meio que invasiva por essas avós, muitas vezes, não dando chances às mães a emitirem uma resposta.

As crianças que tinham o pai ausente por motivo de prisão não eram acompanhadas por suas avós paternas. O dia de visita da família nos presídios masculinos também é no dia de domingo. Em campo, obtive muitos relatos de crianças angustiadas porque não visitavam o pai no presídio, uma vez que só visitavam as mães que estavam presas. Nesses casos, observei que essas crianças sentiam amor ao pai, demonstrando também que eram amadas pela figura paterna.

Trago alguns aspectos sobre a ausência da paternidade na vida das crianças como um dado revelado em campo, pontuando que, raras vezes, as crianças tinham pai, que a razão de algumas a ausências foi motivada pela prisão do pai, que o tráfico de drogas tem sido o crime central na morte e enclausuramento de pais e de mães das crianças pesquisadas.

Nesse diapasão, apresento, a partir dos tópicos seguintes, a forte influência das avós maternas na tentativa de construção de verdades no sentido de formar um imaginário eufemizado do presídio feminino. Mas, apesar dessas co-construções para fins de proteção do “psicológico” das “crianças pequenas”, essas últimas, têm capacidade de entendimento a partir delas próprias. Trarei, no texto, algumas crianças que reproduzem as ideias das avós, mas também aquelas que apresentaram seu próprio entendimento sobre aquela unidade prisional. Portanto, trarei as diferentes formas de se conceber aquele presídio, distribuindo entre as categorias “crianças pequenas” e “crianças grandes”.

3.2.1. “As crianças pequenas”

Abordarei a percepção das “crianças pequenas” relativa ao presídio feminino a partir de seus próprios entendimentos. No entanto, discorrerei sobre a tentativa da co-construção da

ideia que suas avós maternas e mães inferiram para que essas crianças assimilassem verdades co-construídas sob o pretexto de diminuir-lhes o sofrimento causado pelo aprisionamento.

Nesse sentido, aquela unidade prisional está sendo construída principalmente como o “trabalho da mamãe”. Mas também, como a “escola da mamãe”, essa última, idealizada pela minoria daquelas famílias. Não obstante às tentativas de introjeção dessas construções de verdades, há “crianças pequenas” que observam aquele espaço como verdadeiramente é, uma prisão. Algumas reproduzem a fala “o trabalho da mamãe”, mas mesmo reproduzindo a fala não implica em reproduzir a ideia, pois, ao saírem do presídio, no término da visita, choram intensamente, “dão escândalos” para irem embora. E ainda, sobre esse aspecto de entendimento da “criança pequena” de que o presídio feminino é uma prisão, posso fazer elisão de comportamentos dessas crianças, a exemplo, da revista dos corpos a que são submetidas, pois, a maioria dessas crianças choram com o detector de metais – assunto que discorrerei no capítulo IV. Mas também, há crianças que corrigem às avós no momento em que dizem que o presídio é escola, pois, algumas “crianças pequenas”, contestaram a ideia dizendo “minha mãe, tá presa!”.

Walter Benjamim (1984) aponta que o mundo da percepção infantil está marcado por toda parte pelos vestígios da geração mais velha com os quais a criança se defronta. Entende que a criança elabora uma forma simbólica de relação com o mundo que lhes é próprio, embora em relação direta com a cultura adulta.

Na fala de uma jovem avó, “(...) o pequeno eu trouxe porque não tem entendimento”, corroborada com tantas que tive sobre não trazer algumas “crianças grandes” para proteger o “psicológico”, passei a perceber que a prisão da mãe causa uma separação mais intensa em alguns filhos, pois, nesse caso, não veem mais as mães porque não as visitam. Acrescento ainda que, no caso de distribuição de crianças, os netos que ficam com as avós paternas, geralmente, não veem mais suas mães, como no caso de Caetano, 11 anos, filho de Jaciara, que não vê mãe desde a sua prisão, há mais de quatro anos, pois se encontra em outra cidade morando “com a outra avó”.

Ingressei nessas abordagens a fim de adentrarmos nas razões que motivaram as percepções das crianças pequenas em sua maioria. Apresento as avós maternas como grandes incentivadoras na construção de algumas formas das crianças pequenas perceberem o presídio, conforme observei.

Everaldo, criança de dois anos e dez meses de idade, segundo a sua avó materna, Dona Vera, que me relatou aos prantos como era sua dinâmica do dia de domingo, revela a forma como a criança ver o presídio, segue:

Assim que vê o muro fala: mamãe Ana- bate no portão. Mamãe Ana, quero entrar! - Quando sai, sai querendo levar ela. Ele sente alegria. Todo dia, se levanta para ir à escola e, quando levanta, diz: cadê o rapaz do carro? - No dia de domingo, para ver mamãe trabalhando, ele levanta cedo e faz: mamãe, levanta, quero ver mamãe Ana, aí, calça a chinela, ele sabe o dia e a hora de vir pra aqui.

Recordo-me que fez as declarações acima chorando bastante, mas demonstrando que o neto tinha muita alegria ao perceber que era o dia de visitar a mãe, ficando materializada a ideia, segundo a avó, de que a criança entende o presídio como o “lugar do trabalho da mamãe”. Ainda acrescenta que a criança sempre perguntava se a mãe vai chegar do “trabalho” e que, aos domingos, apronta-o para visitar a mãe no “trabalho”, relatou que sempre responde à criança: “mamãe tá trabalhando pra comprar o seu leitinho”. Os relatos demonstram o convencimento dessa avó em relação à assimilação da verdade co-construída para a criança. Assim, para Dona Maristela, seu neto de quase três anos de idade vê o presídio como o “lugar do trabalho da mamãe”. Percebo que a ideia que intenta para o neto assimilar como percepção daquele espaço, faz com que a mesma se sinta mais confortada por acreditar que diminuiu o sofrimento da criança, dessa forma, causando-lhe alívio em sua própria dor.

Elma, 19 anos, presa por tráfico de drogas, que me fez relatos de como era ser mãe naquele contexto específico, claramente, demonstrou que ensina o filho pequeno sobre a prisão em que se encontra, através da fala seguinte: “eu digo a ele que eu tou trabalhando e logo, logo, vou embora pra cuidar dele”.

Entendo esse comportamento dessas mães e avós ao elaborarem essas ideias para serem concebidas pela criança como uma forma de aliviar não apenas a dor da criança, mas uma elaboração de ideias repetidas que se tornam “verdades construídas” e acabam por aliviar o próprio sofrimento. Quem precisa acreditar que o presídio é o “trabalho da mamãe”?

Sobre Ilma, mulher branca, de olhos azuis, presa por corrupção de menores, uma das raras mulheres que recebe visita do companheiro. Antonio, dois anos e sete meses, filho de Ilma, nasceu no presídio feminino, pois sua mãe foi presa grávida de oito meses, não foi amamentado, pois, narra que “não tinha leite”. Antonio é uma das raras crianças que se acompanha do pai, Seu Geraldo. Nos domingos, sempre encontro os três juntos sentados nos lençóis. Ilma é uma presa sentenciada, tem discernimento sobre seu processo, pois diz “eu trabalho na cozinha, farei a remissão” - remissão é a subtração da pena em relação ao tempo trabalhado para fins de progressão de regime. Os pais de Antonio ensinam-no que o presídio é lugar de “trabalho da mamãe”. Assim, esses pais acreditam que a criança tem essa concepção, conforme seus relatos. Nesse caso, não posso inferir como percebe essa criança, pois se tratava de um bebê e o tempo da pesquisa não era suficiente para que observasse de forma

mais apurada o comportamento do mesmo. Mas ouvi relatos de uma agente penitenciária que já teve um caso de um bebê que chorava quando a grade da *Cela de Aleitamento* se fechava.

Trago as narrativas de Mércia, jovem branca, olhos verdes, filha de um policial militar, trabalha na cozinha do presídio, presa por homicídio, mãe de Taís, menina de quatro anos. Disse-me que a filha irá fazer aniversário, que terá festa, a avó já alugara uma casa de festa no bairro do JA., lugar onde residem. Informa que a própria filha escolhera o tema da festa, MOAB, “uma indiazinha”, como relata. Percebi, nesse dia, que estava mais magra que da última vez que nos encontramos. Ela me informou que está depressiva, tomando remédio controlado, diz “foi naquela menina que me espelhei”. Acrescenta, “ela acha que eu tou trabalhando, que essa não é uma prisão. Foi minha mãe que colocou isso na cabeça dela. Ela sabe que o pai tá preso, mas, a mãe, não; a mãe tá trabalhando”, conforme acredita.

Assim, a partir da fala dessa interlocutora, percebe-se que as avós maternas realizam ensinamentos para as crianças para que não observem o presídio feminino como um presídio, objetivando a proteção do “psicológico”. Embora os empreendimentos das percepções co-construídas pelas avós não significam que as crianças pequenas reproduzam e não entendam que aquele ambiente se trata de uma prisão. A proteção do “psicológico” trazida pelas famílias das crianças, em especial, pelas avós, consiste numa forma de “poupar” a criança de entender que suas mães estão presas, de que aquele espaço é um cárcere, apesar de que essas crianças assistiram a prisão em flagrante dessas mães, causando-lhes como consequência medo de polícia, medo de quem veste “roupa preta”, “os urubus”, que têm vestimentas de cores iguais às fardas dos agentes penitenciários.

Perceber que “crianças pequenas” observam aquele ambiente como uma prisão pode ser observada na fala de Fátima, 31 anos, presa por tráfico de drogas, mãe de Fábio, menino de quatro anos, aponta o seguinte: “Fábio sabe que aqui é uma cadeia, ele diz: mainha, a senhora vai sair daqui”. Não obstante os processos de ensinamento daquele lugar não ser um cárcere, “crianças pequenas” também apresentam seus próprios entendimentos.

Para Toren (2007), a criança faz produzir significados a partir dos significados que os outros produziram e estão produzindo. Entendo que, além dessas produções ressignificadas, devemos entender a criança como um ato de criação. Nesse contexto de ensinamentos apresentados pelas avós e mães àquelas crianças, observá-las na limitação como atores que apenas reproduzem e ressignificam os significados apresentados pelos adultos é tolher das crianças a capacidade do ato de criação e de entendimento e percepção do mundo.

Trago à baila o pensamento de Nietzsche (2015), que evoca a criança como terceira metamorfose do homem, pois é pura transposição de valores, cuja independência é voltada

para criação. Há, portanto, a inversão de uma linearidade de uma criança que se tornará adulta para um adulto que deve tornar-se criança para conceber a liberdade. Nas palavras do filósofo, apreendemos a sua visão sobre a criança,

A criança é a inocência e o esquecimento, um novo começo, uma roda que gira sobre si, um movimento, uma santa afirmação [...] sim; para o jogo da criação, meus irmãos, é preciso uma santa afirmação: o espírito quer agora a sua vontade, o que perdeu o mundo quer alcançar seu mundo. (Nietzsche, 1995, p. 44).

O pensamento do filósofo diverge da criança como tábula rasa, aquela que se constrói socialmente para ser um adulto no futuro, uma imitação, uma verdadeira reprodução das regras sociais. Com base no pensamento nietzschiano, percebe-se que há uma inversão naquilo que é delineado pelas regras adultas, tendo em vista que essas regras conferem uma linearidade de uma evolução no tempo, cuja concepção de criança que se projeta como um adulto no futuro, concebendo-a como uma projeção de um selvagem mirim que atinge a sua civilização quando alcança a fase adulta. Nesse sentido, a inversão é apresentada na ideia do autor, uma vez que traz de forma antagônica com muitas ideias espalhadas sobre a criança, também, no espaço acadêmico, que não observa as crianças como agente social.

Para Nietzsche, a criança transpõe valores, dessa forma, faz-se sua afirmação num mundo que lhe é tomado pelas regras adultocêntricas, assim, num processo de transvaloração, propõe-se um começo, desta feita, sobre a sua vontade. Nessa linha filosófica, podemos conceber uma inversão de que se tornar criança é atingir a liberdade do humano, do homem que foi podado em sua criatividade, pelos valores e normas sociais construídas para assimilação, tolhendo-o de sua liberdade, inclusive, do seu próprio eu. É preciso para resgatar-se atingir a ruptura com os valores, assim, é preciso tornar-se criança, é preciso o ato de criação.

Abramowicz & Rodrigues (2014) apontam que Nietzsche colocou a criança no estágio superior do espírito humano, apresentando em suas concepções uma forma positiva de se concebê-la. Entendem, a partir desse filósofo, que, quando o homem chega à criança, é um novo recomeço, não mais o camelo - primeira metamorfose - que carrega o fardo da história e dos valores; nem mesmo o leão - segunda metamorfose - que diz não aos valores; mas a criança – a terceira metamorfose - que inaugura o novo. Teorias de áreas da antropologia emergem a respeito da criança sob a égide de um ser que absorve regras adultas, ressignificando-as, apresentando-as numa forma interpretativa novos significados. No entanto, observar apenas nesse sentido é uma visão bastante limitada de se perceber a criança, não obstante ser um indivíduo que reproduz normas, costumes e valores sociais, mas que não podemos assimilá-la como um ser que apenas abraça as regras sociais apresentando-lhes

novos significados. Assim, neste trabalho, observaremos uma criança como um ator social, não sendo um constructo do receptáculo de normas adultocêntricas. Ao contrário, apesar das reproduções que fazem, trago, com base na etnografia realizada, um ser que produz, reproduz, mas que tem capacidade de produção de comportamentos e regras próprias, de suas próprias percepções apesar de tantos ensinamentos que objetivam a proteção do “psicológico”.

No decorrer da pesquisa, pude perceber a criança como aquela que cria, que transforma, ressignifica, que também se apropriam dos significados dados, a exemplo dos espaços do presídio transformados em área de lazer, nas brincadeiras de pega-pega, na alegria que configurou naquele cárcere, é um ato de criação, de ressignificação produzidos pelos corpos daquelas crianças. Assim, em relação ao novo, ele não se reinventa, não se ressignifica, não se imita, não se apresenta outros significados; o novo é simplesmente o novo, exsurge como um ato de criação. E, no momento que se cria, emerge a criança no seu devir, em especial, no devir-criança como observam Deleuze e Guattari (1997); estes últimos entendem que “(...) não é criança que torna-se adulto, é o devir-criança que faz uma juventude universal” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 69). “Devir é jamais imitar, nem fazer como, nem se ajustar a um modelo, seja ele de justiça ou de verdade” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 10).

3.2.1.1 “Trabalho” ou “escola da mamãe”

O presente tópico trata das elaborações ensinadas por avós maternas e mães das crianças na co-construção da percepção daquele presídio como um espaço escolar, principalmente de trabalho daquelas mulheres aprisionadas.

Recordo-me de um fato sobre essas percepções que observei num certo dia ao chegar na área de visita daquela prisão, quando me aproximei de um grupo da mesma família que havia uma criança de colo com um ano e nove meses. Assim, ao passar a cumprimentar a avó materna, perguntando à mesma “como vai?”, respondeu-me usando a seguinte fala: “ah, mulher, nem eu sei como eu tou!” - chora nesse instante. Diz que a neta não dorme bem, que emagreceu depois que a mãe foi presa, “passa a semana chorando, chamando por mainha. Quando vem faz um show, quer entrar logo e acha ruim ir embora”. Importante frisar que o show a que fez alusão remeteu ao sentimento de alegria. Nesse núcleo familiar específico, o presídio vem sendo construído como “a escola da mamãe”, pois fez questão de esclarecer. Em relação às “crianças pequenas” não tive contato com famílias que fizessem questão de esclarecer a essas crianças que aquele lugar é uma prisão. A maioria das famílias dessas

“crianças pequenas” trabalha esse principal ensinamento: “a escola da mamãe”. Mas também, merece nota que muitas famílias não se manifestaram sobre esse aspecto.

Claudete, presa por tráfico de drogas, 31 anos, tem três filhos com as respectivas idades: 13, 7 e 3 anos. Um dia, estava com seu filho mais novo quando perguntei como a criança pequena vinha percebendo o presídio, apontando que “ele entende”, pois, diz: “a mamãe tá presa!”. Na fala, continua, “mas a minha prima que agora cuida dele, diz que eu estou estudando, mas tem a minha filha de sete anos que entende e por isso ele sabe que estou presa”. Aponta, ainda, que a criança fica sempre dizendo “eu quero ver meu pai, eu quero que minha mãe saia daqui pra eu ver meu pai” - o pai dessa criança também se encontra preso pelo mesmo crime a que Claudete está incurso. No momento em que a mãe da criança quando fez alusão de que o filho é cuidado pela prima, observei que cinco pessoas da família se encontravam presas, entre elas, quatro mulheres. Então, percebi que as avós estavam reclusas. Assim, tive impressão de que o fato de a criança ser cuidada por uma prima estaria relacionado a tantas mulheres da mesma família presas, mãe e avós. Sobre esse assunto, não quis fazer perguntas, pois percebi na avó e mãe de uma criança, Dona Moema, um ar de desconfiança em relação à minha pessoa.

No presídio, tenho uma relação de carinho com aquelas crianças, algo que faz reflexo naquelas mulheres, numa razão de “a quem meus filhos beijam, minha boca adoça!”. Dias seguintes, a Dona Moema me fala: “meu marido diz que minha filha passa a semana inteira dizendo ao pai que vê a professora”. Assim, já dialogando de forma mais espontânea, sorridente, com batom de cor vermelha forte que extravasava a boca, melando-lhe os dentes, informou-me “estamos, aqui, acusadas de tráfico”. Sobre o ficar mais à vontade de Dona Moema em relação à minha pessoa, correlaciono ao meu contato com seus filhos Mayara, sete anos, e José, de oito anos, então, a boa relação que venho mantendo com ambas as crianças, principalmente, com a garota que pede ao pai para “ver a minha professora”.

Ao ouvir Dona Moema, indaguei sobre a possível motivação em relação à filha observar aquela prisão como uma escola, respondeu-me ao mesmo tempo que esticou a sua blusa: “por causa da farda” - uniforme das presidiárias, blusa branca e bermudão lilás. Acrescenta, ainda, que a criança tem entendimento que ali é uma escola, fazendo associação à minha pessoa, nesse caso, à professora. Mayara, em casa, fica o tempo inteiro interpelando o pai no seguinte: “minha mãe não quer vir da escola?”; “vá buscar minha mamãezinha na escola”. Nesse momento, ao me relatar, o marido, pai das crianças, chora muito. Percebi, então, que ambos choravam, mas o choro do Seu Nino era mais intenso. Ao olhá-lo, observei

que ele tinha o nome do filho tatuado no braço, José. O pai e o irmão de Mayara apontam-na sempre que “ela tem problema na cabeça”.

A avó materna de Roberto, menino de quatro anos, quis apontar o presídio como escola, utilizando de comparações com as tarefas desenvolvidas pela criança na pesquisa, como a atividade do desenho, também usando da forma como estou sendo concebida no campo, “a professora”. Assim, a avó da criança, Dona Ieda, 42 anos, utiliza argumentos respaldados no desenho e pela forma como eu estou sendo vista naquele espaço, fazendo, então, analogia do estabelecimento prisional a uma escola.

A interferência da avó materna de Roberto sobre como age para construir o imaginário daquele presídio é realizada quando a criança fala: “minha mãe tá presa!”. Informa que ele é muito inteligente e quando diz em casa que a mãe está presa, ela o corrige dizendo “sua mãe está sendo reeducada”, instante em que Roberto reage com a indagação seguinte: “e lá é escola?”. Nesse momento, a avó diz que explica a situação nesse contexto que segue: “quando você vai lá, você pinta? Então, mamãe também faz atividade!”. Entretanto, a fala de Roberto não aponta que reproduz o presídio como “a escola da mamãe”, pelo contrário, a criança interpela a avó materna no momento em que diz que aquela prisão é uma escola.

Roberto que entende o presídio feminino como uma prisão, uma criança muito esperta, de classe média baixa, vem visitar a mãe com transporte particular da família, uma moto. Ele é uma das raras crianças naquele espaço prisional que estuda em escola particular, numa instituição situada em Mangabeira, mesmo lugar em que reside. A avó, Dona Ieda, custeia a mensalidade da escola, pagando R\$ 180,00, tem uma banca na feira desse bairro, com produtos diversificados. Aponta ainda com orgulho de ser uma mulher trabalhadora, “vendo frutas, verduras, calcinhas, cosméticos. Vendo de tudo, menos droga”.

Em contato com Roberto, enquanto desenhava na sala de aula do presídio, perguntei o que ele achava do presídio, em seguida, responde-me bem firme, sem parar de colorir seu desenho, nem retirar os olhos da folha de papel, “aqui é bom porque vejo a minha mãe e brinco com crianças”.

Sobre o “trabalho da mamãe”, trago um contato com uma “criança pequena”, após ter finalizado o trabalho de campo, mas retornado, a convite para ir à festa do “Dia das Crianças”. Nesse dia, uma mãe de um menino de quatro anos me diz, “ele é sabido”, diz: “mamãe, eu sei que você tá presa”, informa que, nesses momentos, diz à criança: “Estou não. Aqui, é meu trabalho, eu trabalho com a polícia”. Ao dizer isso para criança, o filho a interpela e diz: “então, cadê sua arma?” - sorrir ao contar. Nesse diálogo, pergunta ao filho na minha frente, “aqui é o quê?”, em seguida, a criança diz: “o trabalho da mamãe”. Foi uma experiência que

vivenciei a partir da fala da criança, mesmo que com a interferência da mãe, mas pude ouvir a criança falar da percepção que é elaborada para ela [criança], mas que contradita com o convencimento ao perguntar-lhe sobre a arma.

Os esforços encetados ao nível de investigação pecam, por vezes, por condescenderem quanto à passividade da criança, deixando a interpretação das suas vidas a outros grupos etários, cujos interesses poderão ser contrários aos dela (QVORTRUP, 1995). A importância de se investigar a criança, a realizar estudos a partir do olhar das mesmas, a valorização da fala da criança, a análise que a mesma dá aos mundos de vida a partir de seus próprios significados deve ser preconizada pelo pesquisador.

As falas apresentadas correspondentemente nesse sentido: “o trabalho da mamãe”, “a escola”, “a prisão” são as percepções que as “crianças pequenas” apresentaram sobre o presídio pesquisado, segundo seus familiares. Embora existam “crianças pequenas” reproduzindo algumas falas no sentido “trabalho da mamãe”, alguns de seus comportamentos condizem com aspectos do real entendimento da prisão, o choro “escandaloso”, o medo do detector de metal, o sofrimento da criança. Nesse sentido, as percepções dessas pessoas adultas implicam mais numa necessidade da ilusão elaborada para que sua dor seja mitigada pelas ébrias construções. Há “crianças pequenas” que não concebem o presídio a partir desses ensinamentos, assim, entendendo aquele lugar como uma prisão de fato.

Para Nietzsche (2001, p. 91), “aquilo que se faz por amor está além do bem ou do mal”. As ideias construídas pelas famílias das crianças em relação à percepção daquele presídio, nada mais é que uma forma de amor, um amor que protege, que alivia, que vai “além do bem ou do mal”, que faz aliviar a própria realidade.

A ideia co-construída da “escola da mamãe” está correlacionada, em alguns casos, ao uso da farda daquelas mulheres, também, fundamentada na finalidade formal objetiva da pena - a ressocialização - a questão do reeducar, trazido na denominação da instituição carcerária - *Centro de Reeducação Feminina (...)*. Mas também à minha presença naquele cárcere por utilizar a sala de aula para realizar atividades com as crianças. Nesse sentido, os materiais que levei também foram considerados por alguns poucos núcleos familiares para construírem aquele espaço como uma escola.

3.2.2. “As crianças grandes”

“Coisa alguma, em si mesma, é boa ou má; o pensamento é que a torna tal” (William Shakespeare).

Na pesquisa, como já disse, a categoria “criança grande” foi apresentada por suas avós maternas, na fala “o grande entende, por isso não trago”. Nas narrativas em que as famílias faziam alusão à “criança grande” geralmente indicavam crianças a partir de cinco anos de idade.

A percepção dessas crianças foi observada a partir de suas próprias falas, através do contato direto promovido, também pela inserção do desenho, das atividades e jogos realizados, tais como quebra-cabeça, jogos da velha, caça-palavras. A sala de aula foi o lugar do presídio em que mantive esse diálogo, em sua maior parte, sobre a percepção e o olhar da criança sobre aquele estabelecimento prisional. Na indagação, não usei os termos mau ou bom para que não pudesse interferir numa eventual resposta sobre o uso desses termos, apenas fazia perguntas do tipo: o que você acha daqui? Às vezes, elaborava de forma diferente, nesse sentido: como é o seu domingo?

Os termos “mau” ou “bom” foram palavras que emergiram na pesquisa mesmo antes de estabelecer contato com as crianças, pois, em conversa informal como uma servidora da Secretaria de Administração Penitenciária, ficou uma curiosidade levantada sobre possibilidade de percepção, foi minha primeira impressão de que havia formas de se conceber aquele lugar.

Em contato com José, Mayara e Ana que são crianças da mesma família, na sala de aula, fazíamos atividades, observava-os juntos às outras crianças, participavam dos jogos, desenhavam, coloriam, ajudavam-me. José que sempre esteve ao meu lado auxiliava em levar os materiais trazidos por mim, arrumava a sala de aula comigo e recolhia os materiais no término do nosso encontro. Ele, na sua forma meiga, sempre de olhar cabisbaixo, disse-me sobre o presídio, na fala: “é tudo de bom porque venho aqui visitar minha mãe”. Continua, “meu sonho é minha mãe sair daqui e minha vontade é ser trabalhador”. Nesse momento, num semblante triste, respondendo-me com o olhar direcionado ao chão, relata-me sobre suas emoções: “(...) quando saio, já sinto falta. Em casa, ela [a mãe] ficava deitada perto de mim. A pior hora é quando minha mente fica bagunçada. Mente bagunçada, sem brincar, sem fazer nada, o pior de tudo é dormir também, o que faz minha mente melhorar é escrever e pintar”.

Já, em relação à Catarina, sete anos de idade, aluna do 2º ano, diz que sabe ler “mais ou menos”, informa que passou a morar com a prima da mãe depois que a mãe foi presa, chamando-a de tia, que tem dois irmãos, que não sente nada quando entra no presídio, mas enfatiza “eu só sinto uma coisa no meu coração porque minha mãe não tá perto de mim”. Nesse instante, enche os olhos de lágrimas. Fala sobre o que sente ainda ao sair da prisão, “sinto uma dor no meu coração” - fala ainda com os olhos cheio de lágrimas. Rosaldo (1984)

aponta que as emoções são pensamentos de algum modo “sentidos” em rubores, pulsações, movimentos do fígado, mente, coração, estômago e pele.

Catarina ainda com olhar cabisbaixo, aponta: “meu sonho é minha mãe estar ao meu lado, minha mãe, meu pai, porque meu pai, também, está preso e minha vontade quando crescer é trabalhar”. Nesse instante, percebi que havia, nesse dia, duas crianças meio angustiadas relatando que não visitavam o pai preso, mas também as mães estavam presas.

Sobre o aspecto mãe e pai presos, observei que o tráfico de drogas é o crime que vem “encarcerando-os”. Essa modalidade criminosa é a razão da prisão da maioria daquelas mulheres que estão no presídio feminino. Ao encontrar uma mulher naquele espaço prisional que não está incurso no artigo 33 da Lei 11.346/06, ou seja, pelo tráfico de drogas, chego até ficar surpresa, afirmo, ainda, que as que se encontram no homicídio, boa parte, tem correlação com o tráfico referido, mas é ínfima ocorrências de outros tipos criminais.

Retornando o contato com Catarina, fala o seguinte sobre aquele cárcere: “bom porque tá perto da minha mãe, da minha avó, da minha outra avó, da minha tia”. Finalizando, diz: “minha semana é ruim porque não tô do lado da minha mãe”. Falava que quando fica triste tomava remédio, dizia estar com problema de vista e que toda a noite sentia dor de cabeça, “mesmo quando a mamãe tava em casa, mas só quando eu chorava”.

Em relação a Érica, 09 anos, criança com quem tive contato desde 2018 quando iniciei a pesquisa, foi uma criança que me marcou por sua meiguice. Recordo dos olhos tristes quando respondia às minhas perguntas. Num domingo, fez o desenho de seus sonhos e nele escreveu: “Liberdade de minha mãe”. A criança escreveu essa frase acima do desenho, era uma casa e pessoas como mãos dadas, nessa ordem também transcrita: eu, minha mãe, minha avó. Ao me responder sobre como ela concebia o presídio, disse que quando entra no presídio sente muita tristeza, pois não queria que a mãe estivesse ali, mas aponta o seguinte: “meu domingo é bom porque fico perto de minha mãe”.



No momento em que Érica entregou-me o desenho, fitou-me de forma muito expressiva, dando-me a impressão de uma desolação ou de um pedido, não sei descrever, mas houve uma espécie de paralisação do tempo, pois, apenas, nos olhávamos. A sensação de que me comunicava ou me pedia algo através daquele olhar em que a tristeza era facilmente lida, foi minha forte impressão, levando-me, por conseguinte, à emoção. Nesse momento, “tranquei o choro”. Scheff (1994) aborda a respeito de nossa extraordinária sensibilidade para diferenciar a deferência que temos e a que esperamos ter. Nesse momento, não me senti no direito de chorar na frente da criança, não quis intensificar mais a situação de sofrimento. Talvez, uma vergonha de chorar ou uma vergonha de sentir vergonha no pensamento sheffiano.

Já Maria Aline, menina de sete anos, fala de sua percepção sobre o presídio feminino, “sei não, não sinto nada”. Em relação a Clóvis, respondeu o que achava sobre o presídio na seguinte fala: “bom, é muito bom ficar na escola, é bom ficar perto de minha mãe, mas quando minha mãe tá longe de mim eu sinto uma coisa”. Assim, retomei a pergunta sobre o que seria “essa coisa”, respondendo-me em seguida: “eu sinto que minha mãe tá chorando, tá com saudade”. No que concerne à escola apontada por Clóvis em sua fala, trata-se da sala de aula do presídio, lugar em que se dá maior interação com crianças na realização pesquisa.

No que se refere à Ariadne, estuda o 4º ano, tem 9 anos de idade. Ao perguntar se sabia ler, respondeu-me, categoricamente, sim. Ela foi uma das poucas crianças que me respondeu com firmeza, olhando-me nos olhos, afirmando que sabia ler, pois, a maior parte das respostas relativas a saberem ler, é a seguinte: “mais ou menos”. Em seguida, perguntei sobre como percebia o presídio feminino, respondendo-me: “Aqui, não é uma boa coisa, não é uma boa coisa para a gente viver”. Passou uma segurança, falou pausadamente enquanto me olhava nos olhos.

No dia 30 de março de 2019, conheci Gorete, menina loura de 12 anos, esse dia foi nosso primeiro contato, então, fui ao seu encontro, pois percebi que era uma nova visitante. A princípio, ela fez palavras-cruzadas na sala de aula, após, pedi que viesse até a mim num canto mais isolado da sala, pois assim sempre procurei proceder para que as outras crianças não escutassem nem interferissem nas respostas. Em 2018, também tive contato com um garoto de 12 anos. Gorete foi a primeira criança que encontrei com uma idade correlata ao ano escolar regular, está na sétima série, com uma boa dicção, fala bem articulada, visivelmente, mais diferenciada das crianças com quem mantive contato no campo, reporto à postura do falar, na sua segurança e, às vezes, demonstrando que pensava quando falava, de forma

pontuada, apresentando cautela no que iria responder. Disse-me sobre o presídio feminino “aqui é um lugar ruim e bom”. Continua a fala de forma explicativa, segue:

primeiro lugar, acho ele bom; em segundo, acho ruim. O policial não tem culpa, tá cumprindo o papel dele. Acho injusto porque não pode ver os netos, minha tia vai falar com a juíza para minha mãe ver os netos, ela tem dois netos. Acho ruim porque minha mãe tá aqui dentro, mas ela tem que pagar pelos erros dela. Ela devia, devia, sim. Várias pessoas estão aqui por muitas coisas piores. Eu queria que minha mãe se soltasse, mas isso não acontece. Por quê? Mas acho esse lugar bom e ruim.

Prossegue a fala com desenvoltura de forma contínua, “aqui, é bom para tornar as pessoas mais conscientes”, segue, ainda, a fala “eu passei meu aniversário longe da minha mãe, foi ontem. Hoje, ela me deu meus parabéns, eu quis chorar, mas não chorei. Eu me segurei porque se eu chorar ela ia chorar também. Mas vai dar certo!”. Apenas fiz uma indagação sobre como via o presídio feminino, mas foi conversando de forma segura, firme e como sempre tivesse que me justificar os erros da mãe, mas deixando entender que a mãe não se tratava de uma pessoa perigosa, que havia, naquele lugar, muitas pessoas piores.

Na fala, “aqui é bom porque tem várias pessoas que fez coisas grave. Imagine essas pessoas na rua!”. Continua, “aqui tem uma mulher que ela e o marido matou uma família inteira. Eu acho isso um absurdo!”; segue ainda, “e outra, matou o pai para beber o sangue”. Percebi na fala de Gorete a angústia da mãe estar com essas “pessoas perigosas”, como apontou. Gorete intensifica a conversa, continua, “é uma coisa muito ruim ela estar aqui, ela tem que entender e pagar pelo erro dela e não julgar as pessoas pelo erro delas”. Nesse momento, tive uma impressão de que a garota queria fazer-me entender que não estava passando a mão nos erros da mãe, observei que tinha consciência de que erros trazem consequências, penalidades.

As falas extraídas foram emitidas pelas próprias “crianças grandes” a fim de que expusessem as percepções sobre aquele espaço hostil de sociabilidade de crianças pobres, de mulheres jovens, negras, em sua em maioria, além de pouco alfabetizadas. As percepções apresentadas pelas crianças causaram-me estranhamento no sentido em responder que lá “é bom”. Em meu imaginário, ao iniciar a pesquisa, acreditei que iria ingressar num campo terrível, desolador, apenas com tristeza. Confesso que lá é tudo isso, mas é muito mais que isso, é também alegria. Refiro-me ao dia de domingo, pois também como apresentado pelas crianças “aqui é bom”, exponho também meus sentimentos, pois, senti, algumas vezes, que “lá é bom”. As crianças sentem o “aqui é bom” motivado pelo encontro com suas mães. Já, eu senti “o bom” por ter sido afetada pelas crianças.

Ao iniciar a pesquisa, introduzi o desenho a partir da minha relação com Cauã, menino de 10 anos de idade, foi por sua resistência em sair de perto da sua mãe, daqueles lençóis, que

tive que pensar em alguma estratégia que fizesse vir até a mim. Consegui que Cauã participasse das atividades quando introduzi o desenho na pesquisa, não pelo desenho em si, mas por outros artigos que passei a levar comigo. Ele como sempre muito calado. A avó materna diz: “esse menino é assim mesmo, depois que a mãe foi presa, agora é que tá calado”. Realmente, não consegui com que falasse nada sobre aquela prisão. Apesar do desenho ter partido da ideia de estreitar minha relação com Cauã, ele nunca desenhou, mas gostava do caça-palavras, da revista e dos jogos. E sua mãe dizia que ele gostava de vir no dia visita, é seu único filho que a visita, pois seu irmão Cauê nunca visitou a mãe, pois mora na cidade de Natal no Estado do Rio Grande do Norte com a avó paterna, nesse caso, havia mais três anos que não via a Jaciara.

Pires (2011) aponta que não é necessário o emprego de técnicas específicas para pesquisar criança, mas ressalta a importância da introdução do desenho como técnica complementar. A metodologia em relação ao ouvir a própria criança, principalmente por consistir num trabalho com criança, também foi tentada por minha parte. No entanto, o campo nos revela fatos peculiares: o campo não é uníssono, uniforme ou retilíneo. O campo seria, em meu entender, como a vida que nos mostra acontecimentos que não estão nos planos, mas que devem ser administrados em conformidade com as peculiaridades; é “como dançar de acordo com a música”; é como atravessar outros horizontes quando um deles se fecha. O campo se apresenta, portanto, em rizomas, conforme concepção de Deleuze e Guatarri (1995), no sentido de que rizomas - usa a analogia da botânica - não são uma forma fechada, são linhas de intensidade, apenas linhas de intensidade, uma produção do inconsciente.

Pires (2010) aponta que os antropólogos, como adultos, pensam através de seus próprios paradigmas. Na pesquisa antropológica que a autora realizou com crianças sobre religião, observou que é necessário entender a perspectiva das crianças em relação à religião a fim de que se compreenda o fenômeno religioso; observa ainda que o estudo das crianças não se deve limitar a elas mesmas, pois afirma ser fundamental pesquisar as redes de sociabilidades nas quais se encontram inseridas.

Nesse prisma, observa-se, a partir do entendimento teórico-metodológico de Pires (2010), que a criança é um ator social, pois ao preconizar ouvir a criança para fins de entender um determinado fenômeno social, a exemplo da religião, traz o saber de que a criança dá significados próprios aos entendimentos e modelos que lhes são apresentados. Neste diapasão, trazer as percepções das crianças sobre o presídio feminino é importante para que se compreenda aquela prisão, mas também para entender os processos de sociabilidades a que se

encontram imersas naquele cárcere. Entende-se pela importância e fala das avós e mães, principalmente, na influência sobre as crianças, inclusive, formulando processos imaginários sobre a percepção da criança em relação ao cárcere.

Sobre como Cauã observa aquela unidade carcerária, não consegui sequer ouvir a sua voz, tudo que eu perguntava, respondia isso: “não sei”. No entanto, as revistas, o caça-palavras fizeram que sorrisse para mim. Tive a percepção de que me aceitou. Falo através da leitura de seu corpo, do seu sorriso, de fingir que estava dormindo quando me via, ficava deitado no lençol que forrava o chão daquela área de visita do presídio, mas, mesmo que fingisse estar dormindo, ele sorria, sei que me tinha apreço, pois passou a deixar a mãe na área de visita, atendendo aos meus chamados. Era calado, respondia para tudo “eu sei não”, mas com um sorriso tímido me acompanhava.

A expressão facial é uma forma de medir a emoção (KOURY e BARBOSA, 2016). Observei muito sentimento de tristeza, mas também de alegria no presídio feminino através das impressões que tive sobre as emoções emitidas por aquelas pessoas. Em 2019, tive a fala da avó de Cauã sobre o problema em resistir ao contato com as pessoas, mas aponto que a sua resistência à minha pessoa foi apenas inicialmente, mesmo não falando ou respondendo “eu não sei”, percebi que me teve afeto. O “eu sei não” de Cauã faz-me transcrever a sua percepção sobre aquele presídio a partir da fala de sua mãe, Jaciara, segue: “(...) do tempo que estou aqui, só deixou de vim umas três vezes; ele gosta de vim para o presídio, se puder vem todo domingo”.

O campo está eivado de emoções, principalmente nas relações intrinsecamente interligadas à maternidade, ao amor materno e amor filial. Trago, portanto, a família dessas crianças, relevância que foi revelada pelo campo, mas também no fundamento teórico-metodológico da pesquisadora antropóloga da infância Flávia Pires (2011), que entende que a criança deve ter sua fala priorizada, suas percepções, seus relatos, mas que elas não devem ser isoladamente analisadas, mas sim em seu contexto. O campo revelou a importância de observação da criança naquela imersão de interação social com todos os aspectos que envolviam o domingo, dia de visita da família, como já apontado.

E sobre a criança e seus sentimentos, que foram muitas vezes revelados através de um calar, de um não agir, de um choro trancado, muitas vezes, fazendo com que eu trancasse meu choro também, pois não me sentia no direito de expressar a minha impotência. Percebi em seus sentimentos que era uma pessoa querida, posso afirmar através de atitudes das crianças, das mães, das avós, mas dos agentes penitenciários que sempre me revelaram aspectos ligados à minha inferência no campo em relação às crianças.

E sobre Erivaldo, garoto negro de 12 anos de idade, morador de periferia, uma das crianças que mais me marcaram pela tristeza em sua face, a sua fala foi evidenciada por um choro controlado. No momento em que me entrega o desenho do sonho de vida, ao responder-me sobre o que representava o dia de domingo, chamou a minha atenção sua pele pelas marcas de feridas, impregnadas nos braços e nos pés que estavam todos marcados, apesar da calça jeans dava para observar que aquelas feridas também estavam imersas em suas pernas. Nesse dia, trajava-se vestido com roupa bem envelhecida, com sandálias do tipo havaianas, criança que demonstrava a tristeza em sua face, em seu corpo, na cabeça que se detinha a todo tempo baixa, com olhar vago sobre o chão. Dizendo-me ser filho primogênito, que cuidava dos seus quatro irmãos. Relatou-me com tristeza em seus olhos sobre como se sentia quando chegava ao complexo prisional no dia de domingo para visitar a mãe: “quando chego, tranco o choro; quando saio, tranco o choro, mas, quando chego em casa, morro de chorar”. Ele contou também que gostava quando chegava o dia de domingo, dia em que vai àquele complexo, que era bom visitar a mãe, “mas achava ruim porque ela não está em casa”. Ao ouvir esses relatos, também, tranquei o choro.

Os homens são treinados para acreditar que o choro é covardia, afirmam Koury e Barbosa (2016). Nesse caso, em relação à minha pessoa, sinto o afirmado pelos autores, mas tive um pensamento que não sei se maquia meu sentimento de vergonha em chorar em campo, sobretudo, na frente das crianças, mas, nos momentos em que recordei “trancar” meu choro, assim o fiz porque pensei em não ter o direito de chorar na frente daquelas crianças, associo à ideia da vergonha a ter que me posicionar de uma forma que não trouxesse mais sofrimento àquelas crianças, foram meus sentimentos.

Embora Erivaldo se tratasse de um garoto de 12 anos, ficou nítida a partir de seus relatos, a responsabilidade que remeteu à pessoa adultizada, imerso num processo de infância mitigada ou até mesmo, para alguns, descartada pela função de cuidar de seus irmãos, ou melhor, um universo de criança marcada pelo contexto de sociabilidade pobre, intensificada pelo novo marcador social: filho de presidiária. Assim, trouxe-me o dever que passou a ser delineado a partir da prisão de sua mãe. Por ser o filho mais velho, ficou incumbido de ajudar a avó materna nas tarefas da casa e dos cuidados com as “crianças pequenas”, obrigações que foram assim descritas: “eu lavo os pratos, coloco meus irmãos pra dormir, dou a comida, arrumo eles pra ir pra escola e, quando eles dormem, eu fico na porta de casa olhando as outras crianças brincar”. Foi desolador escutar isso.

Perguntei, em seguida, por que não brincava, respondendo-me “meu coração dói”. Confesso, nesse momento, a impressão que tive foi que essa dor era pelo não direito a brincar,

pela criança que se adultizou no seu meio social, principalmente, naquele contexto específico.



Na entrega do desenho, Erivaldo explica seu significado dessa forma: “uma casa, minha família, meu cachorro e a casa do cachorro”. A percepção que tive sobre o desenho dessa criança consiste na vontade de ter a família completa com a mãe presente em casa.

Sobre o aspecto de uma infância marcada por trabalho, a exemplo das atividades domésticas incubadas a Erivaldo, garoto que cuida dos irmãos e não brinca, trago o pensamento de Pires e Santos (2018) no sentido de que devemos observar um fenômeno em seu contexto sociocultural; entendem que não podemos equalizar os conceitos de infância, apontam que se há alguma generalidade a ser extraída da infância ela está justamente na universalidade da sua particularidade. Nesse contexto, as autoras citam Castro (2103), extraíndo a seguinte passagem textual:

[...] Portanto, parece que, a bem, dizer, não existem crianças sem infância, mas, sim, crianças cujas infâncias são tão infames e distintas do modo como a sociedade entende como a infância deve ser, que essas crianças não se parecem com crianças. (Castro, 2013, p. 73).

A infância de Erivaldo está delineada por marcadores que a intensificam, a exemplo da pobreza. O garoto tem a responsabilidade doméstica de toda uma casa e da criação de seus irmãos. A ausência da mãe motivada pela prisão fez a criança tomar essa responsabilidade como uma espécie de substituição de papéis no lar. O trabalho na infância é algo muito comum na vida das pessoas pobres, principalmente, em alguns contextos socioculturais. No entanto, o fato de trabalhar na infância, não suprime essa fase de vida, o trabalho doméstico está arraigado como um marcador dessa fase de vida, a exemplo de Erivaldo.

Ainda, sobre as percepções observadas pelas crianças em relação àquele estabelecimento prisional, sobre as emoções expressas nos relatos, também através de seus

corpos, posso afirmar que o campo está eivado de emoções. Os sentimentos de tristeza, de angústia, de desolação percebidos através do contato direto com as crianças, em específico na sala de aula, quando desenhavam a meu pedido, foram observados e de certa forma já esperados, tendo em vista a pré-configuração do campo: uma prisão, um espaço hostil traz essas nuances de sentimentos. No entanto, a minha afetação e o meu deslumbre emergiram das crianças que foram capazes de dar brilho, alegria, ressignificar os sentimentos, tirar o ar pesado do presídio, criando um novo cenário, através da alegria que também existia num sentimento alternado - risos, brincadeiras, amor que era partilhado para suas mães, o carinho ofertado através de desenhos para mim, de corações feitos de massa de modelar dedicados à minha pessoa, sobretudo as dádivas que ofertavam aos seus familiares, a exemplo dos desenhos, também passaram a fazer parte daquela comunhão da visita, pois as crianças não mais queriam levá-los para casa, presenteavam as mães. Apenas, Roberto, garoto de quatro anos, que não deixou o desenho no presídio, pois quis dar ao seu avô que estava em casa.

O domingo no presídio feminino é um dia de festa, mesmo que se perceba um choro, mesmo que os relatos venham com lágrimas, mesmo que encontrem mães, crianças e avós chorando nos lençóis que forram o chão, nas pequenas calçadas laterais; enfatizo, é dia de alegria, é o bom encontro no sentido spinozista – aquele que emerge alegria e aumenta a capacidade da potência de existir, também, é a própria afetação que a criança realiza, com o seu devir-criança no sentido deleuziano, digo, no sentido daquela que não imita, daquela que cria, que confronta regras com seu agenciamento dada a ressignificação ou criação de novas regras. Nesses termos, um ator social, como entende Pires (2011).

Gostaria de poder tentar descrever em minúcias ao leitor, mas sei que não seria fiel como uma imagem de uma fotografia. Tirar uma foto daquele cenário era meu intento, mas não poderia ter aquela imagem daqueles dias de domingo, pois, há crianças, há as proibições legais sobre essa imagem, principalmente, naquele contexto específico, mas também por entender os processos de estigma a que estão ligadas, por razões éticas às mesmas.

Ao chegar, vi aquela área de visita e achei linda. Como poderia em minha cabeça achar linda uma imagem de pessoas presas? Mas digo, vi pessoas, apenas pessoas, vi uma família em confraternização, vi a criança que afetou aquele espaço prisional. Esclareço, ainda, que, em determinado momento, havia cores, uma beleza com muito colorido devido à diversidade da comida, mas, nesse dia específico, o branco com lilás que emergiam do fardamento daquelas mulheres chamaram atenção, deu um encantamento naquele cenário, gente que se acaricia, gente que rir, que chora, que se confraterniza em família.

Vislumbar as respostas das crianças sobre a percepção de que o presídio feminino “é

bom”, as minhas impressões que esse olhar reside no encontro, o bom encontro no sentido mais filosófico, o bom encontro spinozista, respaldados pela dádiva da comida e pelos sentimentos expressos pelos lençóis que discorrerei no capítulo seguinte.

Para Spinoza (2004), “uma coisa considerada isoladamente não é dita ser boa nem má, mas somente em relação à outra à qual ela é útil ou nociva para a obtenção daquilo que a ama”. Nesse sentido, o presídio feminino, nos dias de domingo, é um cenário de um grande encontro entre as crianças e suas mães. Assim, o sentimento de amor recíproco partilhado entre esses atores sociais, mesmo que suprimidos o contato pela privação de liberdade, mas que no domingo era um dia oportuno para expressar esses sentimentos. Assim, na fala de Jaciara, 31 anos, presa por tráfico de drogas, “eu só me sinto mãe nos domingos”.

O amor foi visivelmente percebido nas relações daquele espaço societal, a alegria vem do amor, do encontro da criança com sua mãe, mas também do brincar como obtive da fala de muitas delas “aqui é bom porque eu brinco”, “aqui é bom porque tem pessoas”. O amor observado desde o princípio, razão que me fez olhar os lençóis que forravam o chão numa analogia ao lar. “O amor é a alegria acompanhada da ideia de uma causa exterior” (SPINOSA, 2004).

Na concepção de Deleuze e Guatarri (2012), “as crianças são spinozistas”. A criança que constitui um ator social, que reinventa, inventa, dá significados, ressignifica e cria. Pontuo, enfatizando, elas afetaram aquele ambiente, transformaram a sala de aula, um ponto de vigilância, numa sala de aula comum às crianças, num colorido dos lápis, dos desenhos, dos sorrisos, das brincadeiras, da interação entre pares, foram esses acontecimentos que emergiram do campo eivado de muito afeto. E, afetos, segundo Spinoza (2004), “são o que há de mais real em nós, sendo os bons encontros aqueles que aumentam a nossa capacidade de agir”. Para Deleuze (1998) “devir é jamais imitar, nem fazer como, nem se ajustar a um modelo, seja ele de justiça ou de verdade”. A forma de perceber a criança como um ator social é desconstruir o modelo de concepção imposto pelo mundo adultocêntrico.

3.3 Psicológico: saúde da criança

Na pesquisa, venho percebendo a categoria “psicológico” apontada pelas famílias em relação às crianças, mas também estendidas às mães e às mulheres grávidas. As famílias apresentaram falas sobre a saúde mental das crianças, como “ouvir vozes”, algo que foi evidenciado em algumas crianças, sendo mais observado nas mulheres da Cella de Aleitamento, problemas como perturbação no sono, dificuldades na escola, foram as preocupações mais faladas em campo. A princípio, essa questão do “psicológico” veio apresentada pelas avós maternas a fim de proteger seus netos, inclusive, construindo algumas

verdades ou forma de concepção do ambiente prisional para poupar as crianças de um maior sofrimento, principalmente, das crianças pequenas.

3.3.1 Febre emocional, “o psicológico”, desenvolvimento infantil: dicção e leitura

No que concerne ao “psicológico”, percebi que é uma categoria utilizada para indicar algum transtorno mental, algum problema de ordem comportamental geral. Na maioria dos casos, não há fornecimento de detalhes por essas mães ou família das crianças, não observei no sentido de omissão, mas de uma ignorância sobre o tipo de transtorno mental que fazem alusão, apenas escuto o seguinte: “olha, ela tem problema psicológico”.

Ao tentar extrair daqueles interlocutores a respeito do que se tratava problema “psicológico”, obtinha sempre respostas nesse sentido: “psicológico!; psicológico, a professora disse”. Foi assim com Cauã, menino de 10 anos de idade, que segundo sua mãe, o filho gostava de brincar com pipas e carrinhos imaginários. Já, em relação à Mayara, menina de 7 anos que nunca foi a escola, o pai me diz é “o psicológico” ou “ela tem problema na cabeça”. E, sobre João, hoje, com 9 anos de idade, a mãe Renata, 26 anos, presa por tráfico de drogas e homicídio, diz:

Ele tem problema psicológico, mas também eu não criei ele porque eu fui presa, aí, ele via a mulher que criou ele como mãe. Então, eu gritava ele, sacolejava ele, gritando: sua mãe, sou eu! Eu coloquei muito medo nele, eu sacolejava muito gritando ele. Ele tem problema na cabeça!

Trago uma passagem do meu caderno de campo do dia 17 de fevereiro de 2019, um relato de uma mãe reclusa por tráfico de drogas, 38 anos de idade, que ingressa na sala de aula daquela unidade prisional, lugar em que me encontrava com as crianças, veio ao meu encontro, proferindo a fala: “posso escrever minha vida pra você?”, continua, “eu preciso para poder chorar”. Senti, nesse momento, que quis entrar para desabafar sobre os problemas. Nesse dia, deu-me café, pois trabalha numa das cozinhas da prisão, a que fica ao lado da sala, trouxe-me a bebida num copo americano, de forma muito simpática. Os relatos foram todos eivados de emoções, materializadas pela presença de lágrimas nos olhos. E, embora me pedisse para escrever para mim, até o momento, não me entregou a carta requerida. Após sugerir escrever sobre sua vida, faz referência ao “psicológico” do filho, mencionou que usa o dinheiro do pagamento do trabalho na cozinha para fazer o transporte do filho ao médico:

Eu traficava desde os 17 anos de idade, eu ia parar com essa vida, pois ia ganhar 45.000 e ia comprar uma casa porque eu já tinha meu golfinho. Mas Deus disse que não é assim. Hoje, eu ganho 100 reais por mês, mas tem multiplicado que você nem imagina. Eu pago o transporte do meu filho para fazer o ‘psicológico’, o psiquiatra.

No presídio, as mães reclusas também reclamam do “psicológico”, como no caso de Luana, 24 anos, presa por tráfico de drogas e assaltos. Ela relata que teve sua filha, Lua, hoje

com quase três anos, aduzindo o seguinte sobre seu parto: “(...) foi na Frei Damião, tive complicações, ia tendo ela prematura, passei três dias internada, foi parto normal; não foi mais tranquilo porque não teve o apoio da família, a gente fica com a agente de plantão, o que prejudica é a estrutura psicológica” (GUEDES, 2018, p. 40).

Para Velho (1981), doenças de nervos é uma expressão usada em camadas de renda mais baixa que cobre uma grande variedade de diferentes estados emocionais. As crianças que encontro no presídio fazem parte de uma classe pobre, de renda baixíssima, algumas se apresentaram como pertencente a uma classe média baixa, mas foi uma quantidade ínfima. As mulheres, em especial, as avós maternas usam o termo “psicológico”.

A terminologia usada pelo autor, doenças dos nervos, remete a uma forma de expressar muito usada na década em que escreveu, termo usado por essas classes econômicas baixas, como pontuou. Na pesquisa, não observei o termo trazido por Velho (1981), elas usam para ‘todo problema da cabeça’ o termo ‘psicológico’.

Ainda sobre a análise de Velho (1981), em relação ao “psicológico”, o autor aponta que as classes médias observam uma “psicologização” no que se referem às suas crianças e filhos jovens, faz referência que alunos da classe média quando não vão bem na escola têm indicações para serem analisados pelos profissionais da área, algo que não ocorre comumente na classe de renda baixa.

“O psicológico” trazido à baila por aquelas famílias alijadas de visibilidade social foi algo recorrente no trabalho de campo. Mães, avós maternas e crianças estavam com “o psicológico” refletido na “mente bagunçada”, na “febre emocional”, oriundo da prisão das mães, mas também sentido no castigo da proibição da visita, “do não fazer nada”, mas ainda do fruto do desvio do estado em relação à humanização da pena na capitalização dos afetos. Assim, trago no pensamento de Duarte (1986) aspectos que se inferem na saúde mental do ator social. Vejamos:

Ele pode ser quase que logicamente deduzido da articulação entre os temas da 'totalização' e dos "males da civilização". Uma vez que o "sistema nervoso" detém essa qualidade de articulador axial dos indivíduos e que todos os indivíduos se encontram vivendo em 'sociedade', e mais do que isso, em 'civilização', não há quem não esteja exposto imediata ou virtualmente aos 'desequilíbrios', 'distúrbios', ou 'tensões' nervosas. Dependendo, porém, de certas marcas tanto 'físicas' ... quanto morais ..., haverá certas distribuições diferenciais dessa difusão que atribuirão a algumas categorias de pessoas uma maior vulnerabilidade ou predisposição a essas perturbações (...) (Duarte, 1986, p.73).

Nomeou-se de tal forma o feixe de representações que permite designar lugares sociais mais ou menos afetados ou afetáveis pelas "perturbações nervosas" em função de certas ênfases e recortes peculiares. Trata-se de um nódulo extremamente significativo, uma vez que resulta da interseção dos temas universalizantes com os nódulos especificantes antes arrolados. Em um certo sentido, a "alocação

diferencial" representa a transposição para o plano sociológico dos embaraços e confrontos dedutíveis do entrechoque daquelas diferentes linhas físico-morais. A primeira grande demarcação aí verificável é a da 'mulher'. (Duarte, 1986, p.77).

Conforme aponta Duarte (1986), há pessoas que estão mais vulneráveis a ter problemas “nervosos” afetando assim “o psicológico”. Nesse contexto, as famílias incursas nesta pesquisa são pessoas predispostas às questões trazidas pelo autor, são pessoas que têm marcadores sociais que são intensificados pelo marcador presidiário ou filho de presidiário, manchadas pela certidão positiva criminal, pela marca estatal e da sociedade de “pessoa com problema com a justiça” estendendo-se a todos, inclusive, às crianças. A sociedade tenta higienizar a mancha da família de todas as formas, principalmente, pela intenção da desumana pena daqueles que cometeram crimes. Nesse percurso, a sociedade pugnando pela vingança lança mão de conviver com um ator ressocializado. As práticas estatais, as decisões discricionárias dos gestores do estado refletem o gozo da sociedade na vendeta higienizadora, até pelo que pessoas que cometem crimes quando são julgadas ficam com seus direitos de cidadania sobrestados, pois não podem manifestar seu direito a voto e não ser votadas enquanto cumprem a reprimenda. Que correlação existe entre a suspensão do direito a voto, cidadania, desvio de função do estado, desumanização da pena e “o psicológico”?

No presídio feminino se observa naquelas famílias o uso do “psicológico” para abarcar uma gama de “problemas de comportamento”. Todavia, a partir desta etnografia, percebi que aquelas crianças não recebem apoio ou tratamento psicológico do Estado, nem da escola, nem das famílias, mesmo que por essas últimas seja evidenciada a necessidade de “tratamento”. Nesse sentido, tomando a etnografia do domingo daquela unidade carcerária, a classe de renda baixa não vem usando o termo “doenças de nervos”. Apesar do reconhecimento dessas famílias de algum problema de saúde mental, não implica dizer que têm acesso aos tratamentos com profissionais da área, pois percebo que só há evidências, reclamações do tipo “a professora disse”, mas a escola não dá respaldo algum nesse sentido, nem o Estado, nem o “Sistema”, pois o presídio sequer tem um psicólogo na composição do seu quadro de funcionários.

Sobre o aspecto escolar, conforme Velho (1981), que entende que a classe média usa de serviços de profissionais da Psicologia quando os seus filhos não estão bem na escola, as crianças do presídio feminino, a maioria delas, não sabem ler nem escrever corretamente. Refiro-me a crianças entre 7 a 9 anos de idade. Algumas sequer respondem de forma imediata quando faço indagações a respeito se leem, muitas pensam para responder. A maioria das crianças nessa faixa etária responde-me sobre saber ler com a expressão seguinte: “mais ou menos”.

Sobre o “psicológico”, muitos relatos apontam que a maior parte daquelas crianças pequenas teve “febre emocional” após as mães serem presas, muitas delas presenciaram essas prisões e muitas dessas prisões foram realizadas de forma abusiva pela polícia. E, em relação à febre, emergiu a partir de relatos das avós maternas, mas também observada como diagnóstico médico identificada por “febre emocional”, assim relatam. Referem-se à febre como sendo aquela promovida pela dor emocional dada a presenciar a prisão em flagrante da mãe, mas também pela ausência da mesma em casa, uma febre que “não há razão no corpo, mas na alma”. A dor e o sofrer fazem parte da experiência individual dos sujeitos sociais, como processo único e específico, mas ao mesmo tempo compreendido e compartilhado por toda uma coletividade espacial e temporalmente dada, afirma Koury (1999).

Davis e Guarnacia (1989), a partir de revisões etnográficas, apontam que o significado partilhado e as características epidemiológicas dos grupos experienciando “nervos”, como síndrome, não só como sintomas, mas também de significados de experiências de vida de respostas a outros significantes e de circunstâncias sociais, as perturbações nervosas só se transformam em doenças sob circunstâncias sociais.

A denúncia promovida pela Pastoral Carcerária do Brasil – CNBB [REDACTED] para fins de apuração de negligência causada pela suposta omissão de socorro que teria levado o falecimento do filho da Dona Francisca no presídio feminino, faz emergir essas questões e condições circunstanciais pontuadas pelos autores no parágrafo acima. Assim, “não ter mais paz” implica “doença de nervos” alicerçada nessas circunstâncias sociais. Observemos trechos extraídos dos autos referidos:

F. R. G informou que o filho tinha problemas de saúde, inclusive com hidrocefalia e que faleceu após 18 dias de febre e vômito, sem atendimento adequado. Disse que houve omissão de socorro e que foi “comprovado” que o filho não recebeu atendimento médico necessário. Contou que seu filho morreu “espumando como um cão”. As funcionárias da unidade confirmaram que ela estava na cela com o filho e que ele morreu na cela antes do socorro médico chegar. Desde a morte do filho, F. R. G. toma remédios de uso controlado e disse “não ter mais paz”. Estava visivelmente abatida e chorava muito. (autos do Processo Judicial Eletrônico nº 0001165-05.2017.8.15.1001).

A prisão da mulher traz muito desdobramento no seio familiar. O campo evidencia muitos aspectos considerados negativos pelas próprias mães e avós das crianças. O *evento prisão* reflete de forma direta na vida das grávidas e das crianças. Em conversa, muitas avós maternas relatam que seus netos vivenciaram a prisão em flagrante da mãe, foram vítimas de abordagens policiais em suas casas, permeadas de violência psíquica, que as crianças têm medo da polícia, fazendo relação desse medo com o fato de ter presenciado a prisão de seus

país.

Trago um relato sobre dois irmãos Bruno, três anos e Bento, criança de 1 ano e sete meses, extraído do campo, em meu trabalho monográfico, no dia 29 de abril de 2018, a partir da fala da avó materna, Sra. Sílvia, 46 anos, na fala: “(...) que eles mamava antes da mãe ser presa há um mês, tá muito agitado para dormir, querendo mamar”. Em interferência, a mãe, apresenta a fala seguinte: “ele mama, meus peitos enche, dói, não quero parar de dar de mamar porque quando tão doente, eles ficam melhor mamando e, depois da prisão, os dois ficaram dois dias com febre e chorando o tempo todo pedindo para mamar” (GUEDES, 2018, p. 45).

No que concerne ao medo da polícia, segundo dona Mariana, 56 anos, avó de Everaldo com dois anos, diz: “esses urubus, as crianças têm medo deles”, aponta com o queixo para o agente penitenciário, deixando claro que a analogia ao “urubu” consiste pelo vestuário de cor preta, fardamento dos agentes penitenciários.

Bruna, menina de dois anos, segundo sua mãe, teve abalos na saúde mental motivada pela sua prisão, ou seja, pela sua ausência em casa, são esses relatos frequentes sobre a saúde das crianças que se apresentam de forma recorrente, principalmente, no que se referem às questões de ordem comportamental, trazidas sob as terminologias “psicológico” ou “febre emocional”. Vejamos a fala da mãe dessa criança, Luana, 24 anos, presa por assalto e por formação de quadrilha: “(...) ela adoeceu quando chegou em casa, passou três dias sem se alimentar direito, chorando muito à noite, teve febre, foi para o hospital, fez uma série de exames, minha mãe contou a situação e o médico disse que era emocional”.

Assim, sobre o aspecto “psicológico”, foi-me apresentado como uma categoria para os problemas de ordem emocional, “problema na cabeça”. Naquele espaço prisional, não se ouve falar em “doenças dos nervos”. Percebi, então, que aquelas famílias pobres, sem muita instrução, têm percepções sobre as emoções de suas crianças, mas que o serviço profissional não é utilizado pelas mesmas. Nesse sentido, delineando uma distinção de classe social, como apontado por Velho (1981), não no sentido da terminologia, mas como distinção social por não utilizarem os serviços dos profissionais que tratam do “psicológico”, serviço esse muito comum nas famílias de classe média.

Na fala da avó de Josué, menino de seis anos que está com complicações para dormir e se isolando, “não dá pra levar as crianças no psicólogo da universidade local porque o horário que atende lá é no mesmo horário da escola”. O contexto das crianças que encontro no presídio feminino se apresenta como crianças que têm ou tiveram problemas “psicológicos” provenientes dessa situação vivenciada, a ausência de suas mães por se encontrarem reclusas,

mas também relatos apresentam que muitas crianças vivem em contexto de violência, presenciando a violência doméstica contra suas mães, pobreza e alcoolismo de seus pais.

Em relação aos sofrimentos emocionais vivenciados pelas crianças que vivem sociabilidades pautadas num contexto de alcoolismo, trago os relatos espontâneos de Luiz, 4 anos de idade, estávamos sós na sala de aula da unidade carcerária quando fala sem nenhuma intervenção minha: "ei, meu pai tá tomando cachaça", ainda, emenda uma conversa não tão dada ao entendimento devido à deficiente dicção, falava de alguém que estava com dores nas costas, mas sobre o pai a informação foi límpida. Logo após, diz: "tenho pai não, quem tá bebendo cachaça é tio Ninho e tio Paulo, eles não vêm aqui porque eles bebem", continua a fala: "tá tudo preso! Eu não tô não! Só aquele macho doido e uma que chama Fabiana. É aquela!", aponta com o queixo, inclinando a cabeça no sentido da direção da área de visita, trata-se da mãe da criança.

Tempos após esse episódio narrado por Luiz, precisamente no dia 10 de março deste ano, chego na prisão e vejo uma mulher chorando muito, intensamente, estava sentada na lateral da calçada da sala de aula. Vejo-a chorando junto à sua mãe, uma senhora de 55 anos de idade e de seu filho que estava também sentado ao seu lado, era Luiz. Ao ver a cena, peguei-o pela mão e convidei-o para entrar na sala para desenhar. Em seguida, adentramos nesse recinto. Nesse momento, lembrei que era a criança que falava que os tios vivem bêbados. Luiz não tem boa dicção. Nesse dia, falou dos tios novamente, sem que lhe perguntasse nada, disse-me: "tem que prender ele, tá bebo". Percebi que essa criança era visivelmente perturbada com esse alcoolismo que vivencia no contexto doméstico, tendo em vista que ficou claro que esses tios moram com a mãe, a avó materna da criança, vivem, portando, todos numa mesma casa.

Em relação à violência doméstica que muitas dessas crianças vivenciam, Luiz é uma delas, não bastando o alcoolismo, ele não recebia visita de sua mãe, pois o companheiro da sua genitora não a deixava ver os filhos quando ela estava em liberdade, não podia comparecer na casa da mãe para ver os filhos, pois era ameaçada. Assim, essa criança e seus irmãos pequenos foram sendo tolhidos de sua convivência familiar motivada pela violência exercida pelo companheiro de sua mãe. Fabiane, 31 anos de idade, presa por tráfico de drogas, me narra em meio a um choro intenso o seguinte:

(...) meu marido é possessivo, ciumento quando eu tava dizendo que ia na casa da minha mãe visitar meus filhos, aí, ele dizia que ia trair ele. A atenção que eu dava era muito pouca, não era a que eles mereciam. Ele judiava muito comigo, eu tinha medo. Isso foi uma mordida que ele me deu no rosto (aponta) e isso foi uma facada que deu em mim – nesse momento, aponta os ferimentos em suas pernas.

Naquele contexto social, percebi, ainda, sofrimento e angústia das avós relativos aos cuidados e preocupações com as crianças intensificadas pela prisão das filhas. Na fala da avó materna das crianças Janice, Josué e Juciane com 9, 6 e 4 anos respectivamente, Dona Vera, 46 anos de idade, diz: “(...) eu ia fazer minha faculdade, deixei duas propostas de emprego, eu só peço a Deus que traga ela de volta nem que seja com a bola nos pés”. Nesse momento, foi nítida a angústia com que me apresentava os seus relatos, trazendo informações de sofrimento de seus netos, em especial, com Josué, dizendo que ele era o mais preocupante porque era o mais calado, estava se isolando, não mais brincava, não queria ir para a escola e tinha problemas mais sérios que suas irmãs para dormir e, que não trazia a neta Janice porque era “muito danada” e estava com um “comportamento terrível”.

Naquela prisão, conheci Mayara, menina de 7 anos, que sempre vem me abraçar todas as vezes que chego na área de visita. Ao chegarmos na sala de aula, dei material para desenhar e colorir. Ao desenhar, sem mesmo que fizesse perguntas, ela fala que estava com saudades da mãe e, nesse momento, percebi que chorava, continuava a falar “eu tava com saudades dela”. Percebi que Mayara tem dificuldade na dicção, tem uma voz meio anasalada, é uma das crianças que mais fala na sala e sempre pede para levar para casa o material que levo para as atividades. Na área de visita, retorno ao contato com a família dessa garota e os pais relataram problemas que remetem à questão do “psicológico”, mas não se atêm a detalhes, dando impressão de uma falta de conhecimento sobre o mesmo.

José, oito anos, irmão de Mayara, sempre proferindo em relação à irmã, “ela tem problema na cabeça”. E em relação ao seu próprio emocional, fala de si, “a pior hora é quando minha mente fica bagunçada”. Nesse momento, pergunto o que seria uma “mente bagunçada”, em resposta, respirando fundo, explica-me o seguinte:

se eu ver um negócio sujo, eu quero varrer. Ontem, minha irmã veio, aí, a casa tava bagunçada. Mente bagunçada, sem brincar, sem fazer nada, o pior de tudo é dormir também. Mas o que faz minha mente melhorar é escrever e pintar”. Ainda, sobre a mente, diz: “eu escrevo quando tô com minha mente bagunçada, eu pinto uma casa. O que dá alegria é escrever, quando termino de escrever eu posso brincar à vontade.

Os relatos de José em relação à suavização dos sentimentos de sua “mente bagunçada” através da escrita causaram-me impressão de contradição à sua história escolar, pois não está matriculado na escola e com oito anos de idade apenas estudou um ano. A contradição que me veio como impressão surgiu-me por saber que não é matriculado na escola, também por ter apenas frequentado um ano, mas não posso imprimir se essa criança sabe ou não escrever, apenas foi um sentimento que surgiu de ouvir a realidade de que essa criança está fora da escola.

As narrativas relativas ao comportamento que delineiam sofrimento psíquico daqueles

atores sociais vieram das crianças a partir de seus próprios relatos, da valorização da sua fala, mas também de suas mães e avós maternas. As mães reclusas no presídio feminino também apontam seus sofrimentos vindos de diversas narrativas, principalmente, na hora de dormir, tempo esse apontado como um dos momentos também mais angustiantes para as crianças.

Sobre aspectos que envolveram simultaneamente um sofrimento emocional de mãe e filho, trago uma passagem do meu caderno de campo de um domingo de 2019, quando cheguei na área de visita e encontrei Jaciara, 31 anos de idade, mãe de Cauã, menino de 10 anos, deitada no colo de uma amiga que fazia a sua sobancelha com uma pinça. Ao ter contato com essas mulheres, intentei um diálogo, em seguida, chegou outra mulher presa que se juntou a nós, vindo direto até o lugar em que nos encontrávamos. Passaram a relatar sobre o evento que ocorreu na semana anterior, relacionado à queima de colchões numa cela - episódio esse que foi noticiado nas redes de comunicação. Sabia do que se tratava, pois havia visto a reportagem sobre esse incêndio que foi controlado. Em seguida, a amiga de Jaciara, enquanto tirava-lhe os pêlos, falou sobre o evento: “Ah, eu só queria que fosse comigo, se fosse na minha cela, iam se ver comigo, eu passar perigo por causa de ciúmes? Tocou fogo e eu arriscar morrer, se fosse comigo não ficava assim!”.

O episódio aconteceu, segundo essas mulheres, por motivo de ciúmes, numa relação homoafetiva existente na cela de Jaciara. Nesse dia, percebi uma atadura amarrada no pulso direito dessa mulher, uma espécie de pedaço de tecido colorido amarrado nessa parte do corpo. Ao me responder sobre que se tratava o ferimento, disse que se feriu porque quis, assim procede quando tem raiva ou emoção, “quando meu pai morreu eu me cortei”. Respondia, continuando, deitada no colo da amiga ainda cuidando das sobancelhas.

Ao me relatar sobre o episódio de ter se ferido, finaliza dizendo “minha cela só tem cão!”. Associando o fato de ter se queimado de propósito numa frigideira, comportamento motivado por muita raiva de suas companheiras de cela. Lá, tem muito “estica”, aponta Mirtz – estica é o nome que se dá a “bate-boca”. Nesse momento em que relata, estávamos todas ao redor de Jaciara na área de visita, após chega a sua mãe, a avó de Cauã. Dirige-se a mim e fala a respeito da criança: “hoje, ele chorou que só aqui, passou a semana chorando desde que soube que a mãe se feriu. Ele chegou aos prantos”. Percebi, nesse momento em que relata que a comunicação fora feita através de celular, algo que é proibido nos estabelecimentos prisionais, inclusive sendo uma das causas das sanções administrativas relativas ao castigo que reflete na proibição de visita; nas pessoas que não têm visita, reflete na diminuição da comida trazida pela família, o lanche, como aponta Renata, 20 anos.

Jaciara, no momento em que sua mãe fala sobre o comportamento emocional de Cauã em relação à reação sobre a queimadura proposital na frigideira, olha para mim num sentimento de revolta e me diz: “nunca mais eu vou ser presa!”. Nesse momento, vi em seu corpo tanta indignação, falou com muita raiva, revolta, esbravejando e lacrimejando ao mesmo tempo. A sua expressão corporal não deixou dúvidas sobre o sofrimento revoltante que deixou transparecer.

Dias após esse evento, no dia 30 de março de 2019, Jaciara, ao me ver naquela área junto às demais pessoas, grita: “ei, hoje, é o último dia que você vai me ver aqui. Eu vou me embora amanhã!”. Em seguida, perguntei quanto tempo ficou na prisão, falou rapidamente com uma exatidão, de forma imediata sem sequer pensar, “quatro anos, um mês e quatro dias”.

O contato com essa interlocutora foi revelador no sentido de apontar que há muitas mulheres que usam o corpo, em especial a vagina, para introduzir Rivotril - remédio controlado que formalmente é vendido com receita médica. Na fala, deixa claro que esse remédio faz aliviar os problemas “psicológicos”, trazendo suavidade para viver naquele espaço hostil de sofrimento. As mulheres “encaixadeiras” - nome dado às mulheres que usam o interior da vagina ou do ânus para introduzirem Rivotril ou drogas - trazem medicamento “para cabeça” e “cada pílula custa R\$ 30,00” naquele estabelecimento prisional.

O caso em tela mostra que o presídio feminino não tem uma equipe médica comprometida com o bem estar daquelas detentas. Naquele cárcere, há tensões vivenciadas no cotidiano por aquelas mulheres. O sofrimento das presidiárias é intensificado pela supressão de sua função social mãe, ocasionado pela sanção imposta pelos crimes cometidos numa pena que ultrapassa os corpos que faz com que a mulher “tire duas cadeias”.

As gestantes vêm sempre fazer reclamações sobre “fazer alguma coisa”, uma ocupação mental, essa passagem textual vem se repetindo atualmente como as de outras gestantes. Nesse ano, Ariane, 23 anos, mãe do bebê André, também, fez-me queixas relativas a “não ter nada o que fazer”, remetendo a perturbações de ordem do “psicológico”, principalmente quando chega a noite, também, disse que “escuta vozes”, tal como Cauã, menino de 10 anos, que também “escuta vozes”, além de brincar com pipas imaginárias.

A saúde é um direito social garantido pelas regras constitucionais e pela legislação específica que protege os direitos da criança, o Estatuto da Criança e do Adolescente. O direito de saúde da criança está imbricado com o direito da mulher gestante, a concepção da saúde é objetivada formalmente mesmo antes de seu nascimento. Vejamos o art.7º e 8º do referido estatuto:

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 8º É assegurado à gestante, através do Sistema Único de Saúde, o atendimento pré e perinatal.

§ 4º - Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.

As regras constantes nos artigos citados deixam claro que a saúde psicológica é tutelada pelo Estado na “reza” de sua formalidade. No entanto, as práticas observadas no presídio em estudo são contraditórias às regras legais que protegem a mulher grávida e as crianças. Assim, “ouvir vozes”, “carrinhos e pipas imaginários” para um menino de 10 anos, “febre emocional” foram as evidências trazidas do campo como observações de problemas “psicológicos”.

O sistema carcerário atinge o “psicológico” da criança que convive e frequenta o espaço prisional, mas também atinge as crianças que são suprimidas de visitarem suas mães por motivos diversos, inclusive, pela decisão da família. As crianças que se encontram imersas nesse contexto têm a violação da dignidade humana face à invisibilidade que o sistema a conduz. Por serem crianças já se enquadram num grupo invisível, assim, somam marcadores sociais que intensificam o sofrimento e a referida invisibilidade, por se enquadrarem nesses seguintes aspectos: pobres, negras, crianças de periferia e filhas de presidiários.

Percebi que algumas crianças têm sofrido os problemas sociais da embriaguez, da violência doméstica produzida por suas próprias mães e avós, da brutalidade machista dos pais ou companheiros de suas mães. As crianças, parte delas, presenciam mães serem surradas, agredidas, vítimas de uma força bruta de uma reprodução masculina que circunda os lares e as relações familiares das mesmas. As crianças sofrem, também, questões de abuso policial quando da prisão de suas mães e de seus pais, conforme relatos apresentados. Observados tais fatos em muitas dessas crianças, mas que também foi verificada uma relação de amor e cuidados em algumas delas, inclusive, também na relação pai e filho, sentimento de amor observado na tatuagem do braço de seu Nino que tem o nome de José impresso no seu corpo.

O “encarceramento de crianças” sob a ótica da legalidade, sob o fundamento de leis existentes que legitimam a estada de um ser social vulnerável em estabelecimentos prisionais, num discurso de sujeito de direito e de proteção integral, não observa uma perspectiva de visibilidade desse ator social, que, segundo Pires (2011), é o mais frágil dos vulneráveis da

sociedade. Qvortrup (2013) argumenta que a criança sofre o impacto de problemas de ordem social ou econômica, mas que não tem estudo como deveria; aponta que a infância é, em princípio, exposta de forma econômica e institucional às mesmas forças sociais que os adultos, assim, a dependência convencional das crianças tem consequências para sua invisibilidade em descrições históricas e sociais.

Trago a história narrada por Dona Sílvia, 46 anos, avó de Bruno, menino de três anos de idade, informa que a criança se encontrava muito agitado ao dormir, acordava perturbado, falava só, se batia na cama. E, no momento da prisão da mãe, Bruno e Bento, esse último com um ano e sete meses, tiveram febre de imediato e, que passaram dias febris e agitados para dormir. Vejamos a fala:

O pai foi preso dentro de casa, ficaram chorando, deu febre na hora, nos dois. Bruno, ficou falando pro policial: “não mata meu pai, não!” Ele com a arma na cabeça do pai. Quando Bruno vê um policial, diz: prendeu papai e mamãe. E, o de um ano e sete meses não pode ver ninguém de preto. (...) depois, os dois ficaram dois dias com febre e chorando o tempo todo pedindo para mamar.

(...) foi todo mundo num carro, meu marido algemado com as mãos pra trás, eu algemada no colo dele; Bruno, no meu colo e o outro no colo do policial no banco da frente.

Com ênfase nos “problemas psicológicos” expressos por “febre emocional”, trago também a situação de Júlia, menina de três anos de idade que se encontrava naquela unidade prisional em visita à mãe no dia 09 de março de 2018, enquanto mexia carinhosamente nos cabelos da mãe, sua avó me falava do seu comportamento após a prisão da filha:

(...) teve febre emocional, foi para o médico. Aí, ele falou que era emocional. Ela tinha febre direto, uns cinco dias ou mais. Ela saiu da creche, fazia uns três meses na creche, não dava problemas, não chorava, não aperreava, a mãe que tomava conta da casa. Depois do acontecimento, eu levava a menina pra creche e ela chorando muito, aí, disse porque a mãe foi presa. A creche mandou para casa de vez porque a menina chorava todo dia (GUEDES, 2018, p. 43).

Nesse diálogo, observa-se o descaso da instituição estatal com os problemas enfrentados por Júlia. A criança estava muito bem na creche, a instituição, na realidade, mandou a menina embora porque incomodava com choros recorrentes devidos aos problemas oriundos da prisão da mãe. Segundo a sua avó materna, uma catadora de lixo, que sustenta a casa, que não tem tempo e condições de ficar com Júlia porque tem que sair nas ruas da cidade de G., cidade do interior do estado com 58.492 habitantes e com distância de mais de 160 Km do presídio feminino, para fazer a coleta de lixo como forma de sustento da família, pois é uma família liderada por mulheres, a criança não tem pai, pois foi assinado. Assim, o direito de a criança ter uma creche foi suprimido pelos profissionais que a representa, os telefonemas da diretoria eram recorrentes àquela avó, a ponto de ser convidada a tirar a criança da creche em que estava matriculada. O comportamento de Júlia, segundo a avó, ficou

claro que era de ordem emocional, problemas chamados recorrentemente de “psicológicos”.

Nesse sentido, é visível, a partir do contato com essas famílias, que há a falta de interesse e despreparo do Estado em atender as demandas de sofrimento dessas pessoas pobres. A “psicologização” é recorrente no presídio. As famílias das crianças têm conhecimento sobre os problemas “psicológicos” das crianças. Mas a “psicologização” não acontece como na classe média, pois a mesma não passa da forma de uma superficial compreensão, não há ação nem acesso para que as crianças tenham o gozo da atenção de uma equipe de terapia psicossocial pública.

Para finalizar, desta feita, trago o relato da agente penitenciária Yasmim, que trabalha há nove anos no sistema prisional, sobre questões de ordem emocional, aponta que as crianças devem sair do presídio aos seis meses devido ao sofrimento, alega que “perceber o que tá acontecendo é doloroso”, fala no sentido de observar a presença dos bebês no presídio. A ideia extraída nos discursos daqueles agentes institucionais, desde a direção é de que presídio não é lugar para criança, portanto, a mesma não deve entender como um “lugar bom” ou “normal”, afinal, “elas não têm culpa!”. Expressões recorrentes na fala de muitas agentes, mas que selecionada no ensejo o relato de Yasmim. Vejamos:

(...) eu nunca vou me esquecer de uma cena de uma criança de um ano e dois meses que a avó veio pegar. A criança agarrou na blusa da mãe, (gesticula) segurando e a mãe puxando, chorava a criança, a mãe e a avó, ninguém se segurou, todos nós choramos vendo aquela cena. Teve um dia que houve uma desistência de levar uma criança por causa do emocional.

A narração transmite uma cena de separação de mãe e filho causada pela expiração do prazo concedido pelas regras administrativas. Sobre esses aspectos, observei que através desse entendimento que “as crianças não são culpadas”, aqui “não deve ser visto como um lugar bom ou normal”, com base na “proteção do psicológico” dessas crianças, Yasmim entende que elas devem ficar o mínimo tempo possível. Na sua declaração, observo como reprodução sistemática de um discurso institucionalizado que para tal sedimenta-se a legitimação desse entendimento sobre a tutela do “psicológico”. Justifica o castigo das crianças ao castigar as mães com a proibição da visita?

Discorri neste capítulo sobre dados etnográficos extraídos na pesquisa, dados esses que se apresentaram em falas diversas, discursos subliminares, ocultos, “o pensar” da instituição prisional no que tange à forma de concepção que as crianças devem ter do presídio, como um lugar que “não é bom” nem “normal”, sob os argumentos da proteção do “psicológico”. Índícios que foram elididos com outros elementos, consubstanciando esse pensamento do Estado: “o presídio não pode ser um lugar bom”. Assim, justificando o pula-pula para além

dos muros, legitimando “o castigo de não fazer nada”, de não “poder limpar um mato”, de “não poder aguar uma planta”, trabalhar na cozinha é privilégio de poucas mulheres, inclusive, se houver vaga na Cela de Aleitamento, “a cela privilegiada”, essas mulheres que trabalham na cozinha podem dormir nessa cela, mesmo não estando grávida, nem amamentando. “Não fazer nada” faz “escutar vozes” na noite, na quente Cela de Aleitamento; o tempo não existe, aquelas mulheres, que só tem um lazer: ficar observando o campo de futebol.

Observo, a partir de alguns discursos subliminares de masculinização da mulher, que um batom roxo que mela os dentes, é um signo de resistência de seu lado feminino. O domingo traz a temporalidade, pois a ausência do tempo também castiga, o sábado é a ansiedade de tentar sentir-se o “eu mortificado” pelo sistema prisional, a resistência do “eu-pessoa”, do “eu-mãe”, do “eu-mulher”. As crianças que materializam a alegria e potencializam o indivíduo suprimido de sua identidade, as suas mães. Na alegria do encontro surgem outros sentimentos que são “sufocados” pelo cárcere, pois naquele depósito humano o único sentimento legitimado a sentir é a hostilidade.

As crianças “pequenas” e “grandes” são “protegidas” pelas famílias na liderança feminina da mulher, marcada pela intensa presença das avós maternas, surgem como “guerreiras”, como mulheres que sofrem a condição feminina, mas não sucumbem às regras estruturais, resistem às suas próprias condições socioeconômicas e “abraçam” a causa da família nesse sofrimento causado pelo marcador social prisão. São elas as “mainhas”, “mamães”, “mãezinhas”, são elas que fazem às vezes das genitoras, do pai ausente e do Estado patriarcal, esse último apenas se faz presente na hora do castigo.

O castigo é masculinizar, é retirar o status da maternidade, é culpabilizar pelas doenças das crianças, é “não fazer nada”, é exacerbar o “psicológico” até “ouvir vozes” que são mais audíveis na hora de dormir, “é queimar-se na frigideira” de propósito, “é colocar fogo nos colchões”. O sistema prisional é a vingança da sociedade privada, são as vendetas, é o “Sistema”, é a pena que ultrapassa os corpos dos criminosos, suprimindo o eu, atingindo a esfera de seus afetos, castigando as avós, sobretudo, as crianças.

A ilusão das avós de observarem as “crianças pequenas” como tábulas rasas, que não irão entender que o presídio feminino é uma prisão e sim o “trabalho da mamãe” ou a “escola da mamãe”, é compreensível dentro daquilo que o presídio pode ocasionar àquelas crianças, elas querem “poupar-lhes” o sofrimento. No entanto, a maior parte dessas crianças, entende. E sobre as “crianças grandes”, elas também sofrem, mesmo que não pisem naquele cárcere, elas sofrem com a ausência da mãe e com a omissão do Estado em “tratar o psicológico”.

Sobre a possibilidade de uma propositura da instituição na defesa do “psicológico” da criança, elaborando uma visão de que aquele espaço seja um lugar que “não é bom” ou “normal”, as crianças ressignificam com a sua presença, pois o encontro com suas mães é fator potencializante para esses atores sociais, também pelas dádivas encontradas. O domingo carrega em si algo que está eivado de significados, pois “a beleza do deserto é que ele esconde um poço em algum lugar” (EXUPÉRY, 2015, p. 53).

O “psicológico” das crianças que também “escuta vozes”, que tem “febre emocional”, “que se bola na cama”, “que chora na hora de dormir”, “que chora na hora de mamar”, “que brinca com pipas imaginárias”, “que bagunça a mente”, “que tem que sair da creche”, mas que resiste no amor do encontro, um grande encontro, aquele que aumenta a capacidade de potência. Na caminhada liderada pela avó materna com mãos munidas de “afetos” - a dádiva da comida - vem atrás da mesma, a criança também munida de dádivas que se carregam em sacolas que repousam na calçada em frente ao portão de chapa, momento em que “o coração aperta”, em que “se tranca o choro”, “em que sente um negócio na barriga”, mas “que chuta o portão para abrir porque quero ver minha mãe”. Afinal, “aqui, é bom porque eu vejo minha mãe”.

“Aqui é bom” consiste numa forma do sentir a potencialidade causada pelo encontro com suas mães, também com as brincadeiras entre pares. Então, “aqui é bom porque tem crianças”, “aqui é bom porque tem pessoas”, não sucumbem a realidade da pena, mas suavizam as agruras do cárcere e do sofrimento familiar causado pela prisão, tendo em vista que o domingo se diferencia por tudo que lhe está interligado: as dádivas, a criança, a maternidade suprimida que emerge ao encontro e as expressões de sentimentos sobre lençóis.

Concernente à elaboração das ideias do sistema prisional sobre as crianças entenderem que o presídio não é um “lugar bom” ou “normal”, trouxe falas da maioria das crianças que percebem o presídio como um lugar “bom”. Assim, atribuí ao fato do grande encontro com as mães. Discorri a forma de castigo em proibição da visita que reflete de forma negativa na saúde das crianças, afetando-lhes o “psicológico”. Abordei ainda que o sistema prisional com suas decisões discricionárias de administração da pena trabalha de forma subliminar para que o presídio não seja um lugar “bom” nem “normal” para as crianças. Nesse sentido, entendi como um castigo que ultrapassa os corpos daquelas mulheres, indo além do que extraiu do crime. Castigar a mãe com a supressão da visita é castigar a criança. Na possibilidade de o “Sistema” querer proteger as crianças, já que ficou claro “que elas não têm culpa”, parto do entendimento de que estão indiretamente castigando esses “não culpados”, pois não importa se presídio “é bom”, se “é normal”, se é “muito ruim”. O corolário do “bom” reside no

encontro. O amor requer encontro. “O amor é a alegria acompanhada da ideia de uma causa exterior” (SPINOSA, 2005, p. 325).

No próximo capítulo, discorrerei sobre aspectos ligados ao dia de domingo. Apresentarei os lençóis que foram observados como signos que expressam resistência, ressignificação espacial, além de outras percepções que emergem dos mesmos. Abordarei sobre dádivas encontradas naquela prisão, imbricadas com a comunhão da visita. Discorrerei, ainda, a revista dos corpos das crianças, uma prática ligada ao dia de visita da família. Mas também, farei observações da humanização e ressocialização da pena a partir do grande encontro expresso pela comunhão da visita.

CAPÍTULO IV - O DOMINGO

“A vontade de vida é a única expressão verdadeira para a essência mais íntima do mundo” (Artur Schopenhauer).

Neste capítulo, discorrerei sobre aspectos que só são encontrados no dia de domingo, são signos que estão presentes nos processos de interação daquelas famílias pobres que se encontram nesse dia específico numa confraternização familiar promovida pela visita expressos pelas dádivas observadas. O olhar antropológico do pesquisador em meio à etnografia na captação dos sentimentos expressos foi essencial nesta pesquisa, dessa forma, evoco símbolos que percebi como resistência, ressignificação do ambiente e formas de suavização das agruras do cárcere.

Ressalto que a criança em meio a todos esses símbolos extraídos da prisão, também constitui uma resistência naquele ambiente prisional, suas agências, as brincadeiras, as ressignificações espaciais, a percepção a partir do seu olhar, bem como apresentada por Luana, menina de sete anos de idade, em relação à sua visão sobre aquele presídio na forma que segue: “(...) acho aqui muito legal porque tem muita criança”. O encontro entre pares proporciona um aumento de potência entre aquelas pessoas, podendo ser sentido através do sentimento de alegria no brincar, expresso nos rostos, pelos corpos, foram minhas impressões.

A criança está imbricada com a visita, portanto, com o dia de domingo. Nesse lugar, caracterizado como uma prisão comum, em que o sofrer faz parte da objetivação da pena num discurso subliminar podendo ser observado através de condutas que violam a dignidade humana, podendo ser expressa num calor causticante de uma cela para bebês e gestantes, numa comida que dão “que nem pra porco”, dentre outros aspectos extraídos no campo.

Certo dia, conversando com Luana, memorizei a seguinte fala, segue: “aqui, no sábado, é ruim”. Há datas comemorativas na sociedade que não são realizadas naquela prisão conforme calendário oficial, por exemplo: dia das mães e domingo de Páscoa. Assim, esses dias são antecipados para o sábado. Fiquei com a curiosidade em saber o porquê do sábado de visita da família, ou seja, antecipação dessa visita, ser “ruim” para Luana, se nos domingos me diz que o presídio “é bom”. Sobre investigar a razão pela qual o sábado “não é bom”, não sei explicar porque não tive mais contato com essa criança e só depois que me veio a ideia de explorar essa fala.

Trago a percepção de Geane, 30 anos, mulher branca, com ensino fundamental completo, assistida por advogado particular, presa por tráfico de drogas, sobre o dia de

domingo, diz:

O domingo é o dia da alegria, é o dia da visita, é o dia esperado. O sábado é o dia da ansiedade por conta que chegue logo o dia de visita, todos os dias é iguais, a gente não sabe da hora, não sabe de nada, o único dia é domingo que a gente abraça os familiares e sabe um pouquinho do que se passa lá fora.

Em relação às classificações “bom” ou “ruim”, apresento através de Spinoza (2005) os ensinamentos de categorias classificatórias de bem e mal:

A primeira tarefa de Espinosa consiste em destruir os valores correntes: bem, mal, belo, feio, justo, injusto, perfeito, imperfeito. São nomes gerais, abstrações que não se referem a nada concreto. Nascem de comparações que os homens fazem entre si e entre os objetos. A liberdade nada tem a ver com tais valores ou preconceitos. Que é o bem? A consciência de que temos a nossa alegria. Que é o mal? A consciência de que temos de nossa tristeza (SPINOSA, 2005, p. 18).

Se, na visão do filósofo, “o bem é a consciência de que temos a nossa alegria”, estar no presídio, no dia de domingo, “é bom” porque o encontro da criança com a mãe faz surgir a o sentimento de alegria. “As crianças são spinosistas” (DELEUZE & GUATARRI, 2012, p. 43). O domingo é o grande encontro, aquele que emerge alegria, aumentando a potência daquelas pessoas. No entanto, não é dado a todos, pois esse domingo que discorro é o dia de quem tem o gozo da visita, pois o castigo ou a ausência da família por motivos diversos não promove o aumento de potência; olhar o outro, através das grades, numa confraternização coletiva traz frustração em meio a angústia e processo de tristeza, como Ariane fala: “aqui na Cella de Aleitamento a gente é quem menos recebe visita”. Na fala de Renata, grávida de cinco meses, diz o seguinte: “para quem tem visita o castigo é deixar de ter visita; quem não tem, retira a comida”. Sem visita não há domingo!

Apresentarei esse capítulo com tópicos específicos, objetivando discorrer sobre aspectos imbricados com o dia de domingo. Assim, iniciarei pela revista porque consiste numa das primeiras práticas para realização da visita, uma obrigação imposta para adentrar na área em que as mães ficam à espera da família. Abordarei, ainda, as dádivas e as festas que são realizadas naquela prisão.

4.1 A revista

Apresentarei esta seção discorrendo sobre a revista dos corpos das crianças no presídio feminino, extraí relatos a partir de suas próprias falas e, em relação aos bebês ou a crianças muito pequenas, a forma como se comportam em relação à revista obtive informações de suas avós maternas, pois são elas que ingressam com a criança numa pequena sala localizada no salão central, não estando acessível aos olhos de outrem, portanto, não observei sequer uma delas, mas trago a partir de relatos.

A criança que visita a mãe na prisão tem direitos violados, em alguns momentos passa

por constrangimentos, tendo que se submeter a uma espécie de *modus operandi* policial através do ato de revista, fato que pode ser observado na fala de Érica, menina de oito anos, diz: “eu não gosto da revista porque tenho que levantar meu vestido”. Nesse dia, me falou com um rostinho meio envergonhado por me narrar a respeito do assunto.

A Lei 12.964/14 garante a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial. A visita, portanto, é marcada por rituais, faz-se a averiguação dos corpos e de todo material trazido àquelas mulheres presas. Então, primeiro, investiga-se o que se traz de casa, após, o que possivelmente carregam os corpos submetidos ao escrutínio.

Trago o relato da agente penitenciária Yasmim, numa conversa informal no ano de 2018, que me fala a respeito de como realiza o ritual da revista naquele estabelecimento prisional. Observemos:

(...) na hora da revista a gente procura brincar com a criança, diz: ei, deixa a tia ver se tem bombom no bolso. A gente tenta poupar, afinal, as crianças não têm nada a ver com os erros dos adultos. Na revista, alguns são resistentes, têm medo de um detector, tem medo que olhe o bolso, o estranhamento é inicial. Tem um menininho que diz: tia vai fazer cosquinha em mim, não? E é a revista! (GUEDES, 2018, p. 43).

As agentes penitenciárias têm sido bem cuidadosas na hora de abordar os corpos daquelas crianças, segundo relato de Yasmim, mas também em conformidade aos relatos da maioria das avós, ainda, da maior parte das crianças. No entanto, não implica em não haver momentos vexatórios àquelas mulheres e a algumas daquelas crianças pelo constrangimento causado pela exposição dos corpos. A avó de Josué e Juciane revelou-me que as crianças são bem tratadas pelas agentes penitenciárias, mas que não gostava porque o neto de 4 anos, Josué, não pode vir de sapatos, é o que tem a reclamar, esclarece.

Ao analisar outros rituais de revista em presídios diversos do estudado, percebi que a proibição de sapatos é presente em outros presídios de alguns estados, como no caso do Paraná, que tem uma cartilha de visita ao familiar do presidiário e há essa proibição. O não usar sapatos tem a ver com a facilidade da revista, uma vez que sapatos fechados são lugares propícios a levar algum material observado como ilícito ou proibido, dessa forma, as crianças do presídio feminino, usam sandálias do tipo alpercatas para visitarem suas mães.

“Os chinelos do tipo havaianas são obrigatórios; nas frias primeiras horas da manhã, quase sempre são calçados sobre as meias”, aponta (GODOI, 2017, p. 199) em relação ao estudo de campo realizado nos presídios masculinos do Estado de São Paulo. Ainda sobre o procedimento de revista a que estão submetidos os visitantes dos presídios masculinos do

estado referido, trago a seguinte passagem do texto:

O corpo das visitantes é objeto de um escrutínio ainda maior. Num cubículo, sozinhas ou em pequenos grupos, diante do olhar minucioso das agentes da segurança penitenciária, as visitantes devem se despir completamente, entregando peça por peça de roupa para ser revistada. Nuas, precisam se posicionar de costas, voltadas para parede. Então, devem soltar, sacudir e erguer o cabelo, mostrar as solas dos pés e agachar uma, duas, três vezes. O movimento expõe vagina e ânus, enquanto as agentes observam se há indícios de objetos introduzidos. Quando há suspeita, mandam a visitante repetir o movimento, acocorar-se mais, fazer força, limpar algum corrimento, abrir mais com as mãos. Se permanece a dúvida, podem chamar outras agentes para verificar. A visitante suspeita, às vezes obesa, às vezes idosa, tem de ficar ali agachada enquanto as agentes fazem perguntas e insinuações, discutem aspectos de seu corpo, não se contentam com o que veem. Se a suspeita ainda insiste chamam uma escolta, conduzem a um hospital, onde ela será feita um raio X. Homens e crianças de todas as idades também passam por procedimentos análogos. (GODOI, 2017, p. 202-203).

A revista realizada no presídio feminino também é parecida no que se refere ao agachamento realizado pelas mulheres, pelas pessoas adultas ao serem observadas como suspeitas de carregarem consigo algum material proibido, tais como: celulares, bateria de celulares, drogas lícitas, como Rivotril e drogas ilícitas. A impressão que tive em relação ao ritual de revista dessa unidade prisional é que esse modelo é realizado em caso de suspeição, não ouvi relatos de crianças e de seus familiares a respeito de que essa conduta de agachamento ocorrera com os mesmos.

Na etnografia realizada em presídio por Biondi (2010), aponta que pessoas adultas são obrigadas a retirar as vestes, ficando, apenas, de roupas íntimas e, no caso, de suspeição de ingresso de material ilícito na prisão através do uso do corpo a conduta comum é se despir totalmente e praticar agachamento por algumas vezes. Esses relatos da autora condizentes ao verificado no trabalho de campo de Godoi (2017) foram também observados por mim, quando um dia me encontrava no presídio masculino da cidade metropolitana em que fiz campo, quando uma agente me disse em relação a uma visitante: “eu percebi que ela carregava alguma coisa, toquei na frente, na vagina dela, apalpei, não senti, então, mandei se agachar três vezes, vi que tava no ânus. Tinha muito droga e comprimidos Artame”, recordo.

No presídio feminino, às meninas, em sua maioria, é requerido que levantem as saias ou vestidos. Caso estejam de shorts, os bolsos são investigados, assim, também, realizado nos meninos e, há a proibição de usar sapatos fechados. Já, a revista de bebês é realizada da mesma forma, sendo que as fraldas que estão vestindo são descartadas, em seguida, substituídas por outras, também de propriedade da criança, fraldas trazidas de casa. Conforme relato da tia materna de Laís, menina de um ano e seis meses que narra a revista do corpo da criança naquela unidade prisional, segue: “ela, na sala de revista, pede para sair, tem medo do detector de metais, ela chora. Na revista, retira a fralda dela e coloca outra fralda dela

mesma”. As crianças são constrangidas à revista, por mais que estratégias sejam utilizadas pelas agentes para “suavizar” essa conduta, há resistência em algumas crianças, sabemos que tal prática parte de um *modus operandi* policial.

Para Sarmiento (2004) as crianças são as mais vulneráveis socialmente, haja vista que são mais complexas suas condições de existência. A vulnerabilidade dessas crianças a ponto de se submeterem à revista, por mais que se empreguem “sutilezas”, na maior parte dos casos, é uma abordagem policial ao corpo, cuja consequência pode ser de ordem diversa, principalmente, a depender da reação de cada criança, como ela observa esse ritual e como ele é realizado na sua forma “sutil”, vexatória ou violenta.

As opiniões das crianças grandes são diversas, elas dizem ser “ruim”, “boa”, “nada”, “normal”, “estranho”, “desnecessária” ou “um absurdo” a revista de seus corpos. Esclareço que a minha pergunta em relação a esse ritual é bastante clara e direta, realizo dessa forma: o que você acha da revista? O “ruim” ou “bom” obtidos como respostas não fazem parte de minhas indagações realizadas na pesquisa, essas categorias foram apresentadas pelas crianças. Vejamos na fala de Vitória, menina de seis anos, segue: “acho bom porque é para olhar o que o outro é pra trazer, o que é pra entrar ou o que não é pra entregar”. Já, Ângela, menina de cinco anos, diz: “acho estranho, é só isso”.

Trago algumas percepções selecionadas que obtive de algumas crianças sobre a revista naquela prisão, seguem: Cauã, nove anos - A revista? “boa”; Cauê, sete anos - E a revista? “muito bom”. Já, Gorete, criança de 12 anos - E sobre a revista? - “isso é um absurdo! Como é que uma criança vai levar uma coisa para dentro? Tem alguns que ficam apitando, aí, eles acham que a gente tá levando alguma coisa, aí, isso que chateia, mas isso não aconteceu comigo”. Em relação a Everaldo, 12 anos – E a revista, o que acha? - “Não sei o que dizer”. E o detector de metal? “Eu acho bom porque não pode trazer nada de errado, pois se trazer não pode ver a mãe mais”. Trago o exemplo de Luana, criança de sete anos, que diz: “muito ruim, eu odeio quem mexe nos bolsos de minha roupa, tenho raiva”. Em relação a Érica, oito anos de idade, responde-me assim: “não gosto porque manda levantar o vestido, só por isso e não gosto do detector de metal que fica apitando”.

Em relação aos bebês ficou esclarecida a percepção sobre a revista de que a maioria deles tem medo do detector de metal, os relatos fazem alusão de choro no momento em que esse instrumento é passado perto do corpo. Na fala da avó de Caroline, menina de 1 ano e nove meses, diz: “Na hora da revista, ela fica estressada. As meninas [as agentes] são muito boas, são muito atenciosas, abraçam, mas ela tem medo do detector de metal”.

Já, Adriana, menina de 2 anos, conhecida por “Xodó do Presídio”, segundo relatos de

Eduardo, agente penitenciário, relata que essa criança participa de forma tranquila, diz com admiração: “(...) na hora da revista, ela tem todo procedimento, as agentes femininas contam, ela já sabe o local, o caminho, ela sabe tudo, abre o bracinho para passar o detector de metal, sabe todo o procedimento. Ela nasceu aqui, se eu não me engano!”. O interlocutor não participa das revistas dos corpos, pois são as agentes mulheres que são incumbidas dessa atividade.

Entendo que a revista dos corpos das crianças é um quadro que demonstra vulnerabilidade, mesmo que se empreguem as narradas “sutilezas”. Embora algumas crianças observam-na como um evento negativo; outras, não.

Em relação à Alana, menina de 9 anos, fala sobre a revista a que é submetida para que visite a mãe, diz: “eu tenho vergonha porque, às vezes, é mulher, mas é policial, mas pode ser safada. Eu acho estranho, mas nenhuma foi safada”.

Sobre a revista realizada nas crianças, o depoimento que mais me marcou foi o dado por Gorete, menina de 12 anos, quando estávamos sentadas conversando na área de visita. Nesse dia, fala sobre a revista, fazendo essas declarações: “quando eu chego no portão, eu fico nervosa, eu fico tremendo, eu fico com medo da gente entrar e, na hora da revista, eu fico mais tranquila, mas, às vezes, eu não fico, tenho medo do negócio apitar”. Nesse momento da fala, pergunto se aqueles agentes de segurança a tratam bem, assim, responde-me: “mais ou menos”.

Nesse diálogo, passei a pedir que me descrevesse sobre a revista em seu corpo que se realiza naquele espaço prisional, então, transcrevo meu diário de campo na fala prestada por Gorete. Vejamos:

Uma vez que eu vim, elas mandaram abaixar a calcinha, mandou tirar a blusa. A calcinha eu não me senti bem porque eu não gosto de mostrar minhas partes íntimas para ninguém e é isso! - Eu disse: não, eu não gosto. Aí, eu não abaixei. Aí, ela abaixou, ela pegou aqui, tipo, puxou o elástico da frente e olhou o de trás e disse “tá bom” - Eu me senti constrangida, me senti com vergonha, porque isso nunca aconteceu comigo. Ninguém nunca tocou nas minhas partes íntimas. Se vim, eu não deixo. Eu falei que não gosto de baixar minha calcinha.

Quando eu entro, é tipo, quando eu entro naquele portão. Não sei, Núbia, fico tipo, Meu Deus, o que tá acontecendo comigo? Mas eu não demonstro pra ninguém. Eu tenho medo daqueles policiais falarem que eu tou levando alguma coisa. (domingo, junho de 2019).

Gorete, menina de 12 anos, tem mamilos que estão aparentemente se desenvolvendo, um corpo que se inicia a puberdade, numa idade de liminaridade entre criança e adolescência. Pergunto-me o porquê de ter sido mandado a Gorete a “abaixar a calcinha”, se não foi requerido a outras crianças, segundo meus relatos obtidos. Será o fato de estar uma quase adolescente ser para aquela instituição mais susceptível a trazer algo proibido consigo? Será

que não a veem mais como uma criança? Que critérios são utilizados nesse momento? Se houvesse uma suspeita, não mandariam que a mesma se agachasse conforme as práticas existentes? – são as minhas inquietações sobre a forma de submissão e exposição desses corpos.

A visita não constrange apenas algumas crianças no sentido de exporem seus corpos, no levantar de saia, no passar do detector de metal ou no “baixar as calcinhas”. Recordo-me de um domingo em que estava na sala de aula com Júlia, menina de sete anos, perguntei sobre o que achava da revista, sem falar de si, diz-me: “meu irmão, hoje, ficou rindo porque quando a minha avó abaixou o short, meu irmão ficou rindo. Foi muito engraçado!”. Nesse momento, o irmão que também estava na sala de aula ri muito, ambos deram gargalhadas sobre o episódio vexatório da avó materna.

A proibição não se dá apenas pelo ingresso de material ilícito; o material proibido é decisão discricionária, com base na concepção dos agentes da unidade prisional. Faço registro de que materiais que promovam “um passar tempo”, como algum jogo de entretenimento seja proibido. Observo na fala de Gorete, diz: “tia, eu queria te pedir uma coisa, mas tou com vergonha”. Assim, dada a minha insistência a respeito do que queria, digo-lhe: “pode pedir, se eu puder, fique à vontade”. Então, Gorete continua a fala: “pra semana é o aniversário de minha mãe, eu queria dar um dominó pra ela, mas não vai entrar. A senhora pode trazer o dominó?”.

Esclareço ao leitor que tive uma impressão de que muitas respostas em relação à visita, principalmente por parte das “crianças grandes”, foram pensadas antes de serem emitidas, não no sentido de inventarem fatos, mas em serem cautelosos em relação às respostas. Assim, a primeira impressão dessa possível desconfiança foi com Everaldo, 12 anos de idade, senti que quando me respondera que “não sei o que dizer”, mas sobre o detector de metal diz: “Eu acho bom porque não pode trazer nada de errado, pois se trazer não pode ver a mãe mais”. Então, senti, nesse momento em que me relatou que tem medo do detector de metal apitar, pois sente que se assim acontecer não terá mais direito de ver a mãe. Assim, senti a possibilidade de que haja uma elaboração desse medo nas práticas discursivas da instituição.

Relatos dados como o de Adriano, oito anos de idade, que diz a respeito da revista: “sinto nada, as polícia são boa. Se a gente tiver alguma coisa aumenta o castigo de minha mãe”. Ouvir esse relato dessa criança e comparando com a fala de Everaldo, ambos intensificam minhas desconfianças de que há, naquela prisão, construções de medo tentando o controle dos corpos daquelas crianças no sentido de que não usem seus corpos para ingresso de nenhum material proibido.

Observo que há possibilidades do “Sistema” utilizar de mecanismos estratégicos para evitar esses constrangimentos ou violências nesses processos vexatórios de investigação dos corpos das crianças, construo a ideia a partir do portal de detector de metais que vi as mulheres passarem antes de retornarem às suas celas, momento em que poderia ser realizada a revista das sacolas que ingressam com as mesmas, pois, nesse momento, entendo que são seus materiais que ingressam que podem ser revistados e seus corpos que devem ser revistados, afinal, tomando emprestada a fala da agente penitenciária Yasmim, “as crianças não têm culpa!”.

A partir da revista e de outras formas extraídas da prisão, percebe-se que o sofrer elaborado pelo sistema carcerário aos apenados deve ser extenso às suas famílias. Assim, sofrem as mães, as avós e as crianças por todos os mecanismos hostis correlatos a ambientes prisionais, sendo a revista um deles, portanto, não traçar ideias para evitamento de violência na revista dos corpos não está na pauta dos projetos da administração carcerária, pois sofrer faz parte da pena.

Deleuze (2015), em conversa com Foucault (2015) sobre sistemas prisionais, traz a importância de se ouvir a criança como exemplo de mudanças na estrutura social:

(...) se as crianças conseguissem que seus protestos ou simplesmente suas questões, fossem ouvidos em sua escola maternal, isso seria o bastante para explodir o conjunto de sistema de ensino (...). A meu ver, você foi o primeiro a nos ensinar – tanto em seus livros como no domínio de sua prática – algo de fundamental: a indignidade de fala pelos outros. Quero dizer que se ridicularizava a representação, dizia-se que ela tinha acabado, mas não tirava a consequência dessa conversão “teórica”, isto é, que a teoria exigia que as pessoas que elas concernem falassem por elas próprias (FOUCAULT, 2015, p.132-133).

Esse diálogo entre esses teóricos, diz respeito ao funcionamento do sistema prisional, a alusão que Deleuze (2015) faz sobre as crianças na participação da gestão e funcionamento do sistema escolar, comparando esses sistemas, fazendo referência à ideia positiva que seria para a mudança do sistema carcerário caso se ouvissem os presos. Nesse sentido, digo, a fala do interlocutor deve ser valorizada, a mudança na estrutura prisional deve ser observada não através de uma escrita advinda de um pesquisador ou de um gestor numa fala representativa, mas sim da visão do próprio detento. Nesse caso específico, com base no pensamento deleuziano, entendo que as mulheres e as crianças do presídio feminino ou de outros quaisquer estabelecimentos prisionais devem ser ouvidos sobre as questões concernentes ao modelo de gerir presídio. Se eu que estou lá observo uma possibilidade, elas têm muito mais visão sobre possíveis formas, pois são elas que são revistadas, são elas que estão imersas nesse contexto de sociabilidade. Finalizo com um trecho da conversa de Deleuze (2015) “as crianças sofrem com uma infantilização que não é a delas (...)” (FOUCAULT, 2015, p. 135).

O convívio com aquelas famílias, nos domingos, foi suficiente para entender a importância da visita como um recurso ressocializador. A humanização da pena pode ser observada como um viés de ressocialização. Os cursos e os trabalhos ofertados pelo sistema prisional são insuficientes, não se estendem a todas as prisioneiras, tendo em vista que apenas privilegiam uma minoria. Há no presídio feminino uma fábrica de bonecas explorada na sua forma midiática, inclusive, participa de feiras nacionais de artesanato. Nela, laboram apenas cerca de quinze mulheres. No presídio, houve também um curso de doceria com parceria com o SENAI que participou um número ínfimo de mulheres em relação à população carcerária, apenas “as que têm jeito com doces” ou “as de bom comportamento”. Os trabalhos existentes na limpeza ou nas cozinhas daquela unidade prisional não os observei com o cerne ressocializador, mas como “um passar tempo”, tempo esse pouco explorado pela instituição, não porque “presa é preguiçosa”, mas porque “não fazer nada” faz parte da falta de interesse do Estado no resgate da dignidade da pessoa humana extraída pela pena. Assim, “não fazer nada” torna a reprimenda mais árdua, faz parte do castigo que ultrapassa a dosimetria da pena, ultrapassando os corpos.

Nesse sentido, observei que a forma mais sólida de humanização da pena veio daquelas famílias alijadas, são elas que, mesmo de forma inconsciente, resistem à transformação do eu intentada pelo sistema carcerário. Assim, fazem através da comunhão da visita e com todos os elementos positivos que se interligam à mesma, tais como as dádivas ofertadas. Com solidez, com base na etnografia, observo que a visita consiste na melhor forma de ressocialização do preso naquela prisão encontrada.

4.2. Lençóis: símbolo de resistência

“O signo (...) é a primeira coisa sentida e não intelectualizada ou reconhecida”. (Deleuze, Gilles, p.54).

Anteriormente ao início da pesquisa, já conhecia o presídio feminino, e também conhecia os presídios masculinos da cidade, mas nunca estive nos dias de visita, no domingo, dia comum a esses presídios da visita da família. Assim, em relação ao presídio feminino, apenas conhecia o “lado de fora” e a primeira sala que a denominei de salão central.

Ingressei no interior desse estabelecimento prisional no dia 30 de janeiro de 2018, andando pelo campo de futebol, caminho acessível às celas, fui primeiro na Cela de Aleitamento, observando toda a passagem daquele lugar com paredes brancas pintadas de cal com nuances de mofo nos muros das paredes. Vi uma igreja que não tem denominação, mas que é visivelmente pertencente à linha evangélica, de paredes pintadas de cor laranja, uma

porta de vidro, localizada entre o muro e o campo de futebol, uma construção moderna e bonita, chegando a destacar daquele cenário. Tempos após, ouvi “foi construída pela Igreja Universal”.

Nesse dia de início à pesquisa, na terça-feira, o que mais me chamou a atenção foi o barulho que vinha das celas, um som que nunca observei em minha vida, pois nunca estivera no interior de um ambiente prisional junto às celas. Foi algo novo para mim, sons que não se distinguem por si mesmos, pois eram falas de diversas mulheres junto às canções do tipo gospel, forró, músicas populares, mulheres que cantavam e som de rádio ao mesmo tempo, era uma “mistura” de tudo isso. Percebi um estranhamento, acredito que algo novo aos meus ouvidos, foi a junção de muitos sons. Tempos após, no último dia de meu contato com Jaciara disse-me: “o pior daqui é a zuada”.

Nessa terça-feira, percebi que não era um dia muito viável para realizar uma pesquisa com crianças. Na época, na Cella de Aleitamento não havia nenhuma criança. Havia uma única mãe, Adriana, uma jovem de 23 anos, cujo filho de dois meses estava internado com uma pneumonia, mas, apesar da internação do filho continuou na cela, pois não lhe foi dado o direito de acompanhá-lo, direito esse, formalmente, legítimo à criança. Nesse episódio, observei que os dias de semana não eram propícios para realização da pesquisa devido à ausência das mesmas, pois sua presença está iminentemente imbricada com o dia de domingo, dia de visita da família.

No domingo, encontrei um cenário que sequer vislumbrei, causando-me afetação em campo. Ao ver aquelas famílias se confraternizando sobre lençóis que forravam o chão da área de visita, lençóis na maioria de solteiro, que são trazidos de casa e trocados mensalmente, lençóis coloridos, alguns lisos e surrados. Neles, repousam as pessoas, as comidas e as almofadas trazidas de casa. Neles, se dá toda a dinâmica e interação social do dia de visita. Observei que eles me comunicavam algo, percebidos como signos, uma comunicação relacional (BARTH, 1992).

Na Cella de Aleitamento, observei uma jovem grávida, de cor branca, de classe média baixa, com ensino médio incompleto, filha de um tenente da polícia, possuía plano de saúde privado, dizia falar inglês e espanhol, essa jovem, ao ver a mãe na hora da visita, correu e pegou um colchonete de acampamento. Esse artigo diferenciava dos lençóis, mas tinha a mesma finalidade de repousar os corpos e as dádivas sobre o mesmo.

Percebi, em relação aos lençóis, o lar num aspecto de territorialidade que atomizava família, vi circunvizinhança nos seus confinamentos, sacralidade que emerge do lar. Além disso, percebi família em confraternização. No dia de minha afetação, foi o segundo dia em

compareci naquela prisão. Ao ingressar na área de visita daquele cárcere, vi muitas pessoas reunidas sobre esses lençóis. Meu imaginário não vislumbraria aquilo que minha percepção alcançou, não imaginei que em um presídio houvesse pessoas sentadas e deitadas em lençóis forrados no chão, numa dinâmica que reflete a simbologia de um lar, uma confraternização familiar sobre esses lençóis, muita troca de toques de mãos, mãos que acariciam cabelos, corpos, cabeças que repousam nos colos junto ao colorido de comidas diversas, potes plásticos coloridos, frutas de todos os tipos, almofadas surradas, bordadas, pintadas, risos e choros que se alternam.

Os lençóis representaram meu deslumbre em campo, acrescido de tudo que repousa sobre eles. Acredito que esse encantamento veio da reunião de pessoas, a afetação em observar a alegria marcada pelo encontro. No meu imaginário, pensei que, apenas pudesse encontrar dor e tristeza, sentimentos inerentes ao espaço hostil de uma prisão. A interação do dia de domingo se dá sobre esses lençóis, assim, remeter aos mesmos é falar de emoções, de dádivas, de signos de resistência, de afetos, de família. Os lençóis estão eivados de significados, são espaços ressignificados do ambiente hostil do estabelecimento carcerário.

As crianças que encontramos no presídio feminino estão interligadas com o tipo de regime fechado, também com o dia de domingo. Nesse dia, há rituais diferentes na visita, mas apenas as mulheres que se encontram em regime fechado interagem sobre esses lençóis. As mulheres que não estão em regime fechado, no domingo, ficam em calçadas, também, não recebem visitas, elas estão no regime aberto ou semiaberto. Mas os atores sociais que trago na pesquisa no domingo que etnografei estão essencialmente imbricados com o regime fechado. O signo lençol, as dádivas percorridas refletem à reclusão.

A alegria vem de diversas formas, observo que uma de suas relações está alicerçada no encontro daquelas mulheres com as crianças. A sociedade é um produto de encontro de pessoas, cada indivíduo deve garantir ao outro aquele máximo de valores sociáveis (alegria, liberação, vivacidade) compatível com o máximo de valores recebidos por esse indivíduo. (Simmel, 2006). Percebo o encontro entre aquelas pessoas como uma forma de resgatar a própria dignidade, de resistir à desumanidade. Para Spinoza (2005, p. 17) “o *conatus* é o esforço para perseverar na existência, poder para vencer os obstáculos exteriores a essa existência, poder para expandir-se a realiza-se plenamente”. Assim, observo a comunhão da visita no dia de domingo naquela prisão, entendendo que a visita promove o *conatus* para aquelas famílias que sentem alegria no dia de domingo.

4.2.1. Os lençóis: uma economia moral e a ressignificação espacial do presídio feminino

Lençóis são artigos bastantes presentes nos presídios. Na etnografia do domingo no presídio feminino, ao ver os lençóis que forram o chão da área de visita, percebi que toda dinâmica e interação social naquele ambiente e dia específico aconteciam sobre os mesmos. Há uma diferença da simbologia dos lençóis encontrados no dia de domingo nesse estabelecimento prisional com os encontrados no presídio masculino da capital. Sobre esse aspecto, observo através dos relatos de Jaciara, mulher negra de 31 anos de idade, presa por tráfico de drogas, fala sobre a visita que fazia ao marido antes de ser presa:

Nas visitas íntimas nos presídios masculinos, quando a visita entra o companheiro de cela abaixa a cabeça. No masculino, no dia de visita, entra na cela pai, mãe, menino, periquito, mesmo no dia da família. A família fica no corredor entre as camas e a mulher fica com o preso na caxanga.

Nesse sentido, Jaciara faz alusão aos dias de domingo, o termo usado como “caxanga” foi-me explicado como sendo um lençol que serve como uma espécie de cortina para dar mais privacidade aos presos que fazem sexo nas camas de concreto nos dias de visita da família. Assim, diferindo totalmente dos dias de domingo das mulheres do presídio feminino.

Na quarta-feira, tanto no presídio masculino quanto no feminino é o dia destinado para visita íntima, mas, no caso dos homens há a possibilidade de ter encontros íntimos nos domingos e para isso é usado a “caxanga”.

Assim, concebo a “caxanga” - lençol usado nos dias de domingo no presídio masculino - uma ressignificação espacial, uma forma de transformação de uma privacidade de um casal em relação à família e às crianças em visita no interior da cela. Sobre esse aspecto relativo à privacidade, traço o pensamento de Norbert Elias (1994):

O quarto de dormir tornou-se uma das áreas mais “privadas” e “íntimas” da vida humana. Tal como a maior parte das demais funções corporais, o sono foi sendo transferido para o fundo da vida social. A família nuclear continua a ser o único enclave legítimo, socialmente sancionado para esta e muitas outras funções humanas. Suas paredes visíveis e invisíveis vedam os aspectos mais “privados”, “íntimos”, irreprensivelmente “animais” da existência humana, à vista de outras pessoas (Elias, Norbert, 1994, p. 164).

A pesquisa é realizada num ambiente em que não se observa o lençol nesse sentido da “caxanga”, mas trouxe essa fala de Jaciara por entender a importância de observar diferenças de dinâmica social em que as crianças podem ser encontradas. Na visita do presídio masculino, as crianças estão presas numa cela, num corredor entre camas, dividindo o espaço com comidas trazidas de casa e com os familiares. Assim, numa análise entre o que representa os lençóis na prisão feminina e na masculina, podemos inferir que, no presídio dos homens, a “caxanga” exclui as crianças. No entanto, a “caxanga” no cárcere feminino realiza a

maternidade. “Com base nas condições e nas necessidades práticas, nossa inteligência, vontade e criatividade e os movimentos afetivos, elaboramos o material que tomamos do mundo”, aponta Simmel (2006). Os lençóis encontrados nesses distintos espaços possuem simbologias até que correlatas, uma vez que a “caxanga” dá à cama de concreto a privacidade de uma parte do lar - o quarto - já, os lençóis, no presídio feminino têm configuração de lar em sua totalidade.

Naquele espaço eivado de hostilidade, percebo os lençóis como uma forma de resistência àquela estrutura prisional, mesmo que, às vezes, observado no sentido de ser “uma humilhação, a família chega e não tem onde sentar”, conforme Jaciara. As percepções daquelas mulheres, em sua maioria, relativas aos lençóis que forram o chão da área de visita são positivas.

Segundo Barbosa (2015), a pertença consiste em registros únicos de experiência e significação mediante trocas materiais e simbólicas entre indivíduos sociais localmente situados, indivíduos munidos de mapas cognitivos e emocionais que permitem leituras e visões de mundo em um lugar de fala próprio. Nesse sentido, trago a ótica de Koury (2003): “Ao lançar um mapa sobre um universo simbólico específico que forma um mundo comum, cada indivíduo socialmente, se reconhece e reconhece o outro real e simbólico, que dele e por ele emergem, enquanto semelhança, ou enquanto diferença, ou enquanto ambos”. A fim de que vislumbremos os lençóis analogamente como um lar, trago o pensamento de Norberg-Schulz (1991) que aponta que podemos jogar luz sobre os símbolos rituais e políticos ao considerá-los não como sistemas abstratos atemporais, mas como produtos temporais socioculturais.

Em 2019, em contato com Mirtz, uma jovem presa por tráfico de drogas, de cabelos pintados, vermelhos, sorriso nos lábios, faltam-lhe alguns dentes frontais, sempre se apresenta com a boca pintada de batom roxo e sombras de mesma cor, mãe de um menino que sempre a visita, Luís Victor de 4 anos de idade. Numa conversa, resolvi perguntar sobre o que aquele lençol representava para a mesma. Na fala, de forma rápida, sem precisar pensar no que responde, diz-me: “a família!”. Percebi, nesse instante, alegria que emanava em resposta, vi-a através do corpo. Então, em seguida, passei a perguntar sobre o que representava aquela comida que se encontrava sobre o lençol, escutando isso: “lembranças!”. Nesse sentido, comida e lençol encontram-se simbolicamente imbricados numa analogia ao lar.

Em relação aos sentimentos de algumas daquelas crianças, mulheres e avós maternas foram observadas pela sinalização de seus corpos. Koury e Barbosa (2016) apontam que Keltner & Buswell, principalmente, usaram a expressão facial como forma de medir a

emoção. Observei muito sentimento de tristeza, mas também de alegria no presídio feminino através das impressões que tive sobre as emoções emitidas e extraídas daqueles corpos.

Os processos primários e as catarses do humano podem ser observados em meio a símbolos. Os lençóis que forram o chão da área de visita do presídio feminino, que demarcam territorialização, podem ser concebidos como uma forma catártica. A intencionalidade transmite, mesmo inconscientemente, uma perceptividade de suavização das agruras do cárcere.

O espírito do lugar ou *genius locci*, importa que todos os lugares têm seu *genius* ou seu espírito guardião, esclarece Norberg-Schulz (1991), afirmando que esse espírito é a sua identidade, a sua essência, é o que caracteriza em termos qualitativos um determinado lugar - designa o que é ou que deseja ser- um suporte existencial, é construído pelo homem na sua relação com o meio, através da percepção e do simbolismo. Para o autor, o lar é um espaço mental, dessa forma, a casa seria o corpo e o lar seria a alma. Nesse sentido, o signo relativo aos lençóis que reflete territorialidade, apresenta, naquela ocasião, um mundo em que delineia um melhor sobreviver, foram minhas impressões.

Nesse sentido, observei os lençóis que forravam o chão da área de visita daquela unidade prisional como uma forma de trazer para as prisioneiras um lugar próprio, familiar, lugar eivado de sentimento de pertença, de expressão do feminino, do materno. Vi naquelas pessoas, em específico, naquelas mães, a alegria em receber seus filhos, na maioria, crianças, pois se tratavam de mulheres muito jovens.

As crianças chegam na área de visita na companhia de suas avós maternas, com sacolas nas mãos repletas de frutas, biscoitos, bolo fofo, refrigerantes de cor clara, comidas caseiras, como feijão, arroz, macarrão, farofa, rocamboles de carne, frango assado, também trazem almofadas. Percebi em relação à comida que o macarrão com frango é uma “preferência”. Em relação à bebida, não verifiquei de cor escura, associei à questão para não ingresso de material impeditivo, pois, assim, se dava com a proibição de entrar com o chocolate negro, pois só o chocolate branco é permitido. Nesse momento de entrada, as mães quando as veem já se encontram com os lençóis nas mãos e, com sorrisos nos rostos, estendem-nos no chão.

O desconforto da área de visita está aparente por não ter nada além de um chão áspero e um telhado, não havendo, portanto, lugar suficiente para se sentar ou sequer uma mesa para alojar as comidas trazidas pelas famílias. Nas mãos, comiam segurando seus pratos, sentados, dividindo o pouco espaço com familiares, almofadas e bastante comida, numa quantidade que me causou espanto.

A beleza do colorido advindo das diversas frutas, dos potes plásticos de comida que emergia era encantador; acrescento ainda que o mais enfático que se extraía em meio àqueles lençóis eram os sentimentos, sobretudo, ao que concerne a alegria. Coelho (2011) cita Lutz e White no sentido de evocar a contribuição que a etnografia pode fazer para o estudo da emoção, principalmente, em relação ao “modo como as pessoas atribuem sentido aos acontecimentos da vida” (COELHO, 2011, p. 428).

Os lençóis também evidenciaram um nivelador de marcador social de pobreza. Naquele ambiente de prisão, caracterizado pela sociabilidade de pessoas pobres, sobretudo, mulheres jovens, negras e perceptivelmente analfabetas, facilmente observada pela fala. Há diferenças de níveis de pobreza, observo através da comida trazida pelos familiares, também, pela forma como acondicionam a mesma, a qualidade dos potes plásticos. Observei ainda que almofadas fazem parte de um artigo comum naquela prisão, há núcleos familiares que têm almofadas surradas, rasgadas, algumas são delicadas, inclusive, bordadas e pintadas à mão.

O lençol que forra o chão num ritual em que aquelas mulheres quando recebem sua família com sorrisos largos nos rostos, com dentes melados de batom, muitas sem dentes ou com pouco deles, fez-me observar como um enfrentamento daquele grupo desvalido, alijado da visibilidade social, o denominado grupo subalterno. Observo também como forma dessas mulheres comporem possíveis enfrentamentos característicos das minorias sociais, concebendo agenciamentos, estabelecendo resistência ao centro de poder. A forma simbólica de resistência ao poder através do signo expresso pelo lençol nesse contexto social específico consiste numa forma de criatividade humana. Segundo Deleuze, a criação de mundos está implicada em nossa experiência, aponta que não há obra que não indique uma saída para a vida, que não trace um caminho entre as pedras.

Para Zourabichvili (2016, p. 23), “a força não é somente potência afetante, mas potência afetada, matéria ou material sensível sobre o qual se exerce uma força”. Percebo, ainda, os lençóis do presídio feminino como força, enfrentamento numa forma eufemizada, forma de atenuar as agruras do cárcere, de expressar a maternidade suprimida pelo aparelho estatal nas sanções penais que transformam pessoas através de um sistema punitivo que ultrapassa os corpos, causando a mortificação do eu, dos processos de supressão de identidade, tais como: a masculinização das mulheres pelo cometimento de crimes, por conseguinte, na incorrência da supressão da maternidade. O “Sistema” objetiva reificar aquelas mulheres, intenta a despersonalização através de práticas que destituem como sujeitos. Assim, tornar aquelas mulheres masculinas é um processo gradativo para se chegar à mortificação do eu, promovendo como meio o luto da maternidade. Os bermudões que fazem

parte do vestuário daquelas mulheres, não têm nenhum traço de feminilidade, o modelo que trazem como fardamento caberia também para homens, pois não há nessa farda traço que dê como roupa específica para mulheres.

O signo *lençol* foi apresentado como forma de resistência, mas também, apresento-o como uma economia moral sedimentada naquele espaço de socialização de pessoas alijadas. Com base no pensamento de Fassin (2009), a economia moral corresponde a um sistema que ultrapassa mais que a regra econômica, pois consistem em regras de boa vida, justiça, dignidade, respeito, em geral, reconhecimento. Nesse sentido, poderíamos evocar uma resistência com respaldo no pensamento nas formas cotidianas dos grupos alijados de visibilidade social.

O contexto moral, no pensamento do autor citado, com base num dos conceitos revisitados, a exemplo de Scott (1985) na análise da resistência camponesa, a economia moral infere na parceria, celebração, condução para ter encontros cotidianos. Nesse sentido, respaldo meu olhar sobre os lençóis que forram o chão da área de visita do presídio feminino para ter encontro aos domingos. Neles, observa-se uma forma de resistência que se dá nesse dia específico. Através deles, podemos perceber a solidariedade e as trocas ocorridas entre iguais, tais como: a comunhão da visita e a dádiva da comida, essa, segundo Jaciara, “depois da visita, é a melhor coisa”. Os lençóis propiciam a reunião das dádivas, também, dos sentimentos expressos por aquelas pessoas que interagem numa dinâmica social que se dá sobre os mesmos. Neles, vi muitas crianças dormirem um sono profundo, algumas com a cabeça escorada em almofadas; outras, quase que em contato com o chão áspero de tão finos e velhos. No entanto, são os lençóis que abraçam o sono profundo do cansaço daquelas crianças. Observá-las dormirem naquele chão áspero que não estava protegido da sua rispidez, causava-me comoção. Vi desconforto material e descaso com as crianças naquela cena, mas também vi o descanso demarcado pela territorialidade dos afetos.

Nos lençóis, muitas crianças dormem sonos profundos motivados pelo cansaço da viagem, como no caso de Jasmin, menina de três anos, que vem da cidade de G., a 42 km da cidade metropolitana, na companhia de sua avó materna que sustenta a família trabalhando como catadora de lixo. O lençol dessa família é sempre o mesmo, surrado, tão fino, chega a ser transparente, acredito que elas sentem o chão na sua forma literal.

Os encontros em meio aos lençóis emanam sentimentos de alegria, observados naqueles corpos. Para Spinosa (2005, p. 323) “(...) entre o ato de desejar e o objeto desejado, deixa de haver distância para haver união”. Assim observo as emoções das crianças nos dias de domingo no presídio feminino. Alegrias expressas por “o bebê faz um show quando entra”,

pelo corpo e pelos próprios relatos. Estar alegre pelo encontro com as mães, também, pelo que pode ser realizado naquele ambiente, a exemplo de brincar com seus pares, expresso nessa fala: “eu gosto daqui porque tem pessoas” (Rodrigo, 4 anos).

A área de visita, lugar forrado por lençóis, fica bastante próxima ao “muro do fundo” do presídio. Percebi, ao me encontrar sentada nessa área, que tive um estranhamento com aquela dinâmica de um encontro feliz com crianças, mães e demais familiares, tão próximos a um muro que estava envolto a arames farpados e uma guarita acima do mesmo, pois aquele cenário alegre contraditava com o ambiente vigiado. Esse é o cenário de um domingo.

Para Geertz (2008), a cultura deve ser entendida como formas simbólicas públicas, formas que tanto expressam como modelam significados para atores engajados no fluxo da vida social, assim, como sistema público de símbolos. No presídio feminino, foram observados signos que davam àquele ambiente uma ressignificação; os lençóis é uma simbologia eivada de sentimentos e emitem a ideação de territorialidade e de pertença, a sacralidade do lar. Inicialmente, cheguei a perceber como análogos a ilhas, pelo aspecto de sua territorialidade e atomização familiar.

A sacralidade simbólica do lar que me fazia andar na área de visita entre essas “ilhas” com as “pontas dos pés”, num comportamento inconsciente, com cuidado para não pisar em suas bordas, tendo em vista que já havia internalizado essa comunicação de sacralidade. Percepção que foi potencializada ao ver Luana, menina de 9 anos, ao tentar me abraçar, não pisou no lençol de uma família, contornou-o e só assim veio ao meu encontro abraçar-me. Nesse momento, em que a criança não pisa no lençol, contornando-o, percebi o respeito que se dá àquele signo.

O meu deslumbre com os lençóis, com as “ilhas” dentre tantos aspectos, foi essa impressão de encantamento que veio da ressignificação daquele espaço, uma forma sutil de resistir, pelas arestas, pelas brechas, num devir que resiste sem confrontar o centro de poder, mas age pelas lateralidades, uma maneira de transformar o cárcere e extrair da miséria da vida algum significado positivo, pois estar numa prisão mesmo como pesquisadora não deixa de dar ar de sufocamento, há a sensação de enclausuramento. Mas não senti mais desde que compareci aos domingos e me encantei com os lençóis, sobretudo do que repousava sobre os mesmos: alegria, amor, companheirismo, a rendição ao cansaço na forma de sono e fartura de comida.

É preciso compreender os sistemas de ideias que animam a organização da atividade social; as ideias guiam as atividades normais de homens comuns na vida cotidiana. O pensamento consiste num tráfico de símbolos significantes sobre os quais os homens

imprimiram significado. É por intermédio dos amontoados ordenados de símbolos significativos que o homem encontra sentido nos acontecimentos através dos quais ele vive e emprega para orientar a si mesmo num mundo que de outra forma seria obscuro (GEERTZ, 2008).

Os signos podem aparecer como lençóis compartilhados na forma pública, sombreados pelo encarceramento, como um espaço ressignificado naquele ambiente de poder. A eufemização das dificuldades do cárcere, a resistência a partir de processos de ressignificação, os símbolos compartilhados possibilitavam alegria naquele encontro.

Destarte, observei os lençóis que forravam o chão da área de visita daquela unidade prisional como uma forma de trazer àquelas mulheres prisioneiras um lugar próprio, específico, familiar, eivado de sentimento de pertença naquele contexto espacial de poder estatal, uma técnica suave de resistência, pelas lateralidades, uma forma de ofuscar o poder de vigilância que se dava sobre aqueles corpos.

4.3. A dádiva

“Do caos, nascem os Meios e os Ritmos” (DELEUZE & GUATARRI, 2012, p. 124).

No complexo prisional estudado, foram observadas dádivas realizadas entre as crianças, avós e aquelas mulheres presas, materializadas nas trocas na forma inconsciente entre aqueles pares. Os presentes compartilhados naquele estabelecimento prisional estão imbricados com a comunhão da visita, que por sua vez também consiste numa dádiva. O domingo, então, surge como uma oxigenação àquelas mulheres reclusas, sendo uma forma de transpor parte daquele sofrimento ocasionado pela prisão e pela ausência do convívio familiar, principalmente, da separação das mães e das crianças.

A dádiva é uma mistura que se faz entre pessoa e presente conforme pensamento de Mauss (2000), assim, comida que representa “lembranças”, maquiagem que faz parte do ritual de recebimento da visita, “o vestir para minha mãe” como apresentado por Érica, “o vestir as meias nos pés” apesar do calor exorbitante da Cella de Aleitamento, denotam as trocas realizadas naquele ergástulo como forma de afecções daquele espaço. As dádivas quando se tratam de presentes que emergem de um contexto de sofrimento como a prisão, podem ser consideradas como elementos de força emanados daqueles afetos.

E sobre as afecções evocadas pelos signos das dádivas, trago o pensamento de Deleuze e Guatarri (2012), segue:

Não sabemos nada de um corpo enquanto não sabemos o que pode ele, isto é, quais são seus afectos, como eles podem ou não se compor com outros afectos, com os afectos de um outro corpo, seja para destruí-lo ou ser destruído por ele, seja para

trocar com o outro corpo ações e paixões, seja para compor com ele um corpo mais potente. De novo recorreremos às crianças ... (DELEUZE & GUATARRI, 2012, p. 45).

Nesse sentido, observo a criança, as avós maternas e suas mães como corpos unidos num aumento de potencialidade, como forma de subsistir a pressão do sistema carcerário na intensificação da pena que ultrapassa os corpos daquelas condenadas: as mães do presídio feminino. Numa potencialidade que emerge do encontro da dádiva da visita que promove a realização de outras dádivas, como a maior delas, por exemplo, a presença da criança.

4.3.1 A visita: o grande encontro

A visita, sobre o que discorrerei nesse capítulo, trata-se daquela destinada à família, imbricada ao dia de domingo. É relativa ao regime fechado, tendo em vista que há outras mulheres que cumprem pena em regime aberto e semiaberto.

Spinosa (2004), ao discorrer sobre o bom encontro, aponta como aquele que emerge a alegria, aumentando a capacidade de potência. Observo, nesses termos, a visita daquelas famílias, sendo mais que visita, pois resvalam no sentimento de alegria, consubstanciando a potencialidade sob a égide do amor à família, sobretudo, às crianças. A importância da continuidade das visitas aos domingos, sem interrupção, faz com que essas mulheres se humanizem. E sobre o reencontro em Nietzsche (2017, p. 186) na passagem textual: “(...) onde ficam, no meio do mundo real de hoje, teu canto e tua estrela? Onde podes te deitar ao sol para que tu também tenhas um excedente de bem-estar e para que tua existência se justifique?...”, faz com que observarmos a capacidade de existência que o indivíduo extrai das relações que emergem do encontro. Assim, faz-nos entender quando as crianças dizem “aqui é bom” em relação ao presídio feminino, pois naqueles lençóis deitam um excedente de bem-estar, as mães.

Para Mauss (2000), a visita, as festas, as comunhões representam dádivas, entendendo como práticas da constituição de uma vida social, um dar e receber como obrigação que aproxima e torna semelhantes os atores envolvidos nessa prática. A visita para as mulheres do presídio feminino eufemizam a pena em sua intensidade, o encontro com a família, principalmente, com as crianças traz para aquelas mulheres, momentaneamente, sentimentos de alegria causada pelo encontro. Em relação à dinâmica que vigorava no Carandiru – antigo presídio de São Paulo, lugar em que ocorreu uma chacina em 02 de outubro de 1992, com 111 presos mortos – a dinâmica que figurava no dia de visita era “como dia de festa em que os pátios são tomados por crianças e casais enamorados, como se a prisão se abrisse e convertesse ainda que momentaneamente, num espaço público como outro qualquer”.

(GODOI, 2017, p. 205).

A Lei de Execução Penal, Lei n 7.210/84 no seu art. 103 prevê o direito do preso no sentido de cumprir a pena perto de sua família. No presídio feminino, há muitas mulheres sentenciadas que cumprem pena longe de sua família, remetendo à observação de que o estado em que se situa o presídio estudado não tem presídios femininos suficientes para assegurar o previsto em lei. Observemos: “Art. 103 – Cada comarca terá pelo menos 1(uma) cadeia pública a fim de resguardar o interesse da Administração da Justiça Criminal e a permanência do preso em local próximo ao seu meio social e familiar”.

A etnografia observou a importância da visita na humanização da pena. O encontro entre aqueles pares são afecções que aumentam a capacidade de potência, pois dele emerge a alegria, assim, “se um corpo humano foi uma vez afetado simultaneamente por dois ou vários corpos, sempre que, mais tarde, a alma imaginar qualquer deles, recordar-se-á imediatamente dos outros” (SPINOSA, 2005, p.244).

Mulher visitada é mulher privilegiada, não ser visitada revela algumas relações sociais em que as mulheres presas estão imersas, fatores como condições econômicas, geográficas, castigo, abandono de companheiro, abandono da própria família, decisões pautadas sobre proteção do “psicológico” são aspectos que incidem em relação à visita. No caso de Camila, grávida de cinco meses, não vê a filha de dois anos desde que foi presa, alega a falta de condições econômica da família para custear transporte para visitá-la, saindo de sua cidade T. Nessa fala, passei a observar que o presídio abrangia mulheres de diversas localidades. A localização geográfica distancia aquelas mulheres de suas famílias, principalmente de seus filhos, as crianças. Nesse sentido, intensifica a pena, uma vez que a falta do convívio familiar suprimido pelo cerceamento de liberdade pode ser menos danosa para as crianças com a realização da visita. Godoi (2017) aponta a partir de uma análise observada nas unidades carcerárias do Estado de São Paulo que em relação a uma penitenciária do oeste desse estado, metade daqueles presos sequer é visitada, uma vez que a distância diminui o volume e a frequência das visitas.

No portão central do presídio, venho observando que a lista de mulheres com visita proibida vem aumentando, posso dizer que está triplicando. A proibição de visita é algo que se dá por decisão da administração do presídio com fundamento de violação de regra, por mau comportamento, a exemplo de um celular encontrado na cela de Lindinalva. As mulheres da cela dessa jovem de 24 anos estavam de castigo por ter sido encontrado um celular no interior da cela. Assim, como consequência, todas as mulheres da cela foram castigadas a não ter visita, consequentemente, causando problemas de saúde à criança. Assim, informou que a

filha, uma menina de dois anos de idade, estava mais magra porque mudou a rotina de visita. Vejamos:

(...) ela adoeceu, minha mãe acha que é porque faz tempo que ela não me vê; ela é acostumada a me ver de quinze e quinze dias, pois mora noutra cidade. Mas faz tempo que não vem porque minha cela estava de castigo, porque foi encontrado um celular, então, a gente ficou de castigo.

Ventura, Simas & Larouzé (2015) apontam que o vínculo com o filho nascido durante o encarceramento se constrói em conexão com a vivência simultânea da separação, tanto pela expectativa da separação obrigatória, findo o tempo permitido para a permanência da criança para fins de amamentação, quanto pela vivência de ameaça de separação a qualquer momento em razão de problemas disciplinares; acrescem que estas incertezas presentes e futuras estão envoltas em normas e procedimentos pouco claros, céleres e com grande margem de discricionariedade da administração penitenciária (VENTURA; SIMAS; LAROUZÉ, 2015).

O castigo interfere no dia de visita, assim, refletindo na quantidade de crianças no domingo naquele presídio. Havia dias em que na área de visita existiam poucas mulheres, passei a perceber a categoria castigo como uma razão para se entender a observação. Sobre a importância da visita na humanização da pena, os relatos de Renata, grávida, mulher branca, de classe média baixa, diz sobre o seu passado anteriormente a ser presa: “eu visitava meu marido preso, durante 1 ano e 3 meses, mas não tinha a realidade do presídio. Ele me pedia para ir mais cedo no dia da visita”. Continua a fala: “eu pensava: eu que não. Vou chegar mais cedo pra ficar ali naquele lugar? Hoje, eu sei o valor de uma visita”. Enquanto falava, percebeu da grade a chegada de sua mãe, ela viu que a mãe estava no caminho da cela para visitá-la, já passavam de 14:00 horas. Eu parei de escrever e vi uma cena de alegria, li naquele rosto que corria no interior da cela, adentrando-o em um de seus cômodos para pegar o seu colchão de acampamento que era usado com a mesma finalidade dos lençóis.

A alegria de Renata era visível, expressa pelo um sorriso que não cabia no rosto e seu corpo falava, deu pulos de alegria. Fiquei impressionada porque pulava e sorria ao mesmo tempo. Em relação ao colchonete que percebi que era em substituição ao lençol. Ela é visivelmente uma das pouquíssimas mulheres de melhores condições econômica, a mãe toda quarta-feira traz lanches para que a portaria entregue à filha.

Em relação às diferenças existentes nas visitas da família entre presídios masculinos e o presídio feminino, observemos a importância de estabelecermos diferentes contextos em que se encontram as crianças. A fala de Jaciara remete algumas diferenças, pois, “no masculino, no dia de visita, entra na cela pai, mãe, menino, periquito, mesmo no dia da família. A família fica no corredor entre as camas e a mulher fica com o preso na caxanga”.

Nas prisões paulistas, também, as visitas da família nos presídios masculinos são realizadas na cela. Assim, “a cela é, portanto, o lugar por excelências da visita, onde visitantes e visitados comem, conversam e se amam” (GODOI, 2017, p. 206).

Godoi (2017, p. 194) ainda observa, a partir das cadeias públicas do Estado de São Paulo, que o mundo social que se estrutura em função da visita se constitui como um universo absolutamente feminino. Aponta que nos preparativos, nos trajetos, nas filas, as mulheres prevalecem; afirma sobre esse aspecto o seguinte: “a declinação de gênero mais adequada para se referir aos sujeitos da visita é o feminino: as visitantes”. Nesse sentido, a etnografia do dia de domingo no presídio feminino harmoniza-se com as observações do autor. No entanto, com base na etnografia por mim realizada, faço observação específica de que esse feminino se traduz na maternidade, é a mãe, mas também “as mainhas” e “mãezinhas” que estão enfrentando os efeitos e os dilemas e sofrimentos da prisão de suas filhas.

Através das diferenças observadas, a criança que se encontra no presídio em visita às mães, repousando seus corpos e interagindo socialmente sobre lençóis é, a meu ver, mais atenuado o ambiente em que frequenta aos domingos, que se dá numa analogia ao lar, remetendo a um piquenique entre pares, como discorrido. Verificar essas diferenças faz-me entender a potencialidade que tem aqueles lençóis como signo de ressignificação.

Godoi (2017), na sua tese, aponta que a mulher do preso tem o que chamou de forte protagonismo, pois os sentimentos da mulher em relação aos seus companheiros que se encontram presos fazem com que tenham grande participação na dinâmica fora e dentro do presídio, principalmente, na visita. No presídio feminino, a mulher está imbricada naquele ambiente prisional, no interior e exterior do mesmo, refiro às avós maternas, elas substancialmente não abandonaram suas filhas. O autor aduz no sentido das companheiras do homem preso. No entanto, observo que o autor faz omissão de uma grande protagonista, as mães desses homens presos, pois também têm grande participação na vida de seus filhos quando em situação de cárcere.

Recordo-me que um dia estava na frente da porta da sala de aula quando ouvi uma jovem mulher de 22 anos chorando, estava aos prantos, soluçava muito. Nesse momento, fiquei tão constrangida em presenciar as suas emoções de forma intensa que preferi não me virar para ficar olhando, então, alertei o meu ouvir, extraindo isso: “mãe, faz mais de um mês que a senhora não vem aqui, eu pensei que tivesse me abandonado!”. As mães das mulheres do presídio feminino não “abandonam” suas filhas, então, as avós maternas estão imersas nas vidas das crianças. Nesse sentido, comida, criança e visita estão imbricadas com a maternidade compartilhada.

As falas que ouvi em campo emergem a importância do encontro, pois as mulheres da Cella de Aleitamento geralmente não têm visita, por diversos motivos, exemplificados pela pobreza, distância do lar, abandono de companheiro, decisão para que filhos não venham para não sofrer. No caso de Renata que não permite que a mãe traga as filhas “Pra quê? Pra sofrer?”. É a mensagem que fica, a minha presença também é importante na carência de humanidade pela ausência de alguém que dê atenção, que esteja para ouvir. Elas são humanas e como tal precisam estar imersas de processos de humanização, precisam da alegria da visita.

A alegria que evoco no texto como consequência do encontro não está refletida em todas as mulheres, mas às mulheres que se encontram nos lençóis, são elas que se esvaem de alegria, por mais que vejamos cenas de choro. A visita é a correlação dos lençóis, da comida, das vestes das crianças e maquiagens das mães como dádivas, por fim, da alegria.

A alegria consiste, portanto, numa forma de resistir e ter algum contato com a vida que está depois do muro. O “Sistema” suprime a dignidade da pessoa humana, não apenas daquelas mulheres presas, mas também de suas famílias, através de toda a hostilidade característica do sistema, através do caos. No entanto, os sentimentos de amor de mãe e de filho não se esquivam à opressão do cárcere, elas resistem à mortificação do eu, através do amor expresso em dádivas.

A imposição subliminar de sofrimento realizada pelo “Sistema” é confrontada pelo elo familiar entre aquelas pessoas pobres que sofrem no cotidiano, dessa forma, criam formas de resistência. Ter alegria é resistir e extrair de si um pouco de humano que ainda lhes restam. A prisão é um fenômeno social que incide no gênero mulher, são elas que estão à frente dessa resistência, no caso em específico, em relação ao presídio feminino, elas exercem resistência na força da maternidade compartilhada.

Assim, “afora os homens, não encontramos na Natureza nenhuma coisa singular cuja alma nos possa dar alegria e que nós possamos ligar a nós por amizade ou por algum gênero de relação social” (SPINOSA, 2005, p. 402). A alegria no presídio feminino vem da relação social da díade mãe e filho. Nela, repousa a resistência e a ressignificação do ambiente dada pela criança, emerge a importância da visita e a expressão de sentimentos que faz do domingo um dia de festa, de confraternização familiar.

Trago, nesta seção, a título de comparação no que se refere à forma de gerir as penas, para fins de análise, o decreto nº 244/10 do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, em específico os artigos 7º e 12º que se referem à visita da família dos presidiários que cumprem pena em prisões estaduais desse estado, limitando a presença de duas pessoas por visita, ainda, restringindo as crianças e adolescentes a visitarem os entes presos, limitando a

visita apenas uma vez na segunda quinzena do mês. A penitenciária feminina do Estado do Paraná possui um projeto de visita virtual que “possibilita” que as detentas vejam suas famílias por chamada de vídeo. Sobre esse aspecto, não acredito que o uso de tecnologia como se apresenta e os artigos do decreto referidos não consubstanciam sequer um mínimo de humanização e ressocialização da pena, ao contrário, observo essas medidas como forma de intensificar a pena.

O cerne em trazer nesta pesquisa uma forma de administração de pena diversa daquela que foi estudada no presente trabalho, nesse caso, um exemplo do estado do Paraná, faço no sentido de observar que a discricionariedade de gestão conferida pela Constituição Federal de 1988 pode intensificar a pena em conformidade aos decretos que têm o poder legal de gerenciar as penalidades. Nesse sentido, entendo que restringir as crianças e adolescentes a visitarem seus entes familiares apenas uma vez por mês limita de forma voraz o direito ao convívio familiar, desaguando em sofrimento não apenas para o preso, mas com reflexo em seus familiares, em específico, às crianças. Portanto, observo como forma de extensão do castigo que ultrapassa o crime, cujo castigo pelo tráfico de drogas, em especial, delinea uma mancha na família.

A Constituição Federal de 1988 confere aos estados o direito de gerenciar as prisões, administrar as penas. No entanto, observo que há penas que são mais intensas em consonância às portarias de cada estado da federação. Assim, a exemplo do Paraná que, comparativamente ao estado do presídio feminino etnografado, está organizado de forma que se observe uma maior intensidade na realização da reprimenda, não intentando a humanização da pena, uma vez observada que a visita é mais limitada, principalmente, no que se referem às crianças e adolescentes. Estar em gozo do convívio com a família na visita, é propiciar-se à ressocialização. Neste exemplo dos artigos acima referidos, tomando as mulheres que participaram de minha pesquisa, que têm bastantes filhos, observei que a criança adoce por não ver a mãe, a demora da visita reflete no “corpo” e na “alma” da criança, atingindo-lhe “o psicológico”, fazendo-a ter febre emocional. Como ter visitas de todos os filhos para mulheres que têm diversos deles, se só podem ser duas pessoas por visita e, em relação às crianças e adolescentes, ser realizada uma única vez por mês? Quais serão escolhidos? Quais serão prescindidos? Como ressocializar na dor promovida pela ausência e violação dos afetos na supressão causada pela limitação do convívio familiar? O que intenta o Estado? O que causa a supressão da dádiva da visita?

A limitação da dádiva da comida é outro aspecto observado na Portaria 220/14 do estado do Paraná que, a partir deste estudo etnográfico, limitar a comida que se traz de casa

não corrobora com a ressocialização da pena, pois, enfaticamente, faço observação de que dados se apresentaram como fatores ressocializadores: a visita, a comida preparada pela família e o comer coletivo. Assim, como não perceber as limitações de duas pessoas para visita como no caso do sistema prisional do estado comparado, também, pela limitação da dádiva da comida como aspectos que inferem em castigo que ultrapassam os corpos ou à pessoa do apenado?

A comparação evocada neste trabalho em relação às regras de administração penitenciária é uma forma de elencar que diferenças no administrar penas podem promover uma maior intensidade em relação ao sofrimento do apenado. Assim, para uma pena mais incisiva, basta uma decisão discricionária, uma mera decisão de gestão de um estabelecimento carcerário. Com base nos dados colhidos na etnografia, passei a entender que a pena é mais ampla do que a proferida na condenação judicial, pois a forma como é administrada incide também na forma fática em moldar a dosimetria da pena à realidade de como ela se intensifica nos corpos. A administração da pena aos estados permitida pela Constituição Federal infere-se na intensificação da reprimenda, tendo em vista que parte de processos de subjetividade de decisão discricionária promovem supressão de direitos aos presos, inclusive, incorrendo na desconstrução desses presos como sujeitos.

Qual o mínimo garantido como direito da mulher, da criança e do adolescente e que prime pelo princípio constitucional da dignidade da pessoa humana? É digno tolher as crianças de visitarem suas mães? Preconiza o princípio referido limitar a mãe o direito de receber visitas das crianças apenas uma vez por mês? A discricionariade da gestão da pena pode incidir na elaboração subliminar da forma de castigo?

Para Deleuze (2017), o poder requer corpos tristes, pois necessita de tristeza porque consegue dominá-la, aponta que a alegria é resistência, pois não se rende. Assim, O “Sistema” não tem interesse em preservar as afecções daquelas famílias encarceradas, a mancha familiar ocasionada pela pena faz castigar mais do que a autora do crime, posto que incide sobre suas mães e seus filhos.

4.3.2. A comida

“Eu faço a comida chorando, mas faço (...)” (avó materna, 56 anos).

No presídio feminino, a comida consiste numa dádiva da família àquelas mulheres que se encontram encarceradas. Ao chegar nesse lugar, no meu segundo dia de pesquisa, ao ficar deslumbrada com os lençóis, vi que era sobre o que repousava sobre os mesmos; a comida é a dádiva principal em meio às demais dádivas observadas naquela prisão.

As crianças, geralmente acompanhadas de suas avós com sacolas nas mãos, dividiam o peso do material trazido para suas mães, comportamento que se observa desde “o lado de fora”. Ao chegarem, num cenário com a avó na frente, pois andam de forma mais rápida, com mãos repletas de sacolas e as crianças seguindo-as com sacolas nas mãos, ficam na frente do portão central, colocam tudo no chão, numa parte de piso de cimento, enquanto o carcereiro abre o portão. Nesse momento, praticamente não há fila, não existem muitas pessoas ali para o encontro, quase que se resume a uma avó materna e seus netos, as crianças. E tudo isso é filmado, pois assim que se chega nesse portão central de chapa de ferro pintado de cor azul escura, antes mesmo de abri-lo, já se vê por dentro do presídio pela câmera.

A triagem do material trazido pela família é observada da seguinte forma por Dona Mariana, avó de Everaldo, menino de 2 anos e dez meses: “É uma humilhação! Lá, entra isso aqui, isso aqui não entra, mas a gente olha pro céu e isso tudo passa” - no momento em que fala, levanta as duas mãos em direção ao céu.

Após a fiscalização do material, inicia-se a revista dos corpos, as crianças e familiares, dirigem-se à parte dos fundos do presídio, lugar da área de visita. A quantidade de comida trazida pelos familiares é tão considerável que me causou estranhamento, não apenas pela quantidade, mas também por sua diversidade. Sobre a quantidade, lembra a forma cotidiana que chamamos comumente no dia a dia de “comida exagerada”.

Recordo-me também que houve um estranhamento no sentido da qualidade da comida, pois, no meu imaginário comum, havia vislumbrado encontrar um cenário de pessoas tão pobres que devo ter associado à pobreza a dificuldade de ter tanta disponibilidade de alimento. Havia dias em que me encontrava com fome naquele espaço prisional, mas ninguém nunca me ofereceu comida, a não ser Ariane, que um dia me oferecera um biscoito tipo *cream cracker*, dizendo-me: “Tome, a senhora ainda não almoçou!” Recordo-me que os rocamboles de carne representaram a comida que mais me impressionei em observar naqueles lençóis.

Biondi (2010) aduz que a quantidade e a qualidade dos alimentos levados são indicativos de dedicação ao preso que visitam. Remeteu-me a avó de Everaldo, menino de dois anos e dez meses, na fala que segue: “(...) eu faço a comida chorando, mas faço”. O choro que a avó expressou, foi relativo ao sofrimento que a família vem passando ocasionado pela prisão da sua filha. Esclareço que a comida que prepara, às vezes, que visita a filha, remete ao apreço que tem à mesma, ficou claro nos seus relatos dado em meio às lágrimas. Portanto, levando-me ao pensamento que a comida possui sentido e significado que ultrapassavam a questão do alimento por si mesma. Alguns núcleos familiares, algumas “ilhas” - lençóis - demonstram uma maior carência econômica; mas algumas famílias

mostram alguns esforços para que as dádivas sejam realizadas no domingo. É nesse sentido meu estranhamento, uma quantidade e diversidade mesmo em meio a tanta pobreza, o esforço para o presente.

Os relatos obtidos eivados de bastantes sentimentos e emoções estavam nitidamente imbuídos de significado, demonstrando que a comida naquele espaço social constitui significado sentimental, feitas ao “tempero do choro”. Nesse sentido, trago o relato extraído num dia de visita, da mesma Dona Mariana, sobre o ritual desenvolvido ao preparo da dádiva da comida:

Eu faço a comida chorando, mas faço. Não é fácil, todo domingo, eu me escoro na pia chorando, mexo a comida, trago a comida que faço pra minha filha. Eu ganho um salário-mínimo. Na quinta-feira, já não tem mais nada, mas nunca falta, um dá daqui; outro, dali, Deus ajuda! (relata aos prantos).

Não obstante houvesse núcleo familiar que faltasse comida, mas outras famílias que tinham comida em quantidade considerável, situações diversas que fez com que observasse na comida um demarcador de pobreza entre aquelas pessoas, diferenciando aqueles iguais, não apenas pela ausência, mas também “pelo que se comia”. Recordo-me quando a senhora Mariana com lágrimas que escorriam excessivamente de seus olhos, começara a me relatar como preparava a comida, nesse momento, a sua filha, Lúcia, saiu com os olhos “marejados” daquele lençol. A dor e o sofrer fazem parte da experiência individual dos sujeitos sociais, como processo único e específico, mas, ao mesmo tempo, compreendido e compartilhado por toda uma coletividade espacial e temporalmente dada, afirma Koury (1999).

Para Mauss (1979), o caráter coletivo das expressões dos sentimentos e emoções não prejudica em nada a intensidade desses sentimentos, muito pelo contrário. Mas todas as expressões coletivas, simultâneas, de valor moral, de força obrigatória dos sentimentos do indivíduo e do grupo, são mais que expressões entendidas, quer dizer são linguagens. É mais que uma manifestação dos próprios sentimentos, é um modo de manifestá-los aos outros, pois assim é preciso fazer. É essencialmente uma ação simbólica.

Os relatos produzidos por Dona Mariana aduzem que a comida é preparada com “o choro”, consistem na expressão de sentimentos, na dádiva materializada através da comida, mas também o choro pelo sofrimento da filha por se encontrar cerceada de sua liberdade, ensejando o sofrimento socialmente esperado de uma mãe, assim, manifestado, através do choro. Para Koury (1999), a dor constitui uma representação coletiva que se impõe à consciência individual, mas como representação ela tornar-se inconsciente.

A relação entre dádiva e sentimentos expressa o sentimento do doador, mas também suscitam os sentimentos no receptor (MILLER, 1993). Já Mauss (1979) aponta que as

lágrimas são uma forma de saudação, não só o choro, mas toda uma série de expressões orais de sentimentos não são fenômenos exclusivamente psicológicos ou fisiológicos, mas sim fenômenos sociais, marcados por manifestações não espontâneas da mais perfeita obrigação.

Levi Strauss (2004) aduz que os alimentos, além de nutrirem, têm significados, referindo-se à comida; aponta que o que é bom para pensar é bom para comer, é pensar no que se come, o que a comida comunica e se faz comunicar. Assim, a comida consiste numa forma afetiva, um meio de expressão de amor, de sentimentos, há uma simbologia muito forte na mesma, também representa a territorialidade da sacralidade do lar e da família, a imersão no pertencimento. No presídio feminino, as mulheres presas são recebidas com muita afetividade.

Segundo DaMatta (1997), o código da comida tem seus desdobramentos morais, estando imbricada à mulher, pois comida e mulher exprimem a sociedade; aponta, ainda, que a comida discerne do alimento, pois ela é tudo que foi valorizado e escolhido dentre os alimentos; afirma que a comida é aquilo que deve ser visto com os olhos e, depois, com a boca, o nariz, a boa companhia e, finalmente, barriga.

Em relação à comida ser um demarcador de pobreza, isto foi observado a partir dos lençóis da família de Júlia, menina de três anos. Nesse núcleo familiar, passei a perceber a comida como um marcador de diferença entre aqueles pares. Trago, portanto, a fala da avó de Júlia, Dona Dalva, 46 anos, na fala: “(...) aqui dão comida como que pra porco. Um dia, serviram arroz com fígado azedo”. Esse núcleo familiar tem lençol de solteiro, muito fino, chegando a ser transparente de tão velho, não há almofadas, mas há amor, Júlia não cessava de tocar os cabelos de sua mãe.

Na etnografia com moradores de ruas, Frangella (2009) aponta sobre o “podre”, correlaciono, então, à comida servida naquela prisão, conforme os relatos de Dona Dalva, nesse sentido:

os moradores se sentem impelidos a marcar sua “desassociação” com o que é materialmente deteriorado, desintegrado, podre. Na relação com o lixo, a expressão popular “a gente é pobre, mas é limpo” ganha outra conotação. Não se trata apenas de marcar limites de limpeza, mas de reforçar as fronteiras de humanidade que lhes são questionadas a partir dos momentos de escassez que vivenciam (FRANGELLA, 2009, p. 239).

E sobre as fronteiras de humanidade, apontadas pela autora, percebe-se que o sistema carcerário rompe-as, suprimindo a dignidade da pessoa humana, bem consubstanciada na fala de Renata, 20 anos, que sentada na cadeira da Cela de Aleitamento, aponta para o portão e diz: “quando você passa por aquele portão, você é presa, você não é mais um ser humano!”

As comidas levadas pelas famílias daquelas mulheres eram feijão, arroz, macarrão, farofa, frango, salada de verdura, biscoitos doces e salgados, banana, laranja, abacaxi, maçã, goiaba, refrigerantes em garrafas de dois litros. O bolo fofo já era cortado pela vigilância na entrada do presídio, partido por seu Zico, que trabalha há 40 anos como agente penitenciário, faz no momento da triagem do material, realizada ao ingressar naquele recinto. A triagem é feita no salão central, a primeira sala, após o portão de entrada. A habilidade do agente em cortar o bolo me impressionou, é quase imperceptível que o mesmo está fatiado. Observei ainda que a comida mais comum de se vê naquela prisão é macarrão com frango.

A goiaba é uma fruta que ingressa já cortada, pois, segundo a agente penitenciária Iana, houve um evento com a goiaba, referiu-se à questão de ter sido introduzido material proibido para fins de burlar a vigilância. Assim, responde que se alguém introduzir algo na maçã, a mesma entrará cortada, mas como só foi observado na goiaba, apenas essa tem que ser fatiada.

Em outro domingo, retornando ao campo, vi a Sra. Dalva comendo com o prato na mão, sentada em seu lençol, almoçando um macarrão com uma mistura viscosa que não consegui identificar. Confesso, naquele momento, que senti um estranhamento forte; as comidas daquele ambiente eram frescas, bonitas, diversificadas, coloridas e apresentáveis, correlatas a restaurantes populares; mas a de Dona Dalva me causou um desconforto por não ter conseguido classificar. Emergiu, certamente, o manifesto de algum padrão pessoal, acredito ter sido a forma viscosa que estava imerso aquele macarrão.

Cada cultura impõe seus próprios padrões. Ter observado a comida viscosa de Dona Dalva remeteu-me ao pensamento de Mary Douglas (1975), quando aduz que há elementos que podem ser considerados desagradáveis. Considerados fora de lugar, estes elementos podem ser vistos como pedaços indesejáveis, tais como: cabelo, comida e embrulho. Assim, considero que a forma viscosa da comida causou em mim uma repugnância, admito.

Observar a comida “como que dá pra porco”, “crua”, consubstancia a ideia de que a comida trazida pela família é uma dádiva, uma forma de eufemizar as agruras do cárcere, sendo a comida da prisão um dos dissabores do cumprimento da pena. A comida da prisão, nesse sentido, materializa a intenção da pena, uma forma de castigo e não de ressocialização. As palavras de Dona Dalva, “dá comida como que dá pra porco”, remetem-me à fala de Renata quando aduz: “você quando passa daquele portão, você não é mais humano, você é um preso”.

Fassin (2009), sobre os conceitos revisitados de economia moral, aponta, com base na análise de Thompson ([1963] 1968, p. 68 e 222) na formação da classe trabalhadora inglesa,

que a expressão economia moral aparece incidentalmente quando evoca o saque de lojas em tempos de aumento do preço do pão. Nesse sentido, indica que o autor não faz análise do comportamento dos motins pela questão do alto custo de vida ou pela fome, mas porque despertam os sentimentos mais intensos, com muita frequência, aqueles em que valores como costumes tradicionais, justiça, independência, segurança ou economia familiar estavam em jogo, mais do que problemas alimentares. Nesse sentido, observo que muitas rebeliões ocorridas nos complexos prisionais brasileiros são motivadas pelo “boicote” que o “Sistema” faz em relação à comida do preso. Assim, com base no pensamento de Fassin (2009), entendo as rebeliões ocorridas em presídios, veiculadas pela mídia como iniciadas pelo corte da comida trazida de casa, observo, então, não como a comida em si mesma, no sentido de alimento, mas da dádiva obstada, violada pelo Estado, uma quebra de contrato tácito entre o preso e autoridade, garantia de que essa última deve dar proteção e respeito àquilo que ao preso é mais sagrado: a família.

Coelho (2003) aduz que os membros da família são pessoas de quem se pode esperar apoio. Acredita-se, porque seus sentimentos são dados como naturais. A autora aponta que a importância considerável dessas trocas demonstra amor, assim, fornece evidências concretas e visíveis que, sem isso, se poderia suspeitar haver enfraquecido. Nesse sentido, os lençóis são a oferta das mulheres presas às suas mães e aos filhos. Já a comida é a dádiva dos familiares a essas mulheres.

A dádiva que discorro nesse capítulo é sobre a comida que foi por mim observada naqueles lençóis no dia de domingo, a comida trazida de casa. Na quarta-feira, mesmo não havendo contato com familiares, mesmo não sendo dia de visita, é permitido deixar alimentos para lanches, tipo biscoitos, frutas. Não sendo, então, a realidade de todas as mulheres, pois a comida confere um marcador social de nível de pobreza, diferenciando aqueles pares.

Ariane que está amamentando seu bebê na Cella de Aleitamento não recebe lanches do seu companheiro. Na narrativa dessa interlocutora, a comida é servida no presídio feminino da forma seguinte:

o menino, ele está bem, não falta nada pra ele não. Com ele, o pessoal ajuda, ganha fralda, perfume, Dona Judite ajuda as pessoas ajuda. Mas, pra mim, eu não tenho lanche, a comida da casa é muito ruim. Sopa, eu não tomo. De manhã, é cuscuz com ovos, eu não gosto. No almoço, eu sempre como. Tomo biscoito com água. Tá difícil! Meu marido tá sem trabalhar!

A fala acima é questionável sobre o estar “bem” de André, o bebê, filho de Ariane. Observo se André estaria bem nutrido, tendo em vista que mama e seu leite vem de uma mãe que não está se alimentando bem, que a pobreza de sua mãe junto à “comida ruim da casa”

[presídio] está refletindo na nutrição da criança.

Ainda sobre a comida do presídio, é apresentada na fala de Mirtz, enquanto fala que na sua cela não tem muito “estica” - “bate-boca” - se tiver, “vai para chapa” - cela isolada - fala que “na chapa é ruim porque só vem as refeições principais e a comida da casa [a prisão] não é boa, a gente não tem lanche lá”. A comida trazida pela família, ofertada como dádiva, dá um ar de “suavidade” àquele espaço prisional, é prova de sentimentos.

O olhar para comida como forma de resistência a partir da suavização que a mesma dá ao cenário do cárcere, dá-se não apenas pelo recebimento na forma de presente, pois ela “é lembranças”, ela remete o preso ao passado, à família. Assim, faz-me observar a passagem do literato Marcel Proust (1983) que atribuiu ao olfato e ao paladar o poder de convocar o passado, o escritor do clássico ‘Em busca do tempo perdido’, dedicou à Madeleine, bolinho de limão em forma de concha, o resgate da memória de sua infância através do cheiro. Ele vivia recluso e doente num quarto em Paris, mas a comida lhe restaurou forças.

Mas no mesmo instante eu que aquele gole, de envolta com as migalhas do bolo, tocou o meu paladar, estremei, atento ao que se passava extraordinário em mim. Invadira-me um prazer delicioso, isolado, sem noção de sua causa. Esse prazer logo me torna indiferente às vicissitudes da vida (...) (PROUST, 1983, p.31).

Ao transcrever a passagem do livro de Proust (1983), também retornei ao passado, pois, sinto as mesmas “lembranças” apontadas por Mirtz. Recordei-me, então, do doce de caju feito pela minha avó paterna. Sou capaz de recordar o cheiro exalado que vinha da direção da cozinha daquela casa de sítio, cercada por tantos cajueiros. Para mim, comida, nesse sentido, é como apontado por Mirtz, comida é “lembrança”, é “família”. Sentir cheiro de doce de caju é sentir saudades da minha avó, mas também da minha infância.

4.3.3. O vestir da criança

No campo, emergiram diversos estranhamentos, dentre eles não buscava no imaginário comum encontrar crianças tão bem vestidas. Entendo que esse meu estranhamento não se relaciona por questões de classe social, em saber que aquelas crianças são pobres. Atribuo minha afetação à surpresa em ver crianças vestidas tão bonitas que pareciam que iam a festas de casamento. O impacto se deu em relação aos vestidos de algumas meninas, apesar de alguns meninos também serem bem vestidos. No entanto, foram aqueles vestidos combinados com acessórios de cabeça, algo que a gente comumente vê em grandes festas.

Os vestidos rodados, como se dizia no meu tempo de criança, com laços na cintura na parte de traz. Eles eram, na maioria, estampados e do mesmo tecido eram feitos os laços de fita da cabeça. Havia também outros adereços como tiaras ou diademas. Acrescento que não eram todas as meninas, havia crianças que usavam roupas mais cotidianas, como *shorts* e

blusas de malha, havia ainda meninas com roupinhas muito envelhecidas.

“O lado de fora” foi proporcionando muitos encontros. Nele, viabiliza o contato com quem entra e com quem sai daquela prisão, foi nesse lugar que vi duas crianças que são irmãs - uma menina de seis anos e um menino de quatro anos de idade - ambas estavam muito bem apresentadas, mas o vestido da garota sobressaltava os olhos, tive um estranhamento em observar crianças tão arrumadas numa unidade prisional.

Esclareço que não estou fazendo juízo de valor a respeito das roupas das crianças, sobretudo, no sentido de que são crianças pobres e estão bem vestidas. O objetivo de apresentação do vestir das crianças é no sentido de ter observado que elas se arrumam com as suas melhores roupas para visitar as mães. Assim, ficando claro na fala de Érica, menina de nove anos, ao elogiar o vestido, sem fazer sequer alguma indagação sobre esse aspecto, após ouvir de mim que estava vestida muito bonita, ela diz: “é para minha mãe!”.

Ao iniciar o trabalho, atendi algumas exigências da Secretaria de Administração Penitenciária Estadual, como apresentei. Nessa secretaria, numa conversa informal com uma funcionária, falou-me que um dia seu colega de trabalho, o agente penitenciário Benjamin, que estava de plantão num presídio masculino da cidade, ficou surpreso em ver como crianças eram bem vestidas na visita do dia de domingo, “pareciam que iam para um shopping”. Ao escutar, não dei muita atenção a esse aspecto, mas, na minha imersão no campo, passei a verificar que as crianças davam por presentes às suas mães o vestir bonito. E, sobre o que vi, certifico, elas se vestem muito mais bonita do que as crianças que vão “em shopping”.

As crianças dão um sentido mais ameno àquele espaço prisional. Naquele cárcere, encontramos até lacinhos e fitas de cabelo para bebês e sapatinhos coloridos de crochê à venda no salão central, feitos pela agente penitenciária Dona Lúcia, que diz que vende “pra ajudar na renda”. Sobre esse aspecto podemos fazer reflexões sobre os baixos salários recebidos por um agente penitenciário nesse estado.

Retornando à beleza dos vestidos, há uma criança que mais chamava atenção, querida por todos, era conhecida como “Xodó do presídio”. Ouvi de agentes homens e mulheres elogios sobre essa criança, principalmente pela forma de se vestir. A menina “Xodó”, uma linda criança negra, sempre visita a mãe com vestidos estampados e coloridos, usando laços de fita na cabeça. “Xodó”, às vezes, ficava só de calcinha na sala de aula, pois depois que chegava no salão de visita eram retiradas as vestes, devido ao calor. Mas, ao sair da prisão, se arrumava com seus lindos vestidos estampados. Trago uma passagem de meu trabalho de conclusão de curso em 2018 que discorro sobre essa criança. Vejamos:

Há uma menina de dois anos que destaca ser a criança que tem o amor de todos, chamando a atenção não apenas por suas vestimentas. Percebe-se nas falas das agentes, tal como a de E. diz: “(...) é o xodó, tem desenvoltura, é bem animada, é bem simpática com todo mundo”.

Nesse dia, saio para casa de mãos dadas com A., que aceita pegar em minhas mãos com uma facilidade, assim, saímos, eu, A. e sua avó materna, todas de mãos dadas e, ao chegarmos no salão central, lugar que fica a maioria das agentes penitenciárias, A. chama atenção de todos, harmonizando com tudo que me descreveram sobre a mesma (GUEDES, 2018, p. 40).

A dádiva do vestir para as mães do presídio feminino é mais observada no tocante às meninas. Não obstante os meninos venham muito bonitos, arrumados, mas não usam sapatos por questão de ordem da administração presidiária, por questão de facilidade de revista dos corpos, também, sendo comum a algumas prisões, - a exemplo do Estado do Paraná, que tem uma cartilha que faz registro de como as crianças devem vir vestidas, também proibindo sapatos fechados. Assim, meninos e meninas usam sandálias estilo alpercatas, como se apresenta Josué, menino de quatro anos; alguns, vestem sandálias tipo havaianas.

Num domingo, estava na porta da sala de aula quando vi Ingrid, menina de quatro anos de idade, de cabelos loiros, com tranças e laços, vestido colorido e estampado estilo anos 50, chamando-me a atenção pela elegância. Nesse dia, fitei-a e proferi elogios, por conseguinte, escutei da mãe da criança, “nós temos condições”, “ela tem tudo”, “eu estudei inglês e espanhol”. Não obstante ver crianças vestidas de forma tão elegante, lá também há crianças com roupas velhas, com sandálias gastas, como no caso de Everaldo, menino de 12 anos, cuja camisa que usava era menor que seu corpo, perceptível a classe social harmonizando com a simplicidade e o desgaste das roupas. No entanto, há crianças que “desfilam” vestidos rodados de estampas coloridas a exemplo do “Xodó do Presídio”, com suas roupas muito estilosas.

Posso afirmar que, tanto quanto o agente penitenciário que teve um estranhamento por perceber crianças arrumadas, eu tive também, logo no início de minhas idas ao presídio, no portão central, inclusive tirei fotos com as crianças e com sua avó materna. Fotos essas permitidas, autorizadas pela avó que é responsável pelas crianças, imagem que não exporei no meu trabalho, pois entendo que a autorização de um adulto não legitima expor aquelas crianças que podem se constranger de uma infância marcada pela prisão da mãe.

As meninas normalmente tinham laços na cabeça, que combinavam com a cor do vestido. Alguns eram de mesmo tecido. Seus vestidos tinham laços que amarravam a cintura pelas costas. Pessoalmente, vi vestidos assim em festas infantis ou até de adultos, pois em “shoppings” não costumo ver meninas com vestidos rodados, com laços na cintura e laços de fita na cabeça.

No que concerne à dádiva observada no vestir, vi em André, o bebê, que estava de meias vermelhas nos pés, embora sempre fique apenas de fraldas descartáveis. As meias foram colocadas para aguardar a visita do pai. Nesse dia, interpelei junto à mãe para que retirasse as meias da criança, pois estava quente demais. Nesse dia, escutei de Ariane: “ele tá de meia porque hoje o pai dele disse que vinha visitar, mas até essa hora num veio”. Nesse momento, puxa as duas meias ao mesmo tempo. Nesse sentido, é o bebê que é visitado, mas se arruma para o pai: estar de meias para receber o pai é o que André tem para presentear. E acrescento que a mãe dessa criança sempre me pede para que eu traga uma “alpercatinha” para seu filho. Remete-me à ideia de que só se for para usar fora da cela, porque colocar o mínimo de peça naquela criança, mesmo que uma simples sandália, certamente será de grande desconforto pelo calor intenso da Cela de Aleitamento, aquela que é a única voltada para o sol.

4.3.4. A maquiagem das mães

No presídio feminino, há um ritual de preparação para recebimento da visita, como apontado por Mirtz, mãe de menino de 4 anos, informa que a mulher tem que estar pronta para receber as crianças e a família, pergunto à mesma o que seria “estar pronta”, então, explica-me isso: “lá na cela, a gente fica só de top e cuequinha”, “(...) quando a família chega para visita, aí se a gente não tiver pronta não sai” e “estar pronta é vestir essa roupa”, aponta para o fardamento.

No presídio, venho percebendo que as mulheres se arrumam para receber seus filhos, notadamente não pelas vestes até por que elas têm uma roupa despersonalizada, um fardamento comum que não traz e nem permite nem um traço da peculiaridade do eu - a farda de blusa branca e um bermudão lilás. Houve um dia em que caminhava em direção à área de visita quando percebi Jaciara ansiosa atrás das grandes, à espera de seu filho, era nítida uma alegria em meio à ansiedade, no seu sorrir com alguns dentes que se intercalavam na ausência em sua boca pintada com batom roxo.

Passei a verificar que Jaciara sempre está maquiada, as mulheres costumam se maquiar, no caso dessa mulher, ela está sempre com um batom roxo e com sombras de mesma cor. A partir dela, passei a perceber esse traço nas mulheres, assim, tive a percepção que a maquiagem é uma dádiva daquelas mães aos seus filhos, às crianças. Mirtz é outra que sempre tem os lábios pintados de roxo, com sombras nos olhos de igual e intensa cor, verifiquei a mesma cor na boca de Laura, então, a impressão que tive foi de que circula um batom e uma sombra para olhos de forma comum àquelas mulheres, produtos da mesma cor da bermuda da

farda sendo um lilás mais intenso. Já, em relação à Dona Moema, tem lábios pintados num vermelho intenso tão denso e cremoso que extravasava da área dos lábios, melando-lhe os dentes, não vi com sombras, mas sempre se apresenta com essa cor de batom, de forma sorridente.

No presídio feminino são observadas dádivas trocadas. As crianças, principalmente, as meninas com belos laços na cabeça e belos vestidos floridos, em contrapartida, as mães com rostos sorridentes maquiados. Mauss (2000) aponta que, nos desses sistemas de prestações, nas dádivas, circulam amabilidades, banquetes, ritos, serviços, festas, danças, e não exclusivamente objetos e bens valiosos, cuja finalidade última é a comunhão entre as partes. Sobre dádivas, em “O Enigma do Dom” (2001), Maurice Godelier versa sobre como “o dom existe em todo lugar, embora não seja o mesmo em toda a parte” (GODELIER, 2001, p. 7).

Assim, com base no pensamento de Godelier (2001), um batom pode ser um simples produto a ser utilizado, não precisando ter um significado além de uma cor que se coloque nos lábios. No entanto, no presídio feminino, o batom observado nos lábios daquelas mulheres presas tinha um sentido mais amplo que uma maquiagem, simbolizava a prática para o recebimento, representando a dádiva do ficar bonita para receber a visita tão esperada aos domingos, mas também podemos observar como uma forma de resistir à masculinização e restabelecer o eu feminino, mas também uma forma de resistir aos processos de mortificação do eu, da desconstrução daquelas mulheres como sujeitos.

A valorização do simbolismo levou Mauss a concluir que “tudo” o que ocorre na sociedade é importante para sua compreensão, desde fenômenos amplos até os aparentemente simples como danças, risos, gestos, dentre outros, como no caso do batom e das roupas das crianças no presídio estudado. (MAUSS apud MARTINS, 2008, p. 33). Mauss (2000) observa que a vida social é inconsciente. Nesse sentido, as dádivas verificadas no presídio feminino, a exemplos do vestir das crianças e das maquiagens de suas mães, dentre outras neste trabalho evocadas são subjacentes às mentes daquelas pessoas na realização dessas trocas.

Para Cardoso de Oliveira (2004), os envolvidos nas trocas de dádivas não têm como intensão somente a criação de laços, mas também, sua minuciosa manutenção. Assim, no inconsciente de realização das trocas na concepção maussiana, observamos que aquelas dádivas presentes naquele ergástulo consubstanciam a manutenção da relação daqueles iguais, num convívio suprimido motivado pela prisão. Nesse sentido, “a verdadeira dádiva é um gesto socialmente espontâneo, um movimento impossível de captar em movimento, uma obrigação que o doador dá a si mesmo, mas uma obrigação interna, imanente” (GODBOUT, 1998. p. 9).

Em resumo, as dádivas constituem formas de humanização daquelas mulheres sujeitas à mortificação do eu, de suas identidades. Assim, percebo que esses presentes, trocas realizadas na sua forma inconsciente, também, consistem num gesto inconsciente de alívio do sofrimento causado pela pena.

4.5. O Dia das Crianças no presídio feminino

Dia 06 de outubro de 2019, retornando ao campo, dessa vez, por convite de uma interlocutora, Cybele, uma agente penitenciária carismática, percebi o quanto é querida por muitas daquelas mulheres e o quanto tinha apreço pelo bebê, que tem fotos suas [bebê] e gosta de carregá-lo no colo. Já havia decidido por terminar o trabalho de campo, por já ter inclusive qualificado meu mestrado em 19 de agosto desse ano, a escrita é a nova fase. No entanto, não havia participado de um evento naquela prisão, ver uma festa comemorativa do “Dia das Crianças” é de interesse da pesquisa.

Conforme já escrevera que, as datas comemorativas no calendário são antecipadas, tais como Dia das mães, Domingo de Páscoa, o “Dia das crianças” das crianças do presídio feminino não é comemorado no dia 12 de outubro, como os demais dias de comemoração que são antecipados para o sábado. Assim, esse dia comemorativo mencionado é antecipado para domingo anterior ou, às vezes, para no sábado que o antecede.

Ao chegar no presídio, nesse dia, ao ingressar na área de visita como de costume, já passada a comunicação que a pesquisadora estava presente, veio uma jovem senhora que não estava de farda, estava de vestido, com saltos altos, toda maquiada, com cílios postiços e sobrancelhas desenhadas, se dirigindo à minha pessoa diz: “a diretora disse que não é pra ter pesquisa hoje, não, porque está tendo uma festa”. Ao ouvir, já estava em minha direção a agente carismática que me convidou, que escutou aquela mulher tão arrumada que parecia que ia para uma posse de uma autoridade, disse-me: “aguarde!”, percebi que iria intervir para que eu ficasse no evento. Assim, minutos após me confirma que poderia ficar. Por que poderia ser uma pesquisadora de crianças interpelada em participar de um evento destinado às crianças?

Ingresso na área de visita, ainda não havia começado a festa, mas já estava instalado os materiais para que se desse início à mesma, havia máquina de pipoca, de algodão doce, uma mesa com caixas bonitas usadas como lancheiras, havia, ainda, um casal vestido a caráter de cozinheiros, eram empregados da empresa de festa infantil, uma organização de casa de festas que fica situada em bairro nobre, atende ao público de classe econômica favorecida. Percebi que a festa era organizada por pessoas da Igreja Cidade Viva, movimento de religião evangélica. No dia da festa, havia uns três casais e algumas mulheres, vestidas de jeans e

camisetas de algodão, mas havia um casal com vestimentas que destoavam daquele cenário; ele de camisas de manga cumprida, estava no esporte fino; ela, de saia com bico de renda, saltos altos e bolsa pequena, estilo aquelas que se usam em festas. Havia, apenas uma jovem mulher, que estava de jeans e camiseta da Cidade Viva, nas costas estava escrita num círculo conectar- crescer-compartilhar.

A jovem de farda teve uma maior participação dentre as pessoas do grupo religioso, era quem dançava e cantava e fazia as coreografias com as crianças, pulava, interagia, colocava bebê no colo, e usava muito dos cabelos na dança coreografada, usava muito do corpo como expressão de comunicação com gestos ligados ao conteúdo musical, à frente explanarei com mais detalhes.

Retornando ao momento de meu ingresso, nesse dia específico, havia três meses que não estava mais frequentando o campo, então, passei a verificar as possíveis mudanças. Percebi rostos novos, mas identifiquei algumas pessoas, algumas me disseram “você nunca mais veio”.

O “Dia das Crianças” foi um dia substancial, fez-me observar as mudanças no cárcere, não falo de sua infraestrutura, mas da renovação de pessoas, vi pouquíssimas crianças com rostos familiares, percebi, então, o fluxo de saída daquelas mulheres que é muito considerável. Retornar, então, foi maravilhoso, recebi sorrisos de poucas mulheres que me conheciam. As crianças nem me percebiam, meu rosto era algo novo naquele espaço. Assim, ao ver Gorete, chamei a sua atenção, ela me sorriu com alegria, foi quando percebi que no seu lençol havia mais pessoas da família. Sua irmã foi presa por associação ao tráfico de drogas. Ver Gorete deu-me fôlego para escrever meu projeto de doutoramento. Fi-lo a partir daquele contato, que sedimentou as minhas desconfianças. A fala dessa menina, que me diz que teve medo no momento da prisão da irmã, foi essencial. Assim, perguntando-lhe sobre o medo, respondeu-me: “não ter mais ninguém pela gente”. Para mim, ficando bastante claro que o tráfico de drogas, em especial a associação ao tráfico de drogas, está encarcerando as mulheres dessas famílias alijadas de visibilidade.

4.5.1. Narrando a festa do “Dia das Crianças” do presídio feminino

Havia uma surpresa sobre a festa, as religiosas, as agentes, as crianças, mães e familiares já se encontravam na área de visita. Os pilares da área, feito de canos de 100 mm cheios de concretos, alguns estavam decorados com bolas de sopro de cor branca, lilás e rosa, com predominância da cor branca, os cachos de bola eram mal feitos, pareciam ser antigos, reaproveitados de outra festa, mesmo assim, vi uma criança pequena pedir à mãe uma bola

daquela. Todos aguardavam o início da festa, a surpresa, como dizia o rapaz empregado da empresa contratada para o evento. Ele olhou para João e disse “vai ter uma surpresa”. Minutos após, a surpresa entra, pediram para os lençóis que forravam o chão do centro da área fossem retirados porque iriam precisar de espaço, houve um recuo, mas, aos redores, as pessoas ficaram no seu núcleo familiar, nos lençóis. Entra, então, a surpresa – o Batman.

O Batman, completamente vestido de preto, entra de microfone na mão, falando alto: Bom dia, eu sou do bem! – repete umas três vezes. Após, fala, “vamos brincar? Hoje, é dia de comemorar o dia das crianças”. Ele é o organizador de todas as brincadeiras, sempre lidera com o microfone nas mãos, anuncia, então, a entrada da Elza, personagem infantil, antes de anunciar, cita característica da mesma, dizendo que irá chamar “aquela dos cabelos louros longos”, pensei em Rapunzel, personagem infantil de meu tempo de criança. Após, diz, “aquela que transforma tudo em gelo”, as crianças, imediatamente, respondem: “Elzaaaaaaaaa!!!!!!”.

Elza entra no salão, vestida de um lindo vestido de cor azul marinho, com sapatos altos de cor prata, entra dançando uma canção, a letra da música era um pouco isso: “(...) a liberdade veio enfim pra mim, livre estou, livre estou, não vão me ver chorar (...)”. Nesse momento, percebi mulheres emocionadas, vi uma que chorava muito, vi pessoas do grupo evangélico e agente penitenciária expressarem emoções de um “segurar o choro”, foi emocionante. Logo após, a Ana entra no salão, não foi tão emocionante a ponto de ver choro, mas percebi a alegria que emergiu de quem olhava a apresentação da personagem infantil. Após a apresentação dessa personagem, o Batman inicia as brincadeiras. Ele pergunta às crianças: “quem é inteligente?”. Nesse momento, nenhuma criança levantou a mão. Mas, minutos após, ficaram mais soltas às brincadeiras.

O algodão doce foi o artigo mais prestigiado da festa; era servido pela empregada da empresa contratada, mas também por algumas mulheres que faziam parte do grupo religioso. Percebi, nesse dia, a presença predominante de bebês. Faço atribuição às idades jovens daquelas mulheres presas. A mulher que é considerada “a psicopata” foi a mulher que mais interagiu na brincadeira.

O Batman propõe jogos, danças, algumas crianças tinham expressão corporal mais intensa nas danças, como João, seu corpo era flexível, chegava ser engraçado vê-lo dançando. Nesse brincar, duas mães participavam, uma delas era a mãe desse garoto a tida por “psicopata”, era a que mais intensamente brincou, participou de todas as gincanas. As crianças, nesse dia, em maioria, eram bebês, eles dançavam nos colos, chegavam a pular de alegria com as músicas. Algumas crianças não saíram dos seus lençóis, mas observavam a

festa em todos os momentos. A hora de maior interação que aumentou o número de participantes em relação às crianças foi quando iniciou a competição de bolas coloridas, o líder das brincadeiras jogava as bolas nos chãos, as crianças pegavam-nas e colocavam-nas em sacos, sendo um verde, outro de cor rosa, após, teriam que adivinhar em quais desses sacos havia mais bolas. Após a brincadeira de juntar bolas coloridas, inicia-se a de bambolê no chão, eram cinco, de cores distintas. Ao parar a música o participante teria que terminar dentro do bambolê, quem ficasse de fora, saía da brincadeira. Nessa modalidade, houve um aumento de participantes adultos, agente penitenciária, integrantes do grupo religioso, mães e crianças.

Após as brincadeiras, uma das integrantes do grupo religioso, a que se encontrava com farda, blusa azul com os nomes que correlacionavam ao grupo evangélico aqui evocado, pegou o microfone e passou a coordenar as atividades. Nesse momento, o Batman já não veio mais coordenar, passou, então, a ser liderada pela jovem religiosa de cabelos longos, presos num laço de fita. Assumindo o microfone, passa a fazer coreografias com as crianças e as duas únicas mães presas participantes. A música que dançava e cantava a canção emitida pela caixa de som potente era música gospel; a dança era em ritmo de axé. A moça tinha uma expressão corporal elogiável, dançava muito bem as danças que se agachava, pulava, no mesmo ritmo que costumamos ver em trio elétrico. Sua participação “incendiou” a alegria. Na música de letra: “(...) havia um homenzinho torto que morava numa casinha torta, que tinha uma vida torta, mas Jesus veio e endireitou (...)”, vi que algumas mulheres presas sabiam cantarolar essa canção, pois a letra estava “na ponta da língua”. Essa música era coreografada “entortando” o dorso, toda vez que falava “o torto”, as crianças imitavam perfeitamente a líder da coreografia. Após, vem outra música: “vamos dançar a música do Jonas”, a letra era que “Jonas não ouviu o Senhor, que o barco de Jonas balança, balança”, assim, também, balançavam os corpos. Por último, a religiosa diz: “vou cantar a minha música preferida da Bíblia”, a letra versava que “com Jesus você pode ser o que quiser, você pode ser obediente, corajoso como Sansão, amigo de Deus como Abraão, inteligentes como Salomão (...)”. Por fim, a festa termina com a jovem religiosa pedindo uma oração, ninguém se levanta, inclusive, eu, quem estava nos lençóis permaneceu. Pede, então, que fechemos os olhos e baixemos a cabeça, assim, inicia e agradecendo a Deus pelo dia, que cuide de cada mãe, de cada criança porque ele é bom e misericordioso. Assim, fez referência às mães daquela unidade prisional, não fez alusão, às mulheres-presas, e sim, às mães. Após oração, distribuem-se as lancheiras para as crianças, mas vi avós pedindo para os netos que ficaram em casa.

A festa de comemoração do “Dia das Crianças” das crianças daquela prisão trouxe um domingo diferente, mais alegre. Veio-me à comparação aqueles domingos em que fui fazer minha etnografia, - eram também alegres. Percebi naquelas pessoas o quanto a música faz bem para as mesmas. Dentre tantas as coisas, a música “mexeu” com aquelas pessoas, pois como Dias (1994. P. 27) cita Nietzsche “a vida sem música é simplesmente um erro, uma tarefa cansativa, um exílio”.

Era visível naqueles lençóis que os observantes do evento estavam alegres com o evento, apesar de ter visto crianças com “medo do Batman”. Foi quando perguntei à criança se estava gostando da festa, sentado no colo da tia, ela responde “ele tá com medo do Batman”. Não posso atribuir o porquê, pode ser pelo Batman por si mesmo, lembro de que quando era criança tinha medo de palhaço, também, de uma figura folclórica da nossa cidade, o Urso Papangu. No entanto, após ouvir essa fala da tia da criança, veio em minha mente uma passagem de fala de uma avó materna de uma criança, “ela tem medo dos urubus”, fazendo referência aos policiais, tomando essa terminologia pela cor da farda que costumam usar. Fiz, então, a uma possível associação ao Batman que estava completamente vestido de preto, obviamente foi um pensamento que veio à tona; não significa, portanto, que corresponda à realidade da razão do medo da criança. Para Spinoza (2005, p.327) “o medo é uma tristeza instável nascida da ideia de uma coisa futura ou passada, do resultado do qual duvidamos em uma certa medida”. Será plausível que a roupa preta do Batman lembrou em algum momento “os urubus”, a “roupa preta” da polícia?

Retornar ao campo revelou o que já havia escrito, principalmente em relação à percepção das “crianças pequenas”, em sua maioria, em relação ao presídio feminino, como sendo o “trabalho da mamãe” e o fluxo considerável de entrada e saída daquelas mulheres, revelado pelas caras novas que havia naquele espaço. Apenas reconheci três núcleos familiares, os demais, já eram considerados novos. Chegar nesse dia, também fez observar algo que ainda não havia presenciado: um caminhão baú enorme funcionando como uma unidade móvel; era tão grande que chegava a tomar a frente do presídio “do lado de fora”, era uma unidade do SENAI, que, segundo uma funcionária do presídio, estava para que as presidiárias fizessem cursos de doceiras e um dos critérios para participar era saber ler ou o interesse das mesmas, pois nem todas queriam participar. A todo momento, o campo muda, como a vida, e nós, ao escrevermos, presentificamos o momento que já passou.

Gostaria de finalizar observando como os eventos são importantes para aliviarem as agruras do cárcere. Se o dia de domingo por si mesmo, diante das dádivas já é substancial, as festas são importantes, as festas ajudam a “endireitar” a angústia da cadeia que “entorta” a

vida.

Finalizei o texto com o parágrafo acima, mas, retornei, dias após, a escrever motivada por um diálogo com uma agente penitenciária após a festa. Ela que entende a importância dessas festas na humanização e ressocialização das presidiárias, disse que fica triste com comentários de colegas suas, pois houve comentários de colegas que trabalham na instituição que não concordam com esses eventos na prisão sob o fundamento que as crianças vão entender que aquele lugar “é bom”, que tem, inclusive, super-heróis. No entanto, tece crítica a esse ponto de vista, pois entende que devem ser realizadas atividades desse tipo “porque as crianças merecem”, acrescenta.

Esse diálogo que mantivemos dias posteriores à festa remeteu-me aos primeiros dias de campo, ainda quando estava retirando a documentação. Percebi que há um discurso subliminar no sistema que preconiza que as crianças têm que achar aquele espaço ruim. Ademais, hoje, já realizado meu trabalho etnográfico, acrescento que há essa ideia institucional, mas também há o castigo: ele deve atravessar o crime, ultrajando os corpos além do delito; a hostilidade é algo delineado no “inconsciente” institucional.

Neste capítulo, discorri sobre os elementos pertinentes aos domingos. De características específicas, estes elementos fazem parte das práticas e dinâmicas sociais inerentes ao dia de visita da família. Portanto, encontrar lençóis que foram observados como signos de resistência, um espaço de territorialidade, simbologia do lar, um lugar de interação social, de sentimentos, promovendo uma ressignificação espacial daquela hostilidade que se suspende momentaneamente nesse dia específico para as mulheres que recebem visita. Discorri ainda sobre dádivas: a visita por si mesma constitui uma dádiva; pois promove outras dádivas como a comida, o vestir da criança e a maquiagem daquelas mulheres; falar em domingo também é falar sobre a revista dos corpos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evocarei, nestas considerações, os aspectos que entendo mais substanciais à pesquisa. Nesse sentido, organizarei por tópicos, discorrendo a respeito das observações consideradas mais relevantes sobre os dados que emergiram no trabalho de campo.

As percepções sobre o presídio

A categoria “psicológico” apresentada pelas famílias das crianças está imbricada com as formas de percepção sobre a prisão estudada, sendo construída como “trabalho da mamãe” ou “escola da mamãe”. Emergiram as categorias “criança pequena” e “criança grande”, apresentadas pelas avós maternas que irradiam na categoria do “psicológico” e nas concepções diversas sobre aquele cárcere. Embora a existência das elaborações co-construídas pelos adultos para as crianças, elas têm capacidade de leitura do mundo que se encontram imersas.

“No lado de fora”, logo de início, foi apresentado que as avós maternas custodiam os netos, decidem a vida dos mesmos, sobretudo quem visita ou deixa de visitar a mãe reclusa. Algumas dessas avós entendem que as crianças “grandes” não devem visitar a mãe para não “atrapalhar o psicológico”, que apesar de algumas das crianças “grandes” pedirem para visitar a genitora, elas “ficam tristes, mas voltam a brincar porque são crianças”. Já as “pequenas” podem frequentar o cárcere, porque “não entendem”, então frequentam com mais facilidade aquele espaço, comparecendo aos domingos no “trabalho da mamãe”, pois “ela tá trabalhando pra comprar o seu leitinho”.

Em relação ao não ser “bom” ou não ser “normal”, percepções elaboradas pelo sistema prisional em relação à prisão estudada, estas foram observadas na fase embrionária da pesquisa, marcada pela burocracia exigida para ingresso naquele cárcere. Os procedimentos burocráticos fizeram emergir o “lado de fora” como uma forma de resistência na imersão do campo, uma busca estratégica de enfrentamento ao poder público delineado nos meandros de sua burocracia.

As percepções elaboradas pela instituição foram observadas pela elisão de alguns elementos, tais como: as decisões discricionárias da diretoria, que não utilizou verbas oriundas do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN); verbas que poderiam ser direcionadas à construção de uma brinquedoteca naquela unidade prisional; a não instalação de um pula-pula, em um dia de festa infantil, entre os muros de um presídio masculino dessa cidade; além da associação das falas obtidas dos agentes do sistema penitenciário em

conversas informais.

Dádivas, signos, afetação: a resistência etnografada

No campo, fui afetada por alguns acontecimentos, sobretudo pela forma como aquelas pessoas interagiam entre pares no dia de domingo, ao ingressar na área de visita, naquele chão áspero, esburacado, de cimento queimado, forrado por lençóis de tecido. Nesses lençóis, deitavam, sentavam, comiam, dormiam, acariciavam, choravam, sorriam e territorializavam-se. No início, percebi-os como “ilhas”, não pela separação, mas pela atomização familiar, resultando na ideia de lar, emergindo sacralidade. Observei, naquele cenário, analogamente, um piquenique coletivo eivado de comidas diversificadas, apoiadas sobre esses lençóis que faziam emergir um colorido naquele espaço.

A comida era em quantidade considerável. Percebi-a como dádiva, como economia moral, também uma forma de resistência que ressignifica aquele ambiente num dia de comunhão, na visita do dia de domingo. Observei, através da comida trazida de casa pela família, o nível de pobreza entre aqueles pares, até pela forma como era condicionada em potes plásticos. Havia ínfimos lençóis sem comida, mas não deixei de observar sentimentos de amor e companheirismo entre aquelas pessoas; havia, ainda, almofadas que eram trazidas de casa, algumas surradas; outras, novas, pintadas e bordadas. Nesse diapasão, não poderia por meio de um imaginário comum vislumbrar sequer tudo que vi. Fui, portanto, afetada por tudo que consubstanciava os lençóis. Nesse sentido, conforme a concepção de Barth (1992), os lençóis resultaram na percepção de um signo, havendo uma comunicação relacional. Neles, emergiam o sentimento de alegria, causando-me afetação.

Nesse contexto, percebi-os como lar, de onde emergiram aspectos de territorialidade e sacralidade ao alojarem aquelas famílias no dia de visita. Inconscientemente, já não os pisava, caminhava nesta área com as “pontas dos pés” e atribuo ao respeito àquele espaço ressignificado. Entendo-os sob a ideia de economia moral, como preconiza Fassin (2009), uma forma de resistência humana, de justiça social. Observo ainda uma maneira de reinvenção de “eus” obliterados pelo sistema carcerário. “Eus” que, inconscientemente, criam linhas de fuga para protegerem-se do caos que é o sistema prisional promovido pela “omissão” estatal, legitimada pela sociedade como forma de vendeta. Caos que consiste no esteio da esquivança do seu dever do Estado na função ressocializadora, aportando como égide do castigo. Nesse sentido, aprisionando a maternidade, castigando a criança.

Etnografar presídios é prever dor, sofrimento, atinge o imaginário comum do indivíduo. No entanto, não previ observar alegria naquele encontro, uma forma de resistência,

de aumento de potência daqueles grupos alijados de visibilidade social. A alegria observada foi um estranhamento naquele cárcere. As expressões dos corpos não deixaram dúvidas de que alegria emerge do encontro. Percebi como dádivas a comida trazida de casa; o vestir das crianças; a maquiagem das mulheres. E, em relação a essa última, observei como uma forma de resistir aos processos de masculinização enraizados naquele ambiente sob um discurso subliminar.

A presença da criança traz ludicidade, tem poder de ressignificar aquele ambiente. Não imaginei ver crianças brincarem de pega-pega em presídio, correndo nos espaços laterais da área de visita; observei ainda criança pequena tomar banho nu no chuveiro que fica de frente ao banheiro de porta furada, uma espécie de construção improvisada. Havia criança como uma menina negra de dois anos que, quando passava, encantava o ambiente, era conhecida por todos como “Xodó do Presídio”, “lugar esse pra nascer menino bonito!”.

Observei que as crianças, de uma forma geral, são bem tratadas pelas agentes penitenciárias. Observação corroborada pela fala das avós maternas. Percebi um olhar maternal de algumas daquelas agentes penitenciárias em relação a algumas crianças.

A revista, a violação e o controle dos corpos

Em relação à revista dos corpos, as avós maternas falam que as agentes são cuidadosas e carinhosas na hora de revistarem as crianças, algumas seguram os bebês que choram com a presença do detector de metais. Sobre o sofrer da revista, o relato mais marcante ouvi de uma garota de 12 anos, que narra que “se sentiu péssima” na hora da revista, apenas uma única vez, quando uma agente pediu que retirasse a calcinha, ao que foi resistido. No entanto, apesar da “desobediência”, a agente viu a parte íntima da criança porque puxou a calcinha pelo elástico. Essa garota tem um corpo em que se observa o início da adolescência, apresentando os traços característicos da puberdade.

A revista dos corpos foi observada de forma “normal” para a maioria das crianças. Algumas crianças sentiram-se incomodadas e constrangidas; uma minoria respondeu elogiando a revista como uma deferência ao direito de visita. Os elogios deram-me a impressão de que há, naquele presídio, um discurso oculto de poder consubstanciando a ideia de que estar com algo proibido implica não mais visitar a mãe. Assim, relacionei esses elogios ao medo que a criança tem em não poder ver a mãe. Percebi essa deferência em duas crianças “grandes”, uma delas, em Everaldo, um menino que se mostrou adultizado, uma criança de infância marcada por trabalhos domésticos e com a responsabilidade sobre os irmãos mais novos. Já em relação à revista dos corpos dos bebês, de uma maneira geral, choram porque

têm medo dos detectores de metal, precisam, ainda, trocar de fraldas.

A revista é um *modus operandi* policial, assim, sob esse argumento, também pautada nas falas advindas das próprias crianças, consiste em um ritual que viola o corpo das mesmas, por mais que se empreguem “sutilezas”. O Estado que preconiza o sacro do corpo de uma criança, mas no controle social dos corpos pode violá-los simbolicamente em nome da “ordem” sob a tutela de suas próprias legislações.

Na sala de aula do presídio, transformada num panóptico, - um ponto de vigilância que tem visão geral sobre os corpos vigiados, - marcada pela presença de um agente penitenciário do sexo masculino armado com fuzil. Nesse ambiente, obtive a maior parte das falas das crianças. A sala era espaçosa, o agente ficava sentado em cima de uma carteira escolar que dava visão à área de visita do cárcere, não “interferia” nas atividades realizadas em sala com aquelas crianças.

Num certo domingo, na sala de aula, a agente penitenciária carismática pediu que o vigia armado de fuzil se retirasse, pois argumentou que ia haver uma atividade com criança e ele estava “retirando o lúdico”. Nesse momento, surpreendi-me com essa atitude elogiável, pois a presença de um agente armado me incomodava, pois entendia que retirava todo o sentido de uma sala de aula. Entretanto, a presença da criança era mais marcante que toda a vigilância armada, pois elas têm a capacidade de ressignificar aquele espaço com desenhos, brincadeiras entre pares, dentre outras atividades realizadas que fizeram emergir ludicidade, devolvendo o significado da sala de aula.

A sala de aula panóptica foi um dos espaços mais utilizados na pesquisa no que se refere às crianças. Nela, o desenho tomou grande proporção. Foi neste lugar em que obtive a maior parte dos desenhos. Estes promoveram acontecimentos importantes na pesquisa, principalmente no ato da entrega, pois algumas crianças, como Érica e Everaldo, marcaram-me nesse momento, entregando-me o desenho e comunicando-me algo com um olhar entristecido, numa espécie de clemência na demonstração de seus sentimentos de angústia pela prisão de suas mães, causando-me sentimento de impotência. Senti, nesta garota, ao entregar-me o desenho do seu sonho de vida, uma súplica de liberdade da mãe.

A obstrução das dádivas: o desvio da função estatal no reflexo do castigo

A visita realizada no dia de domingo no presídio é o bom encontro no sentido spinozista, aquele em que emerge alegria e aumenta a capacidade de potência. É a ressocialização que encontrei naquele cárcere feminino. Percebi que aquelas famílias alijadas se potencializam nos encontros entre pares. O domingo é dia de força, de alegria e de

reinvenção do eu que se encontra esmagado pelo sistema prisional que oblitera identidades, com aprovação da sociedade que prima por vingança, que se legitima na pena que ultrapassa os corpos dos criminosos, que castiga, dentre tantas formas, pela supressão da dádiva da comida trazida de casa incidindo em seus afetos.

Com base no pensamento de Fassin (2009), sob o esteio de uma economia moral, observo alguns motins ocorridos no Brasil, principalmente no que tange aos impulsionados pela supressão da comida trazida de casa, pois é mais que uma questão de fome, mas de justiça social, haja vista que a supressão da comida insurge contra a violação dos afetos do preso. Nesse diapasão, conduzo esse olhar à importância da Antropologia na imersão de pesquisa em presídios. A comida trazida de casa foi percebida como afeto, uma dádiva, uma comunhão. Suprimir essa dádiva que é “temperada com o choro”, é suprimir a família, é violar o afeto promovendo possíveis insurgências. Obstruir as dádivas é fazer imperar o castigo.

O sofrimento já é algo estruturalmente social elaborado ao preso. No entanto, seus afetos não são negociáveis. O Estado corrobora com o desvio de função na “cidade entre muros” que extrapola o caos para além de suas muralhas. O preso, inconscientemente, insurge-se contra o forte sistema em defesa de suas afecções, constituindo uma forma de resgatar a si mesmo e reinventar-se, evitando a morte social promovida pela prisão.

O “Sistema” é cruel com os prisioneiros e com seus familiares, sobretudo com as mulheres. Mas também é omissivo com os servidores que vivenciam o cotidiano da prisão. Eles sofrem consequências do desvio da função ressocializadora do “Sistema” sob os reflexos de baixos salários, mas também porque estão à frente das rebeliões, onde muitos perderam a vida de forma trágica por estarem dentro da “panela de pressão” que é um presídio. Ao explodir, ela também atinge os mais fracos representantes do “Sistema”, os agentes penitenciários; eles correm o risco motivado pela falta de infraestrutura humana e material, pelo caos da prisão que motiva as catarses do preso que desaguam em motins. A “omissão”, cerne do desvio de função, constrói, ainda, em alguns agentes, grandes carrascos. Eis o sentido do “Sistema”!

E sobre o calor da Cela de Aleitamento, não sei se o “Sistema” vai permitir o uso do aparelho de ar condicionado doado por um projeto, que, recentemente foi instalado, como pude observar através de fotos anexas (p. 183-185). Instalar não implica na garantia de que o “Sistema” permitirá seu uso. O calor infernal dessa cela, como apresentado por aquelas interlocutoras, “aqui é o inferno, até o calor já tem”, “o menino tá um pimentão”, assim, é castigar no “purgatório”. Por que o “Sistema” não constrói presídios que evitem insalubridade?

A ressocialização pode ser realizada no próprio recinto prisional, a exemplo das mulheres que trabalham na oficina de bonecas, mas o número de presas envolvidas não é considerável. Algumas me apresentaram a vontade de trabalhar, de “limpar o mato”, “de aguar a planta”, mas não saem da cela nem nos domingos, pois, sair da cela, é ter visita. Assim, sem visita, as “vozes noturnas” emergem afetando-lhes “o psicológico”.

A sociedade constrói a ociosidade do preso. Todavia, no trabalho etnográfico, pude perceber que aquelas mulheres queriam trabalhar. Observei que “não fazer nada” faz parte do castigo. A pena incide de forma mais intensa, ela se inscreve além da linguagem positivada nos códigos processuais, a pena é mais que uma previsão legal, ela está adstrita nos corpos dos apenados e ultrapassa a pessoa do criminoso, irradiando na família.

A visita: a humanização e ressocialização da pena

A visita é uma forma substancial no processo de humanização do “eu” que se mortifica no sistema prisional. O domingo é a materialidade de toda comunhão, da reinvenção humana e das dádivas ofertadas, é dia de alegria, representa família; ainda, incide na forma de ter contato com o mundo para além dos muros, para além das “amarras da alma”. Visitar um ente preso é fazer ecoar outras vozes que divergem daquelas que atormentam à noite. É quando a “cabeça deixa de ficar lá fora”. Assim, o domingo é sobrestar o sofrimento que suprime o “eu”, substituindo pela alegria que o reinventa.

Nesse contexto, pude perceber o valor de minha pessoa no interior da Cela de Aleitamento, a cela “privilegiada”, o lugar em que a comida chega por último, aquela em que as vozes noturnas ecoam nas paredes escritas com profecias de liberdade, a tal sonhada Dona Lili. Percebi, então, o quanto minha presença alegrava esse ambiente, por reservar-lhes um olhar, um ouvir por alguns momentos, mesmo que, algumas vezes, não ingressasse na cela, mas ficasse sentada em frente à grade naquele sol causticante que me queimava a pele, mas que castigava infernalmente aquelas mulheres de *short doll* e *soutien*, “no osso”, por não terem sabão, dentre outros materiais de higiene que careciam.

Receber alguém é ter alegria, motivo de muitas risadas como emergiram na Cela de Aleitamento. Escutar de Ariane que a minha presença era razão da alegria e de nossos sorrisos, é perceber que a pesquisadora faz parte da comunhão da visita. Ser visitada é ser humanizada, pois “quando passa daquele portão, a gente não é gente”.

Lemgruber (1995) aponta que o sistema prisional ou a esfera estatal não propiciam a ressocialização do preso. Na etnografia realizada nesse presídio feminino, pude observar a afirmação da autora. Entretanto, posso acrescentar que há uma inversão de papéis no que se

refere à ressocialização, pois essa é realizada pelas famílias dos presos, pela visita e por todos os aspectos inerentes à mesma, a saber, as dádivas ofertadas. A visita foi substancialmente consolidada com um forte aspecto ressocializador, realizada de forma inconsciente é algo que resta de humano naquele cárcere, pois “quando se passa do portão a gente não é mais gente”. Assim, a reinvenção do eu e da resistência humana faz-se na visita. A alegria é o sentimento que emerge do encontro, dando àquelas mulheres presas, mas também àquelas crianças, a esperança de uma vida para além dos muros.

A partir da etnografia realizada, percebo que estar em família é fato constitutivo de ressocialização de presos, sejam homens, sejam mulheres ou adolescentes, que estejam internados em instituições de medidas socioeducativas. Assim, o convívio familiar, o respeito às dádivas ofertadas no cárcere e o respeito aos afetos do preso devem ser percebidos como elementos substanciais à ressocialização, devendo tais fatores serem observados como regras sociais gerais. Portanto, de forma enfática, observo a comida trazida de casa, a família e as dádivas expressas naquele cárcere como elementos ressocializadores. Nesse sentido, a mulher e a criança humanizam a pena através dos afetos.

Nesse diapasão, não importa o gênero do preso, apresento, a partir desse estudo, o seguinte dado etnográfico que observo como fenômeno macrossocial: o sistema prisional se apropria da condição feminina, intensificando-a através de seu desvio de função. A estrutura social, desta feita, o Estado, capitaliza os afetos da mulher, explorando nas práticas de cuidado, retirando-lhe proveitos e tentando extrair-lhe a força pela omissão dos deveres estatais, pelas vendetas da sociedade legitimadas pelo poder punitivo através do desvio de função do poder público em relação à ressocialização, pois são as mulheres que estão à frente da prisão humanizando a pena de seus entes presos por meio de seus afetos. Nesse sentido, as crianças fazem parte da humanização da pena, mas também fazem parte do castigo.

Eles falam: A escuta do preso e de quem vivencia os efeitos da prisão para uma administração ressocializadora do sistema prisional

A administração penitenciária precisa ouvir o preso para intentar sua ressocialização, assim, as possibilidades de trazer-lhe de volta para o seio da sociedade se intensificam. O desejo subliminar de vingança privada da sociedade em sacrificar o preso com castigo que ultrapassa os corpos, ministrada pela execução da pena através da única escuta de representantes do poder público traz danos para os que se dizem “de bem”. Ressocialização é benefício para o preso, para a sociedade e para o Estado. Os mecanismos ressocializadores podem ser observados a partir do respeito aos afetos, à família, às dádivas e à vontade de trabalhar. Como observado por Foucault (2014), para mudar o sistema prisional é substancial

escutar o próprio preso e isso é mais que representá-lo. Eles não precisam de representação, precisam ser ouvidos para que políticas públicas possam ser elaboradas em torno de sua própria realidade social.

Nessa ótica, a criança também deve ser ouvida, pois ela também está imersa no cárcere, ela faz parte do sistema prisional, sofre os reflexos da sanção de suas mães, é castigada porque é cerceada do convívio familiar promovida pela administração da pena, mas também porque o Estado não traz em seu planejamento políticas públicas que objetivem a diminuição do sofrimento como desdobramento da prisão da mulher. O Estado capitaliza os sentimentos da mulher personificados na figura da avó materna, que sob o cuidado elaborado de forma estrutural “joga” toda responsabilidade para essas avós no que se refere aos cuidados com as crianças que sofrem uma dor materializada no “psicológico”. Às mesmas não é dado nenhum tratamento e assistência, assim, são alvo da construção da pena que não está inscrita no ordenamento jurídico, mas de forma tácita e fática estão expressas em seus corpos.

A intensidade da pena quando mulher, o “tirar duas cadeias”: reflexos e reflexões sobre a maternidade compartilhada

A inclusão da maternidade como ponto de observação desta pesquisa deveu-se por entender que para estudar aquelas crianças imersas na prisão era necessário incluir mais que suas mães, mas também toda a família, emergindo a figura da avó materna. A criança está iminentemente imbricada com a função social da mulher. Estudar a criança nessa situação de cárcere implicou na análise da maternidade encarcerada, pois a supressão da função social inerente à maternidade implica no sofrimento da criança.

A pena da mulher, quando mãe, ultrapassa além do que retirou do crime, infere-se nas crianças. A mulher presa, quando mãe, “tira duas cadeias”, pois a “mente está lá fora” [a criança]. Nesse contexto, extrair a dádiva da visita, violando o direito de convívio familiar é castigar mãe e castigar filho, aplicando a pena para além da pessoa do apenado, ultrapassando os corpos, manchando a família como forma de castigo.

O Estado, na concepção de Badinther (1995), construiu a mulher como mãe; mas, como observado nesse estudo etnográfico, pune a mulher severamente na realização da desconstrução da maternidade, obliterando sua identidade como forma de castigar por cometer um crime. Assim, os processos de masculinização que sofrem na prisão são formas de borrar as identidades dessas mulheres, desaguando na supressão da maternidade, na desconstrução dessas pessoas como sujeitos, pois, na prisão, “se trata como cachorro”.

“As mãezinhas”, “mainhas” e “mamães” [avós maternas] carregam sobre os ombros o peso da omissão do Estado - cerne do desvio de função. Elas sofrem “na carne” e “na alma” a

dor pela prisão de suas filhas, mas também pela angústia das crianças que suplicam o retorno de suas mães, porque querem ficar perto delas para “não ter a mente bagunçada”, “deitar com ela, para ficar calmo”. O Estado, quando masculiniza a mulher, suprimindo a identidade maternal, traz para as crianças uma infância marcada de orfandade que se quer forçar tacitamente, mas que, apesar de todo sofrimento, têm em suas “mainhas”, “mãezinhas” e “mamães”, personificadas na figura da avó materna, a reinvenção do eu promovida por uma maternidade compartilhada.

As crianças desse cárcere, em sua maioria, são de famílias matrifocais na centralidade consolidada na “confusão vó com mãe, mãe com vó”. A presença feminina pode se observar a partir da “fila” de entrada do presídio no domingo, dia de visita da família. Lá, vemos apenas crianças, avós [maternas] e sacolas de comida. Nesse momento, observamos a ausência da figura masculina na vida dessas mulheres e crianças. Posteriormente, foi compreendido por questões de “abandono”, por ter pais presos ou assassinados. Mas também a ausência paterna se consolida pela ausência da família agnata. Assim, as crianças do presídio etnografado, em sua maioria, têm ausência de pai, mas em compensação têm duas mães, vivem sob o seio dos afetos expressos na maternidade compartilhada.

Prisão feminina é ausência masculina, podendo ser observada a partir da fila de ingresso no cárcere. A prisão da mulher resulta no abandono afetivo dos seus companheiros, por conseguinte, no abandono das crianças pela figura do pai. Apesar do abandono afetivo daquelas mulheres, na prisão, faz surgir casos de amor entre pares. Assim, nessa contingência, surgem histórias e projeções de vida afetiva para além dos muros do presídio, levando esse sentimento, “esse caso para a vida”.

Sobre a intensificação da reprimenda quando se é mulher, como não correlacionar as crianças às suas mães, às prisões, às penas e aos castigos? Entender, conforme Pires (2010), que crianças entre vulneráveis são atores sociais que sofrem mais intensamente os processos de vulnerabilidade social. Nesse sentido, é refletir que a pena incide sobre as crianças. Observo que alguns marcadores sociais se sobrepõem em relação a outros marcadores. Faço referência aos mais contundentes em alguns atores sociais específicos. Neste caso, filhas de presidiárias. Etnografei pessoas pobres, negras em maior parte, famílias alijadas das mínimas condições de existência, crianças “que sabem ler mais ou menos”, com feridas nos membros inferiores e superiores, mulheres de poucos dentes, a pobreza que se anuncia nos corpos. Que fatores históricos, econômicos e sociais fazem alguns grupos serem jogados à margem da sociedade, em depósitos humanos que denominamos de presídios?

O Estado usurpa a função social *mãe*, declinando para a mesma os cuidados que omite

em seu dever legal em relação às crianças e às famílias alijadas de condições socioeconômicas. A omissão que reflete na dignidade humana ofuscada pela invisibilidade desses atores sociais por uma administração pública que não preconiza a ressocialização. No entanto, se mostra eficiente nos preceitos do castigo, inclusive, quando se trata da mulher que comete crime.

O rol de mulheres que não estavam com direito à visita, apregoado na chapa do portão de ferro central de cor azul, aumentava a cada domingo. Não ter direito à visita é uma forma de castigo e, sobre esse aspecto, enfatizo que a mulher que comete crime é penalizada duplamente em comparação ao homem; elas “tiram duas cadeias”. Assim, as crianças e suas famílias são mais castigadas. Soam, então, nos discursos estatais que suprimem a maternidade, mas que é resistida na visita da família e sustentada pela força da relação social do indivíduo. Nesse contexto, apesar daquelas crianças terem mães masculinizadas, destituídas do papel de mãe pelo sistema prisional, elas têm mães e vivenciam a maternidade compartilhada, embora as forças gerais do “Sistema”, corroboradas com o apoio da sociedade, incidam no sofrimento dessas mulheres e dessas crianças, mas não na capacidade de reinvenção humana.

A mulher construída socialmente como mãe, aquela que se atém ao dever dos cuidados, sente toda forma de desumanização da estrutura carcerária. Em relação às avós-mães ou avós maternas, são elas que estão nas filas, que preparam a comida “com o tempero do choro”, que cuidam das crianças que “escutam vozes”, que, na hora de dormir, mais se angustiam. Nelas reflete a ferida do “psicológico” das crianças desprezadas pelo Estado e pela sociedade. Nelas também reflete o castigo.

Nesse contexto, suprimir o papel de mãe é desconstruir sua identidade, é fomentar o sofrimento e construir a orfandade, é sacrificar duplamente as avós maternas com seus deveres de cuidado. No contexto do sistema prisional, não há como falar de mãe sem falar de criança. Não há como falar de criança sem entender a maternidade compartilhada. Se a criança é um ator social fragilizado por ser uma minoria social, ser criança filha de presidiária é intensificar a ferida que contunde a alma e a carne pelo processo de invisibilidade. Resistir, portanto, através da visita da família e das dádivas ofertadas é negar-se à perda do amor materno e à construção da orfandade como forma de castigo.

“Não fazer nada”: o castigo oculto construído como preguiça

Observei que o trabalho realizado por aquelas mulheres ajuda a “matar o tempo”; tempo não socializado que atribuo como uma forma de castigo. Na realidade, tempo que não

passa, “que não tem diferença de dias”, pois o único dia existente é o domingo, os demais dias resultam em “ansiedade pela espera do dia de visita da família”, dia que faz sobrestar a angústia do cárcere.

O trabalho é um “privilégio” de uma minoria e, da forma como se apresenta, não tem o poder de ressocializar. O ganho do trabalho realizado por uma minoria de mulheres presas é mínimo e, por muitas vezes, escutei de algumas daquelas mulheres que o valor recebido do Estado, sendo R\$100,00, muitas vezes é repassado para seus advogados particulares como forma de pagamento pelos serviços jurídicos prestados. Alguns desses profissionais já ficam na posse do cartão de pagamento.

Trabalhar é “terapia”, ajuda a passar esse tempo incontável que angustia. A visita é a ressocialização não intentada pelo poder público, mas que faz com que aquelas mulheres resistam à desumanização do sistema prisional promovendo o grande encontro. O convívio familiar expresso na prática da visita é uma forma de resistência, de economia moral, de reinvenção do eu suprimido pelas agruras do cárcere.

A alegria que humaniza: a resistência inconsciente na materialização dos afetos

Etnografar presídios é encontrar dor. No entanto, percebi além desse sentimento, atravessei “o véu da criminoso” e da criança filha de presidiária. Observei a reinvenção humana, a resistência e a economia moral. Percebi a capacidade que os indivíduos têm de enfrentamento, de forma eufemizada, pelas lateralidades, de sutis condutas e de grandes agências na reinvenção do eu obliterado. Verifiquei as expressões das emoções que foram sufocadas pela maternidade aprisionada, mas vivenciadas através da visita, dos lençóis, da comida, da maquiagem de batom roxo, do sorriso sem dentes na boca.

A alegria coletiva não fazia parte do meu imaginário. As minhas percepções captaram a forma de se compor daqueles grupos. Mulheres que estendem os lençóis no chão com um sorriso na boca e no corpo e têm no domingo o único dia de ser mãe. Assim, o dia de domingo é dia de festa. Nele, a alegria é coletiva para os privilegiados com a comunhão da visita.

Para Spinoza (2005, p. 324), “o amor é a alegria acompanhada de uma causa exterior” e “a alegria é a passagem do homem de uma perfeição menor para uma maior”. Nesse sentido, a visita é a humanização do cárcere porque está eivada de amor, a ressocialização por mim observada. “Aqui, a gente entra ladrão de celular, sai ladrão de banco”, “aqui, a gente vive que nem cachorro”, “aqui, é o inferno, pois até o calor já tem”. No entanto, o domingo é a materialização de que a vida é a esperança que se encontra além dos muros. No Domingo, lá é bom “porque tem pessoas”, “porque vejo a minha mãe”, “porque eu brinco”. O portão central

“acelera os corações”, “dá um frio na barriga”, “dá medo”, mas também é chutado por “criança pequena” para que seja logo aberto porque “quer ver a mãe”.

A prisão dispensa qualquer fala comum característica, o nome por si mesmo já angustia, já aprisiona, não há como romantizar esse espaço, mas há o que se vislumbrar de emoções que se partilham no dia da visita da família. Refiro-me às afecções dadas em meio às dádivas. A criança por si mesma é afetação naquele ambiente. Observei que a criança consterna à proporção que dá alegria àquele espaço hostil. Sempre ouvi das agentes penitenciárias que “ela não tem culpa”. O domingo vivenciado naquele cárcere fez-me ser afetada pelo sentimento coletivo de ser mãe. Algumas vezes, coloquei-me no lugar daquelas mulheres mesmo estando tão longe das mesmas, segregadas por marcadores sociais. O domingo está eivado de simbologia que emite sentimentos, mas também que expressa resistência à transformação do eu intentado pelo sistema prisional.

A visita é “a alma” do domingo, os lençóis representam o salão de festa de um minúsculo lar; a riqueza da comida, as vestes das crianças e a maquiagem das mulheres perfazem o ritual do bom encontro realizado por meio de todas essas dádivas. Assim, faz emergir sorrisos que vêm numa forma inconsciente de sobrevivência. No domingo, a dor da pele marcada pela “queimadura de uma frigideira” é aliviada pela afetação promovida pela criança. Nesse dia, os ouvidos que “escutam vozes” à noite, escutam o som do choro alternado com sorriso. No domingo, “é bom” porque tem o que fazer, pois “fazer nada” faz parte do sofrer, faz parte do castigo. O domingo humaniza o tempo, pois só existe esse dia “porque todos os dias são iguais”, com exceção do sábado que é “dia da ansiedade” pela espera da visita, pois viver o domingo é vivenciar a maternidade, o amor, é reinventar-se, é resistir às dores do cárcere.

O olhar no interior da muralha, além do véu do crime, “além do portão”: etnografando gente

Discorri sobre a restrição em usar o caderno de campo porque escutei de uma avó sob os prantos de um choro que minha profissão era “espiosa, mas o que eu fizesse, fizesse com amor”. Nesse dia, passei a fazer restrição do uso desse recurso metodológico, porque entendi que estava sendo vista como uma “espiã”. Neste momento da escrita, acredito que “espiosa” não era a espiã como havia interpretado, mas sim “espinhosa”, pois reanaliso dessa forma por ter chegado próximo à miséria do mundo: a prisão.

Etnografei uma interação social de um domingo na prisão, pesquisando crianças e mulheres marcadas socialmente. No entanto, pesquisei atravessando o véu do crime. Analisei uma visita, uma confraternização de famílias pobres, marginalizadas, algumas abaixo da linha

de pobreza. Escutei as falas sem concordâncias e regências, de bocas que faltam ou não têm dentes, de crianças que, em sua maioria, sabem ler “mais ou menos”, que apesar de estarem na terceira série, escutei a pergunta como se escreve a letra “L”. Eu vi a pobreza, a cor negra em maioria, o semianalfabetismo, a boca banguela, as crianças periféricas, os ventres e os recém-nascidos aprisionados. Porém, atravessando os marcadores sociais do crime, vi muito mais, vi sonhos e vidas encarceradas, mas que ressoam numa resistência sobre signos, enxergando a mulher que para a criança é a mãe; para a sociedade, é a pessoa que não deve existir, deve estar morta. “No entanto, não é pelas armas, mas pelo amor e generosidade que se vencem as almas”. (SPINOSA, 2005, p.329).

Emerge, ainda, o medo da criança que ultrapassa o medo de presenciar a prisão em flagrante com autoridade abusiva da polícia, caracterizada por agressões físicas e psicológicas. Neste diapasão, o medo de “não ter mais ninguém pela gente” revela o encarceramento daquelas famílias matrifocais, refletindo nas redes de apoio daquelas mulheres, sobretudo em relação aos cuidados com a criança. Surge, então, o medo de não ter mais alguém [mulher] no seio familiar a fim de custodiar e proteger as crianças que estão em casa, motivando, nesse sentido, a distribuição das mesmas. A associação ao tráfico, em especial, está encarcerando as famílias pobres formadas por essas mulheres, assim, as mães, “mainhas” e “mãezinhas” estão imersas num fenômeno social que deve ser investigado: o encarceramento das famílias pobres pelo tráfico de drogas – fenômeno que pretendo investigar no meu doutorado.

Por fim, trago a indagação de Ariane, interlocutora que mais me afetou na pesquisa. Entendo que o cerne de sua indagação está além de um questionamento, aufere uma retribuição de dádiva, uma voz, um pedido de representação, uma oportunidade de defesa, uma chance de humanização, uma luz no fim do túnel, um rasgo de esperança. Personifico todas as mães presentes neste trabalho na pessoa de Ariane que, inconscientemente, quis que eu pudesse retribuir-lhe a dádiva. Neste sentido, transcrevo a pergunta desta mulher que “tira duas cadeias”: “esse trabalho vai servir pra gente?”

REFERÊNCIAS

- BARROS, M. de. *Cantigas por um passarinho à toa*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- BARTH, Fredrik. *Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades*. In: Fredrik Barth (compilação de Tomke Lask), *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 167-186, 2000.
- BIONDI, Karina. *Junto e misturado. Uma etnografia do PCC*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *Gostos de classe e estilos de vida*. In: Renato Ortiz (org), *Pierre Bourdieu Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina. A condição feminina e a violência simbólica*. São Paulo: Ática, 2002
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília – DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Lei de Execução Penal, Lei 7.210 publicada em julho de 1984*. Brasília – DF: Senado, 1984.
- BRASIL. LEI 12.962/14. *Altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade, de 08 de abril de 2014*. Brasília – DF: Senado Federal, 2014.
- BRASIL. *Lei 11.346, publicada em de 23 de agosto de 2006*. Brasília – DF: Senado Federal, 2006.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. *Honra, dignidade e reciprocidade*. In: P. H. Martins & B. F. Nunes (Orgs.), *A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
- COELHO, Maria Cláudia & REZENDO, Cláudia Barcellos. *Cultura e sentimentos. Ensaios em Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- DaMATTA, Roberto. *O que faz do brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*, Editora 34. São Paulo, 2017.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.
- DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Félix. *O que é filosofia?* São Paulo: 34, 1997.
- DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. 4. São Paulo: 34, 1997.
- DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. *Infâncias, tempos e espaços: um diálogo com Manuel Jacinto Sarmiento*. *Currículo sem Fronteiras*, v. 6, n. 1, p. 15-24, 2006.
- DIAS, Rosa Maria. *Nietzsche e a música*. Campinas: Imago, 1994.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva; 1975.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. V.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

- FASSIN, Didier. Les économies morales revisitées. *Annales HSS*, v. 64, n. 6, p. 1237-1266, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes, 2014
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FRANGELLA, Simone M. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009.
- FONSECA, Cláudia. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. *Psicologia USP*, 2002, v. 13, n. 2, p. 49-68, 2002.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIDDENS, Anthony. *O Estado-nação e a Violência*. São Paulo: USP, 2001.
- GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GODOI, Rafael. *Fluxos em cadeia: As prisões em São Paulo na Virada dos Tempos*. São Paulo: Boi Tempo, 2017.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Agência de Notícias do Paraná. *Estado avança em sistema prisional humanizado*. 2018.
- GUEDES, Núbia. *Gestantes e crianças encarceradas: Etnografando o dia de visita da família no Presídio Maria Júlia Maranhão (JOÃO PESSOA-PB)*. Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2018.
- HIRSCHFELD, Lawrence A. Por que os antropólogos não gostam de crianças? *Latitude*, v. 10, n. 2, p. 171-216, 2016.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. A dor como objeto de Pesquisa Social. *ILHA*, n. 0, p.73-80, 1999.
- KOURY, Mauro Guilherme e BARBOSA, Raoni Borges. *A vergonha no Self e na Sociedade. A Sociologia e a Antropologia das Emoções de Thomas Scheff*. Coleção Cadernos do GREM, n. 10. Recife: Bagaço; João Pessoa: Edições do GREM, 2016.
- LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- LEMGRUBER, Julita. Prisões do Brasil. Um pacote de equívocos que gera e mantém o caos. Entrevista Especial com Julita Lemgruber. *Revista ihu on-line*, 2015.
- LOWENFELD, Viktor; BRITAIN, W. Lambert. *Desenvolvimento da capacidade criadora*. São Paulo, Editora Mestre Jou, 1977.
- MARTINS, E.; SZYMANSKI, H. *Brincando de casinha: significado de família para criança institucionalizadas*. Estudos de Psicologia. (Natal) [online]. 2004, vol.9, n.1, p.177-187. ISSN 1678-4669. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000100019>.
- MARTINS, Paulo Henrique. De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S (Movimento antiUtilitarista nas Ciências Sociais): Itinerários do Dom. *Revista RBCS*, Vol. 33. Editora 66, São Paulo, Vol. 23, 105-130 2008.,
- MAUSS, Marcel. As Técnicas Corporais. In: Marcel Mauss, *Sociologia e Antropologia*, v. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória de sentimentos. In: Roberto Cardoso de Oliveira

- (org.), Marcel Mauss. São Paulo: Ática, 1979.
- MAUSS, Marcel. Nota sobre Marcell Mauss e o ensaio da dádiva. *Revista de Sociologia Política*, n. 14, p. 173-194, 2000.
- MILLER, Fernanda et al. Descolonizando a Pesquisa com a Criança – Uma Leitura Pós-Colonial de Pesquisa. *Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade*, v. 22, n. 40, p. 187-197, 2013.
- NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. São Paulo: Escala, 2017.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Além do Bem e do Mal ou Prelúdio de uma Filosofia do Futuro*. Curitiba: Hemus, 2001
- NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falava Zaratustra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- NORBERT-SCHULZ, Cristian. *Existencia Espacio y Arquitectura*. Barcelona: Editorial Blume, 1991.
- PIRES, Flávia Ferreira. O que as crianças podem fazer pela antropologia? *Horizontes antropológicos*, v. 16, n. 34, 2010.
- PIRES, Flávia Ferreira. Quem tem medo de mal-assombro? Religião e infância no semiárido nordestino. Rio de Janeiro: E-papers; João Pessoa: UFPB, 2011.
- PIRES, Flávia Ferreira. Tornando-se Adulto: Uma abordagem Antropológica Sobre Crianças e Religião. *Religião e Sociedade*, v. 30, n. 1, p. 143-164, 2010.
- PIRES, Flávia Ferreira. O que as crianças podem fazer pela antropologia? *Horizontes antropológicos*, v. 16, n 34, 2010.
- PROUST, Marcel. *Em Busca do Tempo Perdido – No Caminho de Swann*. Porto Alegre: 1983.
- QVORTRUP, Jens. *Childhood as a Social Phenomenon - An Introduction to a Series of National Reports*. EUROSOCIAL Reports: European Centre for Social Welfare, 1991.
- RÊGO, E. M.G, LIMA, A. O., AMAZONAS, M.C.A. LAOREZÉ. Crianças institucionalizadas: uma outra identidade possível? *Encontro: Revista de Psicologia*, v. 10, n. 13, p.1-22, 2006.
- ROSALDO, Michelle Z. Toward an Anthropology of Self and Feeling. In: R. A. Shweder, R. A. LeVine (Orgs.), *Culture Theory: Essays on mind, self, and emotion*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1984, p. 137-157.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero Patriarcado Violência*. São Paulo: expressão Popular, 2015.
- SAINT-EXUPERRI, Antonie de. *O Pequeno Príncipe*. Barueri, SP: Novo Século Editora, 2015.
- SANTA RITA, Rosângela Peixoto. *Mães e crianças atrás das grades: questão o princípio da dignidade humana*. Brasília, 2006.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. *Culturas da Infância nas Encruzilhadas da Segunda Modernidade*. Porto, Edições ASA, 2004.
- SCOTT, James C. *Weapons of the weak: Everyday forms of resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.
- SIMMEL, Georg. A sociabilidade. In: Georg Simmel, *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 59-82.
- SPINOSA, Baruch de. *Pensamentos metafísicos. Tratado da correção do intelecto. Ética*. São

Paulo: Nova Cultura, 2005.

ZOURABICHVILI, François. *Deleuze: uma filosofia do acontecimento*. São Paulo: Editora 34, 2016.

ANEXOS

Anexo A: Requerimento fundamentado

ILUSTRÍSSIMA GERENTE DE RESSOCIALIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO [REDACTED]

Ex. NÚBIA GUEDES DE BARROS FERREIRA, [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED] estudante de bacharelado do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da referida universidade, vem requerer a Vossa Senhoria a realização de trabalho de fins exclusivamente didático para finalização do curso de Ciências Sociais e início de pesquisa e extensão do mestrado de Antropologia Social [REDACTED] assim, passo a requerer o pleito nas considerações seguintes:

1. O ingresso nessa referida unidade para que seja realizado um estudo etnográfico com mulheres apenas gestantes e lactantes que se encontram naquela unidade. (Caso não haja, no presente, nenhuma apenas nesta condição, tendo em vista decisão do Habeas Corpus coletivo do STF que favoreceu as mulheres presidiárias que aguardam julgamento nestas condições. Reforço o pedido, haja vista a decisão não ser extensiva a toda modalidade criminosa, uma vez que há suas exceções, por exemplo: em crimes que envolvam violência; também, a possibilidade de regressão de regime, haja vista a possibilidade de reincidência ou transgressão das regras que fundamentam a prisão domiciliar. Destarte, mantenho o pedido de, na condição de haver, no futuro, alguma apenas gestante e lactante, poder entrevistar as mesmas, bem como ter o contato com elas em suas celas, obviamente, obedecidas todas as regras institucionais por parte desta pesquisadora);
2. A permanência desse ingresso seja nos dias de segunda-feira e sexta-feira no turno da manhã;
3. Entrevistar membros da direção daquele complexo presidiário, equipe médica e agentes penitenciários;
4. Utilizar máquinas fotográficas, blocos de anotações e canetas esferográficas.

Seguem anexos, comprovantes de vínculos com a instituição UFPB, documentos pessoais, declaração da Professora orientadora e pré-projeto de pesquisa.

João Pessoa, 26/08/2018

Nestes Termos,
Peço Deferimento.

Núbia Guedes de Barros Ferreira
Bacharelado Ciências Sociais
Mestranda em Antropologia

*RECEBIDA GERENTE DE RESSOCIALIZAÇÃO
em 26/08/2018
Assinatura: [Handwritten Signature]*

Anexo B: Desenhos realizados pelos filhos das presidiárias

Figura 1 (À Esquerda) - Desenho do sonho de vida de menina de 08 anos que entrega o desenho com lágrimas nos olhos, dando a impressão de que pede algo a ser feito, causando na entrega sensação de impotência à pesquisadora.

Figura 2 (À Direita) - Desenho de menina de 6 anos.

Explicação da criança sobre o desenho: “um coração para mim e o outro coração para a minha mãe”

Pesquisadora: Correlação da imagem aos afetos à mãe



Figura 3 - Desenho de menino de oito anos, retratando perseguição policial de um bandido.



Explicação da criança: “a polícia está atrás do bandido. O bandido atira na polícia”.

Pesquisadora: o desenho retrata o ambiente que vive. Remeteu alguém da comunidade que tem ligação com um crime, mostrou medo à proporção que mostrou admiração pela pessoa ser

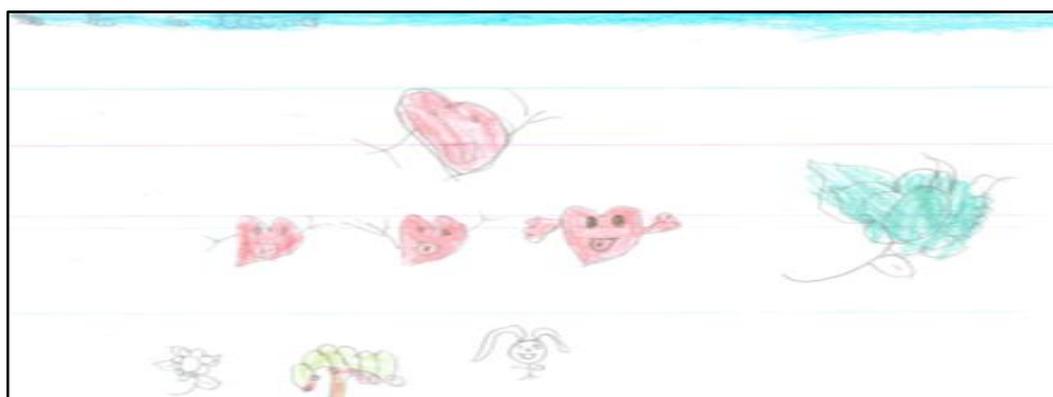
temida. Essa criança foi a única criança que a fala sempre era marcada por discurso de violência.

Figura 4 - Desenho do sonho de vida de um menino de 12 anos



Explicação da criança: “uma casa, minha família, meu cachorro e a casa do cachorro”.
 Pesquisadora: Observo a vontade de ter a família completa com a mãe presente em casa.

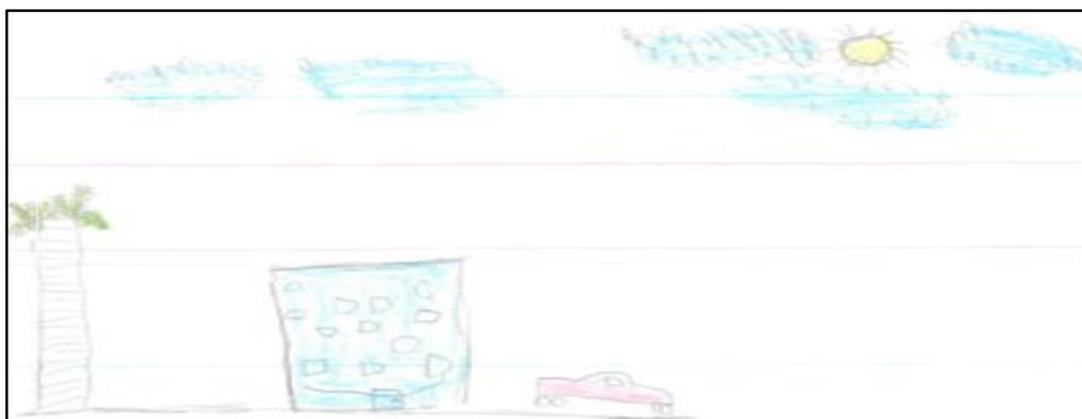
Figura 5- Desenho de menina de sete anos. A forma como fui aceita em campo pela criança na expressão “tia eu tiamo”,



Explicação da criança: desenhou corações, para mãe, também para mim.

Pesquisadora: corações representam o afeto, o desenho é a forma de expressar os sentimentos. O amor da filha à mãe.

Figura 6: Desenho de menino de oito anos.



Explicação da criança: “minha casa e meu carro”

Pesquisadora: A criança mora numa casa, acredito que o apartamento é a residência que ele

idealiza.

Figura 7- Desenho de menina de sete anos, que nunca estudou e não sabe escrever seu nome, que dizem ter “problemas psicológicos”.



Pesquisadora: A impressão que as figuras femininas retratadas seja a criança e a mãe.

Explicação da criança: “bonecas”

Figura 8- Desenho de menino de 11 anos.



Explicação da criança: ele disse “não sei”

Pesquisadora: A impressão relativa ao trabalho, pela referência da oficina.

Figura 9- Desenho de menino de oito anos.



Explicação da criança: Não foi registrada.

Pesquisadora: A impressão de que é uma fábrica, também há um trator desenhado. Remete-me a muitas respostas ligadas ao sonho de vida, pois muitas crianças, principalmente, os meninos apontaram querer ser “trabalhador”.

Figura 10- Desenho de menino de 9 anos.



Explicação da criança: “uma casa”.

Pesquisadora: A impressão que consiste é que simboliza o próprio lar, a vontade da mãe estar em casa.

Anexo C: Fotos da unidade prisional

Figura 11 (À Esquerda) - Foto da vista externa da área de visita.

Figura 12 (À Direita) - Foto da área de visita – fechamento do acesso às celas do corredor



Figura 13 (À Esquerda) - Área de visita – visão do muro do Presídio.

Figura 14 (À Direita) - Área de visita – piso onde se forram os lençóis



Figura 15 (À Esquerda) - Visão geral da área de visita

Figura 16 (À Direita) - Foto de estantes de sala de aula



Figura 17 (À Esquerda) - Foto de sala de aula.

Figura 18 (À Direita) - Foto Cela de Aleitamento, visão do cômodo central em que se localiza a grade.



Figura 19 (À Esquerda) II- Foto Cela de Aleitamento - cômodo central.

Figura 20 (À Direita) - Foto cômodo lateral direito da Cela de Aleitamento.

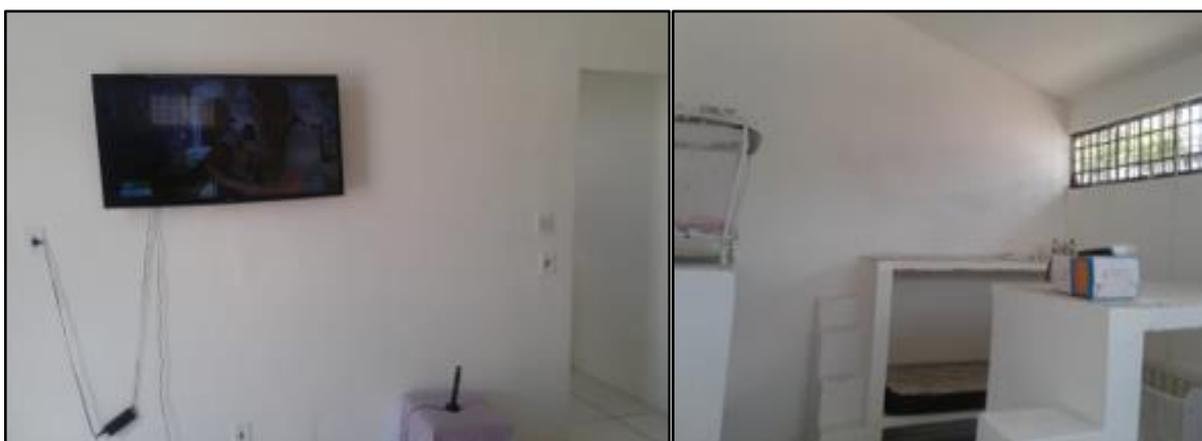


Figura 21 (À Esquerda) - Foto cômodo lateral direito da Cela de Aleitamento, cama de Ariane e do bebê André.

Figura 22 (À Direita) - Foto da Cela de Aleitamento – ar-condicionado colocado recentemente.



Figura 23 (À Esquerda) - Foto cômodo da lateral esquerda da Cella de Aleitamento.

Figura 24 (À Direita) - Foto cômodo da lateral esquerda da Cella de Aleitamento - modelo de berço.



Figura 25 - Foto do banheiro da Cella de Aleitamento.

